

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CADERNO DE CULTURA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

MEDICINA

NA·BEIRA·INTERIOR

DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XXI

XX





CADERNOS DE CULTURA

PUBLICAÇÃO NÃO PERIÓDICA

Diretor:
António Lourenço Marques

Coordenadora:
Maria Adelaide Neto Salvado

Nº XXXII Novembro de 2018

Secretariado:
Quinta Dr. Beirão, 27 - 2º E
6000-140 Castelo Branco - Portugal
Telef.: 272 342 042

Capa: Pintura de Miguel Elías: "Universidade de Salamanca". Nesta Universidade, a comemorar o 8º Centenário da sua fundação, Amato Lusitano terminou os estudos de Medicina, cerca de 1535.

Concepção da capa: Hugo Landeiro Domingues.

Edição:



RVJ - Editores, Lda.
Av. do Brasil, nº4 R/C | Apartado 262
6000-909 Castelo Branco
Tel.: 272 324 645 | Tlm.: 965 315 233
rvj@rvj.pt | www.rvj.pt

ISSN: 2183-3842

Depósito Legal N.º: 366 600/13

Os textos assinados são, na forma e no conteúdo, da inteira responsabilidade dos respetivos autores e não devem ultrapassar as 2.500 palavras, incluindo a bibliografia e os anexos. Este número inclui as atas das XXVII Jornadas de Estudo "Medicina da Beira Interior - da pré-História ao séc. XXI", sendo distribuído no âmbito das mesmas Jornadas.

Patrocínio:



Câmara Municipal de Castelo Branco

SUMÁRIO

A História da Medicina e a Medicina	3
<i>Amato Lusitano: construir e fazer perdurar a memória. O nome de Amatus Lusitanus em periódico científico-médico na década áurea do nacionalismo português noventaenista.</i>	9
Victoria Bell; Ana Leonor Pereira; João Rui Pita	
<i>Amato Lusitano e o Turismo médico na Madeira</i>	17
Alfredo Rasteiro	
<i>A sífilis nas "Centúrias de Curas Medicinai" de Amato Lusitano</i>	27
J. A. David de Moraes	
<i>Cirurgiões da Beira Interior nos séculos XII a XV</i>	55
Maria Cristina Piloto Moisés	
<i>Frenite, mania, e as variantes da melancolia na Arquipatologia</i>	61
José Morgado Pereira	
<i>O albicastrense Manuel Joaquim Henriques de Paiva, a Reforma Pombalina e a Emancipação Científica do Brasil</i>	69
Aires Antunes Diniz	
<i>Dr. José Lopes Dias: o Académico</i>	87
Joaquim Candeias da Silva	
<i>José Lopes Dias: um pediatra face à mortalidade infantil calamitosa</i>	91
António Lourenço Marques	
<i>José Lopes Dias e a Revista de História e Cultura: "Estudos de Castelo Branco" - A reiluminação da Beira Baixa</i>	95
Pedro Miguel Salvado; Joaquim Baptista	
<i>As vias da cura - Os ex-votos do Museu Francisco Tavares Proença</i>	115
Maria Adelaide Neto Salvado	
<i>Higiene e Saúde pública. Manter as ruas limpas e preservar a qualidade da água nas Posturas Municipais - os exemplos de Castelo Branco e Covilhã.</i>	121
Maria da Graça Vicente	
<i>Médicos e saúde na região de Castelo Branco na Guerra Peninsular; Testemunhos de quem viu, viveu e sentiu</i>	127
Júlio Vaz de Carvalho	
<i>A Misericórdia do Fundão: 500 anos de solidariedade</i>	131
Miguel Nascimento	
<i>Regimes alimentares e obsessão pelo saudável</i>	137
Maria de Lurdes Cardoso	
<i>A Bioética nas surpresas de um Poeta</i>	143
António Salvado	

A HISTÓRIA DA MEDICINA E A MEDICINA

Em 1936, no III Congresso Internacional da História das Ciências, realizado em Portugal, numa comunicação sobre "A Medicina na História das Ciências", o filósofo francês, Abel Rey, destacou a influência que as ciências tiveram no progresso da medicina, não esquecendo que esta também tinha influenciado o próprio avanço da ciência. As ciências levaram a medicina a "libertar-se da ganga mística, mágica ou puramente empírica (segundo os tempos)", mas coube à medicina, por seu lado, apontar à ciência o modo preciso da sua produção: a observação rigorosa dos factos particulares e a experimentação. E muitos dos temas da ciência são oriundos do campo da medicina.

Ora, na história da medicina, que é da pré-história ao século XXI, cabe provavelmente todo o tempo da humanidade. Mas a medicina científica, propriamente dita, isto é, aquela que se desenvolveu utilizando o método científico, descoberto no século XVII, é por isso recentíssima. No entanto, ninguém nega à medicina, anterior a esta fase, o estatuto da verdadeira medicina do seu tempo, uma medicina caduca, é certo, mas que foi esperança e que enraizou a medicina que viria no futuro, que é a nossa, a prolongar-se. A medicina científica tem, no entanto, também uma qualidade a fazer lembrar a que a antecedeu: está de igual modo sujeita à mudança inevitável. Há nela também como que uma caducidade imanente, mas que dá seguimento à expansão da capacidade humana na luta contra a doença e ao aperfeiçoamento da saúde, agora em bases mais robustas.

A história da medicina ensina-nos isto. Mas pergunta-se: a fase científica aboliu também os temas que não são suscetíveis de análise segundo o método científico? Por exemplo, aspetos relacionados com a prática assistencial, nomeadamente, o desempenho da atividade concreta e a sua organização não têm um cabimento certo no território da medicina de hoje? Ou, com os novos temas que preenchem o desenvolvimento atual - a engenharia genética; o diagnóstico calculado com a precisão do computador, que indique também os

tratamentos fixados com fiança da medicina baseada na evidência; a telecirurgia e a cirurgia computacional; etc. - deixou de ter sentido falar, relativamente à medicina, como sendo ela ciência e arte ao mesmo tempo? É obsoleto falarmos nestes termos?

E como explicarmos a exigência presente, absolutamente vital, do reforço da formação humanista dos profissionais da medicina?

A história da medicina, por certo, ajuda-nos a entender tantas e tão incisivas questões. Nela encontramos a medicina como sendo uma atividade humana, naturalmente, mas também com um cunho humanitário: preocupação pelos doentes e pelo bem-estar em geral, seguindo princípios inspirados na virtude da compaixão. A história da medicina continua a ensinar à medicina que é feita em cada tempo, que se deve considerar o próximo, o cidadão doente ou sem estar doente, obrigatoriamente, "em toda a complexidade da sua humana realidade".

É feliz que, neste ano de 2018, se comemore a efeméride maior do 8º centenário da Universidade de Salamanca, quando também as Jornadas de Estudo dedicadas à história da medicina, na Beira Interior, inspiradas pelo património universal legado pelo médico renascentista de Castelo Branco, o celebrado Amato Lusitano, formado naquela Universidade, perfazem 30 anos de longevidade. Compulsando esse acervo extenso de trabalhos, entretanto produzidos e apresentados, quer sobre Amato Lusitano, quer de todos os outros segmentos da história, com os contributos multidisciplinares, julgo podermos concluir que, ainda que de forma modesta, ajudámos a concretizar este propósito: a presença viva da história da medicina, até para contrariar a imperfeição que é a da medicina, em alguns casos, parecer progredir através de produção científica que ignora o passado, como se ele não existisse, ou desprezando-o deliberadamente. Um passado que, no entanto, dará sempre lições sobre os verdadeiros fins da medicina.

O diretor



O legado de Amato Lusitano

É com satisfação que nos associamos à publicação de mais uma edição dos Cadernos de Cultura “Medicina na Beira Interior, da Pré-história ao Século XXI”, e à realização das Jornadas de Estudo, onde a figura de Amato Lusitano é presença constante, homenageando e valorizando aquilo que o médico albicastrense fez em prol do desenvolvimento da Ciência e da Medicina.

As Jornadas de Estudo sobre a história da medicina na Beira Interior assinalam 30 anos, contribuindo de forma objetiva para o conhecimento científico e histórico de todos nós, mas acima de tudo para a história da medicina.

Amato Lusitano deixou um legado importante que devemos valorizar. E Castelo Branco tem-no feito. Por isso, e dada a sua importância, associamo-nos a mais esta iniciativa, com a certeza de estarmos a preservar muito do que nos foi legado.

Dr. Luís Correia

Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco

**“MEDICINA NA BEIRA INTERIOR
- DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XXI”**

MEMÓRIA DAS XXVII JORNADAS DE ESTUDO

“MEDICINA NA BEIRA INTERIOR – DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XXI”

Auditório da Biblioteca Municipal de Castelo Branco



Mesa de abertura das XXIX Jornadas. Da esquerda para a direita: Doutor António Lourenço Marques, da organização; Doutora Maria José Leal, da direção da Sociedade Portuguesa de Escritores e Artistas Médicos (SOPEAM), Médica investigadora; Professor Doutor Miguel Castelo Branco, presidente da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior; Coronel José Augusto Alves, vice-presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco; Doutor António Salvado, da organização.

CONFERÊNCIA INAUGURAL

“Acudamos a Tudo, Enquanto é Tempo - José Leite de Vasconcelos (1855-1941) em busca do Homem Português”, Professora Doutora Ana Cristina Martins



AMATO LUSITANO: CONSTRUIR E FAZER PERDURAR A MEMÓRIA

O NOME DE *AMATUS LUSITANUS* EM PERIÓDICO CIENTÍFICO-MÉDICO NA DÉCADA ÁUREA DO NACIONALISMO PORTUGUÊS NOVECENTISTA

Victoria Bell *; Ana Leonor Pereira **; João Rui Pita ***

Introdução

A revista *Amatus Lusitanus*, que tinha como subtítulo *Revista de Medicina e Cirurgia*, iniciou a sua publicação em dezembro de 1941¹. O último número publicado data de 1950. Durante os nove anos em que permaneceu em circulação, a revista contribuiu para a divulgação de matérias inovadoras de âmbito médico-científico e de trabalhos pioneiros de investigação científica realizados por autores portugueses². Só isto seria suficiente para classificá-la como uma das revistas portuguesas de maior relevo da sua época. No entanto, o seu interesse é mais vasto. Ao trazer à memória coletiva um nome renascentista que contribuiu para colocar Portugal no mapa científico europeu, esta revista é uma prova material da existência duma cultura

científica-médica que se alimenta da história e da memória e faz perdurar nomes cimeiros como o de Amato Lusitano.

A nota introdutória que surge no primeiro número refere que a revista, “sob a invocação de *AMATUS LUSITANUS*”³, pretende reunir matérias de diferentes especialidades médicas. Por isso se refere na mesma nota introdutória que se trata de um periódico que “é simultaneamente uma *Revista de Medicina, Cirurgia e das Especialidades*”⁴. A publicação destes assuntos em “artigos curtos de interesse prático”⁵ permitirá, de acordo com a nota, direcionar a revista para uma audiência mais alargada que a dos periódicos já existentes e contribuir para o incremento da cultura científica dos seus leitores, tendo no horizonte a “cultura universalista”⁶ assumida pela medicina portuguesa “de Amatus a Ribeiro Sanches”⁷ e reassumida pela revista.

No presente artigo, que resulta de uma investigação em curso sobre o periódico e que dá a conhecer alguns resultados dessa pesquisa, faz-se uma caracterização sumária da *Amatus Lusitanus*, realiza-se uma breve análise bibliométrica e identifica-se a importância do periódico no conjunto das revistas portuguesas da época.

Caracterização sumária da revista

Na nota introdutória anteriormente referida, o periódico é caracterizado como sendo uma revista médica, cirúrgica e das especialidades, dirigida a profissionais de saúde e a estudantes de medicina. A compilação e divulgação de saberes das várias

1 Estudo realizado no âmbito das atividades de investigação do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do CEIS2o, Universidade de Coimbra (Fundação para a Ciência e a Tecnologia-FCT - UID/HIS/00460/2013).

2 Veja-se o exemplo do artigo LAMAS, A. — Penicilina intra-arterial. *Amatus Lusitanus*. 4:3 (1945) 165–171. Neste artigo o autor descreve uma das primeiras utilizações de penicilina em Portugal. Augusto Lamas descreve a utilização da penicilina, em Junho e Julho de 1944, no tratamento de quatro doentes admitidos no Serviço nº2 do Hospital de D. Estefânia. Estes estudos incidiram sobre dois casos de osteomielite dos membros inferiores e dois casos de fleimão dos membros superiores, o método apresentado foi inovador e permitiu a aplicação do medicamento diretamente no local da infeção levando a uma “economia de tempo e de medicamento”. Com base em dados recolhidos pressupomos que Augusto Lamas foi provavelmente o primeiro investigador português a utilizar a penicilina e a publicar o resultado dos seus trabalhos. A investigação de Augusto Lamas foi sem dúvida inovadora. O clínico português foi um dos primeiros investigadores a utilizar a via intra-arterial para a administração do antibiótico. Veja-se: BELL, Victoria — Introdução dos antibióticos em Portugal: ciência, técnica e sociedade (anos 40 a 60 do século XX) estudo de caso da penicilina. Coimbra: [s.n.], 2014. Tese de doutoramento. Augusto Lamas (1888-1958) foi um prestigiado médico cirurgião e urologista dos Hospitais Cívis de Lisboa e professor universitário da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Colaborou de perto com outros professores e clínicos como por exemplo A. Carneiro de Moura e Reinaldo dos Santos. Durante a Primeira Guerra Mundial integrou o Corpo Expedicionário Português (Cf. Augusto da Cunha Lamas, in *Memória da Universidade*. Uma Enciclopédia do Ensino, Ciência e Cultura na História da Universidade de Lisboa. http://memoria.ul.pt/index.php/Lamas_Augusto_da_Cunha (acedido em 04 de Outubro de 2018).

3 *Amatus Lusitanus*. 1 (1941-1942) 3.

4 *Amatus Lusitanus*. 1 (1941-1942) 4.

5 *Amatus Lusitanus*. 1 (1941-1942) 4.

6 *Amatus Lusitanus*. 1 (1941-1942) 5.

7 *Amatus Lusitanus*. 1 (1941-1942) 5.

especialidades médicas será efetuada, de acordo com a mesma nota, através de artigos curtos que permitirão informar o leitor de um modo direto e objetivo. O leitor é um termo que, neste caso, inclui os médicos portugueses, os estudantes de medicina, e outros⁸.

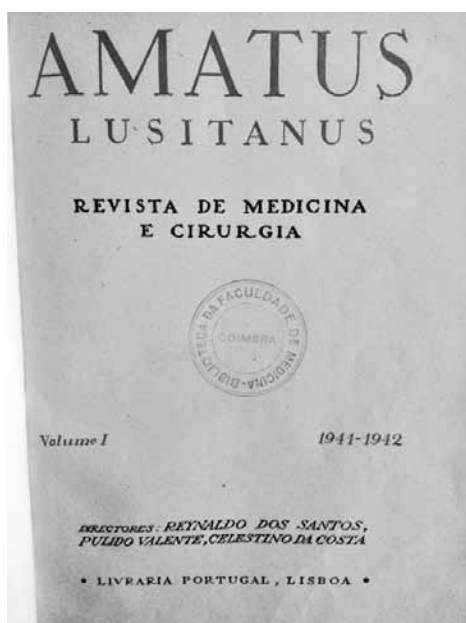


Figura 1. Capa do vol. 1, 1941-1942, da revista *Amatus Lusitanus*

O pórtico da revista apresenta-se simples e elegante. A escolha de Raúl Lino (1879-1974) para a conceção do referido pórtico, ilustra a ambição de singularidade e de estética profissional associadas à revista⁹. Para ilustrar a capa do periódico, Raúl Lino escolheu a representação de uma medalha de Amato Lusitano da autoria de Francisco Franco (1885-1955)¹⁰. Raúl Lino e Francisco Franco são dois nomes maiores da vida cultural e artística portuguesa da época e é justamente a estes dois vultos que a *Amatus Lusitanus*

8 Os responsáveis da revista fizeram questão de sublinhar que a *Amatus Lusitanus* não era um Arquivo como acontecia com outras publicações científicas. Para os dirigentes da revista, os Arquivos seriam para um público mais especializado e destinavam-se a publicar artigos resultantes de uma investigação mais especializada e erudita. A *Amatus Lusitanus* pretendia assumir-se como uma revista de investigação, de clínica médica e de divulgação de atualidades médicas (Cf. *Amatus Lusitanus*. 1 (1941-1942) 4).

9 Raúl Lino é um dos arquitetos mais conceituados e reconhecidos em Portugal em meados do século XX. Autor de vasta obras marcantes na história da arquitetura portuguesa. Cf. uma sùmula biográfica em: DURANTE, Silvio — Raul Lino da Silva. In *Enciclopedia Biográfica de Arquitectos Digital*. Documento nº: S17. Última atualização: 13/10/2015. <http://www.ebad.info/silva-raul-lino-da> (acedido em 04 de Outubro de 2018)

10 Francisco Franco é um nome maior da história da escultura em Portugal, considerado mesmo como o escultor português mais prestigiado da década de 20. Veja-se o que é dito a este propósito por FRANÇA, José-Augusto — *A Arte em Portugal no Século XX: 1911-1961*. 2ª ed. revista. Venda Nova: Bertrand Editora, 1985. Veja-se também: TORGAL, Luís Reis — *O modernismo português na formação do Estado Novo de Salazar*. António Ferro e a semana de Arte Moderna de São Paulo. In *estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 1085-1102.

ou os seus responsáveis recorrem. A medalha de Francisco Franco, segundo a nota introdutória anteriormente mencionada, “não é apenas uma bela interpretação da modesta iconografia de Amatus”¹¹. Nela, Francisco Franco também conseguiu simbolizar a “vida espiritual, nobreza e força evocativa”¹² do médico de Castelo Branco.



Figura 2. Selo dos correios portugueses (1971) tendo como motivo o escultor Francisco Franco

Se na conceção gráfica da capa da revista *Amatus Lusitanus* temos associados os nomes de vultos da arquitetura e da escultura portuguesa, Raúl Lino e Francisco Franco, no seu corpo editorial surgem alguns dos mais conceituados e reconhecidos clínicos da época.



Figura 3. Medalha de Francisco Franco alusiva a Amato Lusitano



Figura 4. Raúl Lino

11 *Amatus Lusitanus*. 1 (1941-1942) 5.

12 *Amatus Lusitanus*. 1 (1941-1942) 5

Assim, Reinaldo dos Santos, Pulido Valente e A. Celestino da Costa constituíram a direção inicial da revista. A redação integrava João Cid dos Santos, Juvenal Esteves, José Cutileiro, Ruy Hasse Ferreira, António de Castro Caldas, Jorge da Silva Horta, António G. de Sousa Dias, G. Jorge Jans e A. Ducla Soares. Como secretários da redação surgem Alberto de Sousa (só participa no volume I), António G. de Sousa Dias e G. Jorge Jans.¹³



Figura 5. Reinaldo dos Santos

¹³ Todos nomes anteriores correspondem a nomes fortes da vida científica e cultural portuguesa. Retenhamo-nos apenas na direção inicial, principais impulsionares da revista. Reinaldo dos Santos (1880-1970) foi um dos mais prestigiados cirurgiões portugueses da primeira metade e meados do século XX. Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa onde veio a ser professor, realizou especializações no estrangeiro. Esteve presente na Primeira Guerra Mundial. Em 1928 realizou a primeira arteriografia e depois uma aortografia translombar, notabilizando-se como um cirurgião vascular de excelência. Contudo, deve assinalar-se, igualmente, os seus múltiplos trabalhos de referência no campo da história da arte portuguesa tendo privado de perto com alguns dos nomes mais conceituados das artes e das letras portuguesas (Cf. COSTA, J. Celestino da — Reynaldo dos Santos — personalidade singular (1880-1980) *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*. 145:4 (1981) 249-265; VELOSO, A.J. Barros — Reynaldo dos Santos: um caso singular da medicina e da cultura, in VELOSO, A.J. Barros (Coord.) — *Médicos e Sociedade*. Para uma história da medicina em Portugal no século XX. Lisboa: By the book, 2017, pp. 278-297). Pulido Valente (1884-1963) foi prestigiado professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Teve um papel importante no ensino da medicina, destacando-se no campo da medicina interna. Participou ativamente na política como opositor ao regime do Estado Novo. Vulto maior da vida intelectual portuguesa de meados do século XX, Pulido Valente relacionou-se com alguns dos vultos maiores da vida cultural e artística portuguesa (Cf. MOURA, Miguel Carneiro de — Homenagem a Pulido Valente: pioneiro da ciência clínica. *Revista do Interno*. 4:2 (1993) 89-93; COSTA, J. Celestino da — No centenário de Pulido Valente. *Notícias Médicas*. 14:1344 (1985) 2; 6-8; COSTA, J. Celestino da — Pulido Valente e a educação médica. *Boletim da Faculdade de Medicina de Lisboa*. 3 (1985) 4-8; VELOSO, A.J. Barros — Pulido Valente e o triunfo da medicina anátomo-clínica, in VELOSO, A.J. Barros (Coord.) — *Médicos e Sociedade*. Para uma história da medicina em Portugal no século XX. Lisboa: By the book, 2017, pp. 199-212. Augusto Celestino da Costa (1884-1956) formou-se em medicina e foi professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa onde chegou a ser diretor. Notabilizou-se no campo da histologia e da embriologia. Foi um protagonista e incentivador da organização científica em Portugal e nas universidades do país, como demonstram os cargos de chefia que exerceu na Junta de Educação Nacional e no Instituto para a Alta Cultura (Cf. COSTA, J. Celestino da — A. Celestino da Costa e a sua época. *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*. 149:6 (1985) 368-375). Sobre a história da medicina em Portugal veja-se: ALVES, Manuel Valente — *História da medicina em Portugal. Origens, ligações e contextos*. Porto: Porto Editora, 2014.

Assinale-se que os três diretores iniciais da revista e seus promotores eram todos da mesma geração. Com idades muito próximas, todos eles muito empenhados e com forte consciência cívica e política, fundaram a revista e dirigiram-na quando a sua vida profissional e científica já estava estabilizada e a sua idade se situava dos cinquenta para os sessenta anos. Merece ainda ser sublinhado o seguinte: a revista termina a sua publicação aproximadamente quando Reinaldo dos Santos atinge a sua jubilação.

A partir de 1945, no volume IV, a revista passou a contar com uma delegação no Porto e outra em Coimbra o que significa uma expansão da sua linha de ação. Aureliano da Fonseca¹⁴ é indicado como o delegado da redação no Porto e F. A. Gonçalves Ferreira como o delegado de Coimbra¹⁵. E estes eram, igualmente, dois nomes de referência na medicina e na vida cultural portuguesa da época.

A Livraria Portugal¹⁶, sediada em Lisboa, na Rua do Carmo nº 70, é referida como a proprietária e editora da revista, o que tem implicações que iremos investigar pois trata-se de uma revista editada por uma editora comercial, mas pensada, projetada e organizada por vultos marcantes da medicina e da cultura portuguesas.

A revista propõe publicar um número por mês, com interrupção em agosto e setembro.

¹⁴ Aureliano da Fonseca (1915-2016) foi professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e médico no Hospital de S. João. Realizou formação avançada em França era detentor dos conhecimentos do domínio da dermatologia e da venereologia. Com interesses pela arte musical, fotográfica e por causas humanitárias, Aureliano da Fonseca é uma notável referência na dermatologia portuguesa testemunhado pelas imensas distinções de que foi alvo (Cf. BAPTISTA, A. Poiares — Os caminhos da Dermatologia portuguesa. in VELOSO, A.J. Barros (Coord.) — *Médicos e Sociedade*. Para uma história da medicina em Portugal no século XX. Lisboa: By the book, 2017, pp. 229-244; MESQUITA-GUIMARÃES, José — O Professor Aureliano da Fonseca – Breve nota biográfica. *Revista da Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia*. 74:1 (2016) 13.

¹⁵ F.A. Gonçalves Ferreira (1912-1994) pode ser considerado como o maior sanitarista português de meados e segunda metade do século XX. Professor universitário foi um dos impulsionadores da Escola Nacional de Saúde Pública e das reformas operadas no Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge. Foi Secretário de Estado da Saúde e Assistência, tendo dinamizado uma importante reforma legislativa na área da Saúde. A sua atividade científica, administrativa e docente situam-se no plano da saúde pública que se encontram bem plasmadas na sua extensa obra escrita que nos legou, sendo de sublinhar os trabalhos que realizou no campo da alimentação e da nutrição (Cf. COELHO, Aloísio M. — Gonçalves Ferreira visto de perto. In *Francisco António Gonçalves Ferreira. Livro de Homenagem*. Lisboa, 1995. pp. 113-123; COELHO, Aloísio M. — In Memoriam. In *Francisco António Gonçalves Ferreira. Livro de Homenagem*. Lisboa, 1995, pp. 11-16; veja-se, também a súmula biográfica do higienista em Gonçalves Ferreira, in <http://www2.insa.pt/sites/INSA/Portugues/QuemSomos/historia/OutPerso/Paginas/GoncalvesFerreira.aspx>

¹⁶ Tratou-se de uma histórica livraria portuguesa de enorme prestígio em meados do século XX tendo sido frequentada por vultos relevantes da vida cultural portuguesa. Cf. *Histórica Livraria Portugal vai encerrar*. Público. 23 de Janeiro de 2012. <https://www.publico.pt/2012/01/23/culturaipilon/noticia/historica-livraria-portugal-vai-encerrar-1530314> (acedido em 04. Outubro. 2018)

Anualmente seriam publicados dez números que corresponderiam a um volume. A subscrição anual em Portugal (continental, ilhas e colónias), tinha o custo de 100\$00¹⁷ e no estrangeiro de 120\$00¹⁸. Os assinantes teriam o direito de receber gratuitamente qualquer número especial da revista que fosse publicado. Os números da revista também poderiam ser adquiridos avulso por 12\$00¹⁹.

Poderiam submeter trabalhos à *Amatus Lusitanus* todos os médicos portugueses. Os artigos, originais e cujo conteúdo era da inteira responsabilidade do autor, deveriam ser entregues datilografados. As referências bibliográficas deveriam ser as indispensáveis e estar de acordo com a norma "Quartely Cumulative Index Medicus". Os autores cujos trabalhos fossem publicados na revista tinham direito a 25 separatas.

De entre as várias rubricas a serem contempladas na revista, a nota introdutória destaca as seguintes: Revistas Gerais, Lições e Conferências, Ensino e Assistência e Bibliografia Médica de Língua Portuguesa.

A rubrica Revistas Gerais, Lições e Conferências pretendia divulgar estudos relevantes pela sua inovação, estudos alvo de controvérsia entre clínicos e investigadores ou estudos sobre temáticas conhecidas, mas cujo interesse tem sido renovado. Estudantes e profissionais a ingressar na carreira serão, segundo a nota, aqueles com interesse acrescido por esta rubrica.

O ensino e as questões relacionadas com a assistência médica são tópicos discutidos na secção Ensino e Assistência. A nota introdutória esclarecia que o interesse por estas matérias se prendia com a necessidade de informar os leitores sobre as reformas instituídas e em curso.

Estudos publicados noutras revistas médico-científicas portuguesas e brasileiras foram divulgados de forma resumida na rubrica Bibliografia Médica de Língua Portuguesa. Esta rubrica pretendia fomentar o intercâmbio científico e cultural com países que partilhavam afinidades linguísticas com Portugal.

Alguns dados bibliométricos da revista

A revista *Amatus Lusitanus* foi publicada entre dezembro de 1941 e outubro de 1950. Foram publicados, na totalidade, 67 números da revista distribuídos por sete volumes. Assinale-se que a revista inicia a sua publicação em pleno período de afirmação nacionalista de Portugal e do seu império pelo chamado "Estado Novo", ou seja a ditadura de

António de Oliveira Salazar, enquanto a Europa é palco da 2ª Guerra Mundial.

O primeiro e maior volume da revista, contém 11 números. O segundo e terceiro volumes, publicados em 1943 e 1944, respetivamente, contém cada um 10 números. Em 1945 e em 1946, a publicação da revista não obedeceu ao previsto. Apesar de existirem 10 números em cada ano, no volume IV (1945) os números 9 e 10 encontram-se agregados na mesma revista, o mesmo acontecendo com os números 2 e 3, 6 e 7 assim como os números 9 e 10 no volume V (1946). Em 1947, surge o volume VI constituído, novamente, por 10 números publicados separadamente. O sétimo e último volume do periódico inicia a sua publicação em janeiro de 1948. Neste volume a publicação dos números é muito irregular. Em 1948, são publicados apenas dois números, um em janeiro e outro em julho; no ano seguinte, em 1949, surgem quatro números, janeiro, março, maio e agosto; em 1950, último ano de publicação da revista, são publicados números em janeiro, junho, julho e outubro.

A distribuição das revistas pelos respetivos volumes e anos encontra-se representada na tabela 1. Através da análise da tabela 1 podemos também verificar que o número de artigos publicados em cada volume da revista decresceu significativamente a partir do volume IV, facto que justifica a diminuição do número total de páginas nos volumes V, VI e VII.

Volume	Ano	Nº Revistas	Nº Rubricas	Nº Total Páginas	Nº Artigos
I	1941/42	11	11	885	110
II	1943	10	11	889	96
III	1944	10	16	721	79
IV	1945	9	12	757	86
V	1946	7	12	547	63
VI	1947	10	8	652	44
VII	1948/49/50	10	8	457	38

Tabela 1. Anos de publicação da revista *Amatus Lusitanus*. Dados relativos aos volumes e números publicados e ao número de rubricas, páginas e artigos de cada volume.

Na tabela 2 faz-se a distribuição das diversas rubricas da revista pelos diferentes volumes. Há rubricas que têm continuidade em todos os volumes e há rubricas que surgem apenas em alguns volumes. Conforme podemos constatar através dos dados apresentados na Tabela 2 as rubricas Lições e Conferências, Notas Clínicas, Revistas Gerais, Trabalhos Originais e Vária existem em todos os volumes da revista. Ao invés, as rubricas Bibliografia, Medicina Prática, Notas Epidemiológicas, Notas Históricas, Notas Medicina Legal, Notas para o Médico

¹⁷ Aproximadamente € 0.5 (na conversão para euros).

¹⁸ Aproximadamente € 0.6 (na conversão para euros).

¹⁹ Aproximadamente € 0.06 (na conversão para euros).

Prático e Notas Terapêuticas apenas surgem num único volume. É significativo o facto de as rubricas Publicações Estrangeiras Livros e Publicações Estrangeiras Revistas só existirem até ao Volume V, ano 1946. Pensamos que a divulgação, através destas rubricas, da principal bibliografia publicada no estrangeiro poderá ser uma tentativa da direção da revista para suprir a dificuldade de obtenção de publicações estrangeiras atualizadas, como um dos efeitos da Segunda Guerra Mundial. Conceituados autores da época, como Toscano Rico²⁰ e Raúl de Carvalho²¹, também fazem referência a estas dificuldades.

Com o final da Guerra, em 1945, as restrições de circulação de informação tornaram-se mais atenuadas, facilitando a receção de periódicos científicos estrangeiros em Portugal e consequentemente reduzindo a necessidade de divulgação das suas matérias em revistas nacionais.

Rubricas	Volumes da revista						
	I	II	III	IV	V	VI	VII
Bibliografia							X
Editoriais	X	X	X	X			
Lições e Conferências	X	X	X	X	X	X	X
Medicina Prática			X				
Notas Clínicas	X	X	X	X	X	X	X
Notas Epidemiológicas				X			
Notas Estatísticas			X	X			
Notas Históricas							X
Notas Laboratoriais			X				X
Notas Medicina Legal				X			
Notas para o Médico Prático					X		
Notas Terapêuticas			X				
Problemas da Actualidade	X	X	X		X		X
Publicações Estrangeiras Livros	X	X	X	X	X		
Publicações Estrangeiras Revistas	X	X	X	X	X		
Publicações Portuguesas Livros	X		X		X		
Publicações Portuguesas Revistas	X	X	X	X	X		
Revistas Gerais	X	X	X	X	X	X	X
Sociedades Científicas		X	X	X	X	X	X
Trabalhos Originais	X	X	X	X	X	X	X
Vária	X	X	X	X	X	X	X

Tabela 2. Rubricas publicadas nos diversos volumes da revista *Amatus Lusitanus*.

20 J. Toscano Rico, "Progressos na quimioterapia: fungos e bactérias." *A Medicina Contemporânea* LXII. Fevereiro (1944): 33-44.

21 Raul de Carvalho, "Penicilina: seu estudo entre 1929 e 1943 - 1," *Jornal dos Farmacêuticos* III.25 a 30 (1944): 9-52.

Quando analisámos o número de artigos publicados em cada rubrica verificámos, como seria de esperar, que as rubricas que surgem em todos os volumes da revista têm maior representatividade relativamente às restantes. No entanto, quando comparámos estas rubricas entre si, notámos uma clara superioridade, em número de artigos publicados, das rubricas Notas Clínicas e Trabalhos Originais.

Este facto demonstra que o objetivo proposto inicialmente pela revista, de publicar artigos curtos com interesse prático, foi atingido. Relativamente ao número médio de páginas dos artigos publicados em cada rubrica constatámos que os artigos das rubricas Lições e Conferências e Revistas Gerais são os mais extensos, com uma média de 18 e 24 páginas, respetivamente. Os dados referidos podem ser observados na tabela 3.

Rubricas	Nº artigos	Nº total páginas	Méd. nºpag/art
Bibliografia	3	4	1
Editoriais	15	32	2
Lições e Conferências	33	580	18
Medicina Prática	1	12	12
Notas Clínicas	103	716	7
Notas Epidemiológicas	1	13	13
Notas Estatísticas	3	15	5
Notas Históricas	1	5	5
Notas Laboratoriais	2	10	5
Notas Medicina Legal	1	6	6
Notas para o Médico Prático	2	24	12
Notas Terapêuticas	2	17	9
Problemas da Actualidade	12	107	9
Publicações Estrangeiras Livros	26	41	2
Publicações Estrangeiras Revistas	30	93	3
Publicações Portuguesas Livros	6	6	1
Publicações Portuguesas Revistas	24	45	2
Revistas Gerais	48	1133	24
Sociedades Científicas	28	108	4
Trabalhos Originais	130	1806	14
Vária	44	135	4
	515	4908	

Tabela 3. Número de artigos publicados em cada rubrica, número total de páginas de cada rubrica e número médio de páginas dos artigos de cada rubrica.

O estudo que temos em curso sobre a revista *Amatus Lusitanus* também contemplou o levantamento total dos autores que publicaram na revista, bem como a quantificação da sua produtividade. Facilmente nos apercebemos de que se trata de uma revista feita por uma elite científica e médica, sobretudo da escola de Lisboa, isto é, formados pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e a exercer o magistério naquela escola de ensino médico, ou a exercer clínica em Lisboa e nos seus hospitais. Todavia, também encontramos outros nomes relacionados com a Faculdade de Medicina de Coimbra e do Porto.

A investigação em curso também nos diz quais os autores que mais textos assinaram na *Amatus Lusitanus*. Além dos dois diretores iniciais Reinaldo dos Santos e Celestino da Costa que marcaram a revista com a publicação de vários estudos assinalem-se alguns outros nomes recorrentes nas páginas da *Amatus Lusitanus*. São de sublinhar A. Carneiro de Moura, Jorge Janz, João Cid dos Santos, Jorge da Silva Horta e José Cutileiro²². Mas também se devem assinalar outros nomes prestigiantes da medicina portuguesa como António de Castro Caldas, Augusto Lamas, Barahona Fernandes, César Anjo, Diogo Furtado, Eduardo Coelho, Francisco Cambournac, Gama Imaginário, Gouveia Monteiro, Ibérico Nogueira, José Garrett, Juvenal Esteves, Lopes de Andrade, Lopo de Carvalho, Luís Raposo, Machado Macedo, Manuel Farmhouse, Meyrelles do Souto, Morais Zamith, Pedro Polónio, Sá Penella, Vasconcelos Marques, Zeferino Paulo. Egas Moniz (1874-1955) foi igualmente autor da *Amatus Lusitanus*. Prémio Nobel de Medicina ou Fisiologia em 1949, figura cimeira da ciência portuguesa e mundial, Egas Moniz foi também autor na revista *Amatus Lusitanus* onde publicou o estudo "Capillaires du cerveau et de la tete"²³.

22 Entre estes assinalem-se com particular ênfase os nomes de João Cid dos Santos e Jorge da Silva Horta. Cid dos Santos (1907-1975) era filho de Reinaldo dos Santos. Foi uma das figuras mais notáveis da investigação médica portuguesa de meados do século XX. Foi conceituado cirurgião português notabilizando-se no domínio da cirurgia vascular tendo realizado alguma formação no estrangeiro. Foi médico do Hospital de Santa Maria e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, tendo concebido a flebografia e a endarteriectomia. Exerceu, também, significativa atividade política tendo sido deputado à Assembleia Nacional entre 1953 e 1957. Jorge da Silva Horta (1907-1989) foi professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa da qual foi diretor. Notabilizou-se no campo da anatomia patológica área em que realizou o seu magistério universitário e o seu trabalho de investigação. Foi também diretor do Instituto de Medicina Legal de Lisboa e fortemente empenhado na promoção de diferentes periódicos médicos como é bem exemplificado pela revista *Amatus Lusitanus*.

23 Cf. Egas Moniz, *Capillaires du cerveau et de la tete*. *Amatus Lusitanus*. 3:8 (1944) 506-521. Sobre Egas Moniz veja-se: PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (Coords.) — *Egas Moniz em livre exame*, Coimbra,



Figura 6. Egas Moniz a receber o Prémio Nobel



Figura 7. Egas Moniz

Os autores da revista pertencem a uma classe médica que investiga, que faz clínica e publica em conformidade com os critérios científicos de meados do século XX. Egas Moniz é exemplo cimeiro desta afirmação.

Algumas reflexões conclusivas

O estudo que agora publicamos apresenta alguns resultados iniciais de uma investigação em curso sobre o periódico científico *Amatus Lusitanus*. Trata-se de uma revista independente das instituições oficiais, promovida por figuras cimeiras da vida científica e cultural portuguesa. Surgida em plena Segunda Guerra Mundial, em tempo de enormes constrangimentos económicos, *Amatus Lusitanus* pretendia ter um papel científico e simultaneamente educador dos cientistas médicos e dos médicos em geral.

Amatus Lusitanus não pretendia ser hermética no sentido em que apenas a ela tivessem acesso um público especializado. Na nossa investigação temos em curso a avaliação de eventuais redes

MinervaCoimbra, 2000; CORREIA, Manuel — *Egas Moniz no seu labirinto*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013.

personais e institucionais estabelecidas com a publicação da *Amatus Lusitanus*, o modo como a revista contribuiu para a notoriedade da investigação científica realizada em Portugal, o modo como recebeu a inovação científica estrangeira, as razões da sua extinção, entre outros tópicos. Tudo parece indicar que Reinaldo dos Santos foi a grande alma da publicação *Amatus Lusitanus*.

A revista que estamos a estudar, ao assumir o nome de Amato Lusitano, alimenta também, inevitavelmente, o espírito nacionalista de afirmação de Portugal numa Europa que vive em guerra – a II Guerra mundial (1939-1945). A *Amatus Lusitanus* tem um elevado valor simbólico que está para lá dos limites da história interna da medicina. Numa época de autoritarismos, de totalitarismos, de imperialismos, de conflito bélico à escala mundial, seguido de penoso enfrentamento das ruínas físicas, mentais, morais, políticas, materiais e outras, encontramos em Portugal revistas como a *Amatus Lusitanus*. É do conhecimento geral que Portugal, através dum processo ditatorial (1926-1974) esforçava-se por seguir a sua via nacionalista e imperialista, tendo, de facto, nesta década de 40 construído e divulgado (dentro e fora do país), uma auto-imagem de sucesso. A revista *Amatus Lusitanus* pode ser lida como um barómetro do estado das elites científicas e médicas na década de 40 de século XX mas, também é possível que nos dê sinais dessa caminhada de Portugal.

Fontes e Bibliografia

Fontes

- Amatus Lusitanus. *Revista de Medicina e Cirurgia*. Volume I a VII (1941-1950)
- CARVALHO, Raúl de — Penicilina: seu estudo entre 1929 e 1943 – 1. *Jornal dos Farmacêuticos*. III:25-30 (1944) 9-52.
- LAMAS, A. — Penicilina intra-arterial. *Amatus Lusitanus*, 4(3) (1945) 165-171
- RICO, J. Toscano — Progressos na quimioterapia: fungos e bactéria. *A Medicina Contemporânea*. 62 (1944) 33-44.

Bibliografia

- ALVES, Manuel Valente — *História da medicina em Portugal. Origens, ligações e contextos*. Porto: Porto Editora, 2014
- BAPTISTA, A. Poiares — Os caminhos da Dermatologia portuguesa. in VELOSO, A.J. Barros (Coord.) — *Médicos e Sociedade. Para uma história da medicina em Portugal no século XX*. Lisboa: By the book, 2017, pp. 229-244
- BELL, Victoria — *Introdução dos antibióticos em Portugal: ciência, técnica e sociedade (anos 40 a 60 do século XX) estudo de caso da penicilina*. Coimbra : [s,n.], 2014. Tese de doutoramento.
- COELHO, Aloísio M. — Gonçalves Ferreira visto de perto. In Francisco António Gonçalves Ferreira. *Livro de Homenagem*. Lisboa, 1995. p. 113-123.
- COELHO, Aloísio M. — In Memoriam. In Francisco António Gonçalves Ferreira. *Livro de Homenagem*. Lisboa, 1995. p. 11-16
- CORREIA, Manuel — *Egas Moniz no seu labirinto*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013
- COSTA, J. Celestino da — Reynaldo dos Santos — personalidade singular (1880-1980) *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*. 145:4 (1981) 249-265'
- COSTA, J. Celestino da — No centenário de Pulido Valente. *Notícias Médicas*. 14:1344 (1985) 2; 6-8.
- COSTA, J. Celestino da — Pulido Valente e a educação médica. *Boletim da Faculdade de Medicina de Lisboa*. 3 (1985) 4-8
- COSTA, J. Celestino da — A. Celestino da Costa e a sua época. *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*. 149:6 (1985) 368-375
- FRANÇA, José-Augusto — *A Arte em Portugal no Século XX: 1911-1961*. 2ª ed. revista. Venda Nova: Bertrand Editora, 1985.
- MESQUITA-GUIMARÃES, José — O Professor Aureliano da Fonseca – Breve nota biográfica. *Revista da Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia*. 74:1 (2016) 13
- MOURA, Miguel Carneiro de — Homenagem a Pulido Valente: pioneiro da ciência clínica. *Revista do Interno*. 4:2 (1993) 89-93
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (Coords.) — *Egas Moniz em livre exame*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2000
- TORRAL, Luís Reis — O modernismo português na formação do Estado Novo de Salazar. António Ferro e a semana de Arte Moderna de São Paulo. In estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 1085-1102.

- VELOSO, A.J. Barros — Pulido Valente e o triunfo da medicina anátomo-clínica”, in VELOSO, A.J. Barros (Coord.) — *Médicos e Sociedade. Para uma história da medicina em Portugal no século XX*. Lisboa: By the book, 2017, pp. 199-212.

- VELOSO, A.J. Barros — Reynaldo dos Santos: um caso singular da medicina e da cultura, in VELOSO, A.J. Barros (Coord.) — *Médicos e Sociedade. Para uma história da medicina em Portugal no século XX*. Lisboa: By the book, 2017, pp. 278-297.

Sítios da Internet

- Augusto da Cunha Lamas, in *Memória da Universidade. Uma Enciclopédia do Ensino, Ciência e Cultura na História da Universidade de Lisboa*. http://memoria.ul.pt/index.php/Lamas,_Augusto_da_Cunha (acedido em 04 de Outubro de 2018)

- Gonçalves Ferreira, in <http://www2.insa.pt/sites/INSA/Portugues/QuemSomos/historia/OutPerso/Paginas/GoncalvesFerreira.aspx> (acedido em 04 de Outubro de 2018)

- DURANTE, Silvio — Raul Lino da Silva. In *Enciclopédia Biográfica de Arquitetos Digital*

- Documento nº: S17. Última atualização: 13/10/2015. <http://www.ebad.info/silva-raul-lino-da> (acedido em 04 de Outubro de 2018).

Créditos das figuras

- Figura 1. Capa do vol. 1, 1941-1942, da revista *Amatus Lusitanus*

- Figura 2. Selo dos correios portugueses (1971) tendo como motivo o escultor Francisco Franco

- Figura 3. Medalha de Francisco Franco alusiva a Amatus Lusitano (*Amatus Lusitanu*, nº 1)

- Figura 4. Raúl Lino (https://en.wikipedia.org/wiki/Raul_Lino)

- Figura 5. Reinaldo dos Santos (https://pt.wikipedia.org/wiki/Reinaldo_dos_Santos)

- Figura 6. Egas Moniz a receber o Prémio Nobel (In: Pereira, A.L.; Pita, J.R.; Rodrigues, R.M. — *Retrato de Egas Moniz*. S.l.: Círculo de Leitores, 1999)

- Figura 7. Egas Moniz (In: Pereira, A.L.; Pita, J.R.; Rodrigues, R.M. — *Retrato de Egas Moniz*. S.l.: Círculo de Leitores, 1999)

* Professora da Faculdade de Farmácia (Laboratório de Sociofarmácia e Saúde Pública); Investigadora do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX-CEIS20. Universidade de Coimbra. Email: victoriabell@ff.uc.pt.

** Professora da Faculdade de Letras (Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes); Investigadora e coordenadora científica do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX-CEIS20. Universidade de Coimbra. Email: aleop@ci.uc.pt.

*** Professor da Faculdade de Farmácia (Laboratório de Sociofarmácia e Saúde Pública); Investigador e coordenador científico do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX-CEIS20. Universidade de Coimbra. Email: jrpita@ci.uc.pt.

AMATO LUSITANO E O TURISMO MÉDICO NA MADEIRA

Alfredo Rasteiro *

A Ilha da Madeira, trazida ao mundo médico por **Amato Lusitano (c.1511-c.1568)** foi, depois, lugar de refúgio de cientistas, artistas e médicos, doentes e acompanhantes, viajantes e jornalistas que divulgaram o nome da Ilha e a fama dos seus produtos, qualidade do Clima e urbanidade das Gentes.

John Barrow, Samuel Daniell e Thomas Medland imortalizaram a «*Capela dos crânios*», William Westall, Susan Harcourt, Emily Smith, James Bulwer, Andrew Picken, Frank Dillon, Eduard Hildebrandt, Karl Brjullof, Ella du Cane, Max Römer, fotógrafos e sêlos dos C.T.T. celebraram a *Fortaleza do Pico*, James Cook visitou conventos de clarissas e franciscanos, Richard T. Lowe identificou a *Viola paradoxo*, Charles Lyell e Georg Hartung estudaram formações geológicas, Robert Willan terminou os seus dias, Júlio Dinis escreveu os «*Fidalgos*», William Gourlay, Joseph Adams, J.A.Mason e F.A.Barral relacionaram Clima e evolução de «*doenças do peito*», Paul Langerhans descreveu *Anelídeos* marinhos, António Nobre namoriscou, Illia Mecnikov, José Martins Fontes, Miguel Torga e Ralph Steinman, deixaram saudades.

1. Introdução

«*Mudança de ares de Londres para Nisa*», em alternativa a Funchal - indicação dada em 1834 pelo médico da Rainha Vitória Sir James Clark (1788-1870) ao jovem clínico J.A. Mason (1808-1835) - merece registo em «*Medicina na Beira interior, da pré-história ao século XXI*» trezentos anos depois de Amato Lusitano (c.1511 - c.1568) reconhecer que a ausência de luz, a má ventilação, a alimentação deficiente, e o exercício de algumas profissões, devastam a Saúde (Quinta Centúria, 86ª) e arruinam famílias, como a do *Tecelão de seda* Vizinho, filha, esposa e sogra (Primeira Centúria, Curas 12ª, 13ª, 14ª e 16ª) antes que militares britânicos de regresso a casa, e tuberculosos com poder de compra oriundos do vasto mundo, elejam a Ilha da Madeira porto de abrigo e lugar de refúgio, antes de Robert Koch (1843-1910) descobrir o Bacilo de Koch, 1882 (*Mycobacterium tuberculosis*), antes de Selman Abraham Waksman (1888-1973) descobrir a *Streptomycin*, 1943.

A civilização greco-latina associou lugares aprazíveis e Cedros, Apollo e Cyparissus (Cipreste), Cedros do Líbano e mastros de navios (Ezequiel, 587 a.C., 27:3), viagem de Ulisses e Viagem última.

O Doutor Amato terminou os seus dias em Salonica, em 21 de Janeiro de 1568.

Liberta do domínio otomano em 1912, Salonica recuperou a designação Θεσσαλονίκη.

O Cemitério israelita degradou-se, recebeu a Universidade Aristóteles em 1925, foi arrasado em 1939-45, recebe atenções e mostra Memórias depois de 2013.



Fig. 1 – Cemitério judaico de «Salonica» antes de 1912

A constatação do «Desaparecimento do túmulo de Amato Lusitano» antes de 1912 (J.A.David de Moraes: *Medicina na Beira Interior*, nº 27, 2013, pp.7-12) determina, de alguma forma, um derradeiro Luto que, em outros locais, será renovado, por exemplo na «requalificação» do Cemitério Judaico do Funchal (1851), levada a cabo em 2015.



Fig. 2 - Cemitério Judaico, aguarela de Römer (c.1935) e estado atual

O Doutor João Rodrigues leu o que Marcello Virgilio Florentino (1464-1521) disse da Ilha da Madeira, «*Ilha perdida além de Gades*» onde cresciam cedros que davam mastros para os maiores navios (Virgílio: «*Dioscoridis greco-latino*», 1529) e exaltou-os:

«*Crescunt enim cedri, in insula Maderiæ, tanta proceritate, ut cæteras illic superare dixeris arbores, non minus quoque in insula Cypri atque in Syria felicissime crescunt...*»

(Amato Lusitano: *In Dioscoridis*, 1553, Lib. I, De Cedro, En. 95; Index, 1536, Ph. 90, Ph. 91). O Cedro da Madeira, *Cupressaceae Juniperus cedrus* Webb & Berthel., Sbsp. *Maderensis* (Menezes) Rivas Mart., Capelo, J. C. Costa, Fontinha, R. Jardim & M. Seq. é uma planta dióica extremamente rara. Atinge vinte metros de altura, mas pode não passar de simples arbusto, confrontado com Cedros do Bussaco (*Cupressus lusitanica*), ou com o Cipreste de Monterey, *Cupressus macrocarpa* da Califórnia, que facilmente se adaptou.

«*loam gonçalvez ho zarco, & Tristam vaz teixeyra, ... No anno de (mil) 420 descobriram as ilhas da madeira, & se passaram a ella, onde ainda acharam a hirmida & pedra que contava, como (Roberto) Machim ali estivera*» com Ana de Arfet (António Galvão (c.1505-1557): *Tratado dos Descobrimentos*, 1550, *póstumo*, 1563, 2ª ed. 1731, 1987).

Associada desde o início do século XVIII à boa convivência e à morte por tuberculose, apresentando dias de Sol e temperaturas amenas em todos os dias do ano, diferenças entre temperaturas máximas e mínimas inferiores a 10º Celsius, reconhecida pela qualidade do clima, a Ilha da Madeira favoreceu a humanização territorial e a introdução de culturas exóticas de sucesso, *Vitis vinifera* e «*Cana melica*», *Sacharum spp.* oriundas do Mediterrâneo oriental (Amato Lusitano: *In Dioscoridis*, 1553: Lib. II, De Melle, En. 77), acolheu «*Musas*» africanas e «*Batata doce*» do Brasil, *Ipomoea batatas*, adaptada em Cabo Verde e apreciada em Lisboa (*In Dioscoridis*, 1553, Lib. II, *Enarratio centesimi capitis*).

A fertilidade dos terrenos e a qualidade do clima tornaram possível o exagero de uma oferta de assucar ao Papa Leão X (1475-1521) na forma de uma Cúria romana em tamanho natural, em *figuras de alfenim* que o capitão donatário Simão Gonçalves da Câmara (1460-1530) levou a Roma em 1512 (A. Rasteiro: *Medicina na Beira interior*, nº 27, 2013, p. 18-19).

No século XVIII, navios de Dona Guiomar Madalena de Sá Vasconcelos Bettencourt Machado

de Vilhena (1705-1789) correram os mares, exaltaram a fama da Ilha e levaram Vinho «*Madeira*» à América do Norte, e à China. A fama do Vinho tornou famosa a Ilha e dá razão a José Milhazes e Siri Milhazes, na Rússia: «*Madeira: primeiro chegou a fama do vinho, depois da ilha*», Alêtheia, 2013. Do outro lado do mar, do Brasil, o sanitarista José Martins Fontes (1884-1937) zarpa para a Europa e, no Funchal, desabafa: «*Longe defronte do mar/Triste, saudoso, sozinho aqui estou/ Vim à Madeira buscar/ A saúde que seu vinho me levou*» - «*levou*» e «*portou*», palavra com duplo sentido utilizada por um sanitarista tuberculoso, que morreu cirrótico.

Ponto de referência nas rotas oceânicas, atracção fatal para Blaise de Montluc (1566), respeitada por piratas irreverentes e marinhas disciplinadas, lugar de quarentena de tropas britânicas de regresso a casa, porto de escala de esquadras Russas e Alemãs, o porto do Funchal foi procurado por *doentes do peito* (tuberculosos) que se podiam dar ao luxo de fugir das terras frias da Europa e das turbulências mediterrânicas para aqui se curarem, ou para morrerem de coração cansado, a citar Homero e a desejar o Sol (*Odisseia*, Canto IV, 539-540), como Langerhans:

ΟΘΔΕ ΝΘ ΜΟΙ ΚΗΡ ΗΘΕΛ ΕΤΙ ΖΕΙΝ ΚΑΙ
ΟΡΑΝ ΦΑΟΣ ΗΕΛΙΟΙΟ

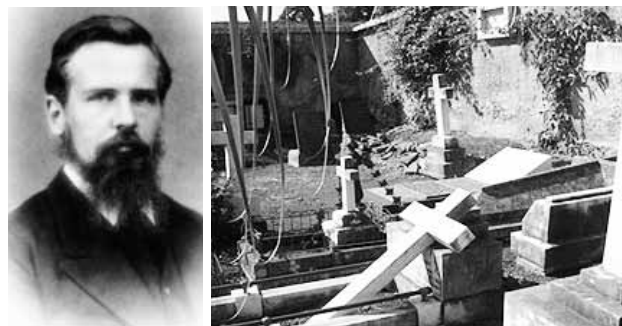


Fig. 3 – Retrato e Jazigo com a lápide de Langerhans

A intolerância da Inquisição e a prepotência de alguns Jesuítas, a negação de sepultura aos corpos mortos dos não católicos e a prática da Escravatura, denunciadas por John Ovington (1653-1731) na *Voyage to Suratt*, 1689 - recordadas por Edward Vernon Harcourt (1825-1891) em «*A sketch of Madeira*», 1851 cotado no «*Handbuch für Madeira*», 1885 de Paul Langerhans - foram condenadas pelo Marquês de Pombal (1699-1785) quando aboliu a Escravatura (1761) e autorizou Cemitérios para todos, em 1765.

O Factory Burial Ground inaugurado em 1770, perto da Fortaleza do Pico, poupado por aluviões e investidas marítimas, recebeu um *Talhão militar* em 1808 - «*TO THE MEMORY/ THOSE WHO DIED/*

IN THE SERVICE/ OF THEIR COUNTRY/ «LEST WE FORGET» - e foi ampliado em 1851 (*British Cemetery*) após expropriação do *Factory Burial* em benefício da Rua da Carreira e do Largo Conde Ribeiro Real, sobrando algum espaço que, em 1915, recebeu o Paço Episcopal Católico.

O Cemitério Judaico do Funchal, autorizado em 1851, inaugurado em 1854 na zona do Lazareto, recebeu 38 corpos e foi desactivado em 1976 porque, desta vez, caíam Sepulcros para o mar. Património Cultural da Região desde 1993, «requalificado» em 2015, perdeu os Ciprestes que em 1935 motivaram o aquarelista Max Wilhelm Römer (1878-1960), pai de Anita L. K. Römer (1904-1934), sepultada nas «Angústias».

Os católicos ocuparam o Cemitério das Angústias inaugurado em 1818, desactivado em 1948, actual Parque de Santa Catarina.



Fig. 4 – Cemitério das Angústias / Parque de Santa Catarina

«A voyage to Cochinchina», 1806 de Sir John Barrow (1764-1806) insere imagem da «Capela dos Ossos» do Convento de S. Francisco desenhada por «Mr. Daniell» em 1792, acessível na Internet. Nesta capela, John Barrow observou ossos longos, contou três milhares de crânios e sugeriu que seriam úteis ao Doutor Gall, «the famous lecturer on skulls in Vienna», Franz Joseph Gall (1758-1828).

O Convento Franciscano do Funchal, iniciado em 1473, entrou em declínio em 1835 e foi destruído, em 1865.

A Memória da Capela dos ossos, «gabinete dos crânios» (1806) que encantaram John Barrow e divertiram Nicolau C. B. Pitta («capela dos fantasmas», 1812) permanece no desenho de Samuel Daniell (1775-1811) e gravura de Thomas Medland - «ll. Chamber of skulls in the Franciscan Convent, to face Page 8» - n'«A voyage», 1806 de Sir John Barrow, ausente no exemplar adquirido pela Biblioteca Nacional.

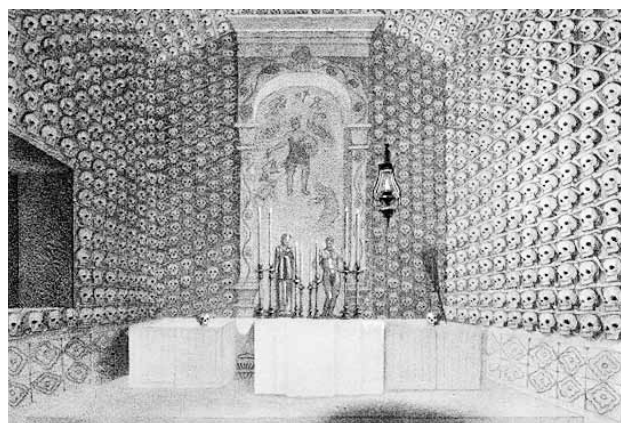


Fig. 5 - Capela dos ossos, desaparecida em 1865

Em 1812 William Westall (1781-1850) publicou, em Londres, uma gravura do «Castelo do Pico e Baía do Funchal» desenhados em 1801 (*The Peak Castle from the Bay of Funchall*), separados pela plataforma das Angústias, terreno que será escolhido em 1808 pelo Brigadeiro Reinaldo Oudinot (1744-1807) para a implantação de uma «Cidade Nova», liberta de aluviões. Recusado o Plano, a construção indisciplinada que invadiu o «Campo» e a «Quinta das Angustias» atraiu Tísicos de todo o mundo e apreciadores viciados no «Vinho Madeira».



Fig. 6 – Lado direito das imagens: «Quinta das Angústias» em 1801 e 2018

Duzentos anos de esperanças de uma vida mais saudável - raramente atingida - e crimes ambientais imperdoáveis separam a Gravura dos Westall (1812) das fotografias de 2018, a denúncia dos Corpos lançados ao mar (Ovington, 1689; Westall, 1812) e a corrida para a água como Lemingues *Lemmus lemmus*, dando razão a dom Miguel de Unamuno (1864-1936):

«Portugal é um povo triste, até mesmo quando sorri. ... Portugal é um povo de suicidas, talvez um povo suicida»

(M. Unamuno: *Por Tierras de Portugal y de España*, 1911).

2 . Júlio Dinis

Joaquim Guilherme Gomes Coelho, **Júlio Dinis (1839-1871)**, sentindo-se tuberculoso, passou temporadas no Funchal em 1869 (Março-Maio), 1869-70 (Outubro-Maio) e 1870-71 (Outubro-Maio). Deixou Testamento cívico em «*Os fidalgos da casa mourisca*», derradeiro Trabalho escrito numa casa da «Rua da Carreira» (*de cavalos*) assinalada com o nº 90, placa metálica e estátua em bronze. Quase ao lado, «*Photographia «VICENTE» Estabelecida em 1846*» - Museu em recuperação - e não se fez fotografar. De muito perto apreciou a imponência decorativa e a impotência real do Forte do Pico, datável de 1639, construído para manter os funchalenses em respeito, atração de artistas românticos que deixaram descrições e esboços, gravuras, pinturas e fotografias.

A Igreja anglicana da Santíssima Trindade (1822) está a quinhentos metros e a Rua da Carreira vai até ao «British Cemetery» a que se segue, aninhada contra o Hospital das Cruzes, a casinha modesta de Herberto Helder (1930-2015).

Olhando «*cedros e ciprestes*» (do Burial Ground), Júlio Dinis assistiu à passagem de «*ingleses cadavéricos, alemães diáfanos, portugueses descarnados, brasileiros, norteamericanos, russos; são velhos, adultos, crianças, vaporosas belezas femininas de toda a parte do mundo*»

(Carta a José Pedro da Costa Basto,
<http://bmfunchal.blogs.sapo.pt/>)

A «Fortaleza do Pico», atualmente Museu (2018), sugeriu a Júlio Dinis o «solar» que imaginou «*casa mourisca*» n'«*Os fidalgos da casa mourisca*», 1571:

«*pequenas torres quadradas, que se erguiam, coroadas de ameias, nos quatro ângulos do edifício, ... estreitas seteiras abertas nos muros, ... certo ar de castelo feudal, ... Nenhum estilo arquitectónico ... incongruências e absurdos daquela fábrica grandiosa, ... aquele vulto escuro e sombrio, contrastando com os brancos e risonhos casais disseminados por entre a verdura das colinas próximas, ...*»

«*...Na raiz da colina fronteira àquela, onde o solar dos fidalgos erguia as suas torres ameadas, assentava o mais risonho e próspero casal dos arredores. Era uma completa casa rústica, conhecida por aqueles sítios pelo nome, que por excelência se lhe dera, de Herdade...*»

Sugestão macabra para *British Cemetery*.



Fig. 7 – Talhão militar c. 1866 (em espelho); Júlio Dinis

Por detrás do conjunto Fortaleza do Pico e Cemitério dos Ingleses ergue-se alta montanha capaz de desafiar «*os poetas, que são os únicos que sabem ce qu'on entend sur la montagne?// Avez-vous quelquefois, calme et silencieux,/ Monté sur la montagne en présence des cieux?*». A Internet identifica Poema e Poeta, *Les feuilles d'automne*, 1831 e Victor Hugo (1802-1885).

Compreende-se que a leitura deste Poema pudesse ajudar o Professor Gomes Coelho, consciente da ineficácia dos meios de que dispunha para combater a tísica que o minava, revoltado com o veredicto médico, incapaz de escalar a Montanha que estava à sua frente e a desafiar os Céus, a olhar, nostálgico, o Oceano, enquanto aguardava o chamamento de Deus, sabendo que o Livro do Destino baralhava Poemas da Natureza e Gritos do Homem! «*Ô altitude!*»

(«*Fidalgos*», Cap. II)

3 . Visitantes ocasionais

Viagens de exploração científica conduziram ao Funchal desenhadores como William Hodges (1744-1797), colaborador de James Cook (1728-1779) na «Viagem a Taiti» onde foram observar a passagem de Vénus pelo Sol. Durante a escala no Funchal, de 12 a 14 de Setembro de 1768, houve uma troca de tiros entre o navio *Endeavour* e o Ilhéu da Pontinha.

Artistas houve que pintaram navios em igual imagem da Baía do Funchal, em tempos diferentes, como Thomas Buttersworth (1768-1827), *Blenheim*, *Greyhound* e *Harrier* que estiveram em Trafalgar (21 de Outubro de 1805) e, posteriormente, o *Dunira*.

Thomas Daniell (1784), James Bulwer (1826) e Andrew Picken (*Madeira Illustrated*, London, 1842) divulgaram rigorosas imagens da Ilha. Frank Dillon (1822-1909) pintou cortejo fúnebre no «English Burial Ground» com o Forte do Pico, em 1850 (*Sketches of the Island of Madeira*, London, 1850); William Combe (1742–1823) imortalizou «*vilões*»

e franciscanos, ingleses e matronas n'A *History of Madeira, London, 1821*;

Thomas Edward Bowdich divulgou os desenhos de Sarah Bowdich (c.1792-1865) em *Excursions in Madeira and Porto Santo during the autumn of 1823*, Londres, 1825.

Óleos do Alemão Eduard Hildebrandt (1818-1868) e do Russo Karl Brjullof (1799-1852); aguarelas da Australiana Ella Mary du Cane (1874-1943) in Florence Gertrude Louisa du Cane (1869-1955) : *The Flowers and Gardens of Madeira*, 1909; fotografias de Miss Mildred Cossart, seis dezenas in William Henry Koebel (1872-1923): *Madeira old and new*, London, 1909; aguarelas do Alemão Max Wilhelm Römer (1878-1960), residente desde 1922, enobrecem os seus Autores, mostram Madeira ao Mundo.

Em 1850 o pintor russo **Karl Pavlovič Brjulov** (Карл Павлович Брюллов) gratificou o seu jovem médico tuberculoso, doutorado em Paris, Dr. António Alves da Silva (1821-1854) com «*Retrato do seu médico*», adquirido em 2017 por 175 mil euros.

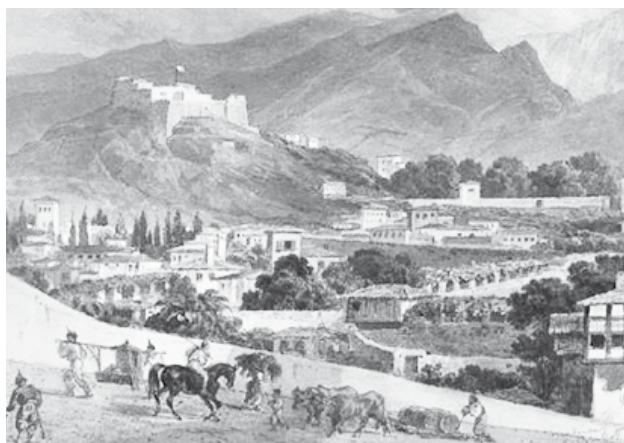


Fig. 8 – Karl Brjulov: Forte do Pico e British Cemetery, 1850

4 . Acompanhantes de tuberculosos

Lápide abandonada de **Robert Willan** (1757-1812), «pai da dermatologia»:

SACRED TO THE MEMORY
OF
ROBERT WILLAN M.D.F.R.S.
OF LONDON
WHO DIED IN THIS ISLAND
7 APRIL 1812 AGED 53 YEARS

NEAR THE SAME SPOT ARE
DEPOSITED THE REMAINDS
OF HIS FRIEND
THOMAS BENNET SMITH

JUNIOR
WHO DIED HERE JUNE 1812
AGED 28 YEARS

Não sabemos se a pedra tumular de Robert Willan foi encostada à parede por abandono, ou em consequência de alargamento da Rua da Carreira. Aguarela de Emily Smith sugere que a actual localização já existia em 1847, corroborada num desenho de Susan Holroyd.



Fig.9 – Lápide de R.Willan (1812) e desenhos de S.Harcourt (1851) e E.Smith (1847)

Emily Geneviève Hanson Smith (1817-1877) esteve na Ilha da Madeira em **1847-48** a acompanhar o esposo Reverendo Reginald Southwell Smith (1809-1895) que era tuberculoso e lhe sobreviveu dezoito anos. Tiveram dez filhos, sobreviveram oito.

Deixou-nos *A Panoramic view of the City of Funchal*, Londres, 1848 dedicado a Adelaide, rainha viúva de William IV.

Lady **Susan Harriet Holroyd** (1849-1894), **Harcourt** pelo casamento, ilustrou «*A sketch of Madeira*», Londres, 1851 de Edward Vernon Harcourt (1825-1891) com representações da Ilha, merecendo destaque a gravura Cemitério Britânico, imagem do «*Talhão militar*» acrescentado em 1808, ciprestes e jazigos abandonados, lápides expostas nas paredes. Susanna Hoe reproduziu esta gravura em «*Madeira. Women, history, books & places*», Oxford, 2004, p.81.

De quantos acompanharam doentes tuberculosos ao Funchal destaca-se, pela sua dedicação e sacrifício familiar, o Biólogo ucraniano futuro Prémio Nobel da Medicina (1908) **Élie Metchnikoff** (Илья Ильич Мечников/ Ilya Ilyich Mechnikov/ Илья Ильич, Мечников 1845-1916). Desprovido de meios de fortuna, noivo de uma Senhora tuberculosa, Liudmila Vassilevna Feorovitch, Людмила Васильевна Феоровит

conduziu-a ao Funchal em 1869 e trabalhou arduamente nas Ilhas Canárias até ao funeral da esposa, a que não pode assistir, em 20 de Abril de 1873. A Senhora Mecnikova estudara *Medusæ* e *Siphonophora* (Moscou, Soc. Sci. Bull., 8, nº 1 (1870), col. 295-370).

Em 1883 Metchnikoff descobriu que as larvas das *Estrelas do mar* possuem células que fagocitam corpos estranhos; recebeu o Prémio Nobel da Medicina em 1908, juntamente com Paul Ehrlich (1854-1915).

5. Paul Langerhans

Paul Langerhans (1847-1888) residiu no Funchal desde 1875 a 1888, exerceu clínica, cuidou de doentes tuberculosos, voltou a fazer investigação científica de qualidade e morreu insuficiente renal por provável «doença profissional» resultante de ter utilizado sais de metais pesados para fazer impregnações histológicas, agravada por eventual uso iatrogénico de derivados mercuriais como tratamento, que o não era.

Na época, clínicos conceituados como Sir James Clark (1788-1870), médico da Rainha Vitória (1819-1901), prescreviam «*Mercurio, Taraxacum, Sarsaparilla, Antimonio, Sulphur, Mineral waters, Alkalies, Purgative, Tonics, Bathing, Traveling, Sailing, & c.*» para o «tratamento» da Tuberculose (J. Clark: *A treatise on tubercular phthisis, or pulmonary consumption, from the Cyclopaedia of Practical Medicine*, London, 1834 citado por Langerhans: «*Climate and tubercular phthisis in Cyclop. of pract. Med.* 1834).

Na juventude, estudante, Langerhans descobriu *Células dendríticas* na epiderme (1868) ditas de *Langerhans* e encontrou uns *Ilhéus, no Pâncreas* (1869) que lhe deram a Licenciatura, e que receberam o seu nome. Homem de Laboratório, na vida adulta, em Jerusalém, Langerhans estudou a Lepra (P. Langerhans: *Lepra und Leprosen in Jerusalem*, Archiv Patholog Anatom. Physiolog. Klin. Med, 1870; 50:453-455). Na idade madura, tuberculoso, fez o que sabia: observou doentes com sofrimento torácico e registou o que viu, reviu bibliografia e estudou a transmissão da tuberculose. Homem de acção e Homem de Laboratório, manteve curiosidades de menino. Procurou Anelídeos marinhos e encontrou novas Espécies, nas Canárias e na Madeira. Capturou, estudou, desenhou, descreveu, identificou e classificou cerca de uma centena de espécies «novas» de *Langerhansias*.

O *Handbuch für Madeira* (1885) é uma Revisão exhaustiva de quanto encontrou nestas partes da Macaronésia - *afortunadas e abençoadas* - pago pelo Governo Alemão.

Em 1885-86 mantinha gabinete de investigação, atendia doentes, casou e residiu na Rua dos Netos nº 11, próximo do actual «*Externato da Apresentação de Maria*» onde minha neta Caetana aprende os primeiros passos. Estimo que falem de Langerhans e coloquem «placa» comemorativa.



Fig. 10 – Residência dos Langerhans (1885-86),
Rua dos Netos, nº 11

Em 1886-88 Langerhans viveu os seus últimos dias na «Quinta das Angústias», frente ao «Hospício» da *Princesa Flôr*. Vizinho do Cemitério católico das Angústias, repousa no Cemitério anglicano *British Cemetery* onde recebe visitas e placas comemorativas de médicos, patologistas, diabetologistas e dermatologistas, nomeadamente de Ralph Marvin Steinman (1943-2011) Prémio Nobel da Medicina (2011).

Exemplo de processo sumário de lavagem da Memória de Pessoas, nomes e designações, branqueamento da História, a **Quinta das Angústias** da Dona Guiomar, dos Leuchtemberg, da duquesa de Bragança, dos Langerhans, tornou-se «Vigia» do Governo insular desde 1978.

Langerhans manteve contactos científicos e familiares na Europa e visitou, regularmente, Berlim. No Funchal frequentou a Biblioteca do Município (3000 volumes) e a «*Bibliothek von über 4000 Bänden*» do «*englischen Club*». Terá encontrado o dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo (1825-1898), licenciado em Direito (1849), residente no Funchal em 1850-81, editor e anotador das «*Saudades da Terra*» referidas no «*Kapitel XVIII, Literatur*» do *Handbuch für Madeira*, 1885. O *Handbuch* refere 60 Autores e regista 160 referências

e seis trabalhos pessoais, cinco de Biologia e um de clínica, *Zur Aetiologie der Phtisie*, Virchow's Archiv. 1884.

Entre os portugueses - uma dezena - além do «Dr. Gaspar Frutuoso: As saudades da terra. Historia das Ilhas Porto-Santo, Madeira, Desertas e Selvagens. Manuscrito do Século XVI, Annotado por **A. R. de Azevedo**, Funchal, 1873» (reeditado em 2008) regista «Observações» de Luiz da Silva Mousinho d'Albuquerque que serviram para a «história geológica das ilhas da Madeira etc.», *Mem. Da Acad. Real das sciencias de Lisboa*, XII, I, 1837 e refere estudos climatológicos dos médicos Nicolau Pitta, Sousa Vaz, Vieira e Francisco Barral.

Dos Estrangeiros que estudaram a fauna, a flora e a geologia da Ilha, o destaque vai para **Richard Thomas Lowe** (1802-1874), residente no Funchal em 1832-54: «*Faunae et Florae Madeirae et Portus Sancti*», London, 1851, **Charles Lyell** (1797-1875): *On the Geology of some parts of Madeira*, London, 1854 e **Georg Hartung** (1821-1891), residente em 1853-54: *Geologische Beschreibung der Inseln Madeira und Porto Santo*, Leipzig, 1854.

6 . Clima da Madeira

Entre os Médicos que estiveram na Ilha da Madeira e que estudaram a influência do Clima na evolução da própria doença, ou que registaram modificações no estado clínico dos seus doentes, Langerhans recorda **William Gourlay**, **Joseph Adams** e **J.A.Mason**, **Nicolau Pitta**, G. Mourão Pitta, Accurcio Ramos, Vaz, Vieira e **Francisco Barral**.

Testemunha de ocupações britânicas em 1801-02 e 1807-14, **William Gourlay** (c.1755-c.1825) destacou:

«*the value of this Island, in the possible contingency of its becoming an integral part of the British dominions*», dadas «*the advantages to be derived from a migration to this climate, in cases of impaired health, or existing disease*»

(W.Gourlay: *Observations on the natural history, climate, and diseases of Madeira during a periode of eighteen years*, London, 1811, p. 142).

Gulielmus Gourlay, escocês, terminou o curso de Medicina com uma «*Dissertatio medica inauguralis de Erysipelate*», Edinburg, 1782. Considerando-se especialista em «*Erisipelas*», utilizou a pele do lagarto comum da Ilha da Madeira, *Lacerta Agilis*, em casos de «*Elefantíasis*». Nos ascíticos prescreveu correctamente Dedaleira, introduzida por William Withering (1741-1799) em 1785 («*An Account of the foxglove...on the dropsy*»), referido por Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829): *Descrição da Dedaleira ou digitalis*, Lisboa, 1790.

Joseph Adams (1756-1818), residente no Funchal desde 1796 a 1804, acompanhou doentes tuberculosos e preocupou-se com o problema da Lepra. De regresso a Londres, apoiou Edward Jenner (1749-1823) e aceitou, erradamente, que «cowpox» e «smallpox» eram a mesma doença. Deixou-nos «*A short account of the climate of Madeira with instructions to those who resort thither for the recovery of their health. By Joseph Adams M.D. of the Royal College of Physicians of London, and Physician in the Island of Madeira, London: Longman, 1801, Price One Shilling*», 2ª. ed. 1808. Encontrou Leprosos na zona do Lazareto do Funchal e na freguesia da Lombada da Ponta do Sol. Comentou o número de casos observados, instalações, tratamentos, confusões e dificuldades de diagnóstico, no *Account of the lazaretto in the island of Madeira with an enquiry into the various diseases called leprosy, in sacred and profane writers. Extracted from the second edition with observations on morbid poisons*. London, 1806.

Nicolau Caetano de Bettencourt **Pitta** (c.1785-1857) deixou-nos um **Account of the Island of Madeira**, London, 1812. Estudante em Edimburgh, influenciado pelos seus mentores escoceses que conheciam as obras de Joseph Adams (1801) e de William Gourlay (1811), N.C. Pitta apresentou uma «*Dissertation on the influence of climate, &c.*» cotada no «*Account*» de 1812, p. 87, que não esquece os «*lagartos*» do Dr. Gourlay, as visitas de cortesia do Capitão Cook aos Conventos de S. Francisco e de Santa Clara (13 de Setembro de 1768) e a «*Chapel of Ghosts*» que Mr. Daniell e John Barrow designaram correctamente «*Chamber of skulls*» (1792), então guardada por 40 frades.

De **G. A. Mourão Pitta**, Langerhans Langerhans regista a Tese de Montpellier *Du Climat de Madère e son influence therapeutique etc.*, 1859 e o Rapport annuel sur l'hospice Donna Maria Amélia, Paris, 1879 referência honrosa ao primeiro Hospital edificado em território sob administração portuguesa «*destinado ao tratamento dos pobres doentes de molestia do peito*», inaugurado em 1862.

Aparentemente desconhece que o «*Rapport annuel*», 1879 apresentado em Paris por G. A. Mourão Pitta, na continuidade dos «*Relatórios estatísticos anuais, sobre o movimento clínico do Hospício da princesa D. Maria Amélia, no Funchal; anos de 1853 até 1858 inclusive*» apresentados pelo seu fundador, António da Luz Pita, credor da maior referência.

António da Luz Pita (1802-1870), natural da Ponta do Sol, era doutor em Medicina por Montpellier (*Proposições sobre a vacina*, Tese, 1830), doutor em Cirurgia por Paris (*Vantagens da reunião imediata por meio da sutura depois das operações cirúrgicas*, Tese, 1831), autorizado a exercer Medicina (1836), Membro fundador da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa (1936), **fundador da Escola Médico-cirúrgica do Funchal (1837)**, extinta em 1910. Indicado pelo Professor Barral, A. L. Pita inaugurou o «*Hospício da Princesa Dona Amélia*» (provisório), na Rua do Castanheiro (1854). Publicou *Lições feitas na Escola do Funchal*, 1849; *Discurso pronunciado na abertura da Escola Médico Cirúrgica do Funchal em 1865*; etc..

Accursio Garcia Ramos, citado por Langerhans, nasceu nos Açores (1834), passou pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, formou-se em Lisboa e foi Cirurgião mor do Exército. Escreveu «*Ilha da Madeira*», Volumes I e II, Lisboa, 1880.

«**Vaz**», igualmente citado, é o Francisco d'Assis de Sousa Vaz que defendeu a *Tese De l'influence salubre du climat de Madeira*, Paris, 1832. E ainda **Vieira**, *Thèses de Montpellier*, 1852.

John Abraham Mason (1808-1835), jovem médico tuberculoso, consultou Sir James Clark (1788-1870) que aconselhou mudança de ares, de Londres para Nisa, no Alentejo ou, em alternativa, repouso no Funchal. Retido em Dieppe, por razões familiares, Mason passou à Madeira em 1834-35 e ocupou o seu tempo com estudos meteorológicos e higrométricos, de dia e de noite, na cidade e no campo, tendo constatado que necessitava viajar para região mais seca. No estudo da **Humidade relativa**, Mason utilizou um Higrómetro de sua invenção (1835) constituído por dois termómetros, um dos quais com o reservatório envolvido em gaze húmida. Os resultados obtidos são confrontáveis com as variações do comprimento de um Cabelo no *Hygrometer Saussure*, 1783 de Horace Bénédict de Saussure (1740-1799).

Desenganado com a opção terapêutica que escolhera, Mason zarpou do Funchal para Nisa, no Alentejo, em busca de um Clima mais seco «e ali morreu quinze dias depois da sua chegada, com vinte e sete anos de idade», testemunho condoído de F.A.Barral, «*Notícias*», p. 149.

Os apontamentos de Mason foram recolhidos em *A Treatise/ on the/ Climate and Meteorology/ of/ Madeira/ by the late J. A. Mason, M.D./ INVENTOR OF MASON'S HYGROMETER; / edited by/ James Sheridan Knowles*. London, 1850, livro póstumo.

7 . Hospício Princesa Dona Amélia, 1862

Francisco António Barral (1801-1878) estudou em Paris, ascendeu a professor da Escola Médico-cirúrgica de Lisboa e foi oitavo Presidente da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, em 1852-53. No mesmo ano, na Ilha da Madeira, desde Agosto de 1852 a Fevereiro de 1853, Barral foi médico assistente da Princesa Maria Amélia A. E. J. L. T. H. F. X. P. M. G. R. G. (1831-1853) que aí faleceu, apoiada por sua mãe Amélie Auguste Eugénie Napoléone de Beauharnais Leuchtenberg, viúva de Pedro IV (1798-1834), Imperatriz no Brasil, Duquesa de Bragança, irmã de Joséphine de Leuchtenberg (1807-1876), rainha da Suécia. Inconsoláveis, as duas irmãs, netas da Marie Joséphe Rose de Tascher de la Pagerie que foi «Josefina» do Napoleão (1769-1821), souberam homenagear a Princesa «Dona Maria Amélia» inaugurando em 1862, em sua Memória, um «*Hospício destinado ao tratamento dos pobres doentes de moléstia do peito*» sob a orientação sábia do Professor Barral. Desde então, pontualmente, a Corte da Suécia envia donativos e visita a Madeira.

Durante a sua estada no Funchal, o Dr. Barral decidiu «*estudar e até ver até que ponto era bem fundado o crédito que se tem estabelecido em favor do seu clima no tratamento da tísica pulmonar*» (p. 11). Fez registos térmicos, barométricos e higrométricos, realizou pesquisa bibliográfica, observou e, principalmente, ouviu doentes e acompanhantes, conversou com clínicos residentes e médicos de passagem, antecipou metodologia premonitória de *Evidence-Based Medicine* que surgirá em 1992. Do seu estudo resultou a *Notícia sobre o Clima do Funchal e sua influencia no Tratamento da Tísica pulmonar oferecida à Academia Real das Sciencias de Lisboa pelo Dr. F.A. Barral*, Lisboa, 1854 que mereceu edição francesa: *Le climat de Madère et son influence thérapeutique sur la phtisie pulmonaire. Traduit par P. Garnier*, Paris, 1858.

«*Notícia*» abre com referências à «*guerra geral da Europa (que) poz esta possessão nas mãos dos ingleses em 1801, e depois em 1807*» reconhecendo que: «*O paiz sentiu e agradeceu os benefícios da mão civilizadora, de que ainda hoje se reconhecem os vestígios*» (p. 7).

Sublinhei «*possessão*» e «*paiz*». «*Possessão*» sugere questiúnculas originadas no desconhecimento mútuo, colonias e autonomias. «*Paiz*», por «*região*», é galicismo, francesismo.

O «*Hospício da Princesa Dona Amélia*», inaugurado em 1862, continua a estar destinado a «*doentes do peito*» desfavorecidos, oriundos da ilha da Madeira e

também de todos os países, nacionalidades, condições sociais, religiões e colorações de pele desembarcados no Funchal. É um edifício emblemático construído segundo planos adquiridos em Inglaterra que foi inaugurado antes do nascimento da futura Rainha Dona Amélia (1865-1951), fundadora da Assistência Nacional aos Tuberculosos três dezenas de anos mais tarde, em 1899.

A historiografia do *Turismo médico no espaço português* (Revista Ordem dos Médicos, 31, 163, 2015, pp. 69-74) espera novos contributos. A *Arquitectura do Turismo Terapêutico. Madeira e Canárias, 1800-1914*, Lisboa, 2016, Tese de Arquitectura de Rui Manuel Carneiro de Campos Matos, destaca significado e importância emblemática do «Hospício da Princesa Dona Amélia» na História da Arquitectura hospitalar.



Fig. 11 – Professor Francisco A. Barral e Hospício Infanta Dona Amélia

Imbuído de uma filosofia completamente diferente, em 1894 o Governo Alemão iniciou o patrocínio do «Caminho de ferro do Monte» (1894-1943), em 1903 começou a desenvolver planos para a instalação de Sanatórios e iniciou a construção de um grande edifício, nos «Marmeleiros», embargado pelo Governo português em 1908. Em 1926, perante tal ruína, o visitante Raul Brandão (1867-1930), n'As *Ilhas Desconhecidas*, 1926 comentou, no capítulo *Visão da Madeira*: «o estrangeiro entra sempre num país de turismo como num hotel – como quem paga». E continua: «...ao ver aqueles grandes hotéis lembrei-me das crianças tuberculosas de Alfama e Mouraria. Penso que o Governo e os ricos poderiam agasalhá-las». Estava-se em 1926, esquecia as crianças da Madeira. A **Misericórdia do Funchal** recebeu aquelas ruínas em 1930 e construiu o **Hospital dos Marmeleiros**, integrado em 1974 no Serviço Nacional de Saúde como hospital geral (Helena Paula Freitas Pernet: «*Madeira e os Alemães, 1917-1939. O discurso na imprensa madeirense*», Tese, U.M., Funchal, 2011).

Nota final

Notícia sobre o Clima do Funchal, 1854 do Dr. Barral sublinha a afirmação de **William Gourlay** - «que não se dever encobrir que não há molestia (como a tísica) que ali (na Ilha da Madeira) ataque mais os habitantes do que esta»

(F.A.Barral: *Notícia...*, 1854, p. 157)

«... it is not to be concealed, that no malady is mor prevalent here than phthisis, with the natives of the Island. Persons of all ages, and of both sexes, fall victims to it; nay, whole families, have at times been suddenly swept away by it»

(W. Gourlay: «*Observations*», 1811, p.91)

Setenta anos depois de Gourlay, e das ocupações britânicas, **António Nobre** (1867-1900), tuberculoso, procurou melhoras no Funchal e reconheceu, em 1889:

"Antes de partir:// Vários poetas vieram à Madeira/
(Pela fama que tem) a ares do Mar;/ Uns p'ra breve
voltarem à lareira/ Outros, ai delles! para aqui ficar.//
Esta ilha é Portugal, mesma é a bandeira,/ Morrer
nesta ilha não deve custar,/ Mas para mim sempre
é terra estrangeira,/ À minha pátria quero, enfim,
voltar.// Ilhas amadas! Céu cheio de luas!/ Ah como é
triste andar por essas ruas,/ Pálido, de olhos grandes, a
tossir!// Eu vou-me embora, adeus! mas volto a vê-las,/ Vou
com as ondas, voltarei com elas,/ Mas como elas
pra tornar a ir!«

(A. Nobre: *Despedidas*, póstumas, 1902)

O Viajante que ignore as levadas e os túneis que humanizaram a Ilha da Madeira - feitos de estômagos vazios, soterramentos e quedas nos abismos, sangue, suor e lágrimas - e que desconheça a riquíssima História médica e Cultural da Ilha, - incluindo a Escola médico-cirúrgica do Funchal (1837-1910) que formou as médicas Palmira da Conceição de Sousa e Henriqueta Gabriela de Sousa em 1902 - poderá contentar-se com a «*realidade geográfica*» que excepcionalmente se:

«não deixou corromper por nenhum turismo, que se mantém ciclópica, abissal, rebeldemente estéril e inacessível; que transmite aos sentidos o espanto e o calafrio que despertam as coisas primordiais; que não cabe nos olhos que a vêem e nas palavras que a descrevem; que é uma espécie de alucinação da natureza»

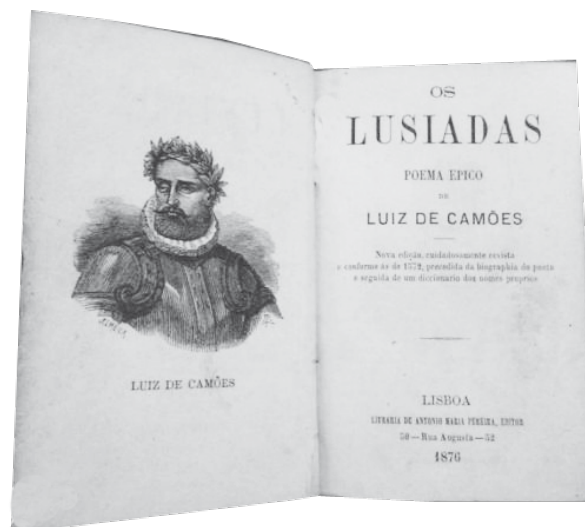
(Adolfo Correia da Rocha, Miguel Torga (1907-1995): Pico do Areeiro, 28 de Agosto de 1980, Diário XIII)

Termino com o Elogio de *Os Lusíadas*, 1572 de Luís de Camões (c.1524-c.1580) à Ilha da Madeira (Canto Quinto, 5ª Estrofe), na versão do «Account», 1812 de N.C. Pitta, M.D. (Omite «*Cnide*», ilha fronteira a Cós, u por n (gralha) nas «edições» de 1572).

Named from her hoods, with fragrant bavers adorn'd,
From fair Madeira's Purple coast we turn'd:
Cyprus and Paphos' vales the smiling loves,
Might leave with joy for fair Madeira' groves;
A shore so flowery, and so sweet an air,
Venus might build her dearest temple there.

CAMOEN'S LUSIAD, CANTO 5th.

*Passamos a grande ilha da madeira
Que do muito aroredo assi se chama,
Das que nos pouoamos, a primeira,
Mais celebre por nome, que por fama:
Mas nem por ser do mundo a derradeira
Se lhe aventajão quantas Venus ama,
Antes sendo esta sua se esquecera
De Cypro, Guido, Pafos, & Cythêra.*



* (FMUC – Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra, Portugal)

A SÍFILIS NAS “CENTÚRIAS DE CURAS MEDICINAIS” DE AMATO LUSITANO

J. A. David de Moraes *

Resumo

No dealbar da centúria de Quinhentos, uma grave epidemia de sífilis grassava na Europa. Amato Lusitano, coetâneo desse acontecimento, foi um dos clínicos que mais casos de sífilis tratou então, constituindo as suas sete “*Centúrias de Curas Medicinai*s” uma importantíssima fonte para o conhecimento epidemiológico e clínico dessa treponematose no século XVI. Neste trabalho, discute-se também a problemática da controversa origem tópica da sífilis e a data provável da sua introdução na Europa renascentista.

Introdução

Começamos por enfatizar o perene e estimulante desafio que as “*Centúrias de Curas Medicinai*s”, de Amato Lusitano, constituem para os seus estudiosos: elas são, *soi-disant*, uma espécie de “arca de Fernando Pessoa” renascentista, onde é sempre possível encontrar inesgotáveis temas e cogitações, interessando, aparentemente, apenas Quinhentos, mas, na verdade, intemporais. Neste trabalho, analisaremos, pois, uma dessas fecundas vertentes contidas nas “*Centúrias*”: a casuística clínica do morbo gálico.

No final do século XV, teve início no sul de Espanha e na Itália uma epidemia de sífilis – sinonímia: morbo gálico, bubas ou boubas, sífilis, lues, sarna castelhana, morbo napolitano, mal serpentino, mal-francês, mal-ilírico, mal-germânico, mal-polaco, mal-turco, mal-português, mal-de-coito, mal venéreo, cancro duro, etc. – que, de uma forma exponencial, rapidamente se expandiu por toda a Europa. A progressão dessa epidemia teve como principal difusor, subsequentemente, em especial a soldadesca e os mercenários do imperador Carlos V e, depois, do seu filho Filipe II de Espanha, que levaram a guerra e a sífilização aos quatro cantos da Europa, um continente que, saído de um medievo repressivo, passou a viver então uma certa licenciosidade de costumes. Ora, a

actividade clínica de Amato Lusitano desenvolveu-se, em grande parte, durante esse período, e, assim, os numerosos casos de morbo gálico descritos nas suas sete “*Centúrias*” constituem um legado ímpar para o conhecimento epidemiológico e clínico da sífilis durante o Renascimento. Outrossim, o carácter epidémico da sífilis e a sua alta prevalência em Quinhentos permitem reequacionar a longa polémica que se seguiu sobre a sua origem tópica, e permitem, também, analisar, retrospectivamente, o ‘estado da arte’ do seu tratamento no século XVI.

João Rodrigues de Castelo Branco foi um judeu errante, por necessidade, um “(...) homem que em toda a parte e em parte alguma goza(va) o direito de cidadania (...)”,¹ e conheceu as metrópoles mais cultas de então, numa época – o Renascimento – prenhe de humanismo, novas ideias (e ideais) e suas contradições. Detentor de uma cultura enciclopedista, polímata excepcional, era também “um poliglota de nove línguas.”² Deixou-nos uma invulgar obra sobre a sua rica experiência clínica, as “*Centúrias*” – “(...) o tratado de medicina clínica provavelmente mais importante do mundo na época (...)”³ –, que constitui uma fonte documental incontornável para o conhecimento do século XVI europeu nos domínios da Medicina, Farmacologia, Botânica, Sociologia, Antropologia, História, Religião, etc. Vivendo “(...) numa época em que cronistas e historiadores se preocupavam exclusivamente com a vida burguesa, quando não com a das cortes (...)”,⁴ Amato Lusitano, um personagem poliédrico, legou-nos, na sua obra, um fresco em que desfilam mendigos, prostitutas, proxenetas, charlatães, rurícolas, artesãos, marinheiros, comerciantes, banqueiros, sangradores, cirurgiões, médicos, burgueses, nobres, governadores, embaixadores, religiosos de todos os graus hierárquicos, e inclusive um papa, Júlio III, que o convocou a Roma para o tratar dos seus padecimentos.

Contextualização temporal e espacial do aparecimento do morbo gálico na Europa

Francisco López de Villalobos (c. 1473-1549), médico de Fernando, “o Católico”, coevo dos acontecimentos que descreveu, grafou em 1498: “(...) *Fue una pestilencia no vista jamas/ [...] muy contagiosa.* (...)”⁵ Este é talvez o primeiro testemunho pessoal escrito sobre a epidemia de “*buvas*” ou “*bubas*”, que começou a manifestar-se em Castela logo após o regresso de Cristóvão Colombo da sua primeira viagem às Índias Ocidentais (1492-1493) – vide infra as especulações sobre o aparecimento da sífilis na Europa – e que rapidamente atingiu dimensões de catástrofe, a ponto de os leprosos se recusarem a conviver com os sífilíticos, abstendo-se os médicos de tratar os doentes pobres que acolhiam aos hospitais:⁶ essa função passou a caber aos cirurgiões,⁷ então simples auxiliares dos médicos (os cirurgiões estavam incluídos nas ‘artes mecânicas’)⁸.

A seguir ao foco inicial em Espanha, o cenário transferiu-se para Itália, mais concretamente para Nápoles (vários autores, por motivos não muito plausíveis, situam o foco inicial nesta cidade), mas agora tendo como protagonistas soldados (muitos deles mercenários) e prostitutas. Carlos VIII de França (1470-1498), considerando-se herdeiro do reino de Nápoles, invadiu a Itália e ocupou a cidade napolitana em 1495, mas acabou por retirar o exército para o seu país face à liga que se formou contra ele, a “Liga de Veneza”, e da qual fazia parte o rei Fernando de Castela, que enviou tropas para Itália, sob o comando de Gonzalo Fernández de Córdoba (1453-1515), o “*Gran Capitán*”.⁹ Para alguns autores, o exército de Carlos VIII já traria mercenários espanhóis infectados, mas, para outros autores coevos, terão sido os espanhóis a levar a sífilis para Nápoles, onde foi difundida por prostitutas (Antonius Brasavola até indica o nome de uma delas, Thais).¹⁰ Se compulsarmos, por exemplo, a fonte historiográfica que nos foi legada pelo cronista Fernández de Oviedo, esta é a versão mais coerente:

“(...) *El año de Mil y quatro cientos y noventa y cinco, que el gran capitan don Gonçalo fernandez de Cordova passo a ytalia con gente a favor del rey don Fernando joven de napoles cõtra el rey Charles de Francia [...] por mãdado delos Catholicos reys don Fernando y doña Ysabel [...] passo esta enfermedad con algunos de aquellos Españoles y fue la primera vez que en ytalia se vido y como era en la sazón q̃ los frãceses passarõ cõ el dicho rey Charlo, llamarõ a*

este mal, los ytalianos el mal frãces, y los frãceses le llamã el mal de Napoles, porq̃ tã poco le aviã visto ellos hasta aq̃lla guerra, y de ay se desparzio por toda la [christ]iãdad (...).”¹¹

Em abono deste testemunho, cumpre lembrar que:

a) Fernández de Oviedo (1478-1557), autor da descrição supra, foi coetâneo dos acontecimentos que relatou: “(...) *presenció [...] el regreso de Cristóbal Colón tras su primer viaje, y conoció a los hijos del descubridor, que eran pajes del príncipe.* (...)”¹²

b) foi governador castelhano nas Antilhas, e era um capitão militar de grande confiança da corte espanhola; como tal, conhecia perfeitamente a movimentação das suas tropas, e até “(...) *entabló amistad con Gonzalo Fernández de Córdoba, más conocido como “el Gran Capitán” (...)*, o defensor de Nápoles;”¹³

c) nas suas crónicas assumiu corajosamente que os marinheiros de Colombo haviam trazido a sífilis para Espanha e que os soldados espanhóis a tinham depois levado para Nápoles, facto manifestamente desprestigiante para a sua pátria.

Com a desmobilização do exército de Carlos VIII (o próprio rei contraiu a sífilis),¹⁴ a doença – mais correctamente, o “*morbus hispanus*” –, dada a licenciosidade de costumes da época, difundiu-se rapidamente pela Europa (lembre-se que, nos nossos dias, a SIDA, de um foco inicial nos USA, a breve trecho se transformou numa pandemia mundial), passando a ter várias designações, com alcunhas pejorativas para com os povos vizinhos e de auto-desculpabilização: “mal napolitano” ou “morbo italiano”, para os franceses; “mal francês” ou “morbo gálico”, para os italianos; “mal espanhol”, para os flamengos e holandeses, etc. Posteriormente, o imperador Carlos V (1500-1558), com os seus soldados e numerosos mercenários das mais variadas nacionalidades, levou a guerra e a sífilis a toda a Europa, tendo Quinhentos sido um século verdadeiramente luético.

No início do século XVI, Lisboa era o entreposto comercial mais importante da Europa – um cadinho de culturas –, e o morbo gálico rapidamente também aqui chegou, vendo-se D. Manuel I coagido a contratar um dos mais experientes práticos neste domínio da medicina, o castelhano Ruy Dias de Ysla, 15 que plasmou a sua longa prática no Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa no livro “*Tractado cõtra el Mal Serpentino*”.¹⁶ Segundo informação do provedor de então daquele hospital, “(...) desta

enfermidade há [em Lisboa] mais que de todas as outras. (...)”¹⁷ Mas a cadeia de difusão da sífilis continuou a estender-se ainda para bem mais longe, com os portugueses a levá-la para a Índia, como o testemunhou Garcia de Orta.¹⁸

E uma vez que “aquilo que foi é aquilo que será, [...] e nada há de novo debaixo do Sol” (*Eclesiastes*, 1: 9), também a epidemia de “morbo gálico” de Quatrocentos/Quinhentos haveria de repetir-se, uma e outra vez, em especial em Setecentos/Oitocentos, sendo então a sífilis exibida como uma espécie de ‘*ex libris*’ identitário dos intelectuais europeus “*amateurs de femmes*” (escritores, artistas plásticos, músicos): Marquês de Sade (1740-1814), Lord Byron (1788-1824), Baudelaire (1821-1867), Flaubert (1821-1880), Nietzsche (1844-1900), Maupassant (1850-1893), Oscar Wilde (1854-1900); Goya (1746-1828), Gauguin (1848-1903), Van Gogh (1853-1890), Toulouse-Lautrec (1864-1901); Mozart (1756-1791), Schubert (1797-1828), Paganini (1782-1840), Donizetti (1797-1848), *et alia*.¹⁹

Como é sabido, a pestilência luética – epidemiologicamente, um “mal de alcova” – só veria o seu passo travado já em pleno século XX com a introdução da penicilina no arsenal terapêutico.

A casuística do morbo gálico nas “centúrias” amatianas

Amato exerceu a sua actividade clínica entre 1532 e 1568, portanto sob os consulados do Imperador Carlos V (1500-1558) – abdicou em 1556 – e do seu filho Filipe II de Espanha (1527-1598). Ambos, tendo como “cabo-de-guerra” o sanguinário duque de Alba (1507-1582),²⁰ levaram a morte, a fome e a destruição aos quatro cantos da Europa, posta a ferro e fogo, num cenário apocalíptico, difundindo, do mesmo passo, doenças e pestilências.²¹ Amato ainda vivenciou, pessoalmente, esses tempos bélicos, especialmente quando exercia clínica em Ragusa e foi chamado a Eneocastrum (Castelo Novo) “(...) por causa de um grupo numeroso e ilustre de soldados espanhóis nela mortos pelos turcos. (...)”²² – campeava, então, a lógica de chacina e contra-chacina.²³

Assim, entre as várias enfermidades que Amato teve de tratar exorbitava o endémico “morbo gálico”,²⁴ difundido pelas tropas daqueles soberanos e dos seus aliados – na retaguarda, os exércitos levavam em geral bandos de prostitutas. Significativo é o facto de que a primeira vez que o médico albicastrense abordou o morbo gálico, logo na ‘cura’ 4 da “I Centúria”,²⁵ tratava-se de “um militar que era soldado do Imperador, em

Caieta [Itália central], de idade viril,” com uma “atrocíssima doença” com “origem na sarna gálica”; e até mesmo “o nobre governador da praça-forte de Ancona” – “(...) *Ya no pierde honra ni autoridad un hombre por tener esta lepra de bubas, antes es cosa de cortesanos tenerlas o haberlas tenido* (...)”²⁶ – regressou da guerra “(...) entre o imperador Carlos V e o Papa Júlio III contra o rei de França [...] fortemente atacado de sarna gálica. (...)”²⁷ Amato adquiriu, pois, grande prestígio no tratamento deste morbo, como dá basto testemunho nas “Centúrias”. Aliás, quando estudara em Salamanca, “(...) com a epidemização da sífilis, especializou-se em hospital de enfermidades gálicas [Santa Maria a Branca]. (...)”²⁸

Vários autores portugueses publicaram trabalhos em que analisaram a clínica amatiana do morbo gálico, mas centraram a sua atenção apenas em certas ‘curas’, mais relevantes.²⁹ Todavia, que saibamos, nenhum autor inventariou a totalidade dos casos clínicos em que Amato se referiu à sífilis. Assim, com base numa leitura acurada da obra amatiana, procurámos fazer um levantamento, que julgamos exaustivo, da sua casuística do morbo gálico, que vertemos para quadros discriminados por “Centúrias”, e que apresentamos em anexo. A partir daqueles quadros (obviamente resumidos quanto ao conteúdo das ‘curas’, dadas as limitações de espaço num trabalho desta índole), elaborámos uma síntese, o Quadro I. De feito, o morbo gálico percorre a obra amatiana quase como um *leit motiv*.

Centúria	“Curas” nº	Doentes com morbo gálico nº	Fitoterapia explicitada (41 doentes)		
			Guáiaço nº	Raiz da China nº	Salsaparilha nº
I	10	15	4	-	-
II	3	3	1	-	-
III	4	4	3	1	-
IV	9	15	5	3	-
V	14	23	9	4	3
VI	11	12	4	2	2
VII	-	-	-	-	-
Total	51	72	26 (63,4%)	10 (24,4%)	5 (12,2%)

Quadro I - Morbo gálico: resumo dos casos clínicos identificados nas ‘curas’ das “Centúrias” de Amato Lusitano.

A primeira ilação a retirar da nossa pesquisa é que não podemos tomar os casos clínicos das “Centúrias” como um indicativo do número de doentes com morbo gálico que Amato tratou, uma vez que ele apenas se decidiu a empreender a elaboração daquela sua obra já um pouco

tardamente, no final da sua estadia em Ferrara,³⁰ isto é, cerca de uma quinzena de anos depois de ter iniciado a sua actividade médica. Demais, além dos casos de morbo gálico que explicitou, tratou ainda muitos mais, que não verteu para as 'curas' visto fazerem parte da sua vasta rotina clínica, e por isso grafou: o doente com morbo gálico "(...) ficou são, assim como *muitos outros*. (...) "³¹

Existem, também, muitas 'curas' em que Amato não precisou o diagnóstico de sífilis, mas o facto é que mesmo a escassa semiologia clínica e a terapêutica adoptada sugerem evidentes casos luéticos, enquadráveis naqueles "muitos outros" de que falava o médico albicastrense. Tomemos um exemplo, entre muitos: mulher de 20 anos de idade, que "(...) há já quatro meses sofria dolorosamente de um tumor no joelho. (...) Reconduzimo-la a completo estado de saúde no espaço de *vinete dias* com decocto de *buxo*. (...) "³² – "(...) o buxo dos Europeus é chamado *pau guáíaco* (...). "³³ Em termos clínicos, é evidente que se se tratasse de um tumor neoplásico estaria indicada a sua excisão cirúrgica ou o cauterio, que não o tratamento farmacológico então usado nos sífilíticos. Mas não incluímos essas 'curas' sem diagnóstico explícito na nossa enumeração do morbo gálico, pelo que ela peca, manifestamente, por defeito.

Um outro facto suscita alguma perplexidade: nas 100 'curas' da "*VII Centúria*" Amato não indicou nenhum caso de morbo gálico (Quadro I). Ora, esta "*Centúria*" respeita à clínica que exerceu em Salónica, isto é, no Império Otomano, onde tratou, fundamentalmente, casos de malária (a região era hiperendémica em paludismo),³⁴ pleurites (gripes e pneumonias)³⁵ e várias pestilências vindas em geral do Oriente pela rota das caravanas – ele próprio seria vitimado pela peste. Questionamo-nos se, então, não existiria ainda sífilis no mundo islâmico? Refere, contudo, um caso na "*Centúria*" anterior ('cura' 22) cujo contágio teria ocorrido em Mênfis, uma cidade egípcia sob domínio otomano. Mas há um aspecto que merece ser ponderado: os seus pacientes em Salónica eram judeus e muçulmanos que, por razões religiosas e culturais, tinham comportamentos sexuais menos libertinos do que os cristãos europeus, que constituíam a principal casuística das seis primeiras "*Centúrias*".

Como se expressa no Quadro I, registámos 51 'curas', interessando 72 pacientes, em que o médico luso-hebreu refere doentes com morbo gálico. Ora, este número contrasta, manifestamente, com as 18 'curas' referidas por José Lopes Dias no "*Índice*

geral das curas médicas das Sete Centúrias",³⁶ índice que, aliás, seria depois repetido nas duas edições portuguesas das "*Centúrias de Curas Medicinais*".³⁷ Esta discrepância numérica resulta, em nosso entendimento, do facto de José Lopes Dias (e Firmino Crespo?) se ter cingido apenas aos *títulos* das 'curas', quando, numa leitura cuidada das "*Centúrias*", verificámos que existem muitos casos de doentes sífilíticos que constam de 'curas' não subordinadas ao título epigrafado como "morbo gálico".

Quanto ao número de doentes que identificámos (72) ser superior ao número de 'curas' (51) – Quadro I –, explica-se pelo facto de em algumas 'curas' serem referidos vários pacientes, por exemplo marido e mulher, ambos contagiados (vide os Quadros em anexo). Todavia, a 'cura' 49 da "*I Centúria*" merece alguma reflexão: Amato refere um indivíduo infectado de morbo gálico que contagiou a esposa, "mulher muito casta",³⁸ que deu à luz um rapaz "atacado de lepra gálica"; a criança "(...) foi confiada a uma ama que [...] ficou infectada e contraiu do garoto a referida doença galicana. Esta, por sua vez, ao ter relações com o marido, infectou-o [ou seria o marido a infectá-la?] e até foram infectadas duas crianças de vizinhas suas às quais dera leite e das quais as mães contraíram a doença. Assim, num mês ficaram contagiados nove. (...) " É evidente que o conceito de contagiosidade da época era bastante lato, admitindo-se mesmo como possível o contágio por contacto directo, generalização espúria feita a partir da lepra. No caso vertente, a observação pertinente a fazer é que não se aceita, hoje em dia, que o *Treponema pallidum* seja transmitido pelo leite materno, muito embora seja de admitir que possa ocorrer contágio aquando da amamentação caso exista alguma chaga sífilítica no seio da mulher que amamenta a criança. Mais problemático é o facto de se terem infectado mais duas crianças vizinhas, que por seu turno contagiaram as respectivas mães. Assim, das nove pessoas referidas por Amato, nós considerámos apenas cinco: o indivíduo inicial, a mulher, um filho (sífilis congénita), o marido da ama-de-leite (contagiado alhures) e a respectiva consorte (vide Anexo, *I Centúria*, 'cura' 49).

Sobre a ocorrência da sífilis por géneros: dos 72 casos clínicos constantes do Quadro I, 55 (76,4%) eram homens e 17 (23,6%) mulheres, uma discrepância considerável mas que é sensivelmente a percentagem que se mantém nas "*Centúrias*" para todas as demais doenças: as mulheres coíbiam-se, então, de recorrer aos médicos, que eram todos do sexo masculino.

Ponderação especial merecem os tratamentos adoptados. Via de regra, como era corrente na

época, Amato começava por se ocupar da dieta (indicavam-se os alimentos 'fastos' e os 'nefastos' para as diferentes patologias), a que se seguia a expulsão dos "maus humores", por meio de clisteres (algumas vezes também por eméticos) e por sangrias (por flebotomia ou por aplicação de sanguessugas, frequentemente nas veias hemorroidárias). Entrava-se, depois, na terapêutica 'etiológica' propriamente dita, sendo que ela poderia interessar as manifestações tópicas da patologia ou as sistêmicas. Nas lesões tópicas luéticas era habitual o recurso ao mercúrio ou a substâncias 'cauterizantes', que Amato também usava. Quanto à terapêutica de carácter sistémico, recorria-se em geral aos fito-fármacos, sendo então utilizados o guáiaço, a raiz-da-China ou a salsaparrilha. Em muitas 'curas', Amato refere apenas que efectuou o respectivo tratamento, mas não especificou o fármaco que utilizou; todavia, foi-nos possível apurar as suas opções em 41 doentes luéticos: guáiaço em 63,4%, raiz da China em 24,4% e salsaparrilha em 12,2%.

Guáiaço (*Guaiacum officinale* L.).³⁹ Numa Europa então a braços com uma epidemia de grande incidência de sífilis, o guáiaço ("pau santo"), vindo das Américas,⁴⁰ ganhou rapidamente preferência sobre o tratamento com mercúrio, que possui efeitos colaterais muito graves, podendo mesmo conduzir à morte.



Fig. 1 - Preparação e administração do 'pau de guáiaço', c. 1600, por Philip Galle, segundo J. van der Straet

As opiniões *iniciais* que João Rodrigues de Castelo Branco emitiu sobre o guáiaço merecem ser criteriosamente ponderadas. Até ao advento das 'Descobertas Marítimas' ("primeira globalização mundial", obra dos portugueses), prevaleciam na Europa ideias efabulatórias sobre seres de longínquas paragens (cinocéfalos, blémios, poncios, ciápodas, panotos, etc.) e sobre certos animais

(grifos, dragões, unicórnios, basiliscos, etc.)⁴¹ – acreditando ou não na sua existência, Amato ainda se referiu ao mitológico basilisco e à dípse.⁴² E foi tão-só quando os europeus chegaram a essas paragens que se tornou possível negar a existência de tais seres ou, sequer ao menos, corrigir a imagem fantasiosa que se tinha deles. *Mutatis mutandis*, algo semelhante se passou também com as plantas, incluindo as utilizadas na farmacopeia: à Europa chegava o produto comercial, o tronco ("pau guayacã", por exemplo – Fig. 1), raízes (raiz da China e de salsaparrilha), etc., mas os 'botânicos' de então não dispunham de informações concretas sobre essas plantas, nem de amostras indispensáveis para a sua caracterização taxonómica (folhas, flores ou frutos). Compreende-se, pois, que se tenha feito uma assimilação de alguns produtos importados com outros produtos já conhecidos, o que acabou por acontecer com o guáiaço, que foi tido, por vários autores, como uma espécie de ébano. Entre esses autores contava-se Amato, logo no seu primeiro livro, "*Index Dioscoridis*", em que o seu nome ainda está grafado como Ioanne Roderico Casteli Albi. Tendo chegado a Antuérpia em finais de 1535 ou no início de 1536,⁴³ o "*Index Dioscoridis*" (obra manifestamente da imaturidade do autor) saiu do prelo logo em 1536: a sua redacção foi, pois, demasiado expedita e pouco sustentada pela investigação. Com apenas 25 ou 26 anos de idade, João Rodrigues pretendia, desde logo, afirmar-se na Flandres como um médico sabedor, formado na "(...) universidade mais célebre de toda a Europa. (...)",⁴⁴ Salamanca. Aquele livro foi, pois, como que uma 'credencial' pública de um médico ao iniciar a sua carreira clínica em Antuérpia. Note-se que a assimilação entre o ébano e o guáiaço foi feita *também* por outros autores, mesmo em épocas posteriores, quando os conhecimentos dos *simples* já eram bastante mais avançados. Tome-se o exemplo paradigmático do grande cultor da botânica médica, Andres Laguna, em 1555: "(...) *Hallanse muchas especies del Ebano, entre las quales es una, y la mas excellente, aquel bendito y sancto madero, llamado vulgarmēte Guayaco* (...)."⁴⁵

Ora, aquela interpretação inicial do médico albicastrense valeu-lhe, nos nossos dias, a seguinte observação de Carlos de Miguel Mora: Amato [e vários outros autores, acrescentamos nós] afirma "(...) *que el guayaco es ébano. Puede ser que los motivos económicos no fueran ajenos a esta identificación. [...] El negocio del guayaco movía mucho dinero y ponía en juego sobre el tablero económico de Europa muchos*

intereses. Los médicos que estuviesen fuera de los circuitos de venta del guaiaco, que no sacasen provecho, o miembros de familias de mercadores, como Amato Lusitano, veían que una mercancía tan valiosa quedaba fuera de su alcance. (...)”⁴⁶ – ênfases nossas.

A importância do enorme valor comercial do guáico merece ser detidamente analisada, tanto mais que o autor acima citado evoca uma suposta relação familiar de Amato: “(...) *los negocios familiares en los que [Amato] se involucró cuando salió de Portugal rumbo a Amberes en 1534, pues formaba parte de la familia de mercaderes judíos Pires-Cohen, sobrino como era de Henrique Pires, elemento nuclear de una de las redes familiares extendidas por toda Europa dedicadas al comercio. (...)”⁴⁷ – para Carlos de Miguel Mora, *quod erat demonstrandum*. Todavia, aquela suposta relação familiar foi já criteriosamente contestada.⁴⁸ Aliás, as efabulações sobre o envolvimento de Amato Lusitano, *albicastrense*, em negócios da família Pires-Cohen, *eborense*, não fazem jus à memória do grande humanista que ele foi e denotam desconhecimento da sua integridade e exigência ética, bem expressas no seu ‘Juramento’, as suas ‘tábuas da lei’.⁴⁹ Assim, importar aclarar alguns aspectos fulcrais:*

- a pretensa relação familiar entre o clã Pires/Cohen, de Évora, e o clã Amato, de Castelo Branco, não tem qualquer fundamentação historiográfica. Pretende-se que a mãe de Amato seria irmã de Henrique Pires, um rico comerciante, mas não se adianta qualquer prova documental como uma mulher pertencente a uma abastadíssima família de comerciantes – Henrique Pires era membro do “Consórcio da Pimenta”! – teria ido casar à *distante vila de Castelo Branco*, com um membro de uma família manifestamente com fracos recursos económicos, isto quando a tradição judaica determinava que ela deveria consorciar-se dentro da sua judiaria e, por ser abastada, mesmo dentro do seu círculo familiar.

- João Rodrigues (de Castelo Branco), *médico*, não tem qualquer relação plausível com o homónimo João Rodrigues, sobrinho de Henrique Pires, *ajudante de comércio* e afretador de navios para o transporte de mercadorias do Algarve, que foi preso à chega a Antuérpia em Outubro de 1534,⁵⁰ e que deverá ter permanecido na Flandres até pelo menos 1550, donde Amato já teria saído cerca de seis a sete anos antes.⁵¹ E o médico albicastrense não pode ser transmutado naquele sobrinho de Henrique Pires, encarcerado em Antuérpia em 1534, pela elementar e simples razão de que permanecia em Lisboa ainda em 1535, segundo pelo menos *três fontes documentais do próprio Amato*.⁵²

- quanto ao pretendo envolvimento de Henrique Pires no comércio do guáico, importa lembrar que existiam, então, duas ‘fileiras comerciais’ (seja-nos dado usar esta terminologia actual). A do Oriente português, que era controlada pelo rei D. Manuel I (Lisboa era o entreposto para o Norte da Europa), tendo como representante na Flandres um feitor, e cuja distribuição final das especiarias (pimenta, canela, cravinho, etc.)⁵³ pertencia, no essencial, ao Consórcio da Pimenta, de que Henrique Pires era membro. A outra, a ‘fileira’ das Índias Ocidentais (Américas), baseada particularmente no comércio da prata,⁵⁴ do guáico, etc., tinha como entreposto principal Sevilha, e a distribuição desses produtos era feita maioritariamente através do Mediterrâneo,⁵⁵ sendo que cabia a Carlos V esta ‘fileira’, cujo comércio o Imperador entregara, quase em exclusivo, aos banqueiros e empresários alemães da família Fugger, verdadeiros predadores mercantilistas.⁵⁶ Jakob Fugger (1459-1525) foi “(...) o homem mais rico da história mundial (...)”⁵⁷ de quem o Imperador era devedor de uma quantia astronómica,⁵⁸ em particular pelos empréstimos contraídos para manter os seus compromissos e as suas perenes guerras – por, exemplo, a luta contra a França “(...) foi o pão quotidiano da sua vida a partir de 1521. (...)”⁵⁹ Importa ainda lembrar que Jacob Fugger, “(...) por meio do seu representante Fernão de Noronha, foi o primeiro não-português a investir no Brasil, ainda em 1503 (...)”⁶⁰ e que c. 1551 chegou a Lisboa o seu agente Georg Herwart.⁶¹ Relewa, pois, do domínio puramente especulativo a assunção de que Henrique Pires estivesse envolvido no comércio do guáico.



Fig. 2 - Planta de guáico

Quanto à identificação que João Rodrigues de Castelo Branco e outros autores fizeram entre o guáico (Fig. 2) e o ébano, tratou-se de um equívoco óbvio, fruto da

falta de informação na Europa sobre plantas tropicais.⁶² Aliás, humanamente, Amato voltaria a equivocar-se também a propósito do buxo, no que foi induzido por outros médicos, seus coetâneos. De feito, usava-se então também o buxo (*Buxus sempervirens*), planta europeia, como se fosse guáiaço:⁶³ "(...) Damos mais largamente este decocto [de buxo] aos que são de temperamento mais cáldo e atacados da doença cáldo mormente no Verão, em vez de decocto de guáiaço. (...) "⁶⁴ Amato, na esteira de autores hispânicos, começou por considerar como símiles as duas plantas: "(...) O pau-de-guáiaço trazido das ilhas recentemente descobertas é o mesmo que os europeus chamam buxo (...) "⁶⁵; "(...) o buxo dos Europeus é chamado pau guáiaço (...) "⁶⁶ "(...) É bom saber-se que o pau-buxo, abundante na Europa e bastante conhecido de simples operários, é o pau guáiaço que há anos começou a ser importado de Peru e das ilhas recentemente descobertas. O que é trazido destas ilhas é o mais espesso, e por consequência o mais quente. [...] Estas árvores não diferem entre si senão por causa do solo diverso. (...) "⁶⁷ Todavia, o médico albicastrense viria a penitenciar-se deste equívoco, em que teria sido induzido pelos clínicos espanhóis: "(...) Tem sido persuadido às gentes hispânicas que o buxo europeu é o guáiaço, o buxo cujo decocto utilizam com extraordinária facilidade para expulsar o morbo-gálico. E nós, nestas *Centúrias*, temos seguido tais pessoas. Mas se houve erro, deve ser imputado não a mim mas aos autores hispânicos. Com efeito, eu sei bem quanto difere o buxo europeu da árvore guáiaça, nas folhas e nos frutos, e no restante. Os hispânicos, a quem expusemos a diferença entre um e outra, respondem que nós declaramos a verdade, mas no entanto não desistem da sua opinião quando dizem que elas (árvores) diferem apenas na razão do solo e que pelo clima crescem mais alto e exuberantemente do que na Europa. (...) "⁶⁸



Fig. 3 - Planta de "raiz da China"

Outrossim, Amato também se equivocou (ou foi equivocado) a propósito da raiz da China, quando escreveu: "(...) a *Radix Sinarum* [...] é arrancada dum certo género de canas que nascem junto ao mar. (...) "⁶⁹ Ora, muito outro é o aspecto e o porte da planta, e outro é também o seu habitat (Fig. 3). Christoval Acosta, botânico português e um dos pioneiros do estudo das plantas orientais, no seu "*Tractado Delas Drogas y medicinas de las Indias Orientales*", de 1578, escreveria: "(...) *Es una planta muy poblada de pequeños ramos, espinosos y muy semejantes a la Smilax aspera* [salsaparrilha]. (...) "⁷⁰ A descrição de Amato teria, pois, sido imaginada por ele ou ter-lhe-ia sido sugerida por outrem? – "(...) Os Turcos, ávidos também de lucro, começaram agora a trazê-la [a raiz da China] como ruibarbo,⁷¹ para a vender na Itália. (...) "⁷² As informações veiculadas então por comerciantes ou por marinheiros não eram, pois, manifestamente, confiáveis e verificáveis.

Em suma: sobre os pretensos "(...) *negocios familiares en los que [Amato] se involucró* (...) "⁷³ dir-se-ia que, ao irmanar o guáiaço e o buxo, ele estaria, afinal, a contrariar o negócio do "*leño guayaco*", como que a advogar que não era necessário importar guáiaço das Américas porque, afinal, também existia na Europa: ao utilizar e recomendar o decocto de buxo, em concorrência com o guáiaço, Amato mostrava, afinal, falta da perspicácia comercial que se lhe pretendeu atribuir... Aliás, o consabido humanismo de Amato levava-o a secundarizar a vertente 'comercial' da medicina: "(...) Quanto a honorários, que se costumam dar aos médicos, também fui sempre parcimonioso no pedir, tendo tratado muita gente com mediana recompensa e muita outra *gratuitamente*. Muitas vezes *rejeitei, firmemente, grandes salários*, tendo sempre mais em vista que os doentes por minha intervenção recuperassem a saúde do que tornar-me mais rico pela sua liberalidade ou pelos seus dinheiros. (...) "⁷⁴

Demais, a 'cura' 48 da "*VI Centúria*" é bem elucidativa sobre as suas opções fito-farmacológicas: ao tratar um casal infectado de sífilis, prescreveu à mulher decocto de "raiz-dos-chinas", mas não o prescreveu ao marido, e esclarece, inequivocamente: "(...) O marido bebeu o decocto de guáiaço e não de raiz-dos-chinas *porque a raiz-dos-chinas não se encontrava à mão nem à venda*. (...) "

E para quem compulse, atentamente, as "*Centúrias*", fácil será concluir que se o médico albicastrense fez a apologia de uma planta foi, de feito, da *raiz da China*, que não do guáiaço: "(...) É-lhe concedido o *primado, por dom divino*, entre os [remédios] que servem para conservar a saúde humana. [...] É um sudoríparo *como nenhum outro*

[...] É pois mezinha salubérrima e *digna de elogio* [...]. Nós, *por longo espaço de tempo a trouxemos em prática*, em Lisboa, Antuérpia, Ferrara, Veneza, Ancona e Roma. (...)” Dá-nos depois pormenores sobre a sua preparação e indicação da vasta gama de doenças em que deve ser usada.⁷⁵ Sobre um doente que tratou de “infecção galicana”, escreveu: tomou “(...) decocto de *Radix Sinarum*. Sentiu-se *como um príncipe*. [...] Actualmente, pelo que nos mandou dizer, tem *uma saúde de toiro*. (...)”⁷⁶ Para não sermos exaustivo, vide infra, a respeito da podagra de que enfermava o papa Júlio III, a vastíssima gama de situações em que Amato utilizava a raiz da China. E, versando sobre esta raiz, escreveu uma das suas mais longas e detalhadas ‘curas’, que dedicou ao “ilustríssimo Príncipe” D. Vicêncio de Nobilibus, “governador [de Ancona], sobrinho do Sumo Pontífice Júlio III.”⁷⁷

Raiz da China. Uma boa fonte de informação sobre esta planta é a clássica obra quinhentista “*Colóquio dos Simples e Drogas da Índia*”, de Garcia de Orta que, no subcontinente indiano, onde “(...) pereciam muytas pessoas de *talparias*, e de outras chaguas de *sarna castelhana* (...)”, deverá ter sido o primeiro médico europeu a usá-la: “(...) acertaram acaso de trazer della esta raiz os Chins pera se curar cá no anno de 1535. [...] Vindo as náos de Malaqua, valeo algum pouquo desta raiz, que nellas veo (...)” E Garcia de Orta acrescenta: “(...) eu mesmo tomei este *páo* com suadoiros pera huma ciatica que tinha, sem suspeita de morbo gálico (...)”,⁷⁸ o que confirma a vasta gama de utilizações da planta, como aliás no-lo indicou também Amato Lusitano, v. g. na ‘cura’ 31 da *II Centúria* – vide infra. Amato informa-nos:

“(...) Quem primeiro a trouxe para Portugal foi Vicente Gil de Tristão, [...] mercador assíduo da Índia. Como se desse uma grande procura dela, tanto os mercadores do Ocidente como os orientais trouxeram-na depois para toda a Europa. Convém preferir à raiz dos ocidentais a que os mercadores turcos e orientais trazem porque pesa mais e tem mais energia. Sucede por isso que a oriental se vende ao público três vezes mais cara, nas farmácias, do que a trazida pelas naus ocidentais. (...)”⁷⁹

Ora, a “raiz dos Chinas” (*Radix sinensis*) comercializada pelos turcos tinha “mais energia” do que a trazida pelas naus portuguesas pelo simples facto de que a viagem da Índia para Portugal era muito demorada e o produto, mal acondicionado, degradava-se. Por tal motivo, Garcia de Orta insistia no modo de embalar o produto para a longa viagem marítima até à Europa: “(...) E o páo que ouverdes de levar pera Portugal, seja metido em jarras martavans

de colo alto; porque sam vidradas por dentro, e sostem muyto o páo sem se danar. (...)”⁸⁰ Aliás, sobre a influência dos circuitos comerciais na qualidade dos *simples*, Garcia de Orta ainda é mais explícito quando discorre sobre o ruibarbo: “(...) tenho por averiguado que gasta mais e apodrece hum mez de mar [rota do Cabo da Boa Esperança] que hum anno da terra [“rota da seda”]. (...)”⁸¹

Como já antes dito, Amato fez uma detalhada descrição da raiz da China e da sua aplicação: “(...) Preparamos a publicação de um opúsculo sobre esta raiz. (...)”⁸² Vários autores têm questionado se Amato teria ou não escrito o prometido opúsculo. Ora, para nós é claro que o terá feito (ter-se-ia sumido na voragem do tempo ou do fogo da Inquisição?), dado que Ambrósio Nicandro escreveu uma carta em que afirmava que Amato “(...) *publicara um tratado* sobre essa raiz [da China]. (...)”⁸³

Salsaparrilha.⁸⁴ Muito embora exista uma espécie de salsaparrilha europeia, *Carex arenaria*, conhecida como “salsaparrilha da Alemanha”, e que “(...) *se ha empleado en las afecciones reumáticas y sifilíticas* (...)”,⁸⁵ a raiz da planta outrora utilizada pelos médicos na Europa, *Smilax* spp., provinha das Américas, e era comercializada e valorizada segundo a sua origem: Veracruz, Jamaica, Caracas, Honduras e “*zarzaparrilla del Brasil ó de Portugal*”. Esta última “(...) *ha sido estimada por mucho tiempo, y aun se vende más cara que las otras especies* (...)”⁸⁶

A salsaparrilha foi o pretensio anti-sifilítico menos utilizada por Amato, mas tal deverá ter a ver com a sua distribuição mais tardia na Europa e, outrossim, com os circuitos de distribuição, que, obviamente, privilegiavam o guáiac e a raiz da China, bem mais valorizados do ponto de vista comercial.

Em suma: em relação à fitoterapêutica da sífilis, na Europa Central a preferência para o tratamento pendia mais para o guáiac e para a raiz da China, sendo que a salsaparrilha era mais corrente em Castela. Quanto a Amato, era bastante criterioso na sua prática clínica: “(...) O médico prudente, ponderando cuidadosamente, *varia os remédios*, atendendo à natureza do doente, o sítio, a idade, o tempo e coisas semelhantes, não como fazem os *imperitos que tudo curam com o mesmo remédio*, como se todos houvessem de calçar-se pela mesma forma. (...)”⁸⁷ Assim, não só variava os diversos *simples* tidos então como anti-sifilíticos, como também ajustava a sua duração, individualmente: embora o tempo de prescrição rondasse, o mais das vezes, 20 a 25 dias, detectámos tratamentos de apenas 15 dias,⁸⁸ e outros de 40⁸⁹ e 50 dias⁹⁰; e num doente com sífilis

muito grave (tinha, inclusivamente, uma erosão do palato, com perda da voz), o tratamento de 40 dias voltou de novo a ser repetido.⁹¹

Nos casos de morbo gálico com manifestações cutâneas, Amato complementava a terapêutica (pretensamente) 'específica', antes descrita, com unguentos ou ceratos preparados à base de mercúrio ou azougue.⁹² "(...) O azougue vivo preferia-se nas regiões delicadas do corpo e o azougue extinto – *argentum vivo extinctum cum succo limonis* – na preparação de certos ceratos, unguentos e decoctos contra ulcerações ou chagas da pele, gálicas ou não. (...) "^{93,94} Aos unguentos podiam ser associados outros produtos minerais (amoníaco, alúmen, zarcão – tetróxido de chumbo) ou vegetais (incenso, almecega, mirra, canela, gengibre, pimenta, sandáracas, etc.).⁹⁵ Em certas formas tumorais, utilizava também o cautério.

Quanto aos aspectos peculiares das 'curas' amatianas, interessaria discutir cada uma delas *per se* (como, actualmente, em geral se faz nos serviços hospitalares com os casos clínicos dos doentes internados), mas esse desiderato é aqui impraticável, pelo que nos limitaremos a salientar tão-só algumas particularidades mais dignas de nota:

- num caso em que se "corrompera o cérebro" (neurossifilis) e que já fizera "muitos e variados tratamentos", Amato determinou mesmo uma trepanação craniana.⁹⁶ Este procedimento ainda se praticava, com alguma frequência, no século XVI, e persistiu até mais tarde: por exemplo, no Museu de História da Medicina Maximiano Lemos, do Porto, existe um estojo de trepanação craniana *setecentista*.

- casos clínicos de sífilis congénita estão presentes em várias 'curas', bem como o contágio entre casais, o que denota a sua vulgaridade em Quinhentos.⁹⁷ E até nos círculos aparentemente imunes a esta doença de transmissão sexual, ela também campeava, como registou Amato a propósito de "um reverendo, frade da Ordem dos Pregadores", com "a virga tumescida e inchada", com morbo gálico e gonorreia; e "o presbítero Rochus sofria do mesmo mal".⁹⁸

- curiosamente, um mercador turco, de Pérgamo, contraíra a sífilis em Veneza,⁹⁹ enquanto um ragusiano se contagiou em Mênfis, no Egipto.¹⁰⁰

- nas aflições de uma Europa sifilizada, havia quem se fizesse passar por perito no tratamento de luéticos, como no caso de um frade que tratou "um tumor escrofuloso proveniente de sarna gálica", no pescoço de uma mulher, aplicando sublimado corrosivo na chaga; mas, "atacado o nervo", ela "perdeu de todo a fala".¹⁰¹

- numa época em que os meios técnicos para ultrapassar determinadas situações clínicas eram

rudimentares e empíricos, o engenho e arte de Amato estão bem patentes: um indivíduo tinha contraído o morbo gálico e desenvolveu várias chagas, uma delas no palato, o que levou à "perda do uso total da fala." Amato concebeu então uma prótese, que encomendou a um ourives: "um prego com cabeça de oiro", sendo "a cabeça do prego arredondada e achatada para que tapasse toda a circunferência do buraco". Na "(...) ponta do prego ou espiga era adaptada uma esponjinha que o doente introduzia dentro do buraco (...) " e que, "(...) inchada pela humidade, ficava lá dentro, o que lhe permitia falar com tal perfeição como se não tivesse qualquer mal. Depois, todos os dias, duas vezes, à tarde e de manhã, tirava o aparelho, lavava a esponja, apertava-a nos dedos e tornava a pôr (...) " A excelência da sua prótese para o véu do palato testou-a depois num outro indivíduo, concluindo: "(...) Uma glória invulgar foi adquirida pela arte da Medicina (...) "¹⁰² – lembre-se que, quatro séculos depois, a Sigmund Freud, que desenvolveu um tumor do maxilar superior, foi aplicada uma prótese baseada no mesmo princípio.

- praticamente toda a sintomatologia conhecida hoje em dia na lues está presente nas "*Centúrias*", nas suas fases primária, secundária e terciária, sendo que um caso de morbo gálico com "angina" grave, que faleceu com dores muito intensas, poderá ter correspondido à dissecação e rotura de um aneurisma sifilítico da aorta.¹⁰³

- notória é a postura de Amato, criteriosa e ética, num caso de sífilis com implicações graves no foro da justiça: os juizes de Ragusa solicitaram-lhe um parecer escrito, pericial, sobre "(...) uma mulher, que se entregava a todos em Ragusa, [e que] foi acusada no tribunal judicial de ter ensurdecido um ilustre jovem por meio de encantamentos (...)," sendo encarcerada por esse motivo. No seu parecer, Amato começou por lembrar alguns autores antigos, entre os quais Galeno "que acredita que há poder nos encantamentos das velhas." Todavia, apesar da opinião de autores consagrados, favoráveis à hipótese de poder existir encantamento feito deliberadamente, ele, argutamente, investigou o caso do jovem e apurou que o rapaz "(...) já tinha sido afectado duas vezes de morbo-gálico, e tinha as mãos e os pés infectados de fendas e gretas desfeantes. (...) " Outrossim, "(...) como tal jovem não observasse qualquer modo regular de vida e, pelo contrário, mais desenfreadamente mergulhasse em comportamento vicioso, não pouco tempo depois [...] caiu em surdez profunda. (...) "¹⁰⁴ Demais, acrescentou, a surdez por hipotético encantamento "(...) tê-lo-ia apanhado de súbito, mas, ao que oiço dizer, ela foi-se apoderando dele pouco a pouco, durante alguns meses. (...) " Evocou

depois a sua experiência: "(...) Já observámos em tempos não poucos casos [de morbo gálico], que [...] ficaram ou surdos ou míopes. (...)” Amato chegou, pois, à judiciosa conclusão de que "(...) esta mulher não realizara tal trabalho [de encantamento] nem com simples palavras, nem com aplicação de medicamentos. (...)”¹⁰⁵ Os juízes, acatando o seu parecer médico, absolveram a acusada, o que é relevante uma vez que se estava ainda numa época em que as mulheres consideradas “bruxas” eram entregues à Inquisição e condenadas à morte na fogueira!

Discussão

A origem e a difusão da sífilis na Europa estão entre as questões mais polémicas da História da Infecologia. A problemática sobre a sua proveniência arrastou-se durante séculos,¹⁰⁶ e agravou-se mesmo no século passado por apriorísticos posicionamentos ideológicos. Segundo certos autores, a sífilis já existiria na Europa desde tempos remotos; para outros, com base nas fontes documentais históricas, seria originária das Américas; para outros ainda, nas Américas grassava, sim, o pian (uma treponematose), que teria evoluído para sífilis quando os marinheiros de Cristóvão Colombo tiveram relações sexuais com mulheres jovens das Antilhas (dir-se-ia ter-se regressado ao idílico “bom selvagem” rousseauiano: ao antigo esteriótipo dos povos “primitivos” da velha “Antropologia Colonial”, contrapunha-se agora – em especial entre os paladinos do anti-imperialismo europeu, ideologicamente empenhados¹⁰⁷ – a pureza e inocência desses povos).

À luz dos dados históricos e dos conhecimentos científicos actuais, procuremos, pois, contextualizar a questão. Como treponematoses humanas temos a considerar: a boubá (pian, *framboesia* ou *yaws*), ocasionada pelo *Treponema pertenue*; a pinta, pelo *T. carateum*; o bejel, pela estirpe do *Treponema pallidum* subsp. *endemicum*; e a sífilis, pela estirpe do *T. pallidum* subsp. *pallidum*.¹⁰⁸ As três primeiras treponematoses são patologias tropicais e transmitem-se por *contágio directo, verbi gratia* como a lepra, e tão-só a sífilis é transmitida por *via sexual*.

No transcurso de mais de cinco séculos – desde o início da epidemia primeva de sífilis na Europa –, muito se tem escrito quanto à sua origem e difusão. Todavia, não nos deteremos na abundante literatura desde então produzida posto que muito do que se escreveu releva do domínio do efabulatório, sendo que várias ideias feitas – incompatíveis com a hermenêutica da História – têm sido acriticamente reproduzidas e podem facilmente ser consultadas em muitos trabalhos

de divulgação. Citem-se, contudo, alguns exemplos da versatilidade dessas opiniões contraditórias:

- a sífilis existiria na Europa desde a Antiguidade, sendo, segundo vários autores, identificada como: “(...) *la elephantiasis-lepra*, [...] *el lichen de los griegos*, *el asafati de los árabes*, *el carbúnculo o la erisipela*; [...] *distintas afecciones articulares, viruelas y las afecciones cutáneas que Celso llama epinyctidas y phygethon*; [...] *la mentagra de Plinio*. (...)”,¹⁰⁹ etc.

- o foco primário ter-se-ia iniciado em Nápoles e dever-se-ia à presença de soldados de Castela.

- o “morbo gálico” teria sido introduzido na urbe napolitana não pela soldadesca de Castela mas, sim, pelas tropas francesas e mercenários de Carlos VIII.

- contrariamente ao que advoga a maioria dos autores, afinal a lues ter-se-ia difundido na Europa de norte para o sul e não de sul para norte;¹¹⁰

- a designação inicial da doença seria “*morbum galico*”, que não “*morbum gallicum*”, significando que a epidemia ter-se-ia iniciado na *Galiza* e não na *Gália*.¹¹¹

- teria tido origem na conjugação planetária de Júpiter e Saturno, em 1484 (ou em 1482, ou em 1494, ou em 1496...); ou em inundações; ou por castigo divino; ou em certos indivíduos com excesso de ‘humor melancólico’, etc., etc.¹¹²

Configura-se, pois, nesta deriva opinativa um certo espírito de Bouvard e Pécuchet flaubertianos (*avant la lettre*).¹¹³ Ora, a nós, em consonância com a metodologia da História, interessam-nos fontes documentais primárias de autores coevos do dealbar do surto epidémico na Europa – finais de Quatrocentos e início de Quinhentos – e *que habitavam a região* onde, plausivelmente, a epidemia luética teve origem – sul de Espanha –, isto é, que descreveram a sua própria vivência do quotidiano. Assim, começaremos por trazer à liça Francisco López de Villalobos (c. 1473-1549), nativo de Zamora, judeu converso, descendente de uma família de médicos hebreus, físico da casa ducal de Alba, de Fernando “o Católico”, do imperador Carlos V e da imperatriz Isabel. Formou-se em *medicina* na então famosa Universidade de Salamanca. Deixou vasta obra publicada nos domínios da Medicina, Literatura e Ética; traduziu, também, alguns autores clássicos e legou-nos um conjunto de epístolas em latim e em castelhano. “(...) *Todas estas obras fueron impresas en Zamora en 1543 dedicadas al Serenísimo Príncipe de Portugal don Luis, y de su éxito da fe el que fueran muy reimpressas*. (...)”¹¹⁴ – lembre-se que D. Luís, “o herói de Tunes”, era um notável protector das Artes (curiosamente, quando em 1535, à revelia do seu irmão, o rei D. João III, se escapuliu para Barcelona para se ir juntar ao exército do seu cunhado Carlos V, levava consigo, como pajem, um

jovem de seu nome Luís Vaz de Camões).¹¹⁵ Francisco López de Villalobos teria, pois, cerca de 20 anos quando teve início o surto epidémico de sífilis no sul de Espanha e, coevo desse acontecimento, legou-nos o seu testemunho num livro dado ao prelo em Salamanca, em 1498, em que escreveu: "(...) *Fue una pestilencia no vista jamas/ [...] muy mala y perversa y cruel sin cõpas/ muy contagiosa [...] /muy brava y con quien no se alcança vitoria*¹¹⁶ [...] */ Es muy gran bellaca y asi a començado/ por el mas vellaco lugar que tenemos.//[...] No son/ ni sarna ni lepra (...)*" E López de Villalobos foi bem preciso a situar no tempo a difusão do surto de "bubas": "(...) *Quando los principes muy poderosos/ [...] los reys don fernando y doña isabel// [...] estando en madrid en aquella sazón/ [...] provino de dios general maldicion/ por toda provincia y por toda nascion (...)*"¹¹⁷

Outro importante *testemunho pessoal* da epidemia luética surgida no sul de Espanha aquando da primeira viagem castelhana às Índias Ocidentais foi-nos dado por Ruy Díaz de Ysla (1462-1542), no seu "*Tratado cõtra el mal serpentino: que vulgarmente en España es llamado bubas* [...]"¹¹⁸ prestou em Portugal trabalho de grande mérito: "(...) Ysla, *mestre de bubas*, [...] do seu ofício não há mais que dizer, faz muitas curas muito boas continuamente tem no conto e é o dos cinquenta doentes ordenados e teria mais outros tantos se houvesse ordenação [...]. E não há dia que o dito Ysla não lance fora [dê alta] sãos, um, dois, três e muitas vezes quatro. É merecedor de honra e merecimentos porque além disto é homem de boa ventura (...)"¹¹⁹ Díaz de Ysla nasceu na Andaluzia, na localidade de Baeza ("Baeça"), era cirurgião, que não médico (os médicos de então delegavam nos cirurgiões e barbeiros as tarefas por eles tidas como menos 'dignificantes', como tratar as bubas),¹²⁰ e deve ter sido o 'paramédico' que, no final de Quatrocentos e início de Quinhentos, mais experiência tinha sobre o tratamento da sífilis em toda a Europa: "(...) *dello tengo larga experiencia [...]. yo aya usado por muchos años la theorica y pratica dela cura deste morbo serpentino en muchas partes de castilla e Aragon y Portugal: especialmente en la ciudad de Lisboa [y] ospitales de toda Europa. Los quales yo he visto y en el tenido pratica (...)*"¹²¹ E informa ainda: "(...) *Yo he curado mas de veynte mil personas (...)*"¹²² O grosso da sua excepcional experiência terá ocorrido em Lisboa, onde estava activo desde pelo menos cerca de 1507, segundo um caso clínico que descreve sobre o falecimento de um boticário infectado pelo "mal serpentino".¹²³ Foi contratado, "*por mas de diez años*",¹²⁴ por D. Manuel I para tratar a sífilis no Hospital de Todos os Santos de Lisboa: "(...) *he visto y han passado por mis manos todas las curas y experiencias que en esta enfermedad se pueden hazer (...)*"¹²⁵ Foram-lhe

cometidas, pois, as tarefas e responsabilidades da "casa apartada" das bubas que, regulamentarmente, antes eram da competência do físico do Hospital.^{126,127} Ter-se-ia depois ausentado do nosso País, mas voltou de novo a ser responsabilizado, por D. João III, pela enfermaria de bubas, em 1524, e novamente em 1528 (deixou Portugal durante a "epidemia" de 1527),¹²⁸ permanecendo entre nós talvez até 1537, data da conclusão do seu livro, que foi totalmente escrito em Lisboa: "(...) *este tractado se hizo y alcanço desde la primera letra hasta la postrera en esta sancta casa* [Hospital de Todos os Santos] (...)"¹²⁹ pelo que, em rigor, Ruy Díaz de Ysla é um autor mais português do que castelhano. Aliás, a sua gratidão para com o nosso País foi ao ponto de a obra não ter sido dedicada ao imperador Carlos V, seu soberano, mas, sim, a D. João III, cujas armas figuram na capa do livro – "(...) *ningũas armas le cõvenian tão a este tratado como la dicha portada. (...)*"¹³⁰ Bem assim, menciona também na capa do livro o "*ospital de todos los santos*" (Fig. 4), instituição que reiteradamente elogia – "*un tan sumptuoso edificio*" –, o que se compreende dado que "(...) o Hospital Real de Todos os Santos não tinha paralelo em nenhuma instituição hospitalar contemporânea na Europa. (...)"¹³¹



Fig. 4 - Capa da primeira edição do livro de Ruy Díaz de Ysla sobre a sífilis, 1539

Dado o valor documental do livro de Diaz de Ysla – “(...) o primeiro trabalho especialmente destinado ao estudo dessa doença (...)”¹³² –, vejamos algumas passagens mais relevantes (edição de 1539):

“(...) Del **origem** y nacimiento deste morbo serpētino **dela ysla española** [Ysla de Santo Domingo]¹³³ [...], dolēcias ignotas **nunca vistas ni conocidas ni en los libros d[e] medicina halladas** [...]. La q̄l fue **aparecida y vista en España en el año del señor de mil quatrociētos y noventa y tres años en la ciudad de Barcelona: la qual ciudad fue i[n]ficionada y por conseqüente toda la europa** [...]: el qual mal tuvo su **origē y naciemiēto de siempre en la isla que agora es nōbrada española** [...]. E como esta isla fue descubierta y hallada por el almirante don [Cristo]val Colon al presente tentēdo platica y comunicaciō cō la gente d[e]lla. E como el de su propia calidad sea **contagioso facilmente se les apego: y luego fue vista en la propia armada**. [...] **Dolencia nunca por los españoles vista ni conocida** [...]. Y al tiempo q̄ el almirāte don [Cristo]val colon llevo a España estavā los reyes catholicos ē la ciudad de **Barcelona**. Y como le fuessen a dar cuenta de su viaje [...] **luego se enpeço a enfecionar la ciudad y a se estender la dicha enfermedad** [...] E luego el año siguiente de mil quatrociētos y noventa y q̄tro años El [cris]tianissimo rey carlos de frācia [...] ayūto grādes gētes y passo ē ytalía: y al t[em]po q̄ por ella entro cō su hueste yvā muchos españoles en ella inficionados desta enfermedad y luego se empeço a inficionar el real d[e]la dicha dolēcia [...]. Los frāceses pusierō le mal de napoles. E los italianos y napolitanos como nūca d[e]l tal mal tuviesen noticia pusierōle mal frāces. [...] Assi le fuerō imponiēdo el nombre cada uno segū q̄ le parecía q̄ la ēfermedad traya su origē. En castilla le llamarō bubas y en portugal le impusierō **mal de castilla**: y en la india de Portugal le llamaron los indios mal de los portugueses. (...)”¹³⁴

E Ruy Diaz de Ysla acrescentou também mais um novo nome à doença, “morbo serpentino”:

“(...) Morbo serpentino porq̄ segū su fealdad no hallo cosa a q̄ mas naturalmēte la pueda cōparar que es a la sierpe: porq̄ assi como la sierpe es animal feo y temeroso y espantoso assi esta enfermedad es fea y temerosa y espantosa [...]. E **sabiēdo yo q̄ aqueste mal tuvo su origē de tiēpo antiguo ē la isla española** y q̄ de allí saliō su principio le impongo el tal nōbre: **Morbo serpētino de la isla española**. (...)”¹³⁵

Lembre-se que a primeira viagem de Cristóvão Colombo às Américas teve início em 3 de Agosto 1492, e o regresso a Espanha ocorreu em 1493. Em Março deste ano, o almirante chegou a Sevilha, e foi a Barcelona dar conta da sua missão a Fernando e Isabel: “(...) Es recibido por los Reyes Católicos [...]

en el Monasterio de San Jerónimo de la Murtra, en Badalona, cerca de Barcelona, en Abril. (...)”¹³⁶

Surpreendentemente, as fontes documentais históricas dos dois autores acima citados, ambos da área da medicina, Francisco López de Villalobos e Ruy Diaz de Ysla, coetâneos dos acontecimentos que relataram e *residentes na região inicialmente infectada*, foram, a partir das primeiras décadas de Quinhentos, ignoradas, passando-se a privilegiar autores posteriores, italianos, alemães, franceses, etc., residentes em áreas para onde a sífilis se difundiu posteriormente. Ignorância das fontes ibéricas, ou dificuldade em ler o idioma castelhano renascentista? Desconhecimento da biografia dos autores, em especial a *data do seu nascimento* e período de actividade clínica? Valorização apenas das *datas tardias de publicação* das suas obras? Como já dito, López de Villalobos teria cerca de 20 anos e Diaz de Ysla cerca de 31 anos quando a sífilis fez a sua aparição em Barcelona! Note-se que Diaz de Ysla repete várias vezes a origem americana do ‘mal serpentino’, e embora a responsabilidade da veiculação da sífilis para a Europa, pelos marinheiros de Colombo, não fosse prestigiante para Castela (basta pensar nos apodos parémicos atribuídos à doença), o certo é que, em 1537, Carlos V fez examinar a sua obra pelos seus “*prothomedicos*”¹³⁷ e concedeu a necessária licença para a sua publicação,¹³⁸ que ocorreu em 1539. Aliás, em Espanha era público e sabido qual a verdadeira origem do morbo luético: a segunda edição da obra de Diaz de Ysla, de 1542, ostenta, logo *na capa*, expondo ao escrutínio público essa origem, “*Tractado llamado fructo de todos los sanctos: contra el mal Serpentino. Venido de la ysla Española*.”¹³⁹ Acresce que Diaz de Ysla não só era um estudioso desta enfermidade – “(...) yo aya usado por muchos años **la theorica y practica dela cura deste morbo serpentino** (...)”¹⁴⁰ –, a que se teria **dedicado desde 1497**¹⁴¹ – “(...) yo há **xl años q̄ curo desta enfermedad** (...)”¹⁴² –, como também dá testemunho, colhido junto dos marinheiros de Colombo, que tratou, de que já havia navegantes contagiados a bordo: “(...) **He curado p[er]sonas q̄ la tuvierō ē la dicha armada y cure p[er]sonas q̄ adolecierō ē Barcelona** (...)”¹⁴³ Por este seu envolvimento directo na assistência a marinheiros de Colombo, Diaz de Ysla foi, presumivelmente, o primeiro europeu a ter conhecimento do uso do guaiaco no tratamento da doença: “(...) Y digo assi q̄l año de Mdiii [1504] me fue dada por escrito toda la cura q̄ los i[n]dios faziā pa esta ēfermedad segūdo yo la tēngo scripto assi cō el guayacā como cō el mapuā como cō la tuna¹⁴⁴ (...)”¹⁴⁵ “(...) fue sabida la cura del palo **[guayacā]** segun que **la gente**

dela ysla española antiguamente con el se curavan. (...)”¹⁴⁶ Aliás, os marinheiros castelhanos aprenderam com os nativos o uso do guáiaço, e começaram, desde logo, a utilizá-lo: “(...) *Largos t[r]ipolãtes se curava entre ellos la enfermedad q̄ teniã* (...)”¹⁴⁷ Diaz de Ysla foi mesmo pioneiro no reconhecimento de alguns aspectos epidemiológicos desta doença venérea, como, por exemplo, ter reconhecido que o “(...) *morbo serpentino es una enfermedad epidemial contagiosa* (...)”¹⁴⁸

Cabe, pois, perguntar por que razão um manancial de informações tão importante sobre a sífilis ficou olvidado da comunidade ‘científica’ de então? Devemos, pois, considerar que:

- a publicação redigida por Diaz de Ysla foi manifestamente tardia, 1539, isto é, quando na Europa médica erudita já se tinham instalado ideias feitas, efabulatórias, sobre a origem do morbo gálico.

- a autorização para a publicação do “*Tractado cõtra el mal serpentino*” foi concedida em 1537, pelo rei (leia-se, pelo Imperador Carlos V), em Sevilha – então periferia da Europa do Renascimento –, mas a obra só foi impressa dois anos mais tarde, o que não era de todo habitual. Adivinham-se, pois, dificuldades para encontrar um editor, e, mais ainda, para a sua distribuição. De feito, o único exemplar da primeira edição que existe em Portugal é um conjunto errático de cadernos, em cuja paginação o leitor se perde, e que indicia ter chegado ao nosso País em lotes oriundos talvez de diversos prelos. Tendo o livro sido escrito, na totalidade, no Hospital de Todos os Santos de Lisboa, e tendo D. João III concedido o seu privilégio para a publicação, esperar-se-ia que a obra fosse corrente no nosso País, o que não se verifica.

- na Europa renascentista, a língua culta dos homens de ciência era o latim (por exemplo, não se conhece uma única frase escrita em português por Amato Lusitano); ora, o livro de Diaz de Ysla foi composto em castelhano, língua ignorada dos médicos eruditos da Europa. Demais, o autor era *cirurgião*, pelo que a obra deverá ter circulado apenas ente os seus pares, que não entre os físicos (médicos). Diaz de Ysla deveria, outrossim, ser visto em Espanha como uma espécie de ‘estrangeirado’, que se expatriara para Portugal, sendo que, embora utilizasse também o guáiaço, privilegiava, contudo, o uso do mercúrio: “(...) *yo tengo hechas muchas curas que yvã ya perdidas por la orden del palo [guayaco] y socorreme al mercurio* (...)”¹⁴⁹ que “(...) *es la medicina principal y [...] no se puede fazer nada sin el* (...)”¹⁵⁰ Usava, pois, o mercúrio ao arrepio do que, por razões de ‘escola’ e talvez, também, por interesses comerciais do Imperador, advogavam em

geral os médicos europeus. Existiria, pois, um pacto de silêncio contra o cirurgião castelhano, ‘refugiado’ em Portugal.

Aos dois autores antes citados, López de Villalobos e Diaz de Ysla, acresce ainda Fernández de Oviedo (1478-1557), cronista e governador das Antilhas, que não só corrobora a versão da origem americana da sífilis como também nos dá conta que a pestilência, além da sua introdução em Castela aquando da primeira viagem de Colombo, foi depois ainda mais ampliada pelos marinheiros da segunda viagem:¹⁵¹

“(...) *Puede V. Magestad tener por cierto que aquesta enfermedad vino delas Indias y es muy comun a los Indios, pero no peligrosa tanto en aquellas partes como en estas [...]. La primera vez que aquesta enfermedad en España se vido fue despues que el almirãte don Christoval colom descubrio las Indias y torno a estas partes y algunos Christianos de los que con el vinieron que se hallaron en aquel descubrimiento y los que el segũdo viaje hizieron que fueron mas truxeron esta plaga y de ellos se pego a otras personas.* (...)”¹⁵²

Teria, pois, havido uma introdução inicial da sífilis em 1493, seguida de uma reintrodução em 1494. Aliás, aos autores acima mencionados acrescentem outros, em especial espanhóis – que assumem o ónus desprestigiante de a sífilis ter sido introduzida na Europa pelos marinheiros de Cristóvão Colombo –, v. g., Francisco López de Gómara, que conheceu Hernán Cortés, o “conquistador do México”:¹⁵³

“(...) *Los de aquesta isla Española son todos bubosos, y como los españoles dormían con las indias, hinchieronse luego de bubas, enfermedad pegajosísima [...]. Sintiendo atormentar y no mejorando, se volvieron muchos de ellos a España por sanar, [...] los cuales pegaron su encubierta dolencia a muchas mujeres cortesanas, y ellas a muchos hombres que pasaron a Italia a la guerra de Nápoles [...], y pegaron allá aquel su mal. En fin, que se les pegó a los franceses; [...] Así como vino el mal de las Indias, vino el remedio, [...] el cual es el palo y árbol dicho guayacán [...]. Era este mal a los principios muy recio, hediondo e infame; ahora no tiene tanto rigor ni tanta infamia.* (...)”¹⁵⁴

Face ao que acima fica dito, perguntamo-nos como é que se pode aceitar, como o pretendem ainda certos autores, que uma dada espécie de treponema alienígena, o pian, haja evoluído – precisamente em Barcelona e logo no ano do regresso da armada de Colombo das Antilhas – para uma nova espécie, a sífilis? Demais, como é epidemiologicamente

sabido, as espécies de treponemas não venéreas – pian, bejel e sífilis endêmica – são **patologias tropicais**, logo inexistentes na Europa, e **não se transmitem sexualmente**.

Abordemos, pois, esta problemática numa vertente científica e actualizada. Uma boa base para a tentativa de dilucidação da origem da sífilis na Europa – pré-colombiana ou colombiana? – é o artigo “*The origin and antiquity of syphilis revisited: an appraisal of Old World pre-Columbian evidence for treponemal infection*”, publicado no “*American Journal of Physical Anthropology*”.¹⁵⁵ Partindo de uma revisão aprofundada de 54 trabalhos publicados sobre pretensos casos pré-colombianos ocorridos no ‘Velho Mundo’, respeitantes a diferentes achados arqueológicos, os autores seleccionaram vários parâmetros paleopatológicos e resumiram esses trabalhos em extensos quadros, atribuindo-lhes “scores” de validação de fiabilidade (de cada achado arqueológico é feita uma descrição resumida).¹⁵⁶ Finalmente, para os casos aceites como verdadeiras treponematoses (as lesões esqueléticas são características de género, mas não de espécie) foi analisada a datação pelo carbono-14 e isótopos (vide Table 3. Radiocarbon dates of specimens reviewed in this study: unadjusted and adjusted for marine signature), segundo modernos parâmetros de validação científica: “(...) Location; Lab ID (Year); Uncalibrated date (YBP); Collagen $\delta^{13}\text{C}$ (‰); Nitrogen $\delta^{15}\text{N}$ (‰); delta R (local deviations from the global average R(t))_a; Estimated % marine carbon in diet; Radiocarbon date uncorrected for marine signature, 95% CI, (AD); Radiocarbon date corrected for marine component, 95% CI, (AD); Radiocarbon date corrected for marine component assuming $\pm 20\%$ uncertainty, 95% CI, (AD). (...)”¹⁵⁷ A partir da aferição destes parâmetros, foram elaboradas duas figuras, das quais reproduzimos apenas uma (na outra Fig. mostra-se que já havia treponenatoses no Novo Mundo três milénios antes da Era Cristã¹⁵⁸).



Fig. 5 – Trabalhos publicados sobre pretensas treponematoses pré-colombianas no ‘Velho Mundo’: A) todos os trabalhos; B) trabalhos com diagnóstico aceite como correcto; C) datação por radiocarbono (IC 95%): não identificou nenhum caso anterior a 1493. Reproduzido de Harper KN, Zuckerman MK, Harper ML et al. *American Journal of Physical Anthropology*, 2011;146 Suppl 53, pp. 99-133

Na Fig. 5, respeitante ao “Velho Mundo”, assinalam-se: A) todos os casos descritos como pretensas treponematoses pré-colombianas; B) casos em que a reavaliação paleopatológica foi concordante com um diagnóstico tido como possivelmente correcto; C) de acordo com a datação do radiocarbono, concluiu-se pela inexistência de *nenhum caso de trepanomatose anterior a 1493*,¹⁵⁹ data do regresso de Colombo da primeira viagem à América. E a conclusão final dos autores é a seguinte: “(...) **We did not find a single case of Old World treponemal disease that has both a certain diagnosis and a secure pre-Columbian date.** [...] **It appears that solid evidence supporting an Old World origin for the disease remains absent.** (...)”¹⁶⁰

À luz dos modernos estudos científicos não se vislumbra, pois, outra origem para a sífilis que não seja o continente americano (Antilhas), o que aliás parece já ser admitido mesmo pelos cultores de que todos os males do Novo Mundo advieram do “imperialismo europeu”. Vejamos uma versão de um desses autores: “(...) **What seems to have been the case was that non-sexually transmitted yaws had spread earlier among Taino girls and boys while they were playing together.**”¹⁶¹ Years later, some of the little girls who had matured into women still carried their yaws. Then **they were raped by Spanish males.** While each rape was in progress, the long-unwashed and probably tender skin on Spanish groins, bellies, chests and penises was breached by *Treponema pertenue*, the yaws causal agent. Once the *Treponema pertenue* found itself in a new kind of human host and in a new climatic regime – the temperate Europe to which the alien Spaniards returned in 1493 – **it seems to have mutated into its new form, *Treponema pallidum*, to become venereal syphilis.** (...)”¹⁶² Ora, primeiro é formulada uma hipótese (“what seems to have been the case”; *Treponema pertenue* “seems to have mutated into its new form, *Treponema pallidum*”) e depois prossegue-se a explanação como se se estivesse perante uma certeza adquirida e provada. Do ponto de vista da metodologia da História (em que o que importa é a existência de fontes documentais, sujeitas a uma hermenêutica criteriosa) e da Epidemiologia Médica (em que importam as datações de radiocarbono e os estudos filogenéticos do DNA), a passagem transcrita situa-se no domínio do risível: nas inocentes jovens do povo Taino das Antilhas, o *T. pertenue* produzia o pian, mas quando se instalou na “long-unwashed and probably tender skin” dos violadores europeus transmutou-se em *T. pallidum*, gerando a sífilis, com uma vasta gama de manifestações proteiformes...

– o mínimo que se poderá dizer deste raciocínio tendencioso é que “*se non è vero, è ben trovato*”.

Evocámos antes a necessidade de estudos filogenéticos de biologia molecular para explicar o fenómeno de especiação (evolução de uma dada espécie para outra espécie). Assim, a propósito da transferência de patologias infecciosas entre os continentes americano e europeu, seja-nos permitido fazer aqui um parêntesis, chamando à colação uma patologia de descoberta relativamente recente, a doença ou borreliose de Lyme. Em 1982 foi identificado nos USA o seu agente etiológico, a *Borrelia burgdorferi* sensu stricto, supondo-se, inicialmente, que ele só existiria naquele país. Todavia, estudos posteriores mostraram que na Europa existe também esta espécie, além de várias outras do mesmo género: *B. garinii*, *B. afzelii*, *B. lusitaniae*, etc.¹⁶³ Ora, investigações filogenéticas posteriores provaram que a *B. burgdorferi* é originária da América do Norte, sendo depois introduzida no continente europeu, o que levou à publicação de um interessante trabalho do investigador G. Baranton: “*Did Christopher Columbus open the way for Borrelia burgdorferi sensu stricto to discover the old world?*”¹⁶⁴ Na verdade, não deverá ter sido Cristóvão Colombo quem propiciou a vinda da *B. burgdorferi* do Novo para o Velho Mundo mas, sim, aves de migração (como reservatórios ou como transportadoras de carraças que transmitem a doença), do mesmo modo que, por exemplo, a epidemia de encefalite por vírus *West Nile*, que em 1999 se declarou em Nova York¹⁶⁵ e rapidamente se espalhou pelos USA e depois pela América Central e do Sul, foi levada da Europa para os USA por aves migratórias.¹⁶⁶ Curiosamente, borrelíias e treponemas são indistinguíveis microscopicamente – pertencem ambas à classe das espiroquetas, *Spirochetes* – e as suas manifestações clínicas são de tal maneira semelhantes que são as duas designadas por “grandes simuladoras”, uma vez que podem, virtualmente, atingir qualquer órgão ou sistema dos indivíduos infectados.¹⁶⁷ Ora, por que razão a borreliose de Lyme não teve manifestações exuberantes na Europa? Porque já cá existia o género *Borrelia* e, conseqüentemente, o organismo humano já tinha desenvolvido mecanismos imuno-genéticos que minimizam as manifestações patogénicas da doença. Recorde-se que, em contrapartida, a varíola, a varicela, a gripe e outras doenças infecciosas tiveram efeitos catastróficos nas Américas, onde foram introduzidas pelos espanhóis, causando milhões de mortes,¹⁶⁸ pela simples e elementar razão de que estas doenças não existiam naquele continente e os ameríndios não possuíam defesas orgânicas contra elas. Assim, não

existindo ao tempo nenhuma treponematose na Europa (Fig. 5 - C), quando os marinheiros de Colombo transportaram a sífilis das Antilhas para Espanha as manifestações clínicas foram aqui de uma exuberância e contagiosidade extraordinárias (Figs. 6 e 7) – o que não acontecia entre os ameríndios¹⁶⁹ –, precisamente pelo facto de que os europeus não possuíam defesas imuno-genéticas contra aquele treponema alienígena.¹⁷⁰



Fig. 6 - Jovem atacado pela sífilis. Gravura de 1523, de Hans Holbein, o Jovem



Fig. 7 - Marido e mulher a serem tratados de sífilis. Gravura do livro “*A malafranczos morbo Gallo[rum] preservatio ac cura [...]*”, de Bartholomäus Steber, c. 1506

Todavia, essas defesas foram-se desenvolvendo, passando assim a sífilis a ter manifestações clínicas bastante mais atenuadas, em especial nas suas formas cutâneas.¹⁷¹ Mas tomemos, ainda, um exemplo dos

nossos dias: na ausência de tratamento adequado, o vírus da SIDA (originário de África) produz formas clínicas graves e mortais; todavia, não obstante estarem repetidamente expostas àquele vírus, certas prostitutas de Nairobi (Kenya) não desenvolvem quadros clínicos de SIDA devido a adaptações ocorridas no seu património imuno-genético contra o VIH.¹⁷²

Retornando à problemática da difusão da sífilis e demais treponematoses. Já antes evocámos a necessidade de estudos filogenéticos para procurar discernir a origem das várias espécies, e muito embora sejam necessárias mais investigações neste domínio, o facto é que vários estudos de biologia molecular apoiam a hipótese de que a sífilis foi introduzida na Europa a partir das Américas e é uma espécie com evolução muito mais recente quando comparada com as espécies de treponemas cuja transmissão é feita por via não venérea. Veja-se, por exemplo, o estudo de C. J. Mulligan e colaboradores: "(...) **The T. pallidum strains are all from the New World except for two strains (South Africa and Madras) (...).**"¹⁷³ Aliás, outros estudos de biologia molecular chegaram à mesma conclusão, v. g. o muito importante de N. Harper e colaboradores: "(...) **Using a collection of pathogenic Treponema strains that is unprecedented in size, we show that yaws [Treponema pertenue] appears to be an ancient infection in humans while venereal syphilis arose relatively recently in human history. In addition, the closest relatives of syphilis-causing strains identified in this study were found in South America, providing support for the Columbian theory of syphilis's origin.** (...)"¹⁷⁴

Mas centremo-nos, finalmente, no desiderato maior deste trabalho, isto é, a vasta prática clínica de Amato Lusitano com o morbo gálico, em especial quando exerceu medicina numa Itália renascentista sífilizada. Vimos que, escrutinando detidamente as "*Centúrias*", enumerámos 72 pacientes com sífilis (Quadro I), mas Amato tratou "muitos mais", como grafou. Todavia, não podemos (devemos) tomar a nuvem por Juno, e 'diagnosticar' agora como casos de morbo gálico doentes em que Amato *explicitamente* nos forneceu outros diagnósticos. Tomemos um exemplo paradigmático. Amato era, também, um grande especialista em podagra e quiragra (manifestações de gota uricosúrica, nos pés e nas mãos, respectivamente); discerniu mesmo, por exemplo, que nesta patologia existe um certo carácter hereditário, o que a medicina dos nossos dias também afirma:¹⁷⁵ "(...) parece dever dizer-se que ela [uma mulher que "desde a juventude

sofria de podagra"] contraíra este mal dos seus antepassados, como coisa hereditária. [...] Os pais dela foram sempre indemnes deste mal, contudo os seus antepassados, os avós, tiveram ataques desta doença com certa gravidade. (...) "¹⁷⁶ E, numa outra 'cura', escreveu: "(...) O Doutor Castilho [...] era todos os anos atacado [...] de podagra, doença familiar. (...) "¹⁷⁷ Demais, Amato secunda Galeno ao denegar a posição de Hipócrates que entende que as mulheres não sofrem de podagra; ora, embora as mulheres tenham uma menor incidência de gota, o facto é que também podem sofrer desta doença, em especial se tiverem uma "vida de luxo" (sic), o que ele próprio comprovou ao tratar "uma senhora nobre sofrendo de podagra".¹⁷⁸ Mas foi ainda mais longe, ao escrever: a podagra "(...) raramente ataca os pobres. [...] Pelo contrário, chega-se, e muitas vezes, aos ricos e aos que vivem ociosamente. (...) "¹⁷⁹ De facto, a epidemiologia moderna mostra que nos USA e em outros países ocidentais a ascensão a um "*high standard of living*" contribui para uma maior prevalência de gota,¹⁸⁰ e isto porque, entre outros factores, uma alimentação rica em carne determina uma maior ingestão de purinas que, na sua metabolização, conduzem à formação de ácido úrico. Amato contraindicava, pois, "as comezainas intermináveis, jantares intempestivos" e aconselhava: "de carne abstenha-se inteiramente a não ser de aves do campo, e evitará os capões, especialmente os velhos" (os animais velhos têm, na verdade, maior concentração de purinas na sua carne), devendo a alimentação ser "pouco nutritiva, tal como legumes (couves) e semelhantes".¹⁸¹ A sua experiência tinha-lhe, pois, ensinado que nas gentes do sector primário, então a grande maioria, a alimentação era à base sobretudo do "pão-nosso de cada dia" e de legumes,¹⁸² enquanto na burguesia e na nobreza a carne era privilegiada, particularmente a de caça, muito mais rica em purinas.¹⁸³ Assim, os casos de gota que descreve respeitam, via de regra, a burgueses e nobres (o "notável" Burgomestre de Antuérpia, Vicêncio de Nobilibus, sobrinho do papa e governador de Ancona,¹⁸⁴ etc.). Ora, sendo bem conhecida a fama de Amato Lusitano neste domínio, o papa Júlio III convocou-o a Roma para o tratar.¹⁸⁵ Todavia, ao contrário do que a exegese das "*Centúrias*" permite concluir, pode ler-se numa tese de doutoramento: "(...) Embora os males que afligiam o Sumo Pontífice sejam por regra descritos como uma pleurite, uma pneumonia, ou qualquer outro problema respiratório [?], a evidência registada nas *Centúrias* indica antes que o Papa sofria de sífilis, já que Amato o tratou com a raiz da China, planta usada no tratamento desta doença. (...) "¹⁸⁶ — ênfase nossa. Fazemos notar que na 'cura' 19 da "*IV Centúria*" Amato

se refere àquele Papa” tão-só para sinalizar a data em que se deslocou a Roma, 1550 – “(...) altura em que o Sumo Pontífice, Júlio III, nos chamou por motivos de saúde (...)” –, sendo que a doença do Papa foi abordada por ele, sim, na ‘cura’ 29 da “*V Centúria*”, que trata do “método de livrar de podagra e ao mesmo tempo de alguns remédios convenientes nas dores de podagra e tofos das articulações”: é este o título, bem elucidativo, da ‘cura’ em que Amato versa detidamente sobre a gota e suas complicações. Mas cedemos a palavra ao médico albicastrense:

“(...) As durezas tóxicas [da gota úrica] são extirpadas muitas vezes com remédios e, no entanto, o membro permanece retraído. Então, um médico sabedor deverá utilizar um instrumento que faça estender o membro, como [...] se praticou com o *papa Júlio III*. Com efeito, ele tinha um dedo da mão direita encolhido [*sofia de quiragra*], o que não lhe permitia escrever, mas foi reconduzido ao antigo estado e movimento por meio de um instrumento [por nós] engenhado. (...)”¹⁸⁷

Aliás, seriam as consabidas complicações da gota úrica que vitimariam o Papa, como está historicamente documentado: “(...) *Júlio III (1549-1555). Su óbito fue acelerado por una dieta que, sin embargo, se suponía curarlo de la gota que padecía*. (...)”¹⁸⁸ “(...) *Sofria de gota* e, segundo as fontes, essa doença foi a sua *causa mortis*. (...)”¹⁸⁹

Quanto à conclusão, reducionista, “(...) o Papa sofria de sífilis *já que Amato o tratou com a raiz da China* (...)”, ela releva da falta de conhecimentos em Medicina, de par com uma leitura o seu tanto aligeirada das “*Centúrias*” que, aliás, estão proficuamente documentadas sobre a terapêutica da gota naquele tempo:

“(...) Esta **raiz [da China]** tem valor [...] para o mau aspecto do corpo ou caquexia, para a hidropisia aquosa, [...] e vertigem, e hemicrânia, as destilações oriundas da pituita e da bile crassa [...]; para a **podagra, a quiragra, o artrismo, as dores coxêndicas**, as febres pituitosas, o morbo Gálico, a lepra, a sarna. [...] Faz desaparecer as humidades do estômago [...]. Também auxilia e convém especialmente aos estudiosos e ocupados mentais. É remédio maravilhoso nas afecções cólicas e corrige os males da matriz. **Cura as dores prolongadas dos membros**, as fístulas inveteradas, os tumores cirrosos e as escrófulas pertinazes. É muito conveniente na elefantíase. É um sudaríparo como nenhum outro, limpa o sangue, rejuvenesce os velhos [...]. Provoca a urina e **destrói os cálculos [da gota]**. [...] É de muita utilidade para a paralisia ou nervos relaxados e para a convulsão ou nervos contraídos. É, pois, mezinha salubérrima e digna de elogio, **proveitosa nas referidas doenças e em várias outras**. (...)”¹⁹⁰

Aliás, complementando e concordando, eis as enfermidades para as quais Garcia de Orta – quicá o primeiro português a usar a raiz da China – indicava a planta: “(...) onde ha morbo napolitano, [...] pera artetica, **ciragra, podagra**, ciatica, alporcas, e pera inchaços reduzidos a melancolia ou freima [...], pera indigistões do estomago, pera xaqueca velha, **pera pedra** e úlceras da **bexiga** às vezes, **porque com este pão deitam a pedra** [calculo renal ou da bexiga], que antes não podiam deitar. (...)”¹⁹¹ São também elucidativas as palavras do ilustre lente universitário Ambrósio Nicandro:¹⁹² utilizando a *raiz da China*, “(...) o sábio e prudente Amato soube libertar-me de todos os malefícios da nodosa *podagra* e *quiragra* (...)”¹⁹³

Como se vê, esta raiz era utilizada num leque muito vasto de patologias, em especial nas que cursavam com dores ósteo-articulares, entre elas a *gota*. Aliás, Amato não utilizava apenas a raiz da China no tratamento da podagra e das artrites mas, também, os outros dois produtos então em voga no tratamento da sífilis: o guáiacio¹⁹⁴ e a salsaparrilha (*rubus viticosus*).^{195,196} A dedução de que o papa Júlio III sofria de sífilis, dedução decorrente do simples facto de Amato o ter tratado com raiz da China, releva, pois, do desconhecimento da fito-farmacologia então utilizada na gota. O problema que decorre destas interpretações espúrias – “o *Papa sofria de sífilis*” – é que depois elas são repetidas em trabalhos subsequentes,¹⁹⁷ acabando que adquirir foros de ‘verdade’.

Adentremo-nos agora na análise da terapêutica geralmente utilizada por Amato no morbo gálico.¹⁹⁸ Em várias das suas ‘curas’ de sífilis, ele afirma, como os demais médicos da sua época, que com a utilização do guáiacio, da raiz da China ou da salsaparrilha os doentes ficavam ‘curados’. Ora, à luz dos conhecimentos farmacológicos actuais podemos dizer que nenhum daqueles fito-fármacos conduz à cura da sífilis, muito embora essa fosse a sua honesta convicção e dos médicos seus coetâneos. Etiopatogenicamente, o que acontece é que a lues se torna *assintomática* nos períodos de transição de cada uma das suas três fases evolutivas, em particular na fase final, quiescente. Note-se que o período “(...) *terciário* pode seguir imediatamente o período secundário ou ser separado de vários anos (até 50). (...)”¹⁹⁹ Em França, no século XIX, em que, face à permissiva *vita sexualis* de então, muitos intelectuais estavam contagiados com sífilis, acreditava-se mesmo que, na fase terciária, a doença propiciava inspiração artística... “(...) *La génie, selon certains auteurs de la fin du XIX^e siècle, pouvait procéder de la syphilis même*. (...)”²⁰⁰ Guy de Maupassant (1850-1893), por exemplo – discípulo de um outro sifilítico

célebre, Gustave Flaubert –, exultava, numa carta a um amigo, datada de 1877, quando o seu médico lhe diagnosticou sífilis: "(...) *J'ai la vérole [syphilis], enfin la vraie, pas la misérable chaude-pisse, pas l'ecclésiastique chrystalline, pas les bourgeois crêtes de coq, [...] non, non, la grande vérole, celle dont est mort François 1^{er}. Et j'en suis fier [...]. Alléluia, j'ai la vérole (...).*"²⁰¹

Um outro aspecto a considerar é que com a utilização do guáiaço, da raiz da China ou da salsaparrilha, os doentes sentiam-se de facto bastante melhor. Ora, esta fitoterapia não é específica da sífilis, mas tão-só *sintomática* – o único *fármaco específico* então usado era o mercúrio, mas a via utilizada, a tópica, em "unturas", não permitia que o fármaco atingisse níveis treponemacidas. Note-se que aqueles fito-fármacos têm, sim, efeitos **anti-inflamatórios** (daí o seu emprego também na gota!) e **sudoríparos**,²⁰² efeitos conhecidos desde há muito, e procurados, aliás, em outras latitudes e com outros produtos: "(...) Muytos fisicos Indianos fazem hunssuadoiros com cravo e noz, e maça e pimenta longa e preta, fazendo disto *suadoiros*; e dizem que, com isto, se tira a *sarna castelhana* [sífilis]. (...) "²⁰³ Ora, a febre seguida de sudação é um mecanismo fisiológico há muito conhecido (quem, como nós, já enfermou de paludismo sabe bem que, após a sudação profusa, ocorre uma sensação de alívio, um certo bem-estar), admitindo-se mesmo que as temperaturas elevadas do doente produzem um relativo abrandamento da actividade certos agentes infecciosos.²⁰⁴ Assim, a produção de sudação por recurso a fontes exógenas de calor era, só por si, utilizada, *ab initio*, no tratamento da sífilis, havendo descrições detalhadas da sua técnica de utilização pelo vapor aquecido.²⁰⁵ Posteriormente, aos suadouros em cubas passaram a ser também associadas as "unturas de mercúrio" (Fig. 8).



Fig. 8 - Tratamento da sífilis por meio de suadouros de vapor

Enfatize-se ainda que no século passado a *piretoterapia* ou *maliarioterapia* era usada no tratamento de certas formas de neurosífilis – Julius Wagner-Jauregg receberia o Prémio Nobel da Medicina, em 1927, pela introdução deste procedimento terapêutico nas fases terminais da sífilis.^{206,207} Entre nós, por exemplo, o director do Instituto de Malariologia de Águas de Moura, Professor Francisco Cambournac, que efectuou um estágio na *Secção de Maliarioterapia* do Horton Mental Hospital de Epsom, na Inglaterra, encarregava-se ele mesmo de transportar mosquitos infectados com *Plamodium vivax* aos centros hospitalares do País que o solicitavam, para provocar febre em doentes com neurosífilis – obviamente que os doentes eram depois tratados contra o paludismo.²⁰⁸

Quanto ao mercúrio, desde há muito que era empregue em doenças da pele, designadamente na lepra, e Paracelso (1493-1541) promoveu a sua ampla utilização na sífilis. Mas, como dito, a aplicação tópica de mercúrio nas lesões cutâneas não atingia níveis séricos treponemacidas, o que só viria a acontecer bastante mais tarde quando passou a ser utilizado também por via oral – só que os seus efeitos colaterais (ptialismo ou sialorreia profusa, queda de dentes, etc.)²⁰⁹ eram de tal maneira gravesos que muitos doentes preferiam 'morrer da doença do que da cura'.²¹⁰ Outro óbice à utilização do mercúrio era a necessidade de ser tomado por tempo indefinido, donde o conhecido aforismo: "Uma noite com Vénus, toda a vida com mercúrio." Assim, Amato Lusitano, em consonância com o seu tempo, além de fito-fármacos utilizava também o mercúrio (azougue, zarcão ou *argentum vivum*) nas lesões cutâneas e tumorais da sífilis, sob a forma de ceratos ou de unguentos.²¹¹ E o mercúrio só viria a ser abandonado quando, a partir da 1910, Paul Ehrlich introduziu no armamentário terapêutico a "bala mágica", o "*Salvarsan*", um composto arsenical, que apenas seria suplantado, mais tarde, pela Penicilina.

Em suma: as "*Centúrias de Curas Mediciniais*" do grande médico luso-hebreu Amato Lusitano constituem um testemunho historiográfico único – clínico e epidemiológico – do que foi, em Quinhentos, a sífilização de uma Europa então erotizada. Bem assim, facultam-nos o conhecimento do confronto que, então, se estabeleceu entre as várias terapêuticas luéticas, desde o mercúrio, recomendado por Paracelso, até aos novos *simples* vindos das Américas e da Ásia: o guáiaço, a raiz da China e a salsaparrilha.

Nota: o autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

Notas ao texto:

¹ Marguerite Yourcenar, 1988, p. 141. Esta asserção, produziu-a Marguerite Yourcenar, em "A Obra ao Negro", a propósito do seu personagem Zenão, médico-filósofo, um quase alter-ego de Amato, como aliás já antes enfatizámos – J. A. David de Moraes, 2011, pp. 184-185.

Nota: para as referências bibliográficas completas vide, no final, *Bibliografia citada*.

² Ricardo Jorge 1962, p. 66.

³ Manuel Valente Alves, 2014, p. 94.

⁴ Yourcenar, M. "Nota da autora", in: *A Obra ao Negro*, 1988, p. 301.

⁵ Francisco López de Villalobos, cap.: *Del licenciado de Villalobos. sobre las contagiosas y malditas bubas. estoria y medecina*. (Salamanca, 1498).

⁶ M^a Jesús Pérez Ibáñez, 1995, p. 63.

⁷ "(...) Sebastião Bubalio, dos patrícios de Ragusa, [...] mandou chamar um cirurgião que o untou de ceratos feitos com argento-vivo (mercúrio). (...)", A. L., *VI Centúria*, 'cura' 25.

⁸ "(...) O médico tinha formação superior, universitária enquanto o cirurgião não dispunha desta formação. (...)", Armand Moreno, 2007, p. 74.

Na ausência de um cirurgião, o médico, por um imperativo deontológico, poderia ter de exercer um acto cirúrgico, mas Amato deixa bem claro: "(...) Sempre que um médico físico praticou aquilo que os auxiliares exercem, ele realizou isso não como médico físico, mas como auxiliar (ajudante) da arte. (...)", Amato Lusitano (A. L.), *IV Centúria*, 'cura' 69.

⁹ "(...) Distintos autores coinciden en que la campaña del Gran Capitán en Nápoles supone el inicio de la propagación europea del mal. (...)", M^a Jesús Pérez Ibáñez, 1995, p. 68; idem, p. 72, pé de página 49.

¹⁰ M^a J. P. Ibáñez, 1995, p. 63, nota de pé de página 11.

Thais: tratar-se-ia de uma alcinha, irónica, conotada com a célebre cortesã de Alexandria, por alguns considerada a padroeira das prostitutas? Vide "Sainte Thais, courtisane, 8 octobre", in: Jacques de Voragine, 2009, pp. 212-213.

¹¹ Gôçalo Fernández de Oviedo, cap. LXXV, 1526, pp. xxxviii-xxxviii.

¹² https://es.wikipedia.org/wiki/Gonzalo_Fern%C3%A1ndez_de_Oviedo (consultado em Fevereiro de 2018).

¹³ Idem.

¹⁴ O termo "sífilis" só viria a ser cunhado por Girolamo Fracastoro c. de 1546.

¹⁵ Diaz de Ysla, "(...) en el año de 1493, ejercía la medicina en Barcelona, en cuya ciudad empieza su experiencia con los enfermos de sífilis. (...)", <http://baezafotografiaehistoria.blogspot.pt/2016/01/ruy-diaz-de-la-isl.html?view=timeslide&m=1> (consultado em Fevereiro de 2018).

¹⁶ Ruy Diaz d'Ysla. *Tractado co[n]tra el Mal Serpentino*, edição fac-similada, 1992.

¹⁷ - Augusto da Silva Carvalho, 1949, pp. 146-147.

¹⁸ "(...) Nestas terras todas, e na China e em Japam, há este morbo napolitano (...)", Garcia da Orta, vol. II, 1891, p. 259.

¹⁹ "(...) Sífilis. Toda a gente está mais ou menos afectada. (...)", Gustave Flaubert, 1974, p. 147.

²⁰ Veja-se, *verbi grati*, o final da *V Centúria*, 'cura' 100: "(...) E ponha-se fim, aqui, a esta Quinta Centúria das nossas Curas que conseguimos salvar de Pesaro, no tempo em que o vice-rei Fernando de Alba, inimigo do Pontífice Romano Teatino, se preparava para levar a guerra aos Romanos, sob o poder do rei Filipe. (...)"

²¹ Em "A Obra ao Negro", Marguerite Yourcenar dá-nos uma boa descrição das inanições que então se praticavam.

²² A. L., *VI Centúria*, 'cura' 68.

²³ "(...) Castelo Novo [era] em tempos um matadouro sangrento de inúmeros soldados espanhóis (...)", A. L., *VI Centúria*, 'cura' 16.

²⁴ Amato usa a expressão "morbo gálico" ou "morbo galicano", embora depois especifique algumas das suas manifestações clínicas: "sarna gálica", "lepra gálica", "úlceras serpentina", etc.

²⁵ Por "cura" entendia-se o que hoje em dia se designa por "caso clínico".

²⁶ Bartolomé Carranza (arbispo). *Catecismo Cristiano*, 1558; citado in: Juan Ignacio Carmona, 2005, p. 209.

²⁷ A. L., *III Centúria*, 'cura' 25.

²⁸ Ricardo Jorge 1962, p. 111.

²⁹ José Lopes Dias, 1944-1945, pp. 7-33; José Morgado Pereira, 2003, pp. 33-37; Isilda Teixeira Rodrigues, 2005, etc.

³⁰ Amato teve a sua 'epifania' em data que precisou: "(...) dia 4 de Setembro de 1546, tempo a partir do qual nos propusemos escrever estas Curas. (...)", A. L., *I Centúria*, 'cura' 9.

³¹ A. L., *I Centúria*, 'cura' 54.

³² A. L., *III Centúria*, 'cura' 37.

³³ A. L., *III Centúria*, 'cura' 36.

³⁴ J. A. David de Moraes, 2012, pp. 45-54.

³⁵ Amato fala de "pleurites epidémicas", A. L., *VII Centúria*, 'cura' 45.

³⁶ José Lopes Dias, 1971, n.º 37, pp. 137-138. Assinalem-se naquele índice duas gralhas: onde se lê "II, 54.^a" deve ler-se: "I, 54.^a"; onde se lê "VI, 45.^a" deve ler-se: "42.^a e 43.^a".

³⁷ Idem, in: A. L., vol. I, 1983, p. 15; ibidem, in: A. L., vol. I, 2010, p. 18.

³⁸ "(...) Las bubas que no se contentan con entrar en los cuerpos de las fregonas placentas y mozas de cántaro, sino de bellas damas gallardas y encrespadas. (...)", Cristóbal Mosquera de Figueroa. *Paradoxa en loa de las bubas*, 1569; in: Juan Ignacio Carmona, 2005, p. 209.

³⁹ Vide, v.g., Fray Agustín Farfán, 1592, cap. "Como se da el Guayacan para curar las Bubas", pp. 90-93.

⁴⁰ "(...) La principal virtud deste madero [guayacan] es sanar el mal delas bu[b]las. [...] Bevenla los dolientes [indios] [...] dicho guayacá y saná sin ninguna duda muchos enfermos de aqueste mal. (...)", Gôçalo Fernández de Oviedo, cap. LXXV, *Del palo santo al qual los indios llaman Guayacan*, 1526, p. xxxviii.

⁴¹ Umberto Eco, 2015; Damien Kempf, Maria L. Gilbert, 2015.

⁴² A. L., *II Centúria*, 'cura' 72: "(...) Veneno, [...] tal o da víbora, do hemorroide [áspe ou serpente?], do basilisco ou da dípsade. (...) A dípsade era uma serpente fabulosa cuja mordedura causava uma sede mortal. (...) Durante el siglo XVI se acepta ampliamente la existencia del basilisco y lo verídico de sus propiedades, por lo que sabios y doctores se dedicaban a filosofar sobre el porqué de su veneno visual [...]. El basilisco, junto a muchos otros seres maravillosos, estaba plenamente integrado en el saber popular hasta bien entrado el siglo XVII. (...)", [https://es.wikipedia.org/wiki/Basilisco_\(criatura_mitol%C3%B3gica\)](https://es.wikipedia.org/wiki/Basilisco_(criatura_mitol%C3%B3gica)) - consultado em Janeiro de 2018.

⁴³ J. A. David de Moraes, 2015, pp. 50-88.

⁴⁴ A. L., *III Centúria*, 'cura' 13.

⁴⁵ Andres de Laguna, cap. CIX, *Del Ebano*, 1555, p. 81.

⁴⁶ Carlos de Miguel Mora, 2015, pp. 344-345.

⁴⁷ Idem, 2015, p. 333.

⁴⁸ João José Alves Dias, 2011, p. 27; J. A. David de Moraes, 2015.

⁴⁹ "(...) Juro perante Deus imortal e pelos seus dez santíssimos sacramentos, dados no Monte Sinai ao povo hebreu, [...] que na minha clínica nada tive mais a peito do que promover que a fé intacta das coisas chegasse ao conhecimento dos vindouros. [...] Nada fingi, acrescentei ou alterei em minha honra [...]. Sempre em tudo exigi a verdade. Se sou perjuro, caia sobre mim a ira do Senhor e de Rafael, seu ministro, e ninguém mais tenha confiança no exercício da minha arte. (...)". Utilizámos a versão do 'Juramento de Amato Lusitano' contida in: Augusto D'Esaguy, 1955, pp. 25-27.

⁵⁰ António M. L. Andrade, 2009, pp. 10-11.

⁵¹ J. A. David de Moraes, 2015, pp. 99-100 e Fig. 15.

⁵² A. L., "In Dioscoridis [...] Enarrationes", "enarratio" 87, "De Sphondylion", 1553, p. 330; idem, *IV Centúria*, 'cura' 19; ibidem, *V Centúria*, 'cura' 78 - vide: J. A. David de Moraes, 2015, pp. 60-81 (vide a correcção à tradução da 'cura' 78 da *V Centúria* nas pp. 77-78 e Fig. 12).

⁵³ O cravinho era motivo de diferendo entre as duas coroas ibéricas, face à indefinição da localização exacta das Ilhas Molucas.

⁵⁴ A prata vinha de minas fabulosas, como Potosi, na América do Sul: J. A. David de Moraes, 2014, pp. 383-395.

⁵⁵ "(...) A comienzos del siglo XVI se creó la 'Casa de Contratación' (1503) en Sevilla para organizar e inspeccionar todo el comercio con las Indias; de este puerto saldrían y a él llegarían todas las naves y cargamentos que se dirigieran hacia América. Incluso era el único lugar de donde podían partir los emigrantes. (...)", F. C. Fraile, E. G. Almiñana, J. P. Llorca et al., 1990, p. 134.

⁵⁶ "(...) Oviedo arranged for his Fugger partners to receive monopoly rights from Charles V to import and market the wonder cure [guaiac] throughout the Empire. (...)", Sheldon Watts, 1997, p. 130. Fernández de Oviedo era governador de Carlos V nas Antilhas.

⁵⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/Jakob_Fugger (consultado em Fevereiro de 2018).

⁵⁸ "(...) Jacob Fugger lançou, diante do imperador [Carlos V], os seus documentos de dívidas. (...)", GEPEB, vol. XI, s. d., p. 937.

Com Jacob Fugger "(...) surgiu na vida política a importância e a influência do capitalismo, visto o seu dinheiro muito haver concorrido para firmar o império de Carlos V. (...)", GEPEB, vol. XI, s. d., p. 937.

"(...) En 1519 Jacobo financió la elección de Carlos I de España como emperador del Sacro Imperio Romano Germánico con medio millón de florines. (...)", https://es.wikipedia.org/wiki/Familia_Fugger (consultado em Janeiro de 2018).

⁵⁹ Fernando Braudel, 1995, vol. II, p. 56.

Carlos V "(...) Sostuvo cuatro guerras con Francisco I [de França], haciéndole incluso prisionero en la batalla de Pavía (1525). (...)", F. C. Fraile, E. G. Almiñana, J. P. Llorca et al., 1990, p. 146.

⁶⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Jakob_Fugger (consultado em Fevereiro de 2018).

⁶¹ Joel Serrão, 1986, p. 93.

⁶² Tome-se um exemplo elucidativo: "(...) Um mercador mussulmano [fez] uma descrição da planta [ruibarbo], acompanhada por um desenho. Esta descrição e desenho foram fielmente inseridos pelo Ramusio no seu livro; e aproveitados depois pelo erudito Matthioli nas suas anotações á obra de Dioscorides. O desenho não era muito exacto. (...)", nota de pé de página in: Garcia de Orta, 1891, vol. II, p. 278.

⁶³ Vários autores actuais, do domínio da medicina dita popular, ainda indicam o buxo como anti-sifilítico: J. Lyon de Castro, 1975, pp. 244-245; José Salgueiro, 2004, p. 68, etc.

⁶⁴ A. L., *III Centúria*, 'cura' 4.

⁶⁵ A. L., *II Centúria*, 'cura' 95.

⁶⁶ A. L., *III Centúria*, 'cura' 36.

⁶⁷ A. L., *III Centúria*, 'cura' 4.

⁶⁸ A. L., *VI Centúria*, 'cura' 80.

⁶⁹ A. L., *II Centúria*, 'cura' 31.

⁷⁰ Christoval Acosta, 1578, p. 80.

⁷¹ "(...) El ruibarbo frecuentemente es utilizado en la medicina tradicional china para tratamiento del estreñimiento y la inflamación por "calor" en el intestino debido a sus propiedades "refrigerantes" y su tropismo hacia los intestinos. (...)", https://es.wikipedia.org/wiki/Rheum_rhabarbarum (consultado em Janeiro de 2018).

⁷² A. L., *II Centúria*, 'cura' 31.

⁷³ Carlos de Miguel Mora, 2015, p. 333.

⁷⁴ A. L., "Juramento", in: Augusto D'Esaguy, 1955, pp. 25-27.

⁷⁵ A. L., *II Centúria*, 'cura' 31.

⁷⁶ A. L., *III Centúria*, 'cura' 65.

⁷⁷ A. L., *II Centúria*, 'cura' 31.

⁷⁸ Garcia da Orta, vol. II, 1891, p. 260-262.

⁷⁹ A. L., *I Centúria*, 'cura' 90.

⁸⁰ Garcia da Orta, vol. II, 1891, p. 270.

⁸¹ Idem, vol. II, 1891, p. 276.

⁸² A. L., *II Centúria*, 'cura' 31.

⁸³ Ambrósio Nicandro, in: A. L., *IV Centúria*, "Dedicatória."

⁸⁴ A. L., *VI Centúria*, 'cura' 42: "rubo viticoso, chamado salsaparrilha."

Vide: Fray Agustin Farfan, 1592, cap. "Como se da la çarçaparrilla para las Bubas y para otros males", pp. 87-89-v.

⁸⁵ Rengade, 1887, p. 200.

⁸⁶ Idem, 1887, pp. 183-184.

⁸⁷ A. L., *I Centúria*, 'cura' 60.

⁸⁸ A. L., *III Centúria*, 'cura' 65; *VI Centúria*, 'cura' 22.

⁸⁹ A. L., *I Centúria*, 'cura' 4; *IV Centúria*, 'cura' 56; *V Centúria*, 'curas' 25 e 60; *VI Centúria*, 'cura' 80.

⁹⁰ A. L., *I Centúria*, 'curas' 49 e 75.

⁹¹ A. L., *V Centúria*, 'cura' 14.

⁹² "(...) Dixere argentum bivum o mercurio o azogue todo se entenderá por una cosa. (...)", R. Diaz d'Ysla, 1539, p. liiii.

⁹³ José Lopes Dias, 1944-1945, p. 31.

⁹⁴ A. L., v. g., *I Centúria*, 'curas' 26, 49 e 54; *III Centúria*, 'cura' 4; *V Centúria*, 'curas' 14 e 22.

⁹⁵ A. L., *I Centúria*, 'cura' 54.

⁹⁶ A. L., *I Centúria*, 'cura' 4.

⁹⁷ "(...) Gentes de todos estados/reciben aquesta hermandad,/ mancebos, frayales, casados,/ reyes, señores, prelados,/ [...] y está ya tan extendida/ que casi nadie se escapa. (...)", Sebastián Orozco (1510-1579); in: Juan Ignacio Carmona, 2005, p. 209.

⁹⁸ A. L., *IV Centúria*, 'cura' 69.

⁹⁹ A. L., *VI Centúria*, 'cura' 43.

¹⁰⁰ A. L., *VI Centúria*, 'cura' 22.

¹⁰¹ A. L., *II Centúria*, 'cura' 70.

¹⁰² A. L., *V Centúria*, 'cura' 14.

¹⁰³ A. L., *V Centúria*, 'cura' 73.

¹⁰⁴ "(...) En el aparato de la audición las lesiones [de sífilis] afectan el conducto auditivo externo (dermitis), la trompa de Eustaquio (angina, obliteración, sordera), el oído medio (otitis) y el oído interno (sordera fulminante). (...)", EUIEA, tomo LVI, 1927, p. 8.

¹⁰⁵ A. L., *VI Centúria*, 'cura' 87.

¹⁰⁶ Vide, por exemplo, Antonio Perez Escobar, cap. *Del Mal Venereo*, 1776, p. 129-134; M^a Jesús Pérez Ibáñez, 1995, etc.

¹⁰⁷ O título de certos livros é, só por, si significativo: S. Watts. *Epidemics and History. Disease, Power and Imperialism*, 1997.

¹⁰⁸ Larry M. Bush, Maria T. Perez. Bejel, Pinta e Boubá. *Manual MSD*. Versão para profissionais de Saúde, disponível em: <http://www.msmanuals.com/pt/profissional/doen%C3%A7as-infecciosas/espiroquetas/bejel-pinta-e-bouba> (consultado em Fevereiro de 2018).

¹⁰⁹ M^a Jesús Pérez Ibáñez, 1995, pp. 64-65.

"(...) En Italia se dexó ver la primera vez este mal [lepra], y allí pasaba con el nombre de lichen, ó mentagra. (...)", Antonio Perez Escobar, 1776, p. 150.

¹¹⁰ "(...) Algunos autores contemporáneos consideran que la difusión de la enfermedad sigue un camino Norte-Sur, no Sur-Norte. (...)", M^a J. P. Ibáñez, 1995, p. 68, pé de p. 34.

¹¹¹ - "(...) La forma primitiva del nombre sería morbum galicum (con una sola l) pues la enfermedad estaría ya extendida en Galicia a fines del siglo XV. Después esta forma se transformaría en morbus gallicum, responsable de las formas vernáculos que hablan del mal francés (...)", M^a J. P. Ibáñez, 1995, p. 67, pé de pag. 25.

¹¹² Idem, 1995, pp. 69, pé de p. 38.

¹¹³ Gustave Flaubert, 2015.

¹¹⁴ https://es.wikipedia.org/wiki/Francisco_L%C3_%B3pez_de_Villalobos (consultado em Fevereiro de 2018).

¹¹⁵ Sylvie Deswarte-Rosa, 1991, pp. 243-298; J. David de Moraes, 2015, pp. 61-74.

¹¹⁶ A putativa "vitória", ou seja, o tratamento, só apareceria com a introdução do guaiaco, trazido das Américas.

¹¹⁷ Francisco López de Villalobos. *El sumario dela medecina con un tratado sobre las pestíferas buvas*. Cap. *Del licenciado de Villalobos. sobre las contagiosas y malditas bubas. estoria y medecina*. (Salamanca, Antonio de Barreda, 1498).

¹¹⁸ R. Diaz de Ysla, 1539. Nesta edição fac-similada, reeditada pela Ordem dos Médicos, não se entende o motivo por que na capa foi apostrofado o seu apelido para "d'Ysla", quando nas duas edições coevas do autor, a de 1539 e a de 1542, ele grafou "de Ysla".

¹¹⁹ Informação do Provedor do Hospital de Todos os Santos de Lisboa, in: Augusto da Silva Carvalho, 1949, pp. 146-147.

¹²⁰ J. A. David de Moraes, 2015, pp. 33-47.

¹²¹ R. Diaz de Ysla, *Prohemio dela obra*, 1539, p. iii – v.

Nota importante: é caótica a paginação do único (?) exemplar existente em Portugal (paginação errada, repetida, extrapolada, etc.), mas, para mais fácil consulta, respeitaremos esses erros, fazendo, contudo, menção do respectivo capítulo. O exemplar “(...) apresenta vários erros na ordenação das folhas [...]. Além disso, a obra encontra-se truncada, pois as folhas 33 a 59 (i.e. 58), que constituem três cadernos, com as assinaturas [e-f8, g10] não pertencem a esta edição. [...] Estaremos em presença de cadernos de uma edição de Quinhentos, desconhecida, talvez do prelo de André Burgos [...]?” (...)”, Maria de Fátima Vila-Pouca, *Nota Prévia*, in: R. Diaz d’Ysla, 1992, edição da Ordem dos Médicos.

¹²² Idem, 1539, cap. onzeno, p. lii. A indicação de “veynte mil doliētes” consta também da “Definicion”, p. iiiii – v.

¹²³ Ibidem, 1539, cap. decimo, p. l – v.

¹²⁴ Ibidem, 1539, Prologo, p. iii.

¹²⁵ Ibidem, 1539, Prohemio dela obra, p. iii – v.

¹²⁶ “(...) O dito Fizico será obrigado de curar, e vezitar os doentes das Foubas em todo aquello, q á Fizica tocar, e remedialos ha, e curará o melhor q poder na casa apartada, q para oz ditos doentez hordenamos no dito Esprital. (...)”, *Regimento do Esprital de Todos Santos de El-Rey Nosso Senhor de Lisboa* (1504), cap. IV, Título do Fizico do Esprital e da maneira q hade ter em servir seu officio, 1946, p. 49.

¹²⁷ “(...) Em 1511, uns poucos de *curandeiros*, quase todos moradores em Lisboa ou perto, se lembraram de obter licença oficial para exercerem *clínica de sífilíticos*. É muito presumível que estes fossem outros tantos indivíduos, que tinham aprendido [com Diaz de Ysla] a aplicar esta terapêutica especial por terem estado internados na enfermaria dos males. (...)”; seguem-se os nomes de 12 indivíduos, Augusto da Silva Carvalho, 1949, p. 155. Talvez não se tratasse de antigos doentes sífilíticos, como opina Silva Carvalho, mas sim dos auxiliares de cirurgia que o Regimento do Hospital consignava ao cirurgião e a quem este tinha obrigação de ensinar a arte: “(...) Ordenamos e mandamos, q o dito Cellorgiam q hade viver dentro no Esprital leya cada dia huma lição aos seus dous mossos que hade ter, e q hamde ser pagos das rendas do Esprital, para aprenderem *theorica*, e *pratica*, e poderem ficar ensinados para o serviço do dito Esprital e asy o cumprirá o dito Cellorgiam. (...)”, *Regimento do Esprital de Todos Santos de El-Rey Nosso Senhor de Lisboa* (1504), cap. XII, Título dos Celorgiaes do dito Esprital [...], 1946, p. 83.

¹²⁸ Joel Serrão, 1986, p. 98.

¹²⁹ R. Diaz de Ysla, 1539, cap. trezeno, p. li – v.

¹³⁰ Idem, 1539, cap. trezeno, p. li.

¹³¹ Amélia Ricon-Ferraz: introdução à edição fac-similada da Ordem dos Médicos (1992) da obra de Ruy Diaz de Ysla.

¹³² Idem, 1992.

¹³³ A então denominada “Ysla Española” inclui, actualmente, o Haiti e a República Dominicana.

¹³⁴ R. Diaz de Ysla, 1539, cap. primero, p. iii. Ter em atenção que a folha anterior, *Prologo*, tem também a numeração iii.

¹³⁵ Idem, 1539, cap. primero, p. iii.

¹³⁶ https://es.wikipedia.org/wiki/Primer_viaje_de_Col%C3%B3n (consultado em Fevereiro de 2018).

¹³⁷ “(...) *Prothomedico. Médico principal que tiene a su cuidado la salud del monarca*. (...)”, <http://ghcl.ub.edu/diccxv/dictionary/ViewLema/16943> (consultado em Fevereiro de 2018).

¹³⁸ R. Diaz de Ysla, 1539, *El Rey* [verso da capa].

¹³⁹ Idem, 1542.

Um título semelhante já figurava no “Prologo” da primeira edição.

¹⁴⁰ Ibidem, 1539, Prohemio dela obra, p. iii – v.

¹⁴¹ Chega-se ao ano de 1497 tomando por base 1537, data da autorização real para publicação do livro, menos os 40 anos que refere.

¹⁴² Ibidem, 1539, cap. trezeno, p. liii – v.

¹⁴³ Ibidem, 1539, cap. trezeno, p. liii.

¹⁴⁴ Mapuá é uma planta das Américas da espécie *Cyclanthus bipartitus*. Tuna ou nopal é a *Opuntia ficus-indica*, usada em medicina indígena desde a antiguidade *precolombiana*.

¹⁴⁵ R. Diaz de Ysla, 1539, cap. trezeno, p. liii.

¹⁴⁶ Idem, 1539, Prologo, p. iii.

¹⁴⁷ Ibidem, 1539, Prologo, p. iii.

¹⁴⁸ Ibidem, 1539, *Definicion*, p. iii – v.

¹⁴⁹ Ibidem, 1539, cap. decimo. *Una regla muy buena*, p. li – v.

¹⁵⁰ Ibidem, 1539, cap. onzeno, p. li – v.

¹⁵¹ “(...) *El resultado del viaje de Colón fue escaso: las especias no aparecían por parte alguna* (...)”, A. Ubieta et al, *Introducción a la Historia de España*, 1980, in: F. C. Fraile et al., 1990, p. 124. Assim, seguiu-se logo uma segunda viagem, iniciada em Setembro de 1493, tendo Colombo regressado a Espanha só em 1496. Todavia, “(...) *a mediados de febrero [de 1494] Colón manda [...] una flota de 12 barcos a España con una misiva para los Reyes Católicos pidiendo que se paguen los sueldos de muchos marineros que no lo habían recibido y que se les envíe comida*. (...)”, https://es.wikipedia.org/wiki/Segundo_viaje_de_Col%C3%B3n (consultado em Fevereiro de 2018).

¹⁵² Gôçalo Fernández de Oviedo, cap. LXXV, *Del palo santo*, 1526, p. xxxviii.

¹⁵³ https://es.wikipedia.org/wiki/Francisco_L%C3%B3pez_de_G%C3%B3mara (consultado em Fevereiro de 2018).

¹⁵⁴ Francisco López de Gómara. *Historia General de las Indias* [1552], cap. XXIX: *Que las bubas vinieron de las Indias*.

¹⁵⁵ Harper K. N, Zuckerman M. K, Harper M. L, et al, 2011; 146 Suppl 53, pp. 99-133. doi: 10.1002/ajpa.21613. Vide também, v. g.: Charles Q. Choi, *LiveScience*, December 27, 2011.

¹⁵⁶ Idem, 2011, vide “*Table 2. Scoring criteria employed*”, K. N. Harper et al, 2011.

¹⁵⁷ Ibidem, 2011.

¹⁵⁸ Ibidem, 2011, “*Figure 1. A timeline showing the radiocarbon dates for reported pre-Columbian Old World and New World cases of treponemal disease demonstrates that the earliest Old World cases with a certain diagnosis (score ≥4) cluster tightly around the year 1493.*”

¹⁵⁹ Ibidem, 2011: “*Figure 2. Maps depicting A) all reported cases of pre-Columbian treponemal disease in the Old World; B) those cases with a certain diagnosis (score ≥4); and C) those cases with both a certain diagnosis (score ≥4) and a radiocarbon date with a 95% CI interval that ends before 1493, after adjusting for the marine signature (dating score ≥4).*”

¹⁶⁰ Ibidem, 2011.

Curiosamente, no seu “*Dicionário das Ideias Feitas*”, G. Flaubert (1974, p. 12) escrevia: “(...) Sem a descoberta da América não teríamos a sífilis nem a filoxera. (...)”

¹⁶¹ “(...) Os taínos eram indígenas pré-colombianos que habitavam as Bahamas, as Grandes Antilhas e as Pequenas Antilhas do Norte, no Caribe. (...)”, <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ta%C3%ADnos> (consultado em Fevereiro de 2018).

¹⁶² S. Watts, 1997, pp. 126-127.

¹⁶³ J. A. David de Moraes, 2009, pp. 95-114.

¹⁶⁴ G. Baranton, 1999, pp. 31-35.

¹⁶⁵ X-Y Jia, T. Briesse, I. Jordan, et al, 1999; 354, pp. 1971-1972.

¹⁶⁶ J. A. David de Moraes, 2009, pp. 99-100.

¹⁶⁷ Idem, 1994, pp. 129-137.

¹⁶⁸ No México, por exemplo, estima-se que, em 1519, a população autóctone era de cerca de 25 milhões, mas estaria reduzida a apenas 1 milhão em 1605, Bernard Vincent, 1992, p. 184.

¹⁶⁹ “(...) *Aquesta enfermedad [...] es muy comun a los Indios, pero no peligrosa tanto en aquellas partes como en estas, antes muy facilmente los indios se curá en las yslas con este palo* (...)”, G. Fernández de Oviedo, 1526, p. xxxviii.

¹⁷⁰ “(...) *Así como vino el mal de las Indias, vino el remedio*. (...)”, F. López de Gómara, 1552. *Mutatis mutandis*, e salvaguardando as óbvias diferenças, a filoxera também veio da América (como a sífilis), mas foi de lá que depois se importou a ‘cura’ (como o guaiaco), isto é, o “bacelo americano”, resistente àquela praga. A “videira americana”, longamente em presença da filoxera, acabou por sofrer mutações genéticas, desenvolvendo resistências àquele insecto.

¹⁷¹ “(...) *Era este mal a los principios muy recio, hediondo e infame; ahora no tiene tanto rigor ni tanta infamia*. (...)”, F. López de Gómara, cap. XXIX: *Que las bubas vinieron de las Indias*, [1552].

¹⁷² "(...) *Decreased HIV-1 infection risk was strongly associated with possession of a cluster of closely related HLA alleles (A2/6802 supertype). (...)*", K. S. MacDonald, K. R. Fowke, J. Kimani et al, 2000, pp. 1581-1589.

¹⁷³ Connie J. Mulligan, Steven J. Norris, Sheila A. Lukehart, 2008 Jan; 2(1), p. e184. doi: 10.1371/journal.pntd.0000184.

¹⁷⁴ Kristin N. Harper, Paolo S. Ocampo, Bret M. Steiner et al. On the Origin of the Treponematoses: A Phylogenetic Approach. *PLoS Neglected Tropical Diseases* 2008 Jan; 2(1), p. e148. doi: 10.1371/journal.pntd.0000148.

¹⁷⁵ Houve tempos em que se admitiu a contagiosidade da gota: Antonio Perez Escobar, cap. *De la Gota Artetica*, 1776, p. 246.

¹⁷⁶ A. L., *IV Centúria*, 'cura' 51.

¹⁷⁷ A. L., *III Centúria*, 'cura' 5.

¹⁷⁸ A. L., *IV Centúria*, 'cura' 51.

¹⁷⁹ A. L., *I Centúria*, 'cura' 99.

¹⁸⁰ Robert A. Terkeltaub, 1994, p. 2494.

¹⁸¹ A. L., *IV Centúria*, 'cura' 29.

¹⁸² "Os nove pratos do cardeal, [e] a couve do camponês", cap. in: Franco Cardini, 1991, p. 98.

¹⁸³ "(...) Em todas as revoluções, a primeira coisa que fez sempre o "povo" foi saltar as cercas das coutadas ou demoli-las, e em nome da justiça social perseguir a lebre e a perdiz. (...) ", que até aí eram exclusivas da nobreza e da burguesia, José Ortega y Gasset, 1989, p. 25.

¹⁸⁴ A. L., *I Centúria*, 'cura' 99; idem, *IV Centúria*, 'cura' 44.

¹⁸⁵ A. L., *III Centúria*, Dedicatória; idem, *IV Centúria*, 'cura' 19.

¹⁸⁶ Isilda Teixeira Rodrigues, 2005, p. 102.

¹⁸⁷ A. L., *V Centúria*, 'cura' 29.

¹⁸⁸ Padre Apeles, 1997, p. 18.

¹⁸⁹ <http://ocatequista.com.br/archives/15474> (consultado em Fevereiro de 2018).

"(...) **Morreu de gota**, em 23 de Março de 1555. (...) ", https://pt.wikipedia.org/wiki/Papa_J%C3%BAlio_III (consultado em Fevereiro de 2018).

¹⁹⁰ A. L., *II Centúria*, 'cura' 31.

¹⁹¹ Garcia de Orta, vol. II, 1891, p. 268.

¹⁹² "(...) *Ambrosio Nicandro, Toledano, enseñó en ella [Toscana] la eloquencia, bajo la proteccion de Lorenzo de Medicis. [...] Desde Florencia pasó Nicandro á la Cátedra de humanidad de Ancona [onde conviveu com Amato], donde estaba de Professor de bellas letras en el año de 1552. (...)*", Xavier Lampillas, tomo tercero, 1789, p. 352.

¹⁹³ A. L., *IV Centúria*, Dedicatória. Carta de Ambrósio Nicandro.

¹⁹⁴ A. L., *I Centúria*, 'cura' 99: na podagra e na chiragra "(...) os que são de temperamento pituitoso, crassos, de humores lentos e frios, podem utilizá-lo [o guáiac] com segurança. (...) " Idem, *VI Centúria*, 'cura' 55: dores nos quadris: tendo "(...) bebido vinho da decocção de guáiac ficou de excelente saúde e hoje anda normalmente. (...) "

¹⁹⁵ A. L., *IV Centúria*, 'cura' 45.

¹⁹⁶ Antes da introdução da raiz da China na Europa, o tratamento da podagra era simplesmente improvisado e, assim, por exemplo a famosa escola médica de Salerno – que se diz ter sido fundada por um romano, um grego, um judeu e um árabe –, num aforismo do "*Regimen Sanitatis Salernitanum*"

(séculos XII-XIII), recomendava a utilização do "*pulegio*" (poejo): "*toglie la podagra antica*". Anónimo, aforismo LXXI, *De pulegio*, s. d., p. 63.

¹⁹⁷ Isilda Rodrigues et Andreia Carvalho, 2016, p. 19.

¹⁹⁸ Amato foi adquirindo experiência da utilização de fitofármacos na sífilis com a sua prática clínica quotidiana, uma vez que na Universidade de Salamanca, onde estudara, "(...) não só não ensinavam coisa nenhuma, como ainda aos que se ocupavam de símplies, chamavam-lhes simples, pouco menos de tolos. (...) ", Ricardo Jorge 1962, p. 99.

¹⁹⁹ F. A. Gonçalves Ferreira, 1967, p. 686.

²⁰⁰ Claude Quérel. *Magazine Littéraire*, 1982, nº 186, p. 42 (caixa: "*Promenades en syphilis*").

²⁰¹ Isabelle Porcher. *Magazine Littéraire* 1982, nº 186, p. 45.

²⁰² A. L., *I Centúria*, 'cura' 99: "(...) O guáiac exsica extraordinariamente (...) ". Idem, *I Centúria*, 'cura' 90: a raiz da China, "(...) exsica admiravelmente e provoca suor. (...) "; *II Centúria*, 'cura' 31: "(...) É um sudoríparo como nenhum outro. (...) "

Guáiac: "(...) Era um sudorífero bastante para ocasionar três horas de sudação pela manhã, repetindo-se à noite, depois do jantar. (...) ", J. Lopes Dias, 1944-1945, p. 11.

²⁰³ Garcia de Orta, 1891, vol. I, p. 365.

²⁰⁴ Admite-se, por exemplo, que a febre do doente frena, de certo modo, a actividade do vírus da gripe, um vírus activo nos meses frios.

²⁰⁵ Nas cubas aquecidas "(...) *he visto morir à hogados de baxo de los pavellones, donde los toman. (...)*", vide Fray Agustin Farfan, 1592, cap. "*Como se curan las bubas con los sahumeros [defumadores]*", pp. 97-98.

²⁰⁶ <https://it.wikipedia.org/wiki/Malarioterapia> (consulta-do em Fevereiro de 2018).

²⁰⁷ Note-se que no final do século passado, ainda se aceitava a possível utilidade da malarioterapia na doença de Lyme, uma espiroquetoze como a sífilis, H. J. Heimlich, 1990, pp. 1234-1245.

208 - Quando éramos estudante no Instituto de Medicina Tropical, em Lisboa, contava-se que o próprio Prof. Cambournac se infectara com malária quando um mosquito o picou ao escapar-se da campânula de vidro que ele aplicava sobre a pele de um doente com neurosífilis.

209 - Tome-se o caso, por exemplo, de Gustave Flaubert: "(...) Caem-lhe todos os dentes, com excepção de um, a saliva fica permanentemente escura por causa do tratamento com mercúrio. (...) ", Julian Barnes, 2010, p. 35.

210 - "(...) Flaubert sentia-se a rebentar como um cão enquanto "a puta da Bovary" se preparava para viver eternamente. (...) ", George Steiner, 2007, p. 47. Este autor limitou-se a reproduzir a afirmação do próprio Flaubert no seu leito de morte.

Ficou por esclarecer se Flaubert morreu de sífilis ou de intoxicação pelo mercúrio. "(...) *Mercúrio*. Mata a doença e o doente. (...) ", G. Flaubert, 1974, p. 109 – afirmação premonitória sobre a causa do seu *exitus*?

211 - A. L., *I Centúria*, 'curas' 26, 49 e 75; *V Centúria*, 'curas' 14 e 22; *VI Centúria*, 'cura' 25, etc.

ANEXOS

CENTÚRIA I (terminada em Ancona, 1 de Dezembro de 1549)		
"Curas"	Descrição	Tratamento
Cura 4	Soldado do Imperador Carlos V com "sarna gálica".	Decoto de guáiacó
Cura 26	Homem com "tumor cirroso galicano" numa perna.	Ceroto tópico com amoníaco, azougue, etc.
Cura 49	1. Homem com "sarna galicana". 2. Contagiou a mulher. 3. Ela deu à luz um rapaz com sífilis congénita. 4. A ama-de-leite "ficou infectada"(?) e 5. Infectou o marido [ou foi o marido que a infectou?].	Guáiacó e mercúrio.
Cura 50	1. Homem com morbo gálico. 2. A esposa deu à luz uma menina com sífilis congénita.	Tratamento não especificado. A criança faleceu.
Cura 54	Homem com morbo gálico.	Unguento de zarcão, azougue, alúmen, etc.
Cura 72	Esposa de um conde atacada de morbo gálico.	Tratamento não especificado.
Cura 74	Rapaz com úlceras galicanas do palato. O pai era também sífilítico.	Decoto de guáiacó.
Cura 75	"Prior respeitável" com chagas de morbo gálico.	Decoto de guáiacó. Recidiva: unguento de chumbo e zarcão e repetiu o guáiacó.
Cura 85	Jovem de 25 anos atacado de morbo gálico.	Tratamento não especificado.
Cura 94	Jovem de 30 anos com "sarna gálica".	Faleceu.

CENTÚRIA II (terminada em Roma, 1 de Abril de 1551)		
"Curas"	Descrição	Tratamento
Cura 60	Jovem que passou "alguns dias" com uma mulher com "sarna gálica"; atacado de bubões inguinais; também "coberto de sarna e os cabelos caíam-lhe."	Emplastro "maturante" nos bubões.
Cura 70	Mulher com "tumor escrofuloso no pescoço, proveniente de sarna gálica."	Um "frade, que fazia de médico", aplicou sublimado tópico: "perdeu de todo a fala".
Cura 88	"Mulher de 25 anos, que em Roma se entregava a muitos", desenvolveu "um tumor cirroso no meato uterino."	Decoto de guáiacó.

CENTÚRIA III (terminada em Ancona, 2 de Julho de 1552)		
"Curas"	Descrição	Tratamento
Cura 4	Rapaz coberto de chagas apanhadas com o morbo gálico.	Unguento tópico de azougue vivo. Recidiva: decocto de buxo.
Cura 25	Governador da praça-forte de Ancona, regressado da guerra: febre e "queda dos cabelos e da barba, fortemente atacado de sarna gálica."	Decocto de pau guáiac.
Cura 61	Jovem de 20 anos "teve coito com uma bela mulher atingida de sarna gálica." Chagas no pénis e fleimão inguinal.	Decocto de guáiac.
Cura 65	Homem de 45 anos que "tinha a garganta mais comprida do que é normal" (perfuração luética do véu do palato?): "dado a Venus", com "infecção galicana ou relíquias desta doença."	Decocto de guáiac. Depois, tomou decocto de <i>Radix sinarum</i> .

CENTÚRIA IV (terminada em Ancona, 17 de Setembro de 1553)		
"Curas"	Descrição	Tratamento
Cura 4	"Nobre dama, formosa como as mais formosas", com febre, rouquidão, alopecia e morbo gálico.	"Restituída a completa saúde": sem indicação da terapêutica.
Cura 14	Jovem de 17 anos: pústulas na cabeça, alopecia e morbo gálico.	Decoto de guáiac.
Cura 15	Mulher completamente atacada de morbo gálico.	Decoto de "pau de guáiac".
Cura 19	1. Homem "de classe ilustre": carúnculas no meato urinário. 2. Dr. Castillo: idem. 3. Militar com morbo gálico e carúnculas no meato urinário ("comentários").	1. Decoto de "raiz dos chinas." 2 e 3. Tratamento farmacológico não indicado.
Cura 55	Mulher com "chaga maligna no joelho", por morbo gálico.	Decoto de guáiac.
Cura 56	1. Homem com chaga no tornozelo. 2. Grego com grande "chaga galicana" na perna.	1. Decocto de guaiaco. 2. Chaga queimada a ferro candente.
Cura 68	Rapariga de 17 anos com oftalmia e chagazinhas na cabeça originadas por morbo gálico.	Tratamento não especificado.
Cura 69	1. Frade com a "virga tumescida e inchada"; chagas na cabeça. 2. Presbítero, que "sofria do mesmo mal". 3. Mulher de um canteiro, idem.	1. Incisão no prepúcio e decocto de guáiac. 2 e 3. Tratados por cirurgião.
Cura 99	1. Homem bastante rico com cefaleias e lesões na cabeça. 2. Capitão nobre, com "ulcerações serpentinadas".	1. Consultou médicos em toda a Itália: decocto de guáiac. Amato: decocto de raiz-da-China. 2. Raiz-da-China.

CENTÚRIA V (escrita em Ancona e Pesaro, 1553-1556)		
"Curas"	Descrição	Tratamento
Cura 3	Homem de 45 anos atacado de morbo gálico.	Decocto de raiz-da-China.
Cura 9	Jovem de 25 anos com verrugas no bálano após coito.	Consultou médicos: decocto de guáia-co, sem melhoras. Recorreu a Amato: extirpação das verrugas e unguento de chumbo.
Cura 10	Jovem de 25 anos com morbo gálico tratado. Depois, apareceram-lhe carúnculas no ânus.	Decocto de salsaparrilha e extirpação das carúnculas.
Cura 14	Ilustre grego com "várias feridas de morbo gálico". Chaga no palato, com perda total da voz.	Decocto de guáia-co e cerato de mercúrio. Prótese para o palato.
Cura 21	Jovem mulher: "em tempos fora infestada de morbo gálico". Dentes que abanavam.	Lavagem da boca com soluto de sandárac, vinagre e vinho tinto.
Cura 22	1. Rapaz com pústulas no rosto e no corpo por morbo gálico. 2. Homem com tumor no joelho. 3. Mulher do anterior. 4. Homem: dores nos braços e pernas. 5 e 6. Dois companheiros do anterior. 7 e 8. Dois vizinhos.	1 e 2: unguento mercurial. 3, 4, 5 e 6: decocto de guáia-co.
Cura 25	1. Jovem de 20 anos com morbo gálico, tumores nas pernas, braços e testa; chagas no interior do nariz. 2. Nicolau Grimaldi: lesão no nariz.	1. Decocto de salsaparrilha, com que também lavava as chagas no nariz. 2. Decocto de guáia-co.
Cura 49	Jovem que teve relações com uma meretriz: borbulhas em todo o corpo e cabeça.	Decocto de raiz-da-China.
Cura 53	Rapariga de 12 anos, concebida quando o pai estava com morbo gálico. Espessas névoas nos olhos.	Decocto de guáia-co; depois, decocto de salsaparrilha.
Cura 56	Marinheiro com morbo gálico e gonorreia: chagas do umbigo à região pudenda; pápulas em todo o corpo.	Unguento de chumbo e decocto de raiz-da-China. Procurou outro médico: unguento mercurial, de que morreu.
Cura 60	Mulher com morbo gálico: "causticidade desmedida na urina."	Decocto de guáia-co.
Cura 68	1. Homem com morbo gálico. 2. Mulher: úlcera nas narinas, fístula lacrimal e tumor na cabeça.	1. "Tratado em Roma." 2. Decocto de raiz-da-China.
Cura 72	Homem com morbo gálico e dor intensa na tíbia.	Teriaga misturada com óleo de pau-guáia-co.
Cura 73	Notário público com morbo gálico; tumor no pescoço.	Teve um ataque de angina e faleceu.

CENTÚRIA VI (escrita em Ragusa e terminada em Salónica em 1559)		
"Curas"	Descrição	Tratamento
Cura 22	Jovem de 23 anos, voltou do Egipto com sarna gálica: ulcerações à volta das partes genitais e pápulas na face.	Decocto de raiz-dos-chinas.
Cura 25	Homem de 34 anos, com "uso imoderado de actos venéreos", atacado de morbo gálico; surdez total.	Decocto de guáiac. Um cirurgião untou-o com mercúrio e piorou.
Cura 29	Jovem de 25 anos com "vida crapulosa e prazeres venéreos", gonorreia, febre, vertigens e delírio.	Faleceu.
Cura 42	Representante do rei de França. Sofria de morbo gálico; "desarranjos mentais" (neurossífilis).	Tomara já vários remédios. Amato: salsaparrilha.
Cura 43	Mercador turco: contraiu morbo gálico em Veneza; "tratado por médicos sabedores" piorou: chagas na boca, artralgias, etc.	Recaída. Recorreu a Amato: decocto de guáiac; dores nas pernas: prata-viva.
Cura 48	1. Homem com morbo gálico: "negridão deformadora da face e nariz." 2. Jovem esposa: tumor cirroso na cara.	1. Decocto de guáiac. 2. Decocto de raiz-dos-chinas e extirpação do tumor.
Cura 60	Jovem de 20 anos com indícios de morbo gálico.	"Medicamentos conforme a doença pedia."
Cura 72	Homem ilustre com morbo gálico, sufusão dos olhos e febre.	"Vários remédios."
Cura 80	Homem de 38 anos; perda de olfacto, cefaleias, vertigens, etc.	Decocto de guáiac.
Cura 85	Músico com morbo gálico e chaga no palato.	Decocto de salsaparrilha.
Cura 87	Jovem afectado duas vezes por morbo gálico, com surdez profunda, mãos e pés com fendas e gretas desfeantes.	Tratado por curioso, possivelmente com mercúrio: surdez.

Bibliografia citada

- ACOSTA, C. *Tractado Delas Drogas y medicinas de las Indias Orientales*. Burgos: Martin de Victoria, 1578.
- ALVES, M. V. *História da Medicina em Portugal. Origens, Ligações e Contextos*. Porto: Porto Editora, 2014.
- ANDRADE, A. M. L. As tribulações de Mestre João Rodrigues de Castelo Branco (Amato Lusitano) à chegada a Antuérpia, em 1534, em representação do mercador Henrique Pires, seu tio materno. *Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Século XXI – Cadernos de Cultura* 2009, pp. 7-14.
- ANDRES DE LAGUNA. *Pedacio Dioscorides Anazarbeo, Acerca de la Materia Medicinal y de los Venenos Mortiferos*. Anvers: Juan Latio, 1555. Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000037225&page=1>
- ANÓNIMO. *Regola Sanitaria Salernitana – Regimen Sanitatis Salernitanum*. Roma: Edizioni & Gestioni Editoriali, s. d.
- APELES, Padre. *El Papa ha Muerto. Viva el Papa!* Barcelona: Plaza & Janés Editores, 1997.
- BARANTON, G. Did Christopher Columbus open the way for *Borrelia burgdorferi* sensu stricto to discover the old world? *Revista Portuguesa Doenças Infecciosas* 1999; 22(1), pp. 31-35.
- BARNES, J. *O Papagaio de Flaubert*. Lisboa: Quetzal, 2010.
- BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, vol. II. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- BUSH, L. M.; PEREZ, M. T. Bejel, Pinta e Boubas. *Manual MSD*. Versão para profissionais de Saúde, disponível em: <http://www.msdmanuals.com/pt/profissional/doen%C3%A7as-infecciosas/espiroquetas/bejel,-pinta-e-boubas> (consultado em Janeiro de 2016).
- CARDINI, F. *Europa 1492. Retrato de um Continente há Quinhentos Anos*. Lisboa: Verbo, 1991.
- CARMONA, J. I. *Enfermedad y Sociedad en los Primeros Tiempos Modernos*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005.
- CARVALHO, A. S. *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*. Lisboa: Imprensa Lucas, 1949.
- CHOI, C. Q. Case Closed? Columbus Introduced Syphilis to Europe. *LiveScience*, December 27, 2011; disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/case-closed-columbus/> (consultado em Fevereiro de 2018).
- D'ESAGUY, A. *Oração e Juramento Médico de Moisés Maimonide e Amato Lusitano*. Lisboa: edição do autor, 1955.
- DAVID DE MORAIS, J. A. Doença de Lyme: revisão actualizada. *Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas* 1994; 17(3): 129-137.
- DAVID DE MORAIS, J. A. Zoonoses emergentes em Portugal: epidemiologia e clínica. *Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas* 2009; 5(3): 95-114. Disponível on-line: <http://spdimc.org/wp/wp-content/uploads/2011/11/RPDI-VOL.-5-N%C2%BA-3.pdf>

- DAVID DE MORAIS, J. A. *Eu, Amato Lusitano. No V Centenário do seu Nascimento*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.
- DAVID DE MORAIS, J. A. As parasitoses nas "Centúrias" de Amato Lusitano. *Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao século XXI. Cadernos de Cultura* 2012, 26: 45-54. Disponível on-line: http://www.historiadamedicina.ubi.pt/cadernos_medicina/vol26.pdf
- DAVID DE MORAIS, J. A. O "mal de Loanda" ou o escorbuto revisitado. *Anais de História de Além-Mar*, 2014; XV, pp. 373-399.
- DAVID DE MORAIS, J. A. *Amato Lusitano. Reinterpretação Historiográfica da sua Biografia*. Lisboa: Edições Colibri, 2015.
- D'ESAGUY, Augusto. *Oração e Juramento Médico de Moisés Maimonide e Amato Lusitano*. Lisboa: edição do autor, 1955.
- DESWARTE-ROSA, S. Espoirs et désespoir de l'Infant D. Luís. *Mare Liberum* 1991; nº 3, pp. 243-298.
- DIAS, J. J. A. *Amato Lusitano e a sua Obra. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2011.
- DIAS, J. L. Terapêutica da sífilis em Amato Lusitano (século XVI). *Arquivos do Instituto de Farmacologia e Terapêutica Experimental*, 1944-1945; 8, pp. 7-33.
- DIAS, J. L. Biografia de Amato Lusitano e outros Ensaíes Amatlanos. *Estudos de Castelo Branco*, 1971, nº 37 (volume monotemático, dedicado a Amato Lusitano).
- DIAZ DE YSLA, R. *Tractado cõtra el mal serpentino: que vulgarmente en España es llamado bubas q̄ fue ordenado en el ospital de todos los santos de Lisbona*. Sevilla: Dominico de Robertis, 1539: edição fac-similada: Lisboa: Biblioteca da Ordem dos Médicos, 1992.
- DIAZ DE YSLA, R. *Tractado llamado fructo de todos los sanctos: contra el mal Serpentino. Venido de la ysla Española. Hecho y ordenado en el grande y famoso hospital de todos los santos de la insigne y muy nombrada ciudad de Lisboa*. Sevilla: Andres de Burgos, 1542. Disponível em: <http://www.bibliotecavirtualdeandalucia.es/catalogo/consulta/registro.cmd?id=1000877> (consultado em Janeiro de 2018).
- ECO, U. *História das Terras e dos Lugares Lendários*. Lisboa: Gradiva, 2015.
- ELKANN, A. *Mitzváh*. Lisboa: Cavalo de Ferro, 2005.
- ESCOBAR, A. P. *Avisos Medicos, Populares, y Domesticos. Historia de todos los Contagios*. Madrid: Joachin Ibarra, 1776.
- EUIEA. *Enciclopedia Universal Ilustrada, Europeo-Americana*, tomo LVI. Madrid: Espasa-Calpe, 1927.
- FARFAN, Fray A. *Tractado Breve de Medicina*. Mexico: Pedro Ocharte, 1592 – edição facsimil: Madrid: Ediciones Cultura Hispanica, 1944.
- FERNÁNDEZ DE OVIEDO, G. *Dela natural hystoria delas Indias*. Toledo: maestre Remõ de Petras 1526.
- FERREIRA, F. A. Gonçalves. *Moderna Saúde Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.
- FLAUBERT, G. *Dicionário das Ideias Feitas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.
- FLAUBERT, G. *Bouvard e Pécuchet*. Lisboa: Cotovia, 2015.
- FRAILE, F. C.; ALMIÑANA, E. G.; LLORCA, J. P. et al. *Geografía e Historia de España y de los Países Hispánicos*. Paterna (Valencia), 1990.
- GARCIA DA ORTA. *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, vols I e II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.
- GEPB. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI. Lisboa e Rio de Janeiro: Enciclopédia, s. d., p. 937.
- GERMANO DE SOUSA, J. Impacte social da sífilis. Alguns aspectos históricos. *Medicina Interna* 1996; 3(3), pp. 184-192.
- HARPER, K. N.; P. S. OCAMPO.; BRET, M. S., et al. On the Origin of the Treponematoses: A Phylogenetic Approach. *PLoS Neglected Tropical Diseases* 2008 Jan; 2(1): e148. doi: 10.1371/journal.pntd.0000148. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2217670/> (consultado em Fevereiro de 2018).
- HARPER, K. N; ZUCKERMAN, M. K; HARPER, M. L et al. The origin and antiquity of syphilis revisited: an appraisal of Old World pre-Columbian evidence for treponemal infection. *American Journal of Physical Anthropology*, 2011; 146 Suppl 53: 99-133. doi: 10.1002/ajpa.21613.
- HEIMLICH, H. J. Should we try malariotherapy for Lyme disease? *N. Engl. J. Med.*, 1990; 322(17), pp. 1234-1245.
- IBÁÑEZ, M. J. P. Un problema médico y terminológico (sífilis en el siglo XVI). *Voces*, 1995; VI, pp. 61-79.
- JACQUES DE VORAGINE. *La Légende Dorée*, tome second. Paris: Diane de Selliers, 2009.
- JIA, X-Y; BRIESE T.; JORDAN I. et al. Genetic analysis of West Nile New York 1999 encephalitis virus". *Lancet* 1999; 354, pp. 1971-1972.
- JORGE, R. *Amato Lusitano. Comentários à sua Vida, Obra e Época. Ciclo Peninsular*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1962.
- KEMPF, D.; GILBERT, M. L. *Medieval Monsters*. London: The British Library, 2015.
- LAMPILLAS, X. (traducido del Italiano por J. Amar y Borbon). *Ensayo Historico-Apologetico de la Literatura Española, contra las opiniones preocupadas de algunos escritores modernos Italianos*, tomo tercero. Madrid: Imprenta de Pedro Marin, 1789.
- LÓPEZ DE GÓMARA, F. *Historia General de las Indias* [1552], disponível em: <http://www.biblioteca.org.ar/libros/92761.pdf> (consultado em Fevereiro de 2018).
- LÓPEZ DE VILLALOBOS, F. *El sumario de la medecina con un tratado sobre las pestíferas buvas*. Capítulo: Del licenciado de Villalobos. Sobre las contagiosas y malditas bubas. Estoria y medecina. [Salamanca, 1498]. Disponível on-line: <http://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.cmd?id=406397> (consultado em Janeiro de 2018).
- LUSITANI, A. *In Dioscoridis Anazarbei de Medica Materia Libros Quinque Enarrationes Eruditissimae*. Venetiis, 1553.
- LUSITANO, A. *Centúrias de Curas Mediciniais* (I a VII), vols I a IV. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Médicas, 1983.
- LUSITANO, A. *Centúrias de Curas Mediciniais*, vols I e II. Lisboa: Centro Editor da Ordem dos Médicos, 2010.
- LYON DE CASTRO, J. *Curso de Botânica Aplicada à Medicina e à Alimentação*. Lisboa: Centro Botânico Dietético, 1975.

- MACDONALD, K. S.; FOWKE K.R.; KIMANI J. et al. "Influence of HLA supertypes on susceptibility and resistance to human immunodeficiency virus type 1 infection". *J Infect Dis* 2000; 181, pp. 1581-1589.
- MORA, C. M. *Sobre la identificación entre ébano y guayaco en una entrada del Index Dioscoridis de Amato Lusitano*, pp. 344-345. In: Andrade, A. M. L.; Mora, C. M.; Torrão, J. M. N. *Humanismo e Ciência. Antiguidade e Renascimento*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2015.
- MORENO, A. Ética em Amato Lusitano. *Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Século XXI – Cadernos de Cultura* 2007, nº 21, pp. 55-86.
- MULLIGAN, C. J.; STEVEN, J. N.; SHEILA, A. L. Molecular Studies in *Treponema pallidum* Evolution: Toward Clarity? *PLoS Neglected Tropical Diseases*, 2008 Jan; 2(1): e184. doi: 10.1371/journal.pntd.0000184. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2270795/> (consultado em Fevereiro de 2018).
- ORTEGA Y GASSET, J. *Sobre a Caça e os Touros*. Lisboa: Cotovia, 1989.
- PEREIRA, J. M. Considerações sobre o morbo gálico nas Centúrias de Amato Lusitano. *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI. Cadernos de Cultura*, 2003, nº17, pp. 33-37.
- PORCHER, I. Maux dits en Passant. *Magazine Littéraire*, dossier "Les maladies de la littérature", 1982, nº 186, p. 45.
- QUÉTEL, C. *Magazine Littéraire*, dossier "Les maladies de la littérature", 1982, nº 186, p. 42 (caixa: "Promenades en syphilis").
- REGIMENTO DO ESPRITAL DE TODOLOS SANTOS DE EL-REY NOSSO SENHOR DE LISBOA (1504). Lisboa: Laboratório Sanitas, 1946.
- RENGADÉ. *Las Plantas que Curam y las Plantas que Matan*. Barcelona: Montaner y Simon, 1887.
- RIBEIRO, A. *Príncipes de Portugal. Suas Grandezas e Misérias*. Portugalíia Editora, 2008.
- RODRIGUES, I. T. *Amato Lusitano e as perturbações sexuais*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2005 (tese de doutoramento). Disponível em: https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/17/1/phd_itrodrigues.pdf
- RODRIGUES, I.; CARVALHO, A. *A História da Ciência na Sala de Aula. Recursos Didáticos*. Moreira da Maia: Edições Galvão Meirinhos, 2016.
- SALGUEIRO, J. *Ervas, Usos e Saberes. Plantas Medicinais no Alentejo e outros Produtos Naturais*, 2ª ed. Lisboa: Colibri, 2004.
- SERRÃO, J. *Cronologia Geral da História de Portugal*, 5ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- STEINER, G. *O Silêncio dos Livros*. Lisboa: Gradiva, 2007.
- TERKELTAUB, R. A. *Gout and Hyperuricemia*, in: Jay H. Stein, editor. *Internal Medicine*. St. Louis: Mosby, 1994, pp. 2494-2504.
- VINCENT, B. *1492 o Ano Admirável*. Lisboa: Livros do Brasil, 1992.
- WATTS, S. *Epidemics and History. Disease, Power and Imperialism*. Yale: Yale University Press, 1997.
- YOURCENAR, M. *A Obra ao Negro*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1988.

* Doutoramento e agregação em Medicina; mestrado em Saúde Pública; especialista em Infecçiology, Medicina Tropical e Medicina Interna.

CIRURGIÕES DA BEIRA INTERIOR NOS SÉCULOS XII A XV

*Maria Cristina Piloto Moisão **

Introdução

Este trabalho consiste numa pequena parte, seleccionada de um outro, mais vasto, no qual se estudou a Cirurgia e os Cirurgiões portugueses durante o período medieval; nele se consideraram apenas os cirurgiões moradores num espaço territorial que designámos por Beira Interior, abrangendo os actuais distritos de Viseu, Guarda e Castelo Branco.



Fig. 1 - Mapa dos distritos de Castelo Branco e Guarda



Fig. 1 - Mapa do concelho de Viseu

Num estudo deste teor, existem factos que se podem considerar pelo lado positivo, isto é, documentos que nos confirmam uma afirmação, enquanto outros poderão ser aproveitados pela face negativa, sendo que a ausência de documentos nos fornecerá igualmente uma informação válida¹. Neste último caso, poderemos considerar que a ausência de documentação sobre de cirurgiões residentes nesta área geográfica durante os séculos XII e XIII e ainda a sua escassez no XIV, nos leva a considerar que eles não abundariam nessa época ou, alternativamente, que a respectiva documentação sofreu importante destruição. De facto, encontrámos durante o séc. XIV apenas um cirurgião; a documentação torna-se mais abundante somente a partir do século XV, para o qual encontramos referências a um número não desprezível de cirurgiões.

¹ Obrigatoriamente teremos de considerar o desaparecimento de vários dos livros da Chancelaria Régia, limitando uma correcta avaliação, tornando-se notória a destruição executada nos registos anteriores a D. Afonso V, com a transcrição dos documentos das velhas chancelarias para a compilação que constitui a primeira fase do que designamos actualmente por *pré Leitura Nova*; dos restantes, desapareceram igualmente diversos livros, desde o reinado do próprio D. Afonso V (14 livros), até ao reinado de D. João II (18 anos de ausência de registos).

Quem eram os cirurgiões que habitavam a Beira Interior?

Indivíduos exercendo cirurgia no território da Beira Interior:

Concelho	1326 1350	1351 1375	1376 1400	1401 1425	1426 1450	1451 1475	1476 1500	Total
Lamego	1				1		3	5
Tarouca							2 ²	2
Sernancelhe							1	1
Trancoso						1	1	2
Pinhel							1	1
Viseu ²						1	3	4
Guarda					1	1	2	4+1?
Celorico (?)							1	1
Gouveia							2	2
Seia (S. Romão)							1	1
Covilhã					1	3 ³	1	5
Idanha- a-Nova (Monsanto)							1	1
Oleiros (Álvaro)							1	1
Castelo Branco							2	2
Sertã (Baião)							1	1
Total	1				3	6	23	33+1?

1. Cirurgiões residentes no distrito de Viseu

O primeiro cirurgião que encontramos no actual distrito de Viseu é **mestre Josepe**, que viveu na cidade no fim do século XV; era também físico, pelo que se depreende que seria indivíduo letrado, uma vez que a esta última profissão obrigava geralmente a que se frequentasse uma “escola” ou “universidade”; de origem judaica, foi privilegiado por D. Afonso V, a 15 de Março de 1471, com a autorização para se poder deslocar em *besta muar de sela e ffreo* por todo o reino³.

Em 26 de Março de 1481, foi passada carta de cirurgia a **João Pires**, morador no Couto de Salzedas⁴, em Arouca, e em 5 de Agosto de 1483 o mesmo acontece com **João de Lisboa**, residente na

2 Um era morador no Couto de Salzedas.

3 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 122 / FÁRIA, Aida Gisela. *Análise socio-económica das comunas judaicas em Portugal*. Dissertação. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1963, p. XIII / TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 435

4 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fol. 39v / GONÇALVES Iria. *Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 43

mesma localidade, ambos examinados pelo doutor mestre Fernando, físico e cirurgião-mor⁵. Um criado deste cirurgião-mor, **Sebastião de Carvalho**, de Sernancelhe, propõe-se para ser examinado mais de uma década depois, tendo sido aprovado em 17 de Dezembro de 1497 por mestre Gil, também ele físico e cirurgião-mor, sucessor do doutor mestre Fernando⁶.

Na cidade de Viseu moravam dois cirurgiões: mestre **Heitor** obtém carta de cirurgia em 16 de Maio de 1499, após ter sido examinado por mestre Gil, físico e cirurgião-mor⁷; a 15 de Outubro do mesmo ano foi reexaminado pelo cirurgião-mor mestre Gil e confirmada a licença a mestre **António**, o qual afirma ter sido inicialmente examinado cerca de 20 anos antes pelo doutor mestre Fernando⁸.

No ano de 1500, a 20 de Julho, recebe mercê mestre **João**, de Monsanto, para poder exercer o ofício de cirurgião⁹.

2. Cirurgiões residentes no distrito da Guarda

Como foi dito, encontrámos um único cirurgião residente na Beira Interior durante o século XIV, **João Domingues**, morador no julgado de Penajóia, conselho de Lamego, a quem D. Afonso IV afora em 21 de Julho de 1329, por 46 soldos e um capão anuais, uns herdamentos nessa localidade, junto à igreja de Modrões¹⁰. No ano de 1437 mestre **Gil** recebe do Almojarifado da Guarda 3.324 reais, de mantimento e soldo, depreendendo-se pelo documento que tivesse servido em Ceuta, não nos sendo possível afirmar, no entanto, que fosse morador dessa urbe¹¹. Na mesma cidade residia

5 ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 24, fol. 35v / Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537). Org. de SÁ, A. M. e al. Vol. VIII (1481-1490). Lisboa: Instituto de Alta Cultura - Instituto Nacional de Investigação Científica, 1966-1981, p. 270, doc. 2978 / GONÇALVES Iria. *Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 45

6 ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 84. Entende-se como *criado*, um indivíduo que vivia com o amo, compartilhando frequentemente a habitação; no caso dos cirurgiões, muito provavelmente corresponderiam a discípulos que aprendiam o ofício com o mestre, sendo este último um cirurgião já experiente.

7 ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 14, fl. 32v

8 ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 14, fl. 66. D. Manuel informa-nos nesta carta *que ora nos mandáramos que todos os solorgiaes examinados Confirmasem suas cartas*, confirmando-se assim a existência de uma ordem para reexaminar todos os cirurgiões do reino.

9 ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 12, fl. 56

10 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso IV*, liv. 3, fl. 17v-18 / *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, vol. I. Org. de MARQUES, A. H. Oliveira. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 1990-1992, doc. 162 / SILVA, André Filipe Oliveira. *Físicos e Cirurgiões medievais portugueses. Contextos socio-culturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340)*. Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015, p. 142.

11 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 83v / AZEVEDO, Pedro de.

mestre **Gonçalo**, que foi examinado em cirurgia por mestre Martinho, cirurgião-mor, tendo-lhe sido passada carta em 22 de Março de 1443¹².

Mestre **Jacob Valencim**, cirurgião e oftalmologista judeu, foi autorizado a *hussar da arte dos olhos em todos nossos Regnos*, depois de examinado por mestre Nacim a 3 de Agosto de 1443, sendo na altura morador em Lisboa. Cerca de dois ou três anos depois desloca-se para Lamego, onde surge mais tarde, numa carta de privilégio de D. Afonso V em 1455. Mestre Jacob seria homem trabalhador e prestável nos seus serviços, pois a comuna dos judeus de Lamego afirma que *todos que bem sabiam que aujam dez annos ou onze que antre ella vyera E os serujra e seruja do seu ofiço de cerlorgia e de corar os olhos de dia e de noute e nunca delles Reçeb[e]ra nem rrecebya mujto salairo*, pelo que, em 1456 requer uma isenção de pagamentos à comuna; a comuna acede ao pedido, ficando mestre Jacob pagando apenas 120 reais por cada pedido lançado pelo rei, privilégio que é confirmado em 1463, novamente a pedido da comuna de Lamego¹³. O mesmo, ou mais provavelmente um outro **Jacob**, cirurgião do infante D. Henrique também residente em Lamego, recebe privilégios a 9 de Dezembro de 1455¹⁴.

Mais uma vez na Guarda, **Jacob Tobi** é examinado a 3 de Novembro de 1473 por mestre Gil, cirurgião do Infante D. Fernando e de sua mulher D. Beatriz, em substituição do doutor mestre Fernando, ficando habilitado ao exercício da profissão¹⁵. O mesmo

Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos, tomo I (1415-1450). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915. p. 331-339, doc. CCXCI.

12 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 27, fol. 53v / GONÇALVES, Iria. Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas – as cartas de exame. *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, apêndice II, p. 34.

13 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 27, fol. 132v; ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 38, fol. 96; ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fls. 138-138v / FÁRIA, Aida Gisela. *Análise socio-económica das comunas judaicas em Portugal*. Dissertação. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1963, p. IX / GONÇALVES, Iria. Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas – as cartas de exame. *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, apêndice II - p. 35 / TAVARES, Maria José P. Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, p. 358, 379 (nota 55) / TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 420 / TAVARES, Maria José Ferro. *Judeus de castela em Portugal no final da idade Média: onomástica familiar e mobilidade*. In *Sefarad*, vol. 74:1, enero-junio 2014, p. 139.

14 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fol. 159 / *Monumenta Henricina*, vol. 12 (1454-1456). ALMEIDA, Manuel Lopes de; BROCHADO, Idalino Ferreira da Costa; DINIS, António Joaquim Dias, eds., Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, 1971, p. 189, doc. 98 / FÁRIA, Aida Gisela. *Análise socio-económica das comunas judaicas em Portugal*. Dissertação. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1963, p. IX / TAVARES, Maria José Ferro. *Judeus de castela em Portugal no final da idade Média: onomástica familiar e mobilidade*. In *Sefarad*, vol. 74:1, enero-junio 2014, p. 139 / TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 422.

15 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 44 / *Chartularium Uni-*

sucede com **Isaac Fabibe**, judeu, residente em Trancoso, sendo-lhe passada carta de cirurgia em 21 de Fevereiro, pressupostamente no ano de 1475, após ter sido examinado pelo doutor mestre Fernando¹⁶.

Rodrigo da Costa, morador em Lamego, afirma que seria cirurgião há 22 anos, o que daria uma licença datada de cerca de 1478, quando é confirmada a sua licença por mestre Gil em 2 de Janeiro de 1500¹⁷. Residente na mesma cidade, mestre **Vasco** recebe carta de cirurgia em 27 de Abril de 1482¹⁸, no mesmo dia de **José Baruc**, habitante de Gouveia, ambos examinados pelo doutor mestre Fernando, cirurgião-mor¹⁹. No ano seguinte, a 29 de Setembro, foi a vez de **Abraão Gigante**, judeu de Gouveia, receber a sua carta²⁰.

A história de **Suas Valencim** é aventureira; sendo judeu, físico e cirurgião, era rabi da comuna de Lamego em 1484; seria, portanto, um letrado. Tendo, como rabi, poder judicial, faz mover um auto de degredo e pagamento em dinheiro a Moisés Cide, um seu genro e a Jacob Cide, seu filho, incriminando-os de agressão; sabendo ser falsa

versitatis Portugalensis (1288-1537). Org. de SÁ, A. M. e al. Vol. VII (1471-1481). Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966-1981, p. 187, doc. 2526 / FÁRIA, Aida Gisela. *Análise socio-económica das comunas judaicas em Portugal*. Dissertação. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1963, p. IX / GONÇALVES, Iria. Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 42 / TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 425.

16 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 155v / FÁRIA, Aida Gisela. *Análise socio-económica das comunas judaicas em Portugal*. Dissertação. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1963, p. X / GONÇALVES, Iria. Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 42 / SALGADO, Anastásia Mestrinho. *O Hospital de Todos-os-Santos – assistência à pobreza em Portugal no século XVI – a irradiação da assistência médica para o Brasil, Índia e Japão*. Lisboa: By the Book, 2015. Anexo 4, p. 235 ISBN 978-989-8614-31-5. Iria Gonçalves data o documento de 1475, mas não encontramos a designação do ano no corpo do texto, sendo o documento suprajacente datado de 1469 e os infra jacentes de 1475.

17 ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 12, fl. 17 / TAVARES, Maria José P. Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, Nota 80, p. 507.

18 ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 25, fl. 66 / GONÇALVES, Iria. Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 44.

19 ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 3, fl. 92 / FÁRIA, Aida Gisela. *Análise socio-económica das comunas judaicas em Portugal*. Dissertação. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1963, p. IX / GONÇALVES, Iria. Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 44 / TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 427.

20 ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 26, fl. 46 / FÁRIA, Aida Gisela. *Análise socio-económica das comunas judaicas em Portugal*. Dissertação. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1963, p. VIII / GONÇALVES, Iria. Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 45 / SALGADO, Anastásia Mestrinho. *O Hospital de Todos-os-Santos – assistência à pobreza em Portugal no século XVI – a irradiação da assistência médica para o Brasil, Índia e Japão*. Lisboa: By the Book, 2015. Anexo 4, p. 236 ISBN 978-989-8614-31-5 / TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 428.

a acusação, queimou os documentos originais e pediu a um tabelião seu amigo que corroborasse outro auto, com testemunho de quatro judeus da comuna. Parece que, no entanto, os novos auto e instrumento de fé do tabelião continuariam a carecer de verdade, e que o próprio Suas falsificara as assinaturas das testemunhas, pelo vem a confessar as falsidades passados cinco anos, a 10 de Abril de 1490. Após a confissão, invertem-se os papéis, ficando em liberdade os indivíduos da família Cide e privado dela o cirurgião, que é preso e posto a ferros. Mas sendo Suas Valencim rendeiro, o juiz permite-lhe deambular pela cidade recebendo as rendas, embora mantendo os ferros nos pés; o cirurgião, para abreviar a clausura, esconde-se, quebra os ferros e foge. Porém, escreve ao rei pedindo perdão dos seus erros, sendo-lhe concedida desculpa mediante o pagamento de dez mil reais para a arca da piedade. Com o pagamento, fica mestre Suas livre e perdoado, facto que, no entanto, não surtiu aceitação na comuna. Por ironia, cerca de um ano depois, a 2 de Março de 1491, D. João II designa-o para um lugar de escrivão da câmara, *por confiarmos em ssua bomdade e descryçam*²¹.

A 1 de Fevereiro de 1486, é dada carta de cirurgia a mestre **Fernando**, filho de mestre Gonçalo (talvez o cirurgião morador na Guarda que obteve carta de cirurgia em 1443) e morador em Pinhel, depois de examinado pelo cirurgião-mor, doutor mestre António²². Na cidade da Guarda morava **Salomão Adida**, que, tendo sido examinado pelo doutor mestre António, cirurgião-mor, recebe carta de exame em 25 de Junho de 1490²³; o mesmo cirurgião-mor avalia também, em 8 de Julho de 1491, mestre **João**, morador em Trancoso²⁴. Em S. Romão, perto de Seia, morava mestre **Pedro**, que

21 ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 12, fl. 123v-124, 127v; ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 9, fl. 70v. 75; ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 17, fl. 122v; ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 20, fl. 182 / FARIA, Aida Gisela. *Análise socio-económica das comunas judaicas em Portugal*. Dissertação. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1963, p. XIII / TAVARES, Maria José P. Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século. XV*, vol. I. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, p. 136, 137, 157 (notas 253, 262).

22 ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 1, fl. 12v / GONÇALVES Iria. *Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 46.

23 ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 13, fl. 70v; Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537). Org. de SÁ, A. M. e al. Vol. VIII (1481-1490). Lisboa: Instituto de Alta Cultura - Instituto Nacional de Investigação Científica, 1966-1981, p. 397, doc. 3367 / FARIA, Aida Gisela. *Análise socio-económica das comunas judaicas em Portugal*. Dissertação. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1963, p. XI / GONÇALVES Iria. *Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 50 / TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século. XV*, vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 431.

24 ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 10, fl. 146v / GONÇALVES Iria. *Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 50.

recebe carta para o exercício da profissão em 29 de Julho de 1491²⁵. Ainda na Guarda morava mestre **Abraão Abonatar**, judeu, rabi, que tinha vindo de Castela, de onde era natural; pediu, como os restantes, licença para exercer em Portugal, o que lhe foi concedido em 30 de Outubro de 1496, após exame realizado por mestre Gil, físico e cirurgião-mor, obtendo assim a sua carta de cirurgia²⁶.

3. Cirurgiões residentes no distrito de Castelo Branco

Castelo Branco e seu termo tiveram também vários indivíduos exercendo a arte de curar com recurso às técnicas cirúrgicas. O mais antigo que encontramos foi **Guedelha Goleimo**, cirurgião judeu da casa do infante D. Henrique (primeiro duque de Viseu e senhor da Covilhã), que vivia na Covilhã e foi autorizado em 1450 a deslocar-se em besta muar, por um período de três anos; tendo sido previamente submetido a exame de cirurgia pelo cirurgião-mor mestre Gil, foi-lhe passado alvará autorizando o exercício da profissão, tal como ordenara D. Afonso V; esse alvará era temporário²⁷, permitindo que, mediante a respectiva apresentação na chancelaria, fosse passada a carta de cirurgia definitiva; depois do habitual juramento por “*sua lei*”, isto é, sobre a Torah, foi emitido então o documento final que lhe concedia licença de usar a arte da cirurgia por todo o reino, em 28 de Dezembro de 1451²⁸. Na mesma localidade e, com alguma probabilidade pertencente à mesma família, surge **Samuel Goleima**, judeu que, sendo já cirurgião, recebeu carta de físico das mãos do físico-mor doutor mestre Afonso Madeira, a 17 de Setembro de 1460; entre esta data e o ano de 1465, ter-se-á mudado para a Guarda, pois já aí habita quando recebe o privilégio de ficar isento do pagamento dos impostos lançados pela comuna dos judeus da cidade ou de qualquer outra localidade onde viesse a morar no futuro; nesta altura, a 16 de Setembro de 1465 já é designado por “servidor” do

25 ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 11, fl. 3v, 1491.

26 ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 14, fl. 39.

27 “E elle era Já hexaminado e tijnha o dicto aluara pera hussar dello por çerto tempo a que tirasse ssua carta”. Creemos que, nesta carta, está implícito o cumprimento do Regimento do Cirurgião-mor publicado em 25 de Outubro de 1448, no qual D. Afonso V obriga, uma vez mais, à execução de um exame perante o cirurgião-mor do reino para que seja obtida a autorização de praticar cirurgia.

28 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 192v; ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 193v / CORTESÃO, Jaime. *Os Descobrimientos Portugueses*, vol. I. Lisboa: Arcádia, s. d., p. 396 / GONÇALVES, Iria. *Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, Apêndice II, p. 36 / TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século. XV*, vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 421, 434.

rei, sendo físico e cirurgião do infante D. Fernando (segundo duque de Viseu e senhor da Covilhã, sobrinho de D. Henrique e irmão do rei); dotado de certa itinerância, encontramos-lo como habitante de Castelo Branco, quando recebe mais um privilégio real a 20 de Julho de 1470, desta vez dispensando-o do dever de pousada nas suas casas a por parte de quem se deslocasse para essa localidade²⁹. Perante os documentos compulsados, podemos observar que ambos os cirurgiões se moviam na esfera da corte, obtendo diversos privilégios por servirem membros da família real, nomeadamente o tio e o irmão de D. Afonso V.

Mestre **Jacob Soleima** morava na Covilhã, tendo recebido carta de cirurgia a 9 de Setembro de 1467³⁰. Na mesma localidade encontramos mestre **Judas**, que recebe privilégios em 1471, isentando-o de pagar impostos lançados pela comuna dos judeus ou pelo concelho, assim como do dever de pousada³¹.

No fim do século XV, D. Manuel, obrigando todos os físicos e cirurgiões do reino a serem reexaminados, foi o responsável por mestre **Nuno**, morador em Castelo Branco, ter cumprido esse dever perante o cirurgião-mor, mestre Gil, o qual lhe passa carta de cirurgia em 18 de Dezembro de 1499; nesse documento, Nuno afirma que já tinha sido anteriormente aprovado pelo doutor mestre Fernando havia 18 anos, pelo que solicitava a respectiva confirmação³². Em Baião, termo da vila da Sertã, habitava **Pedro Álvares**, que obtém licença de cirurgia a 10 de Março de 1482³³, enquanto

mestre **Fernão Rodrigues**, residente em Álvaro, recebe a sua carta em 28 de Setembro de 1484.³⁴

Hipoteticamente pertencente à família de Guedelha Goleimo e de Samuel Goleima, encontrava-se mestre **Salomão Goleima** (ou **Goleimo**), judeu morador em Castelo Branco, com autorização para exercer em 15 de Novembro de 1484, após exame perpetrado pelo doutor mestre Fernando³⁵. Ainda no mesmo ano, o mesmo cirurgião-mor terá examinado **Fernando de Liquyto**, que foi reavaliado cerca de 14 anos depois, a 25 de Janeiro de 1498, já por mestre Gil, obedecendo à confirmação decretada por D. Manuel³⁶. Por fim, a localidade de Monsanto também viu obrar mestre **João**, aí morador, com carta passada por mestre Gil, físico e cirurgião-mor, a 20 de Julho de 1500³⁷.

Conclusões

Num território abrangendo os actuais distritos de Viseu, Guarda e Castelo Branco existiu um número significativo de cirurgiões, sobretudo ao longo do século XV; não foram encontrados documentos relativos a estes profissionais durante o século XII e XIII; o distrito onde se encontraram mais indivíduos foi o da Guarda (17), seguida por Castelo Branco (10) e Viseu (7). Para a maioria dos mestres de cirurgia encontrados, apenas resta um documento, geralmente a carta de permissão ao exercício da profissão; para alguns outros, a existência de vários documentos permite-nos conhecer um pouco mais da sua vida social.

Dos 34 cirurgiões documentados, cerca de metade (15) eram judeus, coincidente com os dados encontrados para toda a população de cirurgiões portugueses estudados no mesmo período. Consideramos que seriam letrados 4 indivíduos (12%), dado que encontramos três que

29 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 38, fl. 41; ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 14, fl. 62v; ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fol. 2v / FÁRIA, Aida Gisela. *Análise socio-económica das comunas judaicas em Portugal*. Dissertação. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1963, p. XII, XIII / GONÇALVES, Iria. *Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, Apêndice II, p. 38 / TAVARES, Maria José P. Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século. XV*, vol. I. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, p. 221, 260 (nota 55) / TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século. XV*, vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 434, 435.

30 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 5 / FÁRIA, Aida Gisela. *Análise socio-económica das comunas judaicas em Portugal*. Dissertação. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1963, p. XII / GONÇALVES Iria. *Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 39 / TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século. XV*, vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 423.

31 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fol. 76 / Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537). Org. de SÁ, A. M. e al. Vol. VII (1471-1481). Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966-1981, p. 64, doc. 2396 / FÁRIA, Aida Gisela. *Análise socio-económica das comunas judaicas em Portugal*. Dissertação. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1963, p. X / TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século. XV*, vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 424.

32 ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 14, fl. 94

33 ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 3, fol. 81 / Chartularium Universita-

tis Portugalensis (1288-1537). Org. de SÁ, A. M. e al. Vol. VIII (1481-1490). Lisboa: Instituto de Alta Cultura - Instituto Nacional de Investigação Científica, 1966-1981, p. 22, doc. 2914

34 Álvaro situa-se no actual conselho de Oleiros. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 80 / GONÇALVES Iria. *Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 46

35 ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 1, fl. 46-46v / FÁRIA, Aida Gisela. *Análise socio-económica das comunas judaicas em Portugal*. Dissertação. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1963, p. XI / GONÇALVES Iria. *Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 46 / SALGADO, Anastásia Mestrinho. *O Hospital de Todos-os-Santos – assistência à pobreza em Portugal no século XVI – a irradiação da assistência médica para o Brasil, Índia e Japão*. Lisboa: By the Book, 2015. Anexo 4, p. 236 ISBN 978-989-8614-31-5 / TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século. XV*, vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 429

36 ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 83v

37 ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 12, fl. 58

eram simultaneamente físicos e um que exercia a actividade de rabi da comuna dos judeus.

Dada a dimensão populacional das povoações nessa época³⁸, consideramos que o número de cirurgiões no segundo quartel do século XV seria suficiente para atender às necessidades dos habitantes.

Bibliografia

Fontes manuscritas:

- ANTT, *Chancelaria de D. Afonso IV*, liv. 3
- ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, 9, 14-15, 17, 22, 26-30, 33-34, 38
- ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 1, 3, 9-13, 17, 20, 22, 24-26
- ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 12, 14, 28

Fontes impressas:

- AZEVEDO, Pedro de. *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, tomo I (1415-1450). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915
- *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Org. de SÁ, A. M. e al. Vol. VII (1471-1481), VIII (1481-1490). Lisboa: Instituto de Alta Cultura - Instituto Nacional de Investigação Científica, 1966-1981
- *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, vol. I. Org. de MARQUES, A. H. Oliveira. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 1990-1992
- *Monumenta Henricina*, vol. 12 (1454-1456). ALMEIDA, Manuel Lopes de; BROCHADO, Idalino Ferreira da Costa; DINIS, António Joaquim Dias, eds., Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, 1971

³⁸ Segundo João José Alves Dias, a população da Beira Interior seria, nesse período de 56.991 a 81.415 habitantes - DIAS, João José Alves - *A Beira Interior em 1496 (Sociedade, Administração e Demografia)*, in "Arquipélago", Revista da Universidade dos Açores, Série Ciências Humanas, nº IV Janeiro 1982), pp. 95-193; Rita Costa Gomes determinou para a Guarda, no final do século XIV, entre 1000 e 1200 habitantes - GOMES, Rita Costa - *A Guarda Medieval 1200- 1500*, "Cadernos da Revista de História Económica e Social", nos 9-10. Lisboa, 1987, pp. 103-104. O *ratio* do número de cirurgiões por 100.000 habitantes no último quartel do século XV seria de 32 cirurgiões, enquanto actualmente (2011 - cirurgiões gerais) é de 10.

Trabalhos:

- CORTESÃO, Jaime. *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. I. Lisboa: Arcádia, s. d.
- FARIA, Aida Gisela. *Análise socio-económica das comunas judaicas em Portugal*. Dissertação. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1963
- GONÇALVES Iria. Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame. *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988
- SALGADO, Anastásia Mestrinho. *O Hospital de Todos-os-Santos – assistência à pobreza em Portugal no século XVI – a irradiação da assistência médica para o Brasil, Índia e Japão*. Lisboa: By the Book, 2015. Anexo 4 ISBN 978-989-8614-31-5
- SILVA, André Filipe Oliveira. *Físicos e Cirurgiões medievais portugueses. Contextos socio-culturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340)*. Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015
- TAVARES, Maria José Ferro. *Judeus de castela em Portugal no final da idade Media: onomástica familiar e mobilidade*. *Sefarad*, vol. 74:1, enero-junio 2014
- TAVARES, Maria José P. Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século. XV*, vol. I. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século. XV*, vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984

* Médica, especialista em Cirurgia Geral, mestranda em História Medieval na FCSH da UNL
Contacto: cristinamoisao@gmail.com

FRENITE, MANIA, E AS VARIANTES DA MELANCOLIA NA ARQUIPATOLOGIA

*José Morgado Pereira **

Continua a ser surpreendente que a obra de Montalto seja tão pouco referenciada, mesmo por grandes estudiosos como Jackie Pigeaud ou Jean Starobinski. Vem no entanto referida por Yves Hersant¹ e por Patrick Dendrey², mas quase sempre indirectamente, nomeadamente através de Robert Burton. Em Dandrey há uma citação da Arquipatologia num texto antologiado de Boissier de Sauvages quando descreve a Melancolia "errabunda ou vagabunda" e cita a "Insania Lupina ou Canina" (Tratado Sétimo), alguém que "foge dos outros, só sai à noite, vagueia nos cemitérios e lugares não frequentados, não sabendo o que faz, o que procura, o que quer".

A Anatomia da Melancolia de Demócrito Júnior/ Robert Burton, publicado em 1621, é uma monumental e infindável enciclopédia com milhares de referências e citações, dos humanistas aos homens da ciência do seu tempo, da Antiguidade ao Renascimento, sendo por isso obra de feição filosófica, religiosa, médica, literária, psicológica³. Não se esgota na concepção humoralista do seu tempo, pois na obra insinua-se o lado psicológico e espiritual duma afecção que afinal acaba por revelar os dramas, contradições e perplexidades da condição humana. É indiscutível que o livro de Montalto influenciou significativamente a Anatomia da Melancolia. O próprio Burton o reconhece no longo prefácio ao leitor, em que refere o célebre médico Elianus Montalto que escreveu sobre as doenças da cabeça. Depois são mais de 80 referências ao Tratado sobre a Melancolia (Tratado Quarto), abrangendo quase todos os capítulos e ainda breve referência ao Tratado Quinto, sobre a Insânia dos Amantes. Burton escreve noutro passo do "livro maravilhoso sobre as doenças da cabeça de Montalto", e sobre a Melancolia Amorosa ao referir o

Tratado Quinto, aconselha o livro para os "Remédios de Amor". Ao contrário da Melancolia Amorosa como espécie distinta, a Melancolia Religiosa é para os principais autores (entre eles Montalto) um sintoma. É um dos médicos mais referenciados por Burton (são muito menos referidos Rodrigo de Castro, Rodrigo da Fonseca e Amato Lusitano). A Arquipatologia tem características de Tratado sobre o conjunto de afecções que hoje designaríamos como neuropsiquiátricas. É muito diferente das Centúrias de Curas Medicinais de Amato, que são um conjunto de casos clínicos onde muitas vezes há comentários de dimensão variável depois das Curas e a propósito delas. Como seria de esperar, as afecções e classificações devem muito à tradição greco-romana (Hipócrates, Celso, Areteu, Galeno, Alexandre de Trales, Caelius Aurelianus, Paulo de Egina, etc.) e ainda Avicena. Tentando comparar historicamente as doenças e a sua classificação a maior proximidade parece ser nos imediatamente anteriores com Jean Fernel (1497-1558) e Felix Platter (1536-1614) e nos posteriores com Thomas Willis (1621-1675) e Thomas Sydenham (1624-1689).

German Berrios⁴, cuja história conceptual é importante para o estudo dos sintomas mentais de finais do século XVIII até às primeiras décadas do século XX, mostra que é indispensável distinguir conceitos e termos. À medida que se retrocede no tempo as dificuldades aumentam: textos que recolhem observações parciais de acordo com o vocabulário da época, coexistência de concepções mágicas e religiosas, juntamente com conhecimentos teóricos e opiniões pessoais, podendo acrescentar-se imprecisões diagnósticas, insuficiência das fontes, mudanças de critérios sobre as manifestações do doente que o médico entende dever registar, os deslocamentos do sentido de um termo em diferentes épocas e lugares. Vários autores têm escrito livros ou artigos sobre a história da Mania ou da

1 HERSANT, Yves (2005) – *Mélancolies. De L'Antiquité au XXe Siècle*. Paris: Robert Laffont.

2 DANDREY, Patrick (2005). – *Anthologie de l'humeur noire. Écrits sur la mélancolie d'Hippocrate à l'Encyclopédie*. Paris: Gallimard,

3 BURTON, Robert (2000) – *Anatomie de la Mélancolie*. Paris: José Corti. Esta edição, em dois volumes, tem prefácio de Jean Starobinski e posfácio de Jackie Pigeaud.

4 BERRIOS, German (1996) – *The History of Mental Symptoms. Descriptive psychopathology since the nineteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press.

Melancolia, por exemplo, que são apenas histórias de uma palavra, não de uma doença. Acrescente-se o risco aumentado de presentismo ou anacronismo historiográfico, que partindo das concepções actuais procura interpretar o passado como simples pré-história das correctas concepções actuais.

Um primeiro olhar sobre o esquema classificativo da Arquipatologia mostra-nos o “maravilhoso edifício clássico hipocrático-galénico”⁵, onde vemos sintomas, termos que desapareceram (Insânia Lupina), termos que desapareceram e foram substituídos (Frenite), outros em que o sentido mudou (Mania), por exemplo. Mas podemos dizer que as três afecções clássicas da psicopatologia antiga no capítulo da alienação menta são Frenite, Mania e Melancolia.

Resumidamente, e antes de tentar conceptualizar historicamente os principais quadros, podemos definir a Frenite e a Letargia como estados de “alienação da mente” agudos, com febre, excitação na frenite e abatimento profundo na letargia, enquanto as “insânias” crónicas sem febre são a Mania, com excitação, e a Melancolia com abatimento profundo. A Frenite correspondia a estados toxi-infecciosos de todo o tipo, com febre alta, manifestações “pseudo-psiquiátricas”, estado confusional, diminuição do nível de consciência ou abolição, delirium, agitação, stupor. A Letargia era mais grave: enfraquecimento e obnubilação dos sentidos, estado estuporoso, com febre contínua ou intermitente, dificuldade em acordar e captar a atenção, com palidez, suores frios e viscosos. Apesar de ser um conceito estável na nosografia antiga, eram casos considerados mais raros. A Mania era a alienação crónica sem febre, correspondente à “loucura ou insânia”, com estados clínicos variáveis mas predomínio da excitação, ao contrário da Melancolia, onde predominava a tristeza, a fraqueza e o abatimento, sem febre.

Frenite – O termo grego “frenite” foi usado até ao início do século XIX, quando foi substituído por delirium, confusão, obnubilação, sendo frequente em Hipócrates a associação de delirium com frenite⁶, mas o termo delirium era usado também como erro de julgamento ou de juízo e Pinel ainda usava délire referindo-se quer a um erro de juízo quer à frenite. Em Inglaterra a psiquiatria inglesa separou adequadamente delusion e delirium mais precocemente, e em meados do século XIX a separação estava consumada. A Frenite foi uma das mais importantes doenças do mundo greco-romano

(D. Gourevitch)⁷, e Pigeaud anota que a sua descrição vai de Hipócrates a Pinel, é afinal um conceito hipocrático. Quer Galeno quer Caelius Aureliano descrevem bem o delírio do pensamento com febre aguda e crocidismos, as variações e perturbações do pensamento, os tremores, as palavras obscuras, um conjunto de manifestações somáticas e psíquicas. O crocidismo e a carfologia são sintomas constantes, no primeiro com os movimentos das mãos tacteando repetidamente, procurando colher os flocos de lã da coberta, e no segundo procurando um pedaço de palha no leito ou na parede, numa procura constante no vazio.⁸

Quanto à localização, “phrenes” significa diafragma, mas também coração, alma, inteligência, lembra Yves Pélicier⁹. Pigeaud considera que a identificação de diafragma com phrenes é muito antiga, o nome de diafragma que significa “barreira”, é uma metáfora de Platão¹⁰. O termo parece ter um duplo sentido, ou ser ambíguo, indicando tanto uma dimensão psíquica como somática, o seu “locus” anatómico terá mudado com o tempo. O próprio Hipócrates sugere que diafragma é um nome que se ficou a dever ao acaso e ao hábito, não à realidade nem à natureza¹¹. Nos séculos XVI e XVII, as dissertações médicas consideram como alterações psicopatológicas com lesão do tecido cerebral, a frenite e a parafrenite, e a frenite era chamada delirium pelos escritores latinos, e a parafrenite referida a um delirium cuja origem se localizava fora da cavidade craniana¹². Outros autores definiam a parafrenite como o delirium que ocorria no decurso de doenças febris ou sistémicas. Galeno considerava o encéfalo como sede da alma racional, a frenite era doença do cérebro, que por sua vez era também a sede da alma, e isso pode ter preservado o termo dos sucessivos escritos médicos que foram baseando as suas opiniões em achados anatómicos. Drabkin opina que frenite e o letargo são termos populares pré-científicos, e Akio Sakai diz sobre a frenite que é mais uma expressão médico-filosófica não articulada, que encontrou saída dentro de um modelo médico, e

5 PIGEAUD, Jackie (2008). – *Poétiques Du Corps. Aux origines de la Médecine*. Paris: Les Belles Lettres.

6 BERRIOS, G. (1981) – “Delirium and Confusion in the 19th Century: A Conceptual History”. *British Journal of Psychiatry*, 139, pp. 439-449.

7 GOUREVITCH, D (1983) – “La psychiatrie de l’antiquité gréco-romaine”. In *Nouvelle Histoire de la Psychiatrie*. Ed. J. Postel et C. Quézel. Paris: Privat., pp.13-31.

8 PIGEAUD, J. (1981) – *La Maladie de L’Âme. Etude sur la relation de l’âme et du corps dans la tradition medico-philosophique antique*. Paris: Les Belles Lettres, p.82-83.

9 PÉLICIER, Yves (1971) – *Histoire de la Psychiatrie*. Paris: P.U.F., p.18.

10 PIGEAUD, Ibidem, pp.78.

11 HIPÓCRATES (2001) – “Sobre la enfermedad sagrada”. In: *Tratados medicos*. Barcelona: Anthropos, pp.115-143.

12 DIETHELM, Oskar (1971) – *Medical Dissertations of Psychiatric Interest printed before 1750*. Basel, S. Karger, p.100.

conclui que a noção de frenite deve ser compreendida num sentido descritivo, como “inflamação aguda da mente e do corpo” que reflectia a unidade mente-corpo na dimensão patológica.¹³

No tratado Terceiro, Montalto aponta com Galeno para duas definições, a primeira como “demência contínua com febre aguda”, distinguindo-a logo da parafrenite, em que as febres violentas não são contínuas, e logo termina com o declinar da febre, e diferencia-a também da mania ou insânia, onde não existe febre. A outra definição é “inflamação do cérebro ou das suas membranas, provocada por sucros quentes”. Fala de várias noções de inflamação e menciona as erisipelas e pleurísias, e de como a frenite pode ser causada pela bília, mas também pelo sangue quando for semelhante à bília nas qualidades e na substância, que aquece e consome a parte racional da alma. Reafirma de acordo com Galeno que essa parte racional reside no cérebro e não no coração, distinguindo o letargo, filho do humor pituitoso que se gera antes do próprio cérebro, da frenite ligada ao humor bilioso e que surge da meninge fina. Subdivide três diferentes formas de frenite, de acordo com as faculdades lesadas, podendo estar afectada apenas a imaginação, ou apenas a razão, ou a imaginação e o pensamento, mantendo-se apenas a memória, dando um exemplo da própria experiência pessoal de Galeno. As diferentes partes do cérebro correspondem às faculdades: parte anterior lesada afecta a imaginação, o ventrículo médio perverte a razão, a região posterior lesada afecta a memória, mas Montalto acha muito difícil encontrar alguém com frenite em que se mantenha a faculdade racional¹⁴.

Quanto aos sinais, descreve um conjunto de características, como cabeça pesada, dores, vigília permanente, as alterações do sono, os sonhos e visões, a urina sem cor, a turbulência e a insónia, e progredindo a situação, alterações da consciência e confusão, a ausência de sede e de dor, a língua áspera, a agitação e alterações do comportamento, os vômitos, surdez, cefaleia, hipervigília, alterações respiratórias e das pulsações, convulsões, tremores, delírio, olhos fixos e abertos, rubor da face. Na frenite estabelecida, enumera a alienação completa da mente, o crocidismo e a carfologia (desvarios da imaginação), exemplificando com o “andar a caçar mosquitos aparentes, tentar arrancar das vestes pêlos

ou fios, apanhar pauzinhos ou palhas das paredes”, mas anota que a situação pode acontecer também “por cumplicidade” no decurso das febres agudas como nas pleurísias ou pneumonias. Refere ainda o pulso fraco e acelerado, a violência do delírio, os tremores, a aversão à luz, a agitação, os terrores, a fala desarticulada, o difícil contacto e compreensão¹⁵. Distingue cinco afecções com que se pode confundir: mania, melancolia, alienação devida a ingestão de mandrágora ou de meimendo, o delírio que acompanha as febres ardentes, como pleurísias ou pneumonias, e o delírio por inflamação do septo transversal, em que aponta sinais já referidos, importantes para a diferenciação, como o crocidismo e a carfologia que apenas aparecem na frenite, as características do pulso, ou no caso da melancolia o temor e a tristeza, sem insânia completa. Mais difícil é a distinção do delírio do septo, sendo a respiração importante, pois é fraca e frequente neste caso, sendo profunda e espaçada na frenite.¹⁶

A frenite era afecção grave e com frequência mortal, menos frequentemente acabava em saúde. A parafrenite passava com frequência a frenite, “a simpatia muda-se em idiopatia”, devendo tratar-se com recurso a alimentação, cirurgia e medicamentos; alimentos frios e ácidos, fricções, clisteres e purgas, sangrias e ventosas, epítemas. Salienta também que o doente deve ser mantido em ambiente medianamente claro, se tiver energias, e se não as tiver, num medianamente escuro, pois o muito iluminado dispersa a mente e dissipa o espírito, e o escuro suspende o conhecimento, apelando à tranquilidade do corpo e do espírito, e proibindo a visita dos considerados enfadonhos. Se necessário, deve-se prendê-los moderadamente, para não fazerem mal aos outros ou a si próprios, e o sono considera levar a palma a todos os outros remédios, sendo o vinho interdito.

Mania – Durante mais de dois milénios foi considerada sinónimo de loucura, colapso crónico da razão e do pensamento, levando a confusão, delírios generalizados, fúria episódica, excitação na ausência de febre. Foi considerada o polo oposto da frenite, que era estado agudo com febre.¹⁷ Este conceito clínico pré-1800 tem muito pouco a ver com a concepção corrente que define Mania como afecção primária do afecto. No período clássico era pois sinónimo de loucura ou insânia ou demência. A definição começa a mudar durante a primeira

13 SAKAI, Akio (1991) – “Phrenitis: inflammation of the mind and the body”. *History of Psychiatry*, Volume 2, Nº 6 p.193-205.

14 MONTALTO – Tratado Terceiro, Capítulo Sexto. Acrescenta acerca da lesão da mente, que a frenite só pela febre se distingue da mania, pois é próprio dos insanos não ter febre, tal como ter febre é próprio dos frenéticos, como escrevera logo no Capítulo Primeiro.

15 MONTALTO – Tratado Terceiro, Capítulos Oitavo e Nono.

16 MONTALTO – Tratado Terceiro, Capítulo Décimo.

17 PIGEAUD, Jackie (1987) – *Folie et Cures de la Folie chez les médecins de L'Antiquité gréco-romaine. La Manie*. Paris: Les Belles Lettres.

metade do século XIX, e uma causa importante terá sido o aparecimento duma nova maneira de classificar as funções da mente, inspirada pela psicologia das faculdades provindo da frenologia. Uma versão veio dos filósofos escoceses do senso-comum, outra da classificação tripartida de Kant em funções cognitiva, emocional e volitiva.¹⁸

Também no despertar da medicina legal o conceito de loucura parcial dismantelava a visão monolítica da loucura. E a noção de monomania, embora transitória teve importância, pois as loucuras parciais foram sendo feitas corresponder aos agrupamentos de funções mentais, que começaram a ser pensadas de forma independente, surgindo os conceitos de loucuras intelectuais, loucuras emocionais e loucuras volitivas. Tal como a melancolia, a mania foi-se tornando o melhor exemplo de “loucura emocional ou emotiva”. A partir da década de 1870 a transição estava quase feita e em 1881, surgia a primeira monografia sobre a mania com o actual significado¹⁹.

No Tratado Sexto (Sobre a Mania ou Furor), Montalto distingue, citando o Fedro de Platão, duas espécies da mania: uma provinda das doenças humanas, outra de uma alienação divina, mas a discussão sobre esta entende não lhe pertencer, pois compete-lhe apenas estudar os males humanos e tentar a sua cura²⁰. A sua definição é feita com citações de Areteu e de Celio Aureliano, como alienação completa da mente, crónica e sem febre. Compara-a com a Melancolia, alienação não completa da mente, e ainda com os delírios da ebriedade e da amênia por ingestão do meimendro e da mandrágora, que têm início súbito e desaparecimento rápido, distinta também da frenite e dos delírios das febres agudas. A faculdade imaginativa e a racional estavam lesadas, mas a memória salvaguardada, e Montalto diverge de outros autores pois entende que no verdadeiro furor a memória não poderia estar ilesa. O ponto afectado é o cérebro, causada por intempérie excessivamente quente e seca, do corpo e do cérebro, sendo afecção por vezes hereditária, mas outras causas da mania são a concussão da cabeça, vigílias contínuas, o amor “desassossegado”, exaltações emocionais, terrores, tristeza e perturbações do ânimo, grandes tensões e inquietações dos sentidos e da mente, uso imoderado de vinho ou beberagens, e retenção da menstruação. Lembra que no Outono a

cacoquimia, depravação dos humores, é mais intensa e maligna, e que a evolução das afecções melancólicas é propensa à mania, acrescentando diversos sinais que a podem antecipar, como insónias e imaginações, ou tornarem-se taciturnos e meditabundos. Com a doença mais avançada, ficam pasmados ou “estúpidos” e depois refere diversos sintomas físicos nomeadamente no rosto, como olhos proeminentes e vigilantes, revirados em todas as direcções, vigílias contínuas, dilatação das veias, rubor das bochechas, rigidez de todo o corpo, força estranha, pulso forte e imoderada concupiscência. Quanto às faculdades, a imaginação e a razão estão lesadas, pelo contrário a memória é preservada. As afecções tornam-se mais brandas ou mais graves consoante as diferenças dos humores, e da temperatura sobrevinda. A insânia podia ser de vários tipos, jocosa, indomável e grave, ou ferina, a mais perigosa, porque provocada pela bília negra, degenerada da bília amarela sobreaquecida. Considera também com Hipócrates, como sendo mais seguras as loucuras feitas com riso e mais perigosas as feitas com zelo. Podia ocorrer transição da forma indomável para a ferina, e da ferina para a convulsão, com desfecho fatal. Mas se a insânia se convertesse noutras doenças, admitia a cura: com disenteria e hidropisia, quando ocorria transferência ou expulsão do humor nocivo, apesar de haver também riscos letais. E no êxtase, tanto pode ocorrer uma severa alienação da mente, como essa alienação da mente, com um estado de admiração pasmada ou estúpida (estuporosa), podia também converter-se numa via para a sanidade, ou pelo menos para a tranquilidade.²¹ Quando o furor tinha origem na melancolia sobreaquecida, podia resolver-se pelas varizes ou pelas hemorroidas, o que mostra uma vez mais a importância da deslocação ou evacuação humoral. Salienta no entanto ser a cura extremamente difícil por resistência da doença e ainda pela desobediência do paciente e do ânimo hostil aos médicos. No tratamento, além de manter os delirantes em casa ou enclausurados, de novo indica a utilização dos contrários, segundo a orientação da alienação, visando acalmar o animo agitado e alegrar o dominado pela tristeza, corrigindo a natureza alterada, admitindo a utilização do terror repentino ou de castigos, mas também estimulando a observação, e a leitura, de acordo com a arte que pratica. As viagens também são úteis, a alimentação leve mas de fácil digestão, interditando o vinho, a não ser que a insânia tenha sido originada a partir do medo, onde podia ser dado com segurança.

18 BERRIOS, German (2004) – “Of Mania: Introduction”. *History of Psychiatry*, 15, nº 57, p.105-111.

19 BERRIOS, German (2004) – “Of Mania: Introduction”. *History of Psychiatry*, 15, nº 57, p.109.

20 MONTALTO – Tratado Sexto-Capítulo Primeiro.

21 MONTALTO – Tratado Sexto-Capítulo Sétimo.

*Melancolia*²² – O Tratado Quarto é muito longo e corresponde à importância da afecção, que atravessa a história da humanidade e que possui um significado especial, ontem como hoje. Definido brevemente como delírio sem febre, a partir do humor atrabiliário que ocupou a mente, Galeno refere não dever chamar-se bÍlis negra mas humor melancólico ou atrabiliário. Montalto separa-a logo da Mania pelo facto de esta surgir quando se dá a passagem da bÍlis amarela demasiado aquecida a bÍlis negra. Salienta a definição de Areteu como angústia do espírito fixa num só pensamento, sem febre. Por angústia do espírito entende um medo irracional e uma tristeza, sintomas próprios e inseparáveis da melancolia, lembrando Galeno depois de Hipócrates com o aforismo “Se o medo e a tristeza persistem por longo tempo, tal estado é o melancólico”.²³

Separa-o da Mania, pois esta não só é desprovida de medo e tristeza, mas repleta de demência, e da frenite e de outros delírios surgidos nas febres agudas.

Quanto às faculdades em causa, a memória subsiste ilesa, sendo a faculdade cogitativa ou racional que está lesada, embora o erro não abranja todos os objectos, não é o mesmo em todos os pacientes, mas é variável em função do engano que conduz a imaginação. Acontece que os erros da imaginação não são corrigidos pela faculdade racional, dando exemplos como o erro da imaginação do que julgava ter-se transformado numa concha, mas a razão errava pois não só não corrigia o erro da imaginação, como até persuadia o homem ao afastamento do mal. Outro e interessante exemplo refere o suicídio, “se temem a morte como um mal, ao procurarem-na discorrem de maneira errónea”, daí que Galeno fale de “erro da mente”. O cérebro é o local afectado (seja por idiopatia ou por simpatia), lembra que o temor e a tristeza vãos dos melancólicos não são uma doença do coração, mas que o coração e mesmo o septo transversal não são sede da afecção, mas sede das causas da afecção, a simpatia favorável do cérebro manifesta-se depois às afecções do coração, simpatia já referida por Avicena. O humor atrabiliário prejudica o cérebro, e além da intemperança fria e seca há a cor negra, e o temor e tristeza melancólica associa-se à negrura do humor. Ora as trevas externas causam ansiedade a quase

todos os homens, assim a cor da atrabÍlis, tornando a sede da mente semelhante às trevas, provoca ansiedade, pois sabe-se que as potências da alma seguem a constituição do corpo. E ainda a exalação do sopro melancólico, como na doença flatuosa e hipocondríaca, pode acentuar a negrura dos humores aumentando o medo e aflição dos melancólicos. Apoiando-se em Galeno, Montalto critica Averróis que se opusera a esta opinião, e reafirma que se o temor e a aflição jamais abandonam os melancólicos, é porque o humor negro, espalha uma noite perpétua pela morada da alma racional.²⁴ De novo reafirma a justeza do princípio de Galeno, “os costumes da alma são consequência dos temperamentos do corpo”²⁵, esclarecendo que temperamento não se refere apenas à harmonia das quatro primeiras qualidades, mas também das outras procedentes da mistura de elementos nas partes similares, como a densidade, porosidade, espessura, fineza, brilho e opacidade. Se o humor negro acompanha o temperamento, o excesso de linfa favorece a timidez dos melancólicos, enfraquecendo a força anímica.

No Capítulo Nono, o autor interroga-se se a demência melancólica pode ser provocada por um demone mau, aceitando que existem infelizes perturbados por um espírito maligno e que a punição tenha sido enviada por Deus, sendo que a cura transcende o poder do médico, é pois vantajoso recorrer a protecção sobrenatural.²⁶

Citando Galeno confirma a produção de humor melancólico por vigÍlias, inquietação, muitos esforços e alimentação frugal, ou após doenças febris, que pelo aquecimento levam a acumulação de humor negro. Lembra que Galeno reduzia a melancolia hipocondríaca a inflamação do piloro e Diocles a um calor excessivo das veias mesaraicas (mesentéricas), por isso a acumulação do humor melancólico não era devida a intempérie fria e seca, mas quente e seca, asseverando a inflamação do sangue nos temperamentos melancólicos. Confirma a disposição herdada dos pais (hereditária) e entre as causas externas está o ar frio e seco, outonal, confirmando a ideia de Hipócrates de que é uma enfermidade do Outono. Desenvolve a ideia de que o ócio excessivo é causa de melancolia, ao contrário da aplicação moderada ao trabalho que afasta a mente de inquietações. O ócio e a ausência de

22 Os estudos gerais sobre o tema são muito numerosos. Menciono os que foram mais importantes para minha formação: KLIBANSKY, Raymond; PANOFKY, Erwin; SAXL, Fritz (1989) – *Saturne et la Mélancolie*. Paris: Gallimard; STAROBINSKI, Jean (1960) – *Histoire du traitement de la mélancolie des origines à 1900*. Acta psychosomatica, nº 4. Basle: Geigy; JACKSON, Stanley (1989) – *Historia de la melancolia y la depresión*. Madrid: Turner; PIGEAUD, Jackie (1981) – *La maladie de l'âme*. Paris: Les Belles Lettres.

23 MONTALTO – Tratado Quarto-Capítulo Primeiro [222]

24 MONTALTO – Tratado Quarto-Capítulo Sétimo [242].

25 MONTALTO – Tratado Quarto-Capítulo Sétimo [244]. É o título de um escrito de Galeno, considerado paradigma do determinismo físico ou organicista em psicologia. Ver “Galeno de Pergamo”. In PINILLOS, J. L.; LOPEZ PINERO, J. L.; GARCIA BALLESTER, L. (1966) – *Constitución y Personalidad*. Madrid: C. S. I. C, p.43-62.

26 MONTALTO – Capítulo Nono [248].

obrigações leva a agitação e ao “atormentar com as importunas obscuridades dos cuidados”.²⁷ Também o amor em excesso conduz a insânia melancólica, referindo também os alimentos que produzem sangue melancólico, nomeadamente as carnes mais quentes e secas, como a do javali, alguns legumes, o queijo curado e os vinhos tintos. Outras causas acumuladoras do sangue espesso e negro eram o mau estado do baço ao fazer sair a excrecência melancólica tornando o sangue mais fraco, a supressão do sangue que flui pelas hemorroidas ou por outra parte, como nas menstruações nas mulheres. O cérebro pode ser afectado por afecção primária, outras vezes por simpatia, e por vezes esta passa a idiopatia, lembrando a exalação dos vapores negros que alteram os espíritos animais, como na hipocondria flatuosa. Aceita a divisão de Galeno da melancolia: a primeira de todo o corpo e incluindo o cérebro, a segunda só da cabeça, e a terceira que é a flatuosa ou hipocondríaca, ou “mirachia” para os Árabes.²⁸

Aborda as causas da melancolia hipocondríaca, com Diocles em primeiro lugar apontando o calor preternatural das artérias mesaraicas e a sua obstrução pelo sangue mais espesso, Galeno valorizando a inflamação do piloro, e a acumulação atrabiliária no fígado e principalmente no baço, e nas mulheres no útero. Inflamação, acidez e corrupção são frequentes e explicam os arroto ácidos, estando o estômago cheio de pituita ácida, que ocasiona a ausência de sede.

Apesar das características comuns a todos os melancólicos, como o medo e a tristeza à margem da razão, os delírios são multiformes: uns afastam-se e refugiam-se na solidão, outros suspeitam que os querem envenenar, dados os arroto fétidos e estranhos, outros julgam que démons foram lançados contra eles por encantamentos dos inimigos, outros adoptam superstições religiosas. Acrescenta brevemente os incontáveis delírios, desde os que descrevem com ódio o tempo e a vida, outros o medo da morte, e alguns causam-na a si mesmos, medo dos amigos íntimos, ou de todos os homens, os que fogem da luz escolhendo o escuro, outros fugindo dos lugares escuros, outros querendo estar em lugares tenebrosos, como os túmulos, outros tendo medo da água, do vinho, do azeite ou de todo o líquido. Há quem se declare um rei afastado do seu reino, ou teólogo sem estudos, até alguém que se havia transformado num vaso de barro,

desviando-se de quem passava. A explicação aduzida é humoralista: ser um vaso de barro ou ter a pele como couro, era por causa da extrema secura do humor melancólico; o que julgava não ter cabeça, devido à leveza que o sopro do vento ascendente lhe fazia sentir. Estavam em causa nestas raras formas de delírio, imagens alteradas por corrupção da imaginação. Acontecimentos “admiráveis e dificilmente credíveis” de melancólicos referem-se a alguns que sem serem informados por ninguém, se tornaram artífices, filósofos, astrónomos, poetas, e pressagos do futuro, a partir dos sonhos, avisando que se são verdade, tal não deve ser atribuído a um demone maléfico como acreditam alguns, mas antes a uma peculiar natureza, qualidade e quantidade do humor melancólico, juntamente com a disposição do sujeito. Como Montalto menciona, é em Aristóteles e na secção 30 dos Problemas²⁹ que se referem estas questões, e salienta que quando a bília negra é abundante e quente e a sede da mente está próxima, tornando-se sibila, bacantes, instigados pelo sopro divino, isso acontece não devido a doença, mas por temperamento natural. Assim, diz Aristóteles, todos os que brilharam pelo engenho nos estudos de filosofia, na administração da coisa pública, na composição poética ou no exercício das artes, foram melancólicos, atormentados pelos males da bília negra. Mas não há razão para a atribuição a um demone, citando Areteu que também os reduz à natureza do doente e às infinitas espécies de melancolia, tal como Aristóteles que afirma que atingem algumas coisas em relação ao futuro, a partir dos sonhos, pelas suas multiformes visões.³⁰ No capítulo Vigésimo Segundo procura expor os sinais pelos quais se distinguem entre si as espécies de melancolia, fazendo primeiro uma tentativa de Fisiognomia, ligando-a depois à evacuação dos humores, tipo de alimentação, doenças, idade, estação do ano, história pessoal. Segue-se a enumeração dos sinais de melancolia hipocondríaca, que termina com a defesa de Diocles e crítica a Galeno por ter censurado o primeiro por parecer ignorar o medo e a tristeza no catálogo dos sintomas, censura que julga injusta. Considera o risco, havendo obstrução dos lobos cerebrais, de eclosão de apoplexia ou de epilepsia, ou ainda outras doenças como a mania. As melancolias com riso são menos gravosas do que as graves e sérias,

27 MONTALTO – Capítulo Décimo Primeiro [253]. A importância deste tema é valorizada por Burton na Anatomia da Melancolia, onde adverte contra o risco da ociosidade.

28 MONTALTO – Capítulo Décimo Quarto [260].

29 ARISTOTE (1988) – L’Homme de génie et la Mélancolie. Problème XXX, 1. Paris: Éditions Rivages.

30 Idem, Ibidem. Jackie Pigeaud, autor da tradução, apresentação e notas, conclui que a melancolia não é necessariamente uma doença, mas talvez Aristóteles seja quem o disse melhor, “todos os melancólicos são seres de excepção, não por doença mas por natureza”.

e sobrevivendo hemorroidas ou varizes tal surge como positivo, libertando-os da loucura, dada a evacuação resultante. E é vantajoso tratar a doença logo no começo, sendo crónica é dificilmente tratável. No tratamento reitera a importância da dieta, dos banhos, a distração e audição musical, convívio com pessoas alegres, evitar a solidão, afastando tristezas, cuidados e inquietações, e considera em particular as paixões de ânimo, aflição e tristeza causando a doença, usando mesmo astuciosas invenções que contrariem as imaginações fantasiosas, até restituir a sanidade da mente e corpo, dando exemplos. O sono deve ser obtido a todo o custo, e o exercício moderado antes das refeições, tal como os banhos.

Julgo útil e justificável agrupar várias afecções como variantes da Melancolia: 1) *Melancolia Amorosa*, ou loucura amorosa, ou ainda doença dos heróis, tema objecto de um livro de Ferrand em 1610³¹. Montalto trata o tema em *Insania dos Amantes*, citado no livro de Robert Burton. Os atingidos afastam-se da razão, produzindo-se o delírio, sendo feitas descrições físicas e as repercussões nos sentidos, podendo levar à loucura, consumpção e suicídio. De salientar que “a mais psicológica” das afecções, causada pela ausência, perda do objecto amado ou amor não correspondido, seja encarada humoralmente e tratada como tal. 2) *Insania Lupina*, tratada por Montalto no Tratado Sétimo. Foi também designada por licantropia, e paralelamente havia a cinantropia ou loucura de cão. Na forma lupina surgia o delírio de haver-se convertido em lobo. Burton aproxima-a da Mania, mas nos séculos XVII e XVIII são consideradas formas de Melancolia, surgindo progressivamente menos nos livros médicos, consideradas “metamorfoses imaginárias”, delírios com um significado residual, quase uma curiosidade. 3) *Hipocondria*, afecção que fazia parte da Melancolia, um dos seus três tipos, que pouco a pouco se diferencia a partir da segunda metade do século XVII. Montalto exemplifica bem esta evolução ao autonomizar a Hipocondria no Appendix, “mais afecção hipocondríaca do que Melancolia hipocondríaca”, afecção caracterizada por flatulência e perturbações dispépticas variadas, de localização hepática, esplénica e mesaraica, também sofrendo de “doenças imaginárias”, causadas por “vapores que obnubilam a mente”. Montalto evidencia no Consilium o seu carácter menos grave, distinta da loucura, susceptível de cura. 4) *Nostalgia*- Não referida por Montalto, pois a sua codificação ocorre em finais do século XVII, por Hofer em 1688. No entanto

há descrições anteriores como em Amato Lusitano³². A sua ocorrência tinha que ver com o exílio, ausência forçada da pátria e confinamento em país distante, como em situações de guerra. Considerada como uma variante da Melancolia, por vezes designada como “mal du pays”, falhados todos os tratamentos, curava-se apenas com o regresso à pátria, sendo pois “doença transitória”³³. 5) Outras situações a que não é dado relevo especial, mencionadas como “*paixões do ânimo*”, inquietação por um qualquer motivo, tristeza ou aflição causadora de doença (a que hoje poderíamos chamar lutos e desgostos), são incluídas no âmbito da Melancolia, e reconduzidas a alterações dos humores e às terapêuticas habituais, embora se mencionem astuciosos meios e engenhosos enganos que de acordo com a imaginação fantasiosa do paciente, tentavam restituir-lhe a sanidade do corpo e da mente.³⁴ 6) *Melancolia Religiosa*- Para Burton e para os principais autores, entre os quais o autor da Arquipatologia, trata-se de um sintoma, as referências estão todas no Tratado sobre a Melancolia, capítulos Segundo, Nono, e Vigésimo Primeiro. No capítulo Segundo fala de uma freira com “demência melancólica”, embora com juízo constante nas demais coisas, sem força para resistir aos insuportáveis escrúpulos da consciência, atormentada em todas as acções mesmo as correctas, porque estaria a ofender Deus, temendo a condenação perpétua aos infernos: “um lapso da faculdade racional”. No capítulo Nono, fala da origem da doença melancólica num demone, mas curiosamente acrescenta que “isto não é conseguido senão pela intervenção dum humor melancólico”. No capítulo Vigésimo Primeiro, ao enumerar os diversos tipos de delírios melancólicos inclui a melancolia religiosa, mas assevera não dever reduzir-se a acções de demones os fenómenos observados, mas ao humor melancólico, voltando ao tema dos Problemas de Aristóteles.

Há pois na Melancolia uma dimensão física e espiritual. A ansiedade, tristeza e o desespero podem ligar-se à Demonologia. A Melancolia difere da angústia religiosa, mas se for um delírio com essa temática não há distinção clara. O demónio parece poder “incitar” à melancolia em Burton e também em Montalto. Em alguns trabalhos mostra-se que

31 FERRAND, Jacques (1996) – *Melancolia Erótica*. Madrid: Asociación Española de Neuropsiquiatria.

32 AMATO LUSITANO (2010) – *Centúrias de Curas Mediciniais*. Cura 64, da Segunda Centúria, nos comentários após a Cura. Lisboa: CELOM.

33 STAROBINSKI, Jean (1966) – “La leçon de la nostalgie”. *Diogenes* 54, p.92-115. Recentemente, surgiu uma revisão do tema em FUENTE-NEBRO de Diego, F. (2014) “Nostalgia: a conceptual history”. *History of Psychiatry*, vol. 25, nº 100, p.404-411.

34 MONTALTO, F. – *Archipathologia*. Tratado Quarto. Capítulo Vigésimo Sexto. [311], [312].

a moderna conceptualização da melancolia (tal como da histeria) não é efeito da substituição da visão do mundo religioso pela ciência, evidencia-se pelo contrário a intensificação da religiosidade e o desenvolvimento de diferentes modelos para a subjectividade religiosa nos séculos XVI e XVII. Os tipos de possessão demoníaca reflectem experiências diferentes da relação com o mal e com Deus, ou a estranheza e alienação sentidas podem fazer-se também sentir no corpo em conflito com as faculdades da alma, dependendo da tradição ser protestante ou católica.³⁵

A Melancolia é assim, de acordo com o que Jackie Pigeaud tem defendido, afecção biopsicológica unificada e inseparável, e apesar da sua longa tradição humoralista, permitia conter no seu âmbito perturbações onde se insinuavam as afecções primariamente psicológicas (as variantes da Melancolia). A Melancolia foi assim loucura no sentido médico do termo, e também expressão da alma humana na sua natureza profunda (Swain, 1994)³⁶, a “loucura” em que nos podemos reconhecer, que comunica com as afecções e humores de todos os dias. Não estamos longe dos Problemas XXX, que Aristóteles tratou no seu livro³⁷. A Melancolia é a afecção que consegue ainda unir-nos à nossa sociedade actual e à tradição antiga. É um fenómeno espiritual em estreita ligação com as raízes mais profundas da natureza humana.

Bibliografia

- AMATO LUSITANO (2010) – Centúrias de Curas Medicinais, Lisboa, CELOM.
- ARISTOTE (1988) – L’Homme de génie et la Mélancolie. *Problème XXX*, 1. Paris: Éditions Rivages.
- BERRIOS, German (1981) – “Delirium and Confusion in the 19th Century: A Conceptual History”. *British Journal of Psychiatry*, 139.
- BERRIOS, German (1996) – The History of Mental Symptoms. Descriptive psychopathology since the nineteenth century. Cambridge: Cambridge University Press.
- BERRIOS, German (2004) – “Of Mania: Introduction”. *History of Psychiatry*, 15, nº 57.
- BURTON, Robert (2000) – Anatomie de la Mélancolie. Paris: José Corti

35 WESTERINK, H. (2014) – “Demonic possession and the historical construction of melancholy and hysteria”. *History of Psychiatry*, Vol. 25, nº 99, pp.335-349.

36 SWAIN, Gladys (1994) – “Permanence et transformations de la mélancolie”. In: *Dialogue avec l’insensé*. Paris: Gallimard, p.167-187.

37 ARISTOTE (1988) – *L’Homme de génie et la Mélancolie. Problème XXX*, 1. Paris: Editions Rivages.

- DANDREY, Patrick (2005). – Anthologie de l’humeur noire. Écrits sur la mélancolie d’Hippocrate à l’Encyclopédie. Paris: Gallimard,
- DIETHELM, Oskar (1971) – *Medical Dissertations of Psychiatric Interest printed before 1750*. Basel: S. Karger, pp.100.
- FERRAND, Jacques (1996) – *Melancolia Erótica*. Madrid: Asociación Española de Neuropsiquiatria.
- FUENTENEYRO de Diego, F. (2014) “Nostalgia: a conceptual history”. *History of Psychiatry*, Vol. 25, nº 100.
- GOUREVITCH, Danielle, (1983) – “La psychiatrie de l’antiquité gréco-romaine”. In *Nouvelle Histoire de la Psychiatrie*. Paris, Privat.
- HERSANT, Yves (2005) – *Mélancolies*. De L’Antiquité au XXe Siècle. Paris: Robert Laffont, HIPÓCRATES (2001) – “Sobre la enfermedad sagrada”. In: *Tratados medicos*. Barcelona: Anthropos, pp.115-143.
- JACKSON, Stanley (1989) – *Historia de la melancolia y la depresión*. Madrid, Turner.
- KLIBANSKY, Raymond; PANOFSKY, Erwin; SAXL, Fritz (1989) – *Saturne et la Mélancolie*, Paris, Gallimard;
- PÉLICIER, Yves (1971) – *Histoire de la Psychiatrie*. Paris, P.U.F.
- PIGEAUD, J. (1981) – *La Maladie de L’Âme. Etude sur la relation de l’âme et du corps dans la tradition medico-philosophique antique*. Paris, Les Belles Lettres.
- PIGEAUD, Jackie (1987) – *Folie et Cures de la Folie chez les médecins de L’Antiquité gréco-romaine*. La Manie. Paris, Les Belles Lettres
- PIGEAUD, Jackie (2008). – *Poétiques Du Corps. Aux origines de la Médecine*. Paris, Les Belles Lettres, LOPEZ PINERO, J. L – Galeno de Pergamo, in: PINILLOS, J. L.; LOPEZ PINERO, J. L.; GARCIA BALLESTER, L. (1966) – *Constitución y Personalidad*. Madrid, C. S. I. C
- SAKAI, Akio (1991) – “Phrenitis: inflammation of the mind and the body”. *History of Psychiatry*, Vol 2, nº6.
- STAROBINSKI, Jean (1960) – Histoire du traitement de la mélancolie des origines à 1900. *Acta psychosomatica*, nº 4. Basle, Geigy;
- STAROBINSKI, Jean (1966) – “La leçon de la nostalgie”. *Diogenes* 54.
- SWAIN, Gladys (1994) – “Permanence et transformations de la mélancolie”. In: *Dialogue avec l’insensé*. Paris, Gallimard.
- WESTERINK, H. (2014) – “Demonic possession and the historical construction of melancholy and hysteria”. *History of Psychiatry*, Vol. 25, Nº 99.

*Médico Psiquiatra. Doutorado em Altos Estudos em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do CEIS20 da Universidade de Coimbra.

O ALBICASTRENSE MANUEL JOAQUIM HENRIQUES DE PAIVA, A REFORMA POMBALINA E A EMANCIPAÇÃO CIENTÍFICA DO BRASIL

Aires Antunes Diniz *

Manuel Joaquim Henriques de Paiva, filho do boticário António Ribeiro de Paiva, nasceu em Castelo Branco a 23 de Dezembro de 1752. Era parente de António Nunes Ribeiro Sanches que era até seu tio e com ele manteve aturada correspondência como informa Almeida (1925, p. 65 e p. 68). Sublinha e acrescenta Almeida que em 1769 (p. 65) foi com o pai para o Rio de Janeiro. Aí, estudou com ele e o irmão mais velho, o médico José Henriques Ferreira, “empregados no Real serviço nas tropas do Rio de Janeiro”, a História Natural, a Química e a Farmácia. Também, no Rio de Janeiro, os dois irmãos e o pai, com a proteção do Marquês do Lavradio, Vice-Rei do Brasil, fundaram com António José Castrioto, a *Sociedade de Historia Natural do Rio de Janeiro*, da qual o irmão José Henriques Ferreira foi o presidente. Não admira que em 1773, o ano seguinte ao da Reforma Pombalina, seja também o ano em que acaba a distinção entre cristão-velho e cristão-novo e seja nomeado operário químico.

1 – Química: Ciência em mudança

Em 1772 encetava-se uma reforma revolucionária no ensino das Ciências em Coimbra através da introdução do ensino experimental, que permitiu a introdução das ideias de Lavoisier na Universidade, então reformada e que estavam também a ser ensaiadas e testadas nos diversos lugares, onde se ensinava química que neste caso era aplicada à medicina. Por isso, Manuel Joaquim Henriques de Paiva foi o primeiro demonstrador da nova cadeira de Química e, porque era também formado em Medicina, deu aulas de química e farmácia.

A Universidade de Coimbra aproveitava deste modo os saberes externos que eram os que se desenvolviam fora do manietado continente europeu.

De facto, Manoel Joaquim Henriques de Paiva em 1/2/ 1774, sabendo-se já do seu saber como químico, por sugestão de Domingos Vandelli, lente de

química, foi nomeado para o cargo de demonstrador do Laboratório Químico, ainda estudante do 2º ano “por se julgar que tinha capacidade e suficiência para servir interinamente”¹. Assim, em 29 de Julho de 1778, ao fazer-se uma visita à Faculdade de Filosofia, aconteceu “E passando ao Laboratório (Químico) também foi visto e examinado pelas duas Congregações de Medicina e Filosofia², e se achou estar em bom estado. E porque era muito conveniente para os usos da Medicina e das Artes que este estabelecimento se pusesse na sua inteira execução na conformidade dos Estatutos, se assentou que se devia imediatamente passar-se a pôr-se pronto quanto fosse necessário. As providências que se julgaram necessárias foram: 1º - Executar-se a nomeação que se havia feito do operário químico; e nomearem-se os cinco partidistas do número e mais dois serventes, aos quais todos se daria regimento para o complemento das suas respectivas obrigações; 2º que se mandassem alargar as chaminés já feitas para poder acomodar os fornos necessários. E por não haver mais tempo para se conferir e assentar sobre outras providências, se assentou que o Senhor Doutor Domingos Vandelli e os mais senhores, cada um fizesse as necessárias do que julgassem conveniente e necessário para o exercício do dito estabelecimento.

Passando ao Dispensatório igualmente foi visto e achado em estado de poder servir as demonstrações de matéria médica e farmácia”³.

Em 11 de Maio de 1780:

“Conferindo sobre algumas coisas que representaram os lentes necessitarem de providências. Pelo que pertence ao Laboratório Químico sobre se era ou não

1 Leia-se FILGUEIRAS, Carlos A.L., “As Vicissitudes da Ciência Periférica: A Vida e Obra de Manoel Joaquim Henriques de Paiva”, Química Nova 14(2)1991Dep. de Química, UFMG, 31.270, Belo Horizonte, MG, recebido a 27/11/1990, pp133-141

2 Infelizmente nas Atas das Congregações da Faculdade de Medicina nada encontramos que o confirmasse.

3 *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Universidade de Coimbra, 1978, pp. 13-14.

necessário mestre para ele se assentou uniformemente por todos que enquanto não houvesse ocasião de nele se trabalhar em preparações químicas em grande não havia necessidade dele, e que no entanto bastava um demonstrador, com a obrigação de instruir os praticantes operários, o qual servisse com o ordenado de duzentos mil reis por ano, evitando-se assim as maiores e muito avultadas despesas que serão indispensáveis, sem utilidade alguma mais do que as lições que supriam pelo demonstrador, e que isto mesmo se pusesse na presença de Sua Majestade para resolver o que for servida. E enquanto o não resolver não é da intenção da Congregação inovar cousa alguma no qual Sua Majestade tem determinado ao dito respeito”⁴.

Repete-se esta ideia logo a seguir quase *ipsis verbis*⁵.

Neste processo surgiram, mas sem determinarem o surgimento de uma ciência química portuguesa, diversos pesquisadores, que, apesar do seu valor individual, apenas se “limitaram” a absorver, seguir e a aceitar teorias como a de Lavoisier.

Note-se como Mello de Matos (1898, p. 25) sublinhou:

“Assim como até Lavoisier foi falsa a explicação que a química dava da oxidação dos metais, embora o facto fosse positivo, assim para a física foi falso o horror do vácuo até que Torricelli demonstrou a existência da pressão atmosférica. O aparelho de física, conhecido pelo nome de tubo de Torricelli representa para com o horror do vácuo o mesmo papel que, nos fins do século passado, nas mãos de Lavoisier, a balança representa para o flogisto da química.”

António Gomes de Almeida (1925) dá-nos deste processo uma visão multifacetada da emergência e domínio científico da teoria química de Lavoisier, que logo se associa à indústria farmacêutica e também à contestação da reação anti pombalina. Vejamos o que diz Filgueiras (1990) sobre Manoel Joaquim Henriques de Paiva como defensor muito cedo das novas teorias de Lavoisier:

“Henrique de Paiva teve uma vida rica e aventureira; foi adulado e perseguido, conheceu a fama e o opróbrio. Sua produção foi das mais vastas; no entanto, apesar de seus inegáveis méritos como médico, professor e divulgador, talvez por força das circunstâncias, não chegou a ser o cientista original, profundo e influente que porventura gostasse de ter sido. O obscuro Seabra

*Telles poderia ter chegado bem mais próximo desse ideal; contudo nunca teve reconhecimento, fama, ou glória em sua curta vida (falecido com 39 anos). A sociedade em que ambos viveram e atuaram não prestigiava suficientemente o desenvolvimento científico, ou a originalidade do espírito de investigação. Uma situação deste tipo poderia facilmente levar a inversões de valores e equívocos diversos. Apenas excepcionalmente podia um cientista sobressair por sua profissão, como sucedeu a José Bonifácio de Andrade e Silva. Contudo, mesmo neste caso, seus trabalhos mais famosos e importantes foram realizados e publicados no estrangeiro, tendo muito do seu prestígio vindo da notoriedade que adquiriu pela obra realizada nos dez anos passados fora de Portugal. Apesar de todas as limitações que se lhe possam apontar, porém, Manoel Joaquim Henriques de Paiva, pelo volume de sua obra e por seu papel de infatigável divulgador científico, ocupa um posto de enorme relevo na história da ciência luso-brasileira”*⁶.

Contrariamente ao que lhe aconteceu, o irmão, o Doutor Francisco António Ribeiro de Paiva entrega os seus prolegómenos de Mamíferos e Aves e Tomé Rodrigues Sobral e Manuel José Barjona ficam encarregados de os analisar⁷. Este irmão vai pedir em 10 de Julho de 1793 a devolução destes mesmos prolegómenos para fazer acrescentos para estes serem adicionados e corrigidos⁸.

Era também um efeito da magistratura de influência exercida por Ribeiro Sanches que se queixava da falta de conhecimentos químicos em Portugal (Araújo, 1992, p. 39 e p. 72), considerando importante o desenvolvimento dos conhecimentos químicos em Portugal, resultando dessa queixa a criação desta disciplina na Universidade de Coimbra reformada.

O ensino da Química Farmacêutica era de facto um elemento fundamental do currículo do ensino químico no século XVI e XVII (Debus, 1977). Também nessa altura se faz a criação pombalina de novos polos de indústria como é o caso da Marinha Grande. Esta situação explica a razão por que logo no decreto de dia 11 de Outubro de 1772 Domingos Vandelli é nomeado para a cadeira de História Natural e Química a par de António Soares, que é nomeado para a cadeira de Lógica Metafísica e Ética (Vasconcelos, 1917, p. 25).

6 Leia-se FILGUEIRAS, Carlos A.L., “As Vicissitudes da Ciência Periférica: A Vida e Obra de Manoel Joaquim Henriques de Paiva”, Química Nova 14(2)1991, Dep. de Química, UFMG, 31.270, Belo Horizonte, MG, recebido 27/11/1990, pp133-141.

7 Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820), Universidade de Coimbra, 1978, p.140.

8 Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820), Universidade de Coimbra, 1978, p.142

4 Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820), Universidade de Coimbra, 1978, p. 18.

5 Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820), Universidade de Coimbra, 1978, p. 19.

Ficam assim sendo os dois os primeiros professores desta nova Faculdade que marca a estratégia de desenvolvimento científico pensada pelo Marquês de Pombal.

Note-se ainda que Manuel Joaquim Henriques de Paiva acabou por sofrer os problemas da contrarrevolução científica anti pombalina, sendo até companheiro de Melo Franco, o autor de o Reino da Estupidez, um poema feito para conter este avassalador retrocesso científico.

Sofreu também com certeza, como brasileiro que era, pois tinha vindo do Brasil, a influência da Seita dos Libertinos, que eram estudantes brasileiros com os quais convivia e que tinham um comportamento que chocava a cidade de Coimbra, criando um ambiente ateu e sem religião que vai criar uma nova forma de estar na Universidade Pombalina, chocando mesmo aqueles que eram partidários de Pombal (Reis, 1763-1783, §518 e § 534).

Estranhamente, Fidelino de Figueiredo (1931, pp. 205-238) desconhece o doentio ambiente de Coimbra, que deu origem ao nascimento da literatura brasileira, embora refira pormenorizadamente o Grupo Brasileiro. Faltou-lhe fazer a integração do conhecimento, que devia ter, da situação aí criada pela perseguição feita aos partidários de Pombal e aos que não se enquadravam no reacionarismo tradicional em Coimbra em Portugal. De facto, conhecia o caso de José Anastácio da Cunha, mas como muitas vezes acontece só viu uma árvore e não intuiu que havia uma floresta de homens que tiveram de fugir para sobreviver.

Antes disso, mostrando um ambiente propício a Manuel Joaquim Henriques de Paiva, na ata de 1 de Fevereiro de 1774, escreveu-se:

"E pelo que pertence ao demonstrador para Química propôs o Doutor Domingos Vandelli a necessidade de demonstrador, e assentou-se que o demonstrador de História Natural, enquanto o Laboratório Químico não se punha em trabalhos de ter o operário e os mais oficiais que prescrevem os Estatutos. E por quanto o demonstrador de Física Experimental acima referido, que segundo os Estatutos deve servir de demonstrador de História Natural, não pode assistir às demonstrações químicas, assentou-se que em lugar dele servisse Manuel Joaquim de Paiva, estudante ordinário da aula do segundo ano, por se julgar que tinha capacidade e suficiência para servir interinamente"⁹.

É o que já atrás se referiu

9 *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Universidade de Coimbra, 1978, p. 4.

Em 10 de Janeiro de 1775, consta na ata desse dia:

"Depois de cada um dos lentes dar conta do estado da sua respetiva aula, se procedeu primeiro a tratar sobre o estabelecimento do Laboratório Químico; tratando-se do operário químico que servisse de mestre da dita oficina à Congregação que podia ser empregado Manuel Joaquim de Paiva por haver servido já desde o princípio do estabelecimento da mesma oficina e dado mostras de inteligência, zelo e fidelidade. E quanto a ordenado que deve ter se assentou no mais conveniente interessar o mesmo operário nos lucros do Laboratório, assentando-se que lucrará 4 por cento do que se vender de *ductis expensis*, e, porque na conjuntura presente não poderão ser tais que deem competente cõgrua ao operário, assentou-se também que neste primeiro ano se desse por ajuda de custo ao mesmo operário, além dos 4 por cento, a quantia de duzentos e quarenta mil reis"¹⁰.

Nela, o laboratório químico, onde trabalha, funcionaria também, como fábrica de produtos químicos e farmacêuticos, mas como esta nomeação não obteve confirmação do Governo, só recebeu até 16 de Outubro de 1777 trezentos e trinta mil quatrocentos reis como ajuda de custo (Almeida, 1925, pp. 64-65).

Em 4 de Março de 1776 também:

"E tratando-se da aprovação de uma dissertação sobre a utilidade da Química feita por uma sociedade literária pela qual se pedia a aprovação para se imprimir, tendo os censores a que se mandou examinar a dita obra se assentou uniformemente que não merecia a aprovação da Faculdade por várias causas que se expuseram sobre a matéria nesta Congregação"¹¹.

Em 6 de Maio de 1776, também "na mesma Congregação apresentou o professor o elenco dos processos químicos, para servirem para as sortes dos pontos dos atos, e se mandarão imprimir"¹².

Tenhamos por isso em conta António Gomes de Almeida (1925, pp. 67-69), que, citando Maximiliano de Lemos¹³, escreve:

"Para eles (os seus confrades) compôs igualmente (H. de Paiva) umas *Lições elementares de tinturaria das lãs*".

10 *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Universidade de Coimbra, 1978, pp. 6-7.

11 *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Universidade de Coimbra, 1978, p. 8.

12 *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Universidade de Coimbra, 1978, p. 10.

13 *Memorias Monographicas dos medicos e cirurgiões portuguezes que, no presente século, se têm feito conhecidos por seus escriptos*, publicadas na *Gazeta Medica de Lisboa*, 1ª série, t. VI (ano VI: 1858). Lisboa, Imprensa Nacional.

2 – A crise e morte de um novo ambiente científico

António Gomes de Almeida (pp. 67-68), citando Maximiano Lemos, informa:

“Era, como se vê, duma atividade prometedora o moço Manuel Joaquim. Era de ideias avançadas. Entre os estudantes com quem convivia em Coimbra figuravam aqueles — entre eles o poeta brasileiro António Pereira de Sousa Caldas e o futuro higienista e também poeta Francisco de Melo Franco, igualmente brasileiro — que, acusados de *Hereges*, *Naturalistas*, *Deístas*, *Blasfemos*, *Apóstatas*, *Tolerantes*, *Dogmáticos*, de não seguirem o preceito de abstinência na Quaresma, reunindo-se, alta noite, em casa uns dos outros, e às vezes no Laboratório Químico, de que Manuel Joaquim habitava uma dependência, para comerem presuntos roubados, de lerem pelo Autor Rousseau (a lista dos nomes, com as acusações e as penas, escrevia *Bossó*) e outros Hereges, etc., foram, de sambenito, ao Auto de Fé que na Sala do Santo Ofício em Coimbra, se celebrou a 26 de Agosto de 1781 (3). Entre os estudantes acusados figurava também o futuro dicionarista e gramático António de Morais e Silva, mas esse, bem informado, fugiu ao saber que lhe tinha sido passada ordem de prisão. Contra Henriques de Paiva a Inquisição tinha já movido um processo sumário em que o acusava de ser “Hum dos maiores libertinos de que presentemente se trata; pela formal comunicação que tinha com os daquela maldita sociedade; não conservando sentimentos puros de Religião, mas todos ímpios, recorrendo nos erros formais contra o dogma, e dando todo o estilo para adulterarem a boa e santa disciplina da Igreja Católica Romana, quando em sua casa e particular laboratório químico se cozinhavam os presuntos, que os demais sectários com ele delato comerão nas noutes de uma quaresma inteira, e com a mayor cautela, como bem sabendo o mal que obravam e ponderando ele o grande trabalho que tinham para comer carne pela quaresma; que esta terra não era capaz para se viver nela; que se havia de ir para Inglaterra ou Olanda, aonde viveria em liberdade, pois que em Londres se achava bem estabelecido seu Tio o médico Sanches; animando os sócios na dita comida de carne para que não tivessem medo do seu criado, por ele ter visto muito disto mesmo; segurando que a abstinência era invenção dos homens, e não preceito que obrigasse; e que esta comida não era prejudicial, mas sim danosa, aludindo ao Santo Ofício; disputava-se em sua casa e na sua mesma presença a favor do erro contra a imortalidade d'alma; fingisse doente nas jornadas para comer carne; cujos erróneos pensamentos bebeu nos venenosos livros porque lia e emprestava aos outros parciais.”

Estas informações são confirmadas pelas dadas por Luís de Sousa dos Reis, alguém contemporâneo de Manuel Joaquim Henriques de Paiva que nos descreve com minúcia todo este ambiente. Era um tempo de conflito permanente e em diversos aspetos da vida social, política e religiosa de Coimbra, onde

sobressaíam os padres/frades pecadores e hereges e também os estudantes brasileiros, alcunhados de marotos e macacos, a que devemos associar Manuel Joaquim Henriques de Paiva pois o Sumário terminava, requerendo o promotor aos “Senhores Inquisidores” que se mandem passar as ordens necessárias, para que o delato Manuel Joaquim Henriques de Paiva seja prezo nos cárceres secretos do Santo Ofício, para deles ser processado na forma do regimento mas não deu porém o Santo Ofício andamento ao Sumário.

De facto, em 1779, pouco depois da Páscoa, Henriques de Paiva abandona Coimbra “queixoso das injustiças que dizia lhe fazia a Universidade... e mudou-se para Lisboa onde passou a viver “ no sítio do Rocio junto ao Arco” mas em 1777 e 1778 residiu em Caparica, pelo menos temporariamente, por a perseguição não ter “o costumado credito,,, “por descuido dos mesmos secretários da Inquisição de Coimbra” (Almeida, 1925, pp. 69-70). Tinha assim problemas com a Inquisição por ser cristão-novo, algo que só foi atenuado com as leis pombalinas, mas foi ainda mais penalizado por não cumprir os preceitos quaresmais quanto à abstinência. Devemos ressaltar que estas datas estão provavelmente erradas pois Filgueiras (1991) nos diz que este a partir de 1783 nunca mais voltou a Coimbra.

De facto, tinha contra ele a má vontade da Universidade, que foi bem evidente no momento da contrarrevolução científica no período pós-pombalino, talvez só, mas também por ser companheiro de boémia de Francisco de Melo Franco, que escreveu “O Reino da Estupidez” para combater os desmandos dos que criminosamente e com muita insensatez na Universidade desmantelavam o Ensino Científico. Foi assim numa mistura de má vontade por ser cristão-novo e também por ser alguém desenquadrado das normas sociais e políticas, que é obstaculizado no seu desenvolvimento científico como acontece com outros cientistas então emergentes na Universidade Pombalina.

Esta informação é confirmada por António Cândido de Mello e Sousa (2007, p. 163) quando escreve:

“Os brasileiros estiveram bastante ligados à obra de Pombal. Neste sentido, o anti jesuitismo do Uruguai corresponde o pombalismo educacional destes dois poemas heroi-cômicos, feitos para defender a reforma da Universidade e atacar o ensino escolástico, formando os três uma espécie de tributo às medidas transformadoras, como se um génio oculto insinuasse

aos rapazes ultramarinos que ela abriam perspectivas favoráveis à superação do estatuto colonial, que aí se ia tornando um outro arcaísmo.”

Naturalmente e por essa razão muitos na hora de entrar ou reentrar na vida profissional optam por o fazer no Brasil, tal como acontece a Henriques de Paiva na década de 1810 na sequência das Invasões Francesas.

Note-se que é bem conhecido que em 1778 alguns dos lentes mais notáveis da Universidade de Coimbra foram perseguidos: o geómetra José Anastácio da Cunha foi preso. Nesse mesmo ano, Félix de Avelar (Brotero) fugiu para França, escapando à Inquisição. Confirmando-o, embora com algumas incoerências, Luís de Sousa dos Reis (1707-1783), Professor de Leis ou de Cânones, refere em obra manuscrita escrita entre 1763 e 1783, morrendo em Março¹⁴.

A seguir emerge com violência uma intensa luta na sociedade conservadora local, após a morte de D. José, onde é evidente a luta contra o matemático José Anastácio da Cunha, associado a estudantes que vêm de Valença e o grupo ou seita de Libertinos, quase sempre brasileiros, que são perseguidos, havendo alguns que fogem mal notam que os tempos mudaram. Assim mal é preso José Anastácio da Cunha em 27 de Junho de 1778 desaparece o estudante brasileiro de Medicina José António da Silva, que fugiu para Lisboa (Reis, 1763-1783, §614 e § 619). E para lá, sabemos, foi também Manuel Joaquim Henriques de Paiva (Almeida, 1925). Havia também neste processo uma perseguição direcionada aos brasileiros que funcionavam aqui como elementos perturbadores de uma instável ortodoxia científica, onde eram elementos inovadores pelo seu comportamento que não era o convencional, mostrando como o Brasil era um ambiente criador de novos contextos científicos, em que se tinha formado também Manuel Joaquim Henriques de Paiva como já aflorámos.

Confirma-o também Reis (§ 651, folha 323, frente) quando nos diz:

“Dos Hereges, Ateístas e Libertinos se tem falado supra nos números 518, 534, 588, 614, 619, 630, 645 e 647 onde se narrou se vinham presos muitos de novo para o Santo Ofício tanto em Coimbra como em Lisboa e terem vindo outros presos de outras terras e partes, entre estes que viera preso de Pernambuco aquele José António da Silva que no número 619 se deu notícia tinha fugido. E como é certo terem sido presos muitos destes hereges a tempo se descobrirá o que eles dão de Si, e o que com

eles sucedeu, mais com outro frade Paulista Frei Filipe, com o Juiz de fora de Torres Vedras que dizem também foram presos.”

Antes Reis (§534, folha 292 verso e folha 293 frente) diz-nos:

“Já acima no número 518 falei na Seita dos Libertinos, em alguns dos muitos sujeitos de quem ouvia murmurar. Quando neste mês de Janeiro cinco marotos desta Seita todos Brasileiros ou macacos na ocasião dos Santos Mártires de Marrocos¹⁵ entraram todos dentro da Igreja de Santa Cruz a lançar pela boca fora desavergonhadamente o veneno que tinham no coração, falando impiamente contra as Imagens e Coisas Sagradas, e outros tais desaforos que bem mostravam serem finos Ateístas, Sem Religião, de sorte que logo ali foram repreendidos por um clérigo e outros seculares. Constando tudo isto no Santo Ofício, onde depois daí alguns apareceram por si próprios e já receosos de castigo; dizem ser firme com toda a publicidade serem todos chamados, onde confessando as suas culpas foram reconciliados à Igreja Católica, abjurando os erros heréticos na Mesa do Santo Ofício e que foram todos açoitados, mandando cada um deles seu gibão de açoute pelos claustros dos mesmos cárceres do Santo Ofício e se mandaram instruir na fé Católica na mesma Igreja em que delinquiram. E neste mês de Janeiro têm lá lido e vão por muitos continuados dias aprenderem os mistérios da Fé e da Doutrina Católica: e que estes cinco macacos Joaquim Barbosa, Estácio Goularte, que é de Corcovado, Joaquim José Susano, António Francisco Leal e João Francisco Leal, ambos irmãos de José Francisco Leal¹⁶, lente de Medicina; como eram não só suspeitos

15 Note-se que “os santos mártires de Marrocos” eram venerados em Coimbra nessa época e tinham sido martirizados na sequência da sua viagem a Marrocos para tentarem fazer a conversão do Rei de Marrocos, que farto da sua imparável pregação os matou (Vieira, 2006, pp. 67-68).

16 In <http://www.castroesilva.com/store/sku/1209JCo20/instituicoes-ou-elementos-de-farmacia> temos: “LEAL. (José Francisco) INSTITUIÇÕES OU ELEMENTOS DE FARMACIA, Extrahidos dos de Baumé, e reduzidas a novo methodo pelo Doutor. JOZÉ FRANCISCO LEAL Lente de Matéria Medica, e de Instituições Medico-Cirurgicas na Universidade de Coimbra, para uso das suas Prelecções Academicas, e em beneficio dos Alumnos de Medicina e Farmacia da mesma Universidade, illustradas e acrescentadas com a vida do sobredito Professor, e publicadas por MANOEL JOAQUIM HENRIQUES DE PAIVA. Medico em Lisboa, &c. LISBOA. NA OFFICINA DE ANTONIO GOMES. ANNO M. DCC. XCII. [1792]. In 8º (de 16x10 cm) com 481-[iv] pags. Encadernação da época inteira de pele com ferros a ouro na lombada. Ilustrado em anterrosto com um retrato do Doutor José Francisco Leal (1744-1786). Exemplar com leves picos de traça marginais. Inocêncio IV, 341 e VII, 139: José Francisco Leal, Doutor e Lente de Physiologia, Materiamedica, e Instituições medico-cirurgicas na Universidade de Coimbra, etc. (O Dr. Benevides, na sua Bibl. Medico-portugueza, tomo XVI do Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas, pag. 294, faz d'elle um pharmaceutico: porém não soube onde praticára a pharmacia!!) Nasceu no Rio de Janeiro em 1744, e morreu em Coimbra em 1786. Instituições ou elementos de Pharmacia, extrahidos dos de Baumé e reduzidos a um novo methodo, etc. Lisboa, na Offic. de Antonio Gomes 1792. 8.o de 481 pag., além do rosto, e de quatro pag. não numeradas, que contêm o indice. Esta obra foi publicada posthumamente pelo dr. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, e sahiu precedida no mesmo volume de uma Noticia da vida e obras do Dr. Leal, escripta por

14 Nota este documento está dividido em parágrafos que designaremos para efeito de citação por § seguido do número dado por este autor

na fé, mas também hereges foram mandados instruir na Fé um no Colégio dos Grilos, dois em Santa Cruz, outros no Colégio do Carmo; e muito maus estudos ou más macaquices fizeram estes tolos destes Brasileiros. A estes cinco se deve ajuntar mais um que primeiro foi manifestar-se também Brasileiro, sobrinho do Dr. António Lopes Carneiro, também brasileiro, Colegial do Colégio de S. Paulo, Lente de Instituta. É o que se tem propalado com os Libertinos. Veremos o que mais vem sucedendo nos meses e tempos futuros que este mês de janeiro vem finalizado.”

De facto, Luís de Sousa dos Reis (1763-1783) escreve no parágrafo 614:

“Também acima nos números 518, 534 e 588 falei na seita dos libertinos, e de alguns estudantes que foram penitenciados com outros mais sujeitos presos entre os quais sucedem terem vindo muitos da Vila de Valença do Minho, onde a seita herética se diz andar muito espalhada com vários erros, não só os nomeados, mas outros muitos da mesma Vila, e de outras partes que vão abjurando e soltando-se reconciliados com a Igreja segundo se diz, quando agora em 27 de Junho nesta cidade foi também preso José Anastácio da Cunha, de Lisboa, Lente da Cadeira de Geometria nesta Universidade, que antes tinha assistido muito tempo na mesma Vila de Valença, e se suspeita ser consócio dos mesmos erros e da mesma Seita dos Libertinos ateístas depois disto vieram presos uma mulher e o sargento-mor do batalhão da Praça de Valença”(folha 312, frente).

Fica assim claramente estabelecida a ligação entre a seita dos Libertinos, Manuel Joaquim Henriques de Paiva, José Anastácio da Cunha e a perseguição subsequente que lhes foi feita e a necessidade de a combater, escrevendo por isso Melo Franco o “Reino da Estupidez” para denunciar toda esta perseguição. Não admira que em 1968 ainda se fale com um erro desculpável de um “nosso José Inácio da Cunha, insigne matemático e literato, professor da Universidade de Coimbra, falecendo em 1787, teve ainda a consolação de corrigir a última folha do original da sua obra «PRINCÍPIOS MATEMÁTICOS» na tarde anterior ao dia da sua morte.” (Carvalho, 1968, p. 76).

Havendo entre eles vários literatos e dentro de um espírito de inovação que os marca e os opõe

Francisco Luis Leal (talvez seu próximo parente?). Juntamente vem um retrato do dr. Leal, gravado em chapa de cobre.

Inocêncio VI, 12. “MANUEL JOAQUIM HENRIQUES DE PAIVA, Fidalgo da C. R., e Cavalleiro professo na Ordem de Christo, Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra... N. em Castello branco a 23 de Dezembro de 1752. Foi seu tio paterno o celebre medico Antonio Nunes Ribeiro Sanches, de quem se fez menção no tomo I d'este Dictionario. Cultivou com assiduidade e proveito os estudos proprios da sua profissão, merecendo ser tido de justiça por um dos mais intelligentes e laboriosos entre os medicos portugueses seus contemporaneos.”

ao espírito fechado de Coimbra, reforçada pela repressão pós-pombalina, que destrói a reforma científica pombalina e afasta da Universidade José Anastácio da Cunha, matemático e poeta, surge de entre estes as raízes da Literatura Brasileira que se transforma depois com a emancipação política do Brasil, embora tenha influência de Garrett amplamente citada por António Cândido de Mello e Sousa (2007) como justificação da sua evolução quase sempre divergente da literatura portuguesa.

3- Brasil como lugar em vias de emancipação científica

“Descendente de cristãos-novos, Manuel Joaquim não era o primeiro da família, de quem a Inquisição suspeitava. Seu pai compareceu no Tribunal da Fé, em Lisboa, a 16 de Janeiro de 1747, e já o avô materno de seu pai havia sido preso no Santo Ofício.” (Almeida 1925, p. 69).

De acordo com o Arquivo da Universidade de Coimbra¹⁷, matriculou-se Manuel Joaquim Henriques de Paiva no primeiro ano de Medicina em 16 de Dezembro de 1775 com a obrigação de fazer os restantes preparatórios¹⁸. Tinha já certidão de exames e aprovação no 4º ano do Curso Filosófico, indo para o 2º ano deste curso logo em 1773 por ter uma atestação competente trazida do Rio de Janeiro¹⁹. Isto explica-se por haver no Brasil cursos com categoria de universitários sendo por isso admitidos como tal em Coimbra. Em 7 de Janeiro de 1775 é admitido ao 3º ano como ordinário²⁰. Mas, não se explica muito bem por isso como tinha certidão de exame e aprovação nas disciplinas do 4º ano do curso filosófico que frequentou como ordinário²¹. Explicando este contrassenso, nota-se nestes anos de arranque da Reforma Pombalina muitos registos fora de sítio. Também no mesmo livro, há alunos que

17 *Arquivo da Universidade de Coimbra*, processo do aluno Manuel Joaquim Henriques de Paiva, dados inscritos na ficha inserta no Catálogo, mas não encontrei a certidão de idade neste processo, talvez por a ter entregue quando iniciou o curso filosófico.

18 *Arquivo da Universidade de Coimbra*, conforme Livro de Matriculas de 1775-1776, folha 11, frente Manuel Joaquim Henriques de Paiva frequentou durante o ano letivo de 1775-1776 o primeiro ano de Medicina.

19 *Arquivo da Universidade de Coimbra*, conforme Livro de Matriculas de 1773-1774, onde de forma pouco clara/legível se diz como foi admitido no segundo ano deste curso na folha 42, frente. Manuel Joaquim Henriques de Paiva frequentou por isso durante o ano letivo de 1773-1774 o segundo ano de Filosofia na forma do estatuto, prestando juramento em 4 de Abril de 1773.

20 *Arquivo da Universidade de Coimbra*, conforme Livro de Matriculas de 1774-1775. Manuel Joaquim Henriques de Paiva frequentou por isso durante o ano letivo de 1774-1775 o terceiro ano de Filosofia a partir de 7 de Janeiro de 1775.

21 *Arquivo da Universidade de Coimbra*, conforme Livro de Matriculas de 1775-1776, folha 11, frente Manuel Joaquim Henriques de Paiva frequentou durante o ano letivo de 1775-1776 o primeiro ano de Medicina.

frequentam anos mais avançados, mostrando que alguns transitaram dos cursos anteriores à Reforma Pombalina. Sabemos ainda: “A partir de 1752, o Colégio da Baía funcionou numa matriz próxima do Real Colégio das Artes de Coimbra. Ainda que nunca tivesse sido elevado ao estatuto de universidade, na prática, o Colégio da Baía funcionava como tal, pois possuía quatro faculdades superiores e outorgava graus académicos” (Manso, 2016, p.168). Frequentava já o segundo ano de Medicina em 23 de Dezembro de 1776²² e o terceiro em 1777²³, o quarto em 1778²⁴, o quinto em 1780 terminando em 1781²⁵. Não tinha frequentado a Universidade no ano letivo de 1779-1780 por não ter condições de estudar pelas razões que, como sabemos, Almeida (1925, pp. 67-69) indicou. Nesse tempo o 6º ano do curso médico era de graduação, uma inexplicada categoria curricular.

De facto, eram seus os *Elementos de Chimica, e Farmacia*, que publicou em Lisboa em 1783, que eram expostos segundo as ideias flogísticas, sendo o mais antigo compêndio de Química escrito em português. Era um livro de 229 páginas que foi impresso na Academia das Ciências em Lisboa, sendo nele identificado como médico. Contudo, como já o avô materno de seu pai fora preso no Santo Ofício, teve também problemas com a Inquisição. Refere ainda Almeida em 1925 que Adrien Balbi em *Essai statistique sur le royaume de Portugal* escreveu que Manuel Joaquim Henriques de Paiva era alguém excelente como profissional e que na Baía, onde passou os seus últimos anos gozava de merecida reputação.

De facto, Adrien Balbi escreveu sobre ele:

“Ce médecin, qui excelle dans son art, a publié un grand nombre de mémoires et de traductions d’ouvrage e médecine, et a été le rédacteur du Journal Encyclopédique, premier ouvrage de ce genre que a paru en Portugal (Voy, *Journaux*). Persécuté pour opinions politiques, condamné à la déportation, gracié ensuite par le roi, et réintégré dans tous ses honneurs, il exerce actuellement la médecine à Bahia, ou il jouit

de l réputation la plus méritée. Il est en outre auteur d’un Dictionnaire de botanique rédigé d’après le système de Linné et publiée à Rio de Janeiro, et d’une bonne traduction de la Philosophie chimique de Fourcroy, avec de notes également publiées dans cette ville, M. de Paiva a été un des membres les plus distingués de deux sociétés savants qui n’existent plus, celle de Coimbra e celle de Rio de Janeiro. » (tomo 2, p. lxij).

Explica depois em nota de rodapé:

“Ces deux sociétés, qui ont cessé depuis longtemps et qui sont presque entièrement oubliée, quoiqu’elles aient rendu importants services à la littérature portugaise et à la culture du Brésil, méritent bien qu’on dire un mot, autant plus que plusieurs de leur membres vivent encore. La *Société de Celas*, près de Coimbra, était formée de plusieurs étudiant de l’université de Coimbra que se rassemblaient chez leur ami Manuel Joaquim Henriques de Paiva. Elle a du nécessairement se dissoudre par la séparation des associés à mesure qu’ils finissaient ses cours académiques. Ce fut pour cette société que Manuel Joaquim Henriques de Paiva publia ces éléments de chimie, qu’un autre membre traduisit en portugais ; les *Eléments d’agriculture* de Valerius et de Bertrand, et que Manoel Luiz Álvares de Carvalho composa ses *Eléments d’économie politique*.

La *Société d’histoire naturelle de Rio de Janeiro*, dont il est fait membre dans les *Memorias economicas* de l’académie royale de Lisbonne et dans la savant Histoire du Brésil par Southey, publiée en 1819 à Londres, a été instituée pendant le règne de Joseph I^{er} sous les auspices du marquis de Lavradio, alors vice-roi du Brésil. Ses travaux eurent pour résultat de faire prospérer la culture de la cochenille et de l’indigo; de livrer à l’exploitation d’autres productions inconnues jusqu’alors à l’agriculture et au commerce ; d’établir un jardin botanique et le premier laboratoire chimique. Cette institution, dont Linnée apprit la fondation par son correspondante le docteur Sanchès; oncle de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, lui procura de ce grand homme le diplôme de fraternité avec la société d’Uppsala en Suède. La dispersion de ses membres que retournèrent en Europe avec vice-roi Lavradio, ralenti la suite des travaux avec tant d’ardeur, et peu de temps après la société cessa d’exister. » (tomo 2, pp. lxij-lxix).

Também na Baía proliferava a farmácia jesuítica já que das 260 receitas feitas em farmácias jesuítas 38 são do Colégio da Baía (São Bento e Santos, 2014, p. 9). Contudo, José Silvestre Ribeiro quando fala da Baía e do papel do Conde dos Arcos na Baía em 1874 não refere a presença de Manuel

22 Arquivo da Universidade de Coimbra, conforme Livro de Matriculas de 1776-1777, folha 20, verso Manuel Joaquim Henriques de Paiva frequentou durante o ano letivo de 1776-1778 o segundo ano de Medicina.

23 Arquivo da Universidade de Coimbra, conforme Livro de Matriculas de 1777-1778, folha 20, verso Manuel Joaquim Henriques de Paiva frequentou durante o ano letivo de 1777-1778 o terceiro ano de Medicina.

24 Arquivo da Universidade de Coimbra, conforme Livro de Matriculas de 1778-1779, folha 33, frente Manuel Joaquim Henriques de Paiva frequentou durante o ano letivo de 1778-1779 o quarto ano de Medicina.

25 Arquivo da Universidade de Coimbra, conforme Livro de Matriculas de 1780-1781, folha 43, verso Manuel Joaquim Henriques de Paiva frequentou durante o ano letivo de 1780-1781 o quinto ano de Medicina na forma do estatuto, terminando em 23 de Janeiro de 1781.

Joaquim Henriques de Paiva. Contudo, em Gandra encontramos referência a uma:

"Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Imglattera da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmento membro do Real Collegio dos Medicos de Londres, e Socio da Sociedade Real... Actualmente preparada por José Joaquim de Castro na sua Real Fabrica. Por Decretos de Sua Alteza Real o Príncipe Regente N.S. ordenada por M[anuel] J[oaquim] H[enriques] de P[aiva]. - Impressa na Bahia: na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1815. Outras edições em Lisboa, 1816 e 1845."

É o que aceitamos embora não diga como chegou à data da sua morte em 1829, ano em que morreu também Tomé Rodrigues Sobral, que tinha sido provavelmente seu aluno no arranque da reforma pombalina. Explica esta data João Rui Pita em 2009 quando se refere a dois tomos do Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva, o VI onde apontou como data provável 1819 (1862, p. 13) e XVI (p. 232-233), datado de 1893, onde afirma o dia 10 de Março de 1829. Sustenta melhor esta data Almeida (1925, p. 75).

De acordo com Manuel Gandra tinha traduzido em 1791 a: "*Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis*. Tipografia da Real Academia de Ciências de Lisboa, e feito aditamentos.

Em 1800 publicou dois textos ((a) e b)), em parte traduzidos de outros autores, mas com interpretações pessoais sobre a teoria Browniana, cujos mecanismos eram resumidos em excitantes ou estímulos que permitiam a cura. Integravamos assim num movimento internacional que acabou por se diluir, enfraquecer e desaparecer²⁶. Era característica de Manuel Joaquim Henriques de Paiva a sua capacidade de se integrar em movimentos globais de trocas de ideias e saberes, que estava assente na sua capacidade de ler em inglês e em latim, acompanhando assim a literatura tanto a favor como contra ela, embora não seja um apoiante desta teoria (Paiva, 1800, a), pp. 3-4). Tal acontecia talvez por se falar de enfermidades de excitação em que existe vigor excessivo, *esténicas*, e *flogísticas* (Paiva, 1800, a), p. 35).

Curiosamente, a propósito da vacina contra a varíola, informa: "existem já mais de cinco mil observações feitas de propósito em todas as Nações da Europa; sem excetuar Portugal (Paiva, 1806, p. 39).

Para ele, como químico e farmacêutico, a experimentação ou observação como seu sucedâneo era fundamental para o avanço da ciência médica.

A doutrina das enfermidades venéreas de José Jacob Plenck foi traduzida por Manuel Joaquim Henriques de Paiva com uma equívoca troca grão por onça²⁷ na solução aquosa de solimão (Pinto, 1820, p. 42).

Note-se que em 1780, mostrando preocupação com a saúde pública, uma Ordem Real foi decretada para reprimir os charlatães, mezinheiros e os droguistas, impondo exames a todos pois até os já examinados não são suficientes para defender a saúde pública. Resolve-se curiosamente fazer exames a todos com a presença de três médicos, três cirurgiões e três boticários de primeira linha e probos (Tello da Fonseca, 1935, p. 183). É algo inédito pois parece que a Rainha, acabada de chegar ao poder vai examinar os boticários a quem só falta este exame. Para completar este controlo em 1800 faz-se um Plano Provisional para a Visita geral das Boticas, mandado executar pelo Príncipe Regente (Tello da Fonseca, 1935, pp. 200-205).

Sabemos que Manuel Joaquim Henriques de Paiva tinha em data indeterminada abandonado o ensino da Farmácia em Lisboa e partido para o Brasil. Para valorizarmos bem esta perda recorramos a Pita e Pereira (2012) que nos informam que tinha publicado duas edições de *Farmacopéa Lisbonense*, as duas em Lisboa, sendo uma em 1785 e outra em 1802. Por isso, quando se matriculou em Filosofia, teve quase logo a seu cargo a instrução na Prática das *Operações Chymicas* dos que terão de praticar durante dois anos no Laboratório para serem admitidos à prática do *Dispensatório Farmacêutico* para aí obterem aprovação como Boticários (Almeida, 1925, pp. 64-65).

De facto, os boticários, antes de serem admitidos a praticantes no Dispensatório, última fase da sua preparação, tinham de praticar dois anos no Laboratório Químico, passando então ao dispensatório, aonde trabalhariam mais dois anos, fazendo a matrícula de praticantes de farmácia, podendo no final requerer exame, que fariam perante o lente de matéria médica e o demonstrador. O boticário do dispensatório faria as perguntas necessárias após o lente de matéria médica e o demonstrador terem tirado à sorte três operações químicas e três operações de farmácia.

²⁶ Ver [https://en.wikipedia.org/wiki/John_Brown_\(doctor\)](https://en.wikipedia.org/wiki/John_Brown_(doctor)), acesso em 28 de julho de 2016.

²⁷ É o que deduzo da correção manuscrita entre dois exemplares existentes na Biblioteca Nacional: S.A. 4564 e L – 18613, em que vemos que este último pertenceu a José A. de Sousa Gonçalves.

Eram também avaliados quanto ao exercício do aviaamento ordinário do dispensatório. Se forem aprovados pelos três, o lente de matéria médica, o demonstrador e o boticário do dispensatório não estarão sujeitos a mais exames, tendo direito a serem preferidos a quaisquer outros nas câmaras aonde concorrerem. Caso contrário, continuam na prática até serem capazes. Haveria um cuidado especial em ter sempre gente obrigada a trabalhar para que nada faltasse quanto a *simples e drogas*, havendo um cuidado especial no recrutamento do Boticário e de dez operários, que eram boticários, para servirem no laboratório químico e cinco no dispensatório. Tudo era gerido de forma dinâmica de modo a que o laboratório químico estivesse sempre à disposição do lente de Matéria Médica, sendo o lente de química desde logo obrigado a mandar os seus operários ministrar-lhe o necessário ao seu ensino (Ribeiro, 1871, pp. 323-326).

A química era também ensinada na Faculdade de Medicina da Universidade como Matéria Médica e desta Faculdade saiu também a Pharmacopeia Geral do Reino, uma obra que o Governo logo recomendara que se fizesse a elaboração, sendo algo de que os Estatutos já a encarregavam. Por isso, em congregação de 23 de julho de 1790 foram encarregados os drs. Francisco Tavares e Joaquim d'Azevedo de trabalharem na Pharmacopeia do Reino, mas não consta que este último se ocupasse da sua elaboração, cabendo a glória de levar a termo esta incumbência ao primeiro pelo que somente a ele a Soberana deu o prémio pela execução desta obra que foi publicada como texto legal pela primeira vez em 1794 (Mirabeau, 1872, p.102).

Contudo, de acordo com os Estatutos Pombalinos promulgados por D. José por Carta de Lei de 28 de Agosto de 1772, todos os boticários “eram obrigados a praticar segundo o método estabelecido da Pharmacopeia do Reino, ordenada pela Congregação da Faculdade” (Tello da Fonseca, 1936, p. 63). Mas, esta farmacopeia não teve efeitos reais no ensino farmacêutico, tal como podemos ver pelas nulas referências diretas ao seu uso na formação que a Universidade não controlava. Só no final, o candidato a farmacêutico de 2ª classe fazia uns exames e era obrigado a partir de certo momento a fazer exames de instrução primária e de liceu. Note-se que o ensino industrial só começou a funcionar em 1884 e que a partir daí pouco sabemos do seu efeito na formação dos farmacêuticos.

4–Conservadores versus cientistas incompetentes em Coimbra

Menos controverso na Comunidade Universitária de Coimbra era “Constantino António Botelho de Lacerda Lobo, que durante algum tempo foi lente substituto de Química e depois sucedeu a Dalla-Bella na cadeira de Física” (Almeida, 1925, p. 46). Este, como lente de física experimental da Universidade de Coimbra, escreveu em 1814, que foi publicada no Jornal de Coimbra, em diversos números deste ano: “Memória sobre a agricultura do Algarve, e melhoramentos que pode ter” (Ribeiro, 1874, p. 198). José Silvestre Ribeiro em 1876 considera Link demasiado severo quanto fala dos seus fracos conhecimentos em Física pois considera que, aquilo que Constantino António Botelho de Lacerda Lobo fez no intuito de aplicar ao movimento das máquinas a força do vapor, é o bastante para lhe dar crédito neste ramo das ciências naturais. Defendem-no também o visconde de Vilarinho de São Romão e Francisco António Rodrigues de Gusmão, mas o que José Silvestre Ribeiro transcreve é bem pouco para afastar esta crítica por injusta (Ribeiro, 1876, p. 27).

Antes, refere-se em ata de 12 de Janeiro de 1781 que, “tratou-se do despacho de Constantino António Botelho que pedia ser admitido a exame privado, e votando-se foi julgado hábil e admitido ao exame privado na forma seguinte: admitido ao ato de exame privado com a condição de não poder passar e a pedir o grau de doutor, nem poder conferir-se-lhe sem que primeiro na Secretaria desta Universidade satisfaça os termos referidos no despacho de 4 de Julho de 1780 com fiadores e principais pagadores abonados nesta cidade que na forma das leis se obriguem nela à satisfação referida no dito despacho”²⁸.

Este despacho determinava: “Fazendo termo com todos os requisitos necessários de fiador abonado a satisfação de toda a despesa que se costuma fazer nos mais graus de doutor – no caso que se ausente e deserte da Faculdade sem licença de Sua Majestade lhe concedem licença para fazer os atos grandes para se lhe conferir o grau de doutor que pretende etc.”²⁹.

Em 11 de Julho de 1783 “se ordenou que pela Secretaria desta Universidade se passasse portaria para na Junta da Fazenda da mesma Universidade se pagar ao Doutor Constantino António Botelho, demonstrador e operário do mesmo Laboratório

²⁸ *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Universidade de Coimbra, 1978, pp. 21-22.

²⁹ *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Universidade de Coimbra, 1978, pp. 24-25.

Químico, por nomeação das Faculdades de Filosofia e Medicina, desde o dia em que foi nomeado, o que constará dos livros das Congregações das mesmas Faculdades, o ordenado de duzentos mil reis anuais que lhe foram arbitrados pelas mesmas Congregações”³⁰.

Estranhamente já antes em 15 de Fevereiro tinha sido nomeado interinamente demonstrador do Laboratório Químico, havendo um «Regimento de operário químico e demonstrador de Laboratório Químico», em que se determinava:

1º Residirá dentro da cidade, quanto mais perto possa ser do Laboratório Químico.

2º Lhe serão entregues por inventário todos os trastes do Laboratório e aquelas drogas, que forem necessárias para os processos químicos, que lhe ordenar o lente:

3º Deverá fazer todos os processos respetivos ao curso das lições químicas; e por isso deverá preparar tudo quanto for necessário, por se achar pronto antes do lente principiar as lições.

4º Dará conta dos trastes, quanto das drogas, que terá recebido: e fará um assento exato de todos os produtos, que se poderão tirar dos processos, que tiver feitos, os quais se entregarão à botica do hospital.

5º Na entrega dos trastes, e mais drogas, que se lhe fizer por inventário, deve assinar termo de pagar pelo seu ordenado todo o descaminho, ou deterioração, que houver por sua negligência.

6º Deverá instruir os partidistas, como também os praticantes, que quizerem, na prática da química fazendo algum processo, que for necessário à parte, além do curso das lições, que o mesmo lente lhe ordenar: mas não dará lições teóricas por ser incumbência do lente.

7º Não poderá dar licença alguma aos praticantes, ou partidistas para se ausentarem das suas obrigações.

8º Os partidistas não poderão faltar mais de 8 dias dentro de cada trimestre nem isto sem causa, ou licença do lente.

9º Se para acabar algum processo for necessário a presença do operário, será obrigado a qualquer hora estar assistindo: de outra sorte será ele obrigado, e responsável de todos os danos.

10º Por isso havendo necessidade não haverá para ele dias feriados.

11º Deverá continuar a prática dos partidistas por todo o tempo letivo, isto é da abertura da Universidade até o fim do mês de Julho”³¹.

³⁰ *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Universidade de Coimbra, 1978, p. 31

³¹ *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Universidade de Coimbra, 1978, pp. 35-36.

Vai ficar a ganhar um ordenado reduzido enquanto não se trabalhar em grande, controlando em cada trimestre o seu trabalho o cumprimento das suas obrigações, ameaçando “que quando o dito operário não cumpra as suas obrigações poderá ser removido, e substituído por outro mais capaz”³².

A Universidade não queria pensar no comércio em grande não estando nisso interessada “por não ser praticável à Fazenda da Universidade o entrar nesta sociedade com o fundo preciso, e achar-se alguns produtos de maior consumo no reino preocupados pela posse e costume de se mandarem vir de fora no que correria grande risco qualquer empresa para fazer gastar os fabricados no Laboratório”³³.

Não queria a Universidade entrar em aventuras empresariais e pagar por isso um ordenado de 400.000 reis. Assim aproveitou o facto de “por quanto pela ausência de Manuel Joaquim de Paiva para a corte em Setembro de 1783, aonde se acha residente e empregado, o ofício de operário químico e mestre de Laboratório se acha vago segundo determina o Estatuto Antigo no parágrafo 3º, artigo 20º mandado observar por Sua Majestade no que não fosse contrário ao Novo e devendo-se prover o cargo de operário químico por esta Congregação providencialmente enquanto Sua Majestade não ordenar o contrário”³⁴. Mas, isso não corresponde à verdade científica pois continuou a produzir cientificamente como o comprova Filgueiras em 1991 (p. 134).

Finalmente, o aviso de 14 de Janeiro de 1784 manda dar de ordenado 200\$000 reis anuais ao administrador do Dispensatório farmacêutico e Laboratório Químico da Universidade, que antes nada recebia (Ribeiro, 1872, p. 108 e p. 160).

5 - Ciência Experimental de Lavoisier e sua influência em Portugal

Ribeiro Sanches queixava-se da falta de conhecimentos químicos em Portugal (Araújo, 1992, p. 39 e p. 72). Era também evidente que quando Lavoisier foi guilhotinado a sua teoria química já suplantava a de Stahl, em particular na sua versão já deformada por alguns dos seus defensores, como Macquer e Baumé que como

³² *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Universidade de Coimbra, 1978, p. 36.

³³ *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Universidade de Coimbra, 1978, p. 38.

³⁴ *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Universidade de Coimbra, 1978, p. 37.

sabemos já eram bem conhecidos em Portugal pelos farmacêuticos (Rivière e Chabrier (1959, p. 162-163). Não admira que alguns tradutores portugueses como Palmira Fontes da Costa (2011) traduzam o *Discurso Preliminar do Traité Élémentaire de Chimie* de Antoine Laurent Lavoisier como um manifesto para uma nova Química, onde é fundamental a nomenclatura e os novos instrumentos de medida e de experimentação como a balança, o gasómetro e os calorímetros (Rivière e Chabrier, 1959, pp. 141-147). Assim era necessária a mudança da linguagem, bem como o esquecimento propositado das teorias já ultrapassadas como a do flogisto. Aqui a razão por que Lavoisier o fazia era porque “atrapalhavam” a percepção do real observado pelos cientistas, sendo o enviesamento do entendimento tanto maior quanto fosse o conhecimento já adquirido por eles tal como sublinham Rivière e Chabrier em 1959 ao citá-lo em diversos momentos.

Isso não invalida que Hélène Metzger (1935) use a metodologia histórica para explicar este momento de rutura científica, que podemos reanalisar com os novos instrumentos metodológicos criados por Kuhn e Lakatos (Diniz, 1994). Note-se que Lavoisier tinha sempre em atenção a aplicação metódica dos remédios, escrevendo a certo momento como se fosse uma equação onde entrasse a noção de economia e de moderação dos seus efeitos, tal como o citam Rivière e Chabrier (1959, p. 269), que sublinham que aí se propõe combinar os planos financeiros de Talleyrand e Mirabeau:

“Comme un pharmacien tempère la trop grande activité d’un remède, en le combinant avec un remède plus doux, et parvient ainsi à procurer le rétablissement de la santé avec les mêmes agents, donc un seul, pris séparément aurait porté dans l’économie animale l’irritation et le désordre”³⁵.

De facto, Lavoisier partiu sempre da prática farmacêutica para reconstruir a química, refutando a flogística e reorganizando a linguagem com que eram descritas as experiências que sempre fez, repetindo exaustivamente as experiências de outros cientistas com quem convivia regularmente. É assim que em 1886, Jacques Novicow afirma que os químicos, os físicos e os mecânicos não acreditam mais na flogística, termo que tinha sido introduzido

na ciência em 1697 por George Ernst Stahl, citando aqui León Donnat que falou disso em *La Politique Expérimentale*, publicado em Paris em 1885, p. 286 em nota de rodapé.

Manuel Joaquim Henriques de Paiva publicou um grande número de trabalhos sobre Ciências Naturais e Medicina, traduzindo em 1801 a *Philosophie Chimique* de Fourcroy que foi considerado o mais empenhado divulgador das teorias de Lavoisier, que substituíram as teorias do flogisto. Assinale-se que Pita e Pereira por desconhcerem o texto de António Gomes de Almeida não assinalam o papel fundamental de Manuel Joaquim Henriques de Paiva na refutação desta teoria.

Não admira que, mesmo no refluxo da Reforma Pombalina, a Rainha D. Maria I em 1794 se sinta na obrigação de regulamentar a prática farmacêutica. Era o que, por força das suas implicações na saúde pública, não podia olvidar de forma alguma e que estava na linha até das preocupações de Lavoisier quanto à saúde pública como o sabemos através da sua preocupação com a higiene e com a necessidade de água potável (Rivière e Chabrier, 1959, pp. 239-243).

6 – Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a mudança de paradigma científico no Brasil

A Academia Científica do Rio de Janeiro, de acordo com Francisco Adolfo Varnhagen na sua *História Geral do Brasil*, citado por José Silvestre Ribeiro, teve a sua primeira sessão em 18 de Fevereiro de 1772, “criada por influência e proposta de um médico do vice-rei, marquês do Lavradio, José Henriques de Paiva, que dela veio a ser presidente. Eram sócios os médicos Gonçalo José Muzzi, António Freire Ribeiro; os cirurgiões Maurício da Costa, Ildefonso José da Costa Abreu, António Mestre, Luís Borges Salgado (1º secretário); alguns boticários; e o agricultor António José Castrioto” (Ribeiro, 1871, p. 167).

Conforme António Cândido de Mello e Sousa (2007, p. 79) em 1771 esta Academia Científica do Rio de Janeiro impregnou de espírito moderno algumas instituições. Era o resultado do empenho do Vice-rei Marquês de Lavradio e do esforço fundacional de alguns médicos, mas esta Academia Científica cessou as suas atividades quando este seu protetor saiu dela. Renasce contudo em 1786 com o Vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, suspendendo trabalhos em 1790 com a sua retirada. Reaparece em 1794 com a aquiescência do Vice-Rei, conde de Resende, tendo sempre implicações na indústria

³⁵ Foram usadas as *Œuvres* ... publiées par les soins de S. Exc. Le Ministre de l’Instruction publique et des Cultes.. [Edité par J.-B. Dumas, E. Grimaux, F. – A. Fouqué.] – Paris, Imprimerie Impériale. VI – Rapports à l’Académie. – Notes et rapports divers. Économie politique, Agriculture et Finances. Commission des Poids et Mesures. 1893, pp. 385-386.

e agricultura de alguns produtos, mantendo-se sempre o espírito desta academia nas relações de amizade criadas com o seu funcionamento. É o que António Cândido de Mello e Sousa explicita em 2007 nas páginas 178 e 179.

Em 18 de Fevereiro de 1772 o Marquês do Lavradio, como vice-rei do Estado do Brasil, permite que José Henriques Ferreira diligencie uma primeira sessão desta sociedade científica, em que discursa sobre o objeto e utilidade da Academia, seguindo-se o cirurgião Maurício da Costa que fala sobre o assunto da sua profissão, António Ribeiro de Paiva discursa sobre história natural e botânica, Manuel Joaquim Henriques de Paiva sobre física, química, farmácia e agricultura. Também Luiz Borges Salgado leu os estatutos da academia com que os sócios concordaram. A Academia estabeleceu na cerca dos extintos jesuítas um horto botânico de que era inspetor António José Castrioto, que logo assinala ser “mui versado em assuntos agrícolas”. Termina dizendo que após a extinção desta academia lhe ficou o gosto pelos assuntos naturais (Ribeiro, 1874, pp. 370-371). Note-se que só em finais de 1773 e com atraso evidente a Universidade começou a criar um horto botânico que era nessa altura um elemento fundamental do ensino médico, em particular da matéria médica (Reis, 1763-1783, § 501).

Note-se que a data de 1772 é comum a esta academia e à reforma da Universidade de Coimbra. Talvez por isso São Bento e Santos em 2014 desconhecem esta *Sociedade de Historia Natural do Rio de Janeiro*, talvez porque sai fora do âmbito das instituições jesuítas. De facto, resulta provavelmente da Reforma Pombalina que dá um outro impulso à produção científica, e em particular da Ciência Farmacêutica.

Em 1771 foi feita a listagem das obras proibidas pela Real Mesa Censória, algo que Reis (1763-1783, § 454) nos dá a conhecer, fazendo assim o ponto da situação que vamos encontrar em mudança nos anos seguintes até que a morte de D. José gera uma situação diferente e de retrocesso violento a uma ordem anterior.

Neste ano n’ “as Exéquias da Infanta D. Maria Francisca Doroteia, realizada em Paracatu no ano de 1771, onde sentimos a conjugação de esforços de todos os letrados disponíveis, à volta de um orientador e principal colaborador” (António Cândido de Mello e Sousa (2007, p. 78).

No processo de Manuel Joaquim Henriques de Paiva como professor existente no Arquivo da

Universidade³⁶ confirma-se que nasceu em Castelo Branco em 23 de Dezembro de 1752, filho de António Ribeiro de Paiva e de Isabel Aires Henriques e na folha de rosto resume-se a vida deste assim:

“Demonstrador interino de química - 1774 e Mestre de Oficina de Laboratório Químico ainda como aluno; Demonstrador do mesmo Laboratório de 1776 a 1783; 7º lente de farmácia da faculdade de Filosofia de 1804 a 1808; equiparado a Doutor por Carta Régia de D. João VI; 6º Lente de Farmácia de 1818 a 1822”³⁷.

De facto, na ata da Congregação da Faculdade de Filosofia de 1 de Fevereiro de 1774, com 21 anos, é nomeado demonstrador interino de Química por proposta de Domingos Vandelli³⁸. Nos documentos existentes no processo sabemos que recebeu um prémio de cem mil reis por ser considerado igualmente digno de o receber em comparação com outros que tinham recebido um Partido pela Congregação de Medicina em 16 de Julho de 1781. Foi quando se formou em Medicina como se deslinda mais tarde, informando-se que havia muitas informações incorretas sobre ele em Inocêncio³⁹. Sabemos neste esclarecimento que era irmão do Dr. Filósofo Francisco António Ribeiro de Paiva⁴⁰, que era assim designado por ser da Faculdade de Filosofia. Aí se diz que em 1773-1774 frequentou o segundo ano filosófico, sendo bacharel em 19 de Junho de 1775. Esclarece-se que prémio de cem mil reis se refere a dois anos. Acrescenta-se que no livro 111 do Registo Geral, folhas 193 e 194 se

36 Arquivo da Universidade de Coimbra, processo do Professor Manuel Joaquim Henriques de Paiva, caixa 197.

37 Foi quando fez 70 anos.

38 *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Universidade de Coimbra, 1978, p. 4.

39 Arquivo da Universidade de Coimbra, processo do Professor Manuel Joaquim Henriques de Paiva, caixa 197.

40 Conforme http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/PAIVA_franciscoantonioribeirode, acesso em 12 de novembro de 2015: PAIVA, Francisco António Ribeiro de (1757-1831) **Naturalidade - Castelo Branco, 23.7.1757 - Antuzede (Coimbra), 11.1831. Filiação - António Ribeiro de Paiva e Isabel Aires Henriques.**

Matriculas - Filosofia, 12.11.1773; Matemática, 20.12.1774; Medicina, 1777. *Graus* - Bacharel Formado, 21.11.1777; Licenciado, 27.11.1778; Doutor, 10.1.1779.

Cadeiras - História Natural (1780-1783), subst. interino/demonstrador; Física Experimental (1780-1783), subst. interino/demonstrador; História Natural (1783-1791), 2º substituto; Física Experimental (1783-1791), 2º substituto; Zoologia e Mineralogia (1791-1813), 1º lente. *Jubilação* - Por Carta Régia de 29.7.1813. Cargos - Vereador do Corpo da Universidade (1.3.1809); Decano da Faculdade de Filosofia (7.6.1811); Diretor da Faculdade de Filosofia (19.6.1811-1831). *Publicações* - *Introductiones Zoologiae* (Coimbra, 1794). *Observações* - Irmão do Lente da Faculdade de Filosofia Manuel Joaquim Henriques de Paiva. Doutorou-se gratuitamente por Aviso Régio de 23.12.1778. Serviu no Corpo de Voluntários Académicos em 1808. Cavaleiro da Ordem de Cristo. Sócio da Academia Real das Ciências.

Nota: O excerto apresentado foi retirado da obra *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*, com a autorização do Prof. Doutor Augusto Rodrigues, editor literário.

lhe dá numa C.R. (Carta Régia) o título de Doutor e ainda o aviso régio de 5-6-1779 mandou pagar o que tivesse vencido como lente de Farmácia do Instituto anexado à Faculdade de Filosofia. É o que se decide em Congregação da Faculdade de Filosofia em 27 de Agosto de 1804 por ter sido determinado por decreto de 12 de Novembro de 1801. Há assim a criação de um estabelecimento anexo da Faculdade de Filosofia na capital que tem uma aula de Docimasia e outra de Farmácia⁴¹.

Estas informações são completadas por informações que o dão como lente de Farmácia na Baía referindo-se a uma Portaria de 30 de Abril de 1823, referida na minuta de uma consulta entregue em 23 de Maio de 1823, que lhe dá direito ao pagamento de três quartéis do seu ordenado. O problema foi levantado pela Universidade pois considerava que este ordenado devia ser pago com os rendimentos do Laboratório Químico, matrículas e exames dos alunos. A questão foi levantada pelo facto de em 12 de Novembro de 1801 se ter criado uma Aula de Docimasia e outra de Farmácia, erigindo-se um Laboratório Químico para o qual foi nomeado Diretor o Dr. José Bonifácio de Andrade, sendo seu ajudante o Dr. João António Monteiro. Mais tarde mandou-se anexar este estabelecimento à Universidade por Carta Régia de 11 de Maio de 1804, sendo este um ramo da Faculdade de Filosofia. Confirma esta informação José Silvestre Ribeiro em 1876 em que explicita que por carta régia de 11 de Maio de 1804 foi ordenado ao reitor da Universidade, “*que tomasse posse do laboratório químico estabelecido em Lisboa* por decreto de 11 de Novembro de 1801, sob a direção de José Bonifácio de Andrade e de um ajudante o Dr. João António Monteiro”. Aí, se determinava que neste laboratório se dariam as aulas de docimasia e farmácia, na primeira ficava João António Monteiro e na segunda Manuel Joaquim Henriques de Paiva, sendo demonstrador o bacharel Gregório José de Seixas. Nomeado lente de Docimasia o Dr. João António Monteiro e Lente de Farmácia Manuel Joaquim Henriques de Paiva ficaram a vencer pelo Aviso de 2 de Agosto de 1804, ficando o primeiro com o ordenado de 500\$000 como 6º lente e o segundo com 450\$000 por ser graduado como 7º lente⁴².

Confirmando-o em 1812 publica-se no Jornal de Coimbra⁴³: Criaram-se, para ter exercício em Lisboa,

mas incorporadas na Faculdade de Filosofia, duas Cadeiras, e uma Demonstração: a I.ª de Docimasia, e Proprietário dela o Dr. João António Monteiro: a 2.ª de Farmácia, vaga; para Demonstrador das duas Cadeiras Gregório José da Seixas.

De facto, sabemos da retirada de Manuel Joaquim Henriques de Paiva para o Brasil, mais propriamente para a Baía, havendo até em 29 de Novembro de 1818 uma Carta Régia escrita no Rio de Janeiro que manda passar este Estabelecimento de Farmácia para a Cidade da Baía. Contra a obrigação de pagar estes Quartéis se rebela a Universidade e o Reitor e Atual Reformador da Universidade mandou suspender o seu pagamento por Portaria de 12 de Outubro de 1822, reiterando o já determinado pela Portaria feita pelo Bispo Reformador Reitor defunto. Mas, a Universidade argumentando com o facto de não ter recebido os rendimentos do Laboratório Químico, das matrículas e dos exames dos alunos recusa o pagamento. Contudo, o Rei acaba por impor a sua vontade e Henriques de Paiva recebe os seus quartéis por vezes através da mulher, cujo nome é ilegível e de João dos Santos Correia a quem sucessivamente dá poderes para tal em 1 de Abril de 1806 e 1 de Janeiro de 1805⁴⁴. Também João António Monteiro foi então autorizado a fazer uma viagem científica fora do reino, contando este tempo como efetivo serviço na Universidade (Ribeiro, 1876, p. 66).

Houve assim uma Escola de Farmácia em Lisboa ligada à Universidade de Coimbra que não teve sequência por Henriques de Paiva ter partido para o Brasil, Baía, onde fez vida científica e ensinou como o revela Filgueiras em 1991.

Era em 1821, como vemos no tomo II, p. 28 também assinante dos “*Annaes das sciencias, das artes, e das letras*”, publicado por uma sociedade de portugueses residentes em Paris, iniciado em 1818 e publicado até 1822 por A. Bobée, 1818-1822.

7 – Medicina, Química e Farmácia

Nesse ano de 1804, a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra iniciou a inoculação de uma vacina por José Monteiro da Rocha ter obtido dois vidros com esta, mas sem José Silvestre Ribeiro (1876, p. 66) especificar qual. Um deles veio de Londres e outro de Lisboa, demonstrando o atraso científico de Coimbra, que começou a analisar as qualidades terapêuticas da casca amarga da quina

⁴¹ *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Universidade de Coimbra, 1978, pp. 286-287.

⁴² *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Universidade de Coimbra, 1978, pp. 286, 288 e 290.

⁴³ *Jornal de Coimbra*, Volume I, Maio de 1812, Impressão Régia, 1812,

p. 329.

⁴⁴ *Arquivo da Universidade de Coimbra*, processo do Professor Manuel Joaquim Henriques de Paiva, caixa 197.

para averiguar se esta podia competir com a casca peruviana. Em 22 de Setembro de 1804, o físico-mor do reino mandou ensaiar esta casca em todos os hospitais, exigindo dos médicos informações exatas dos seus efeitos, fazendo-se ainda experiências e observações clínicas nos Hospitais da Universidade (Ribeiro, 1876, pp. 66-67).

Manuel Joaquim Henriques de Paiva, então médico da Câmara do príncipe regente, escreve em 1806 sobre a vacina contra as bexigas, dando conselhos médicos sobre o comportamento a ter durante a sua inoculação, bem como incentiva os médicos a divulgarem as observações que fizerem e escreve:

“É pois para desejar que todos os Médicos, a quem compete este nobre e honroso emprego hajam de batalhar em recolherem observações para as publicarem com a sinceridade que os enobrece: deste modo serão verdadeiramente dignos do nome de Médicos.” (Paiva, 1806, pp. 40-41).

Assinala em 30 de Setembro de 1801, que tem a ajuda nos seus trabalhos do filho João Henriques de Paiva, Médico do número da Casa Real, que logo junta à Junta de Médicos estabelecida em Paris, o Doutor Pedro Hernandez e outros como Pearson, Woodeville, Anderson, Keate, Decarro, Aubert, Jadelot, Piquillen e outros, cujas obras ou extratos se compromete a divulgar (Paiva, 1806, p. iv), acrescentando:

“Espero pois que os meus compatriotas ponham em prática este maravilhoso descobrimento, singular e inocente remédio, em todas as Províncias de Portugal, mormente no Brasil, onde são vítimas das bexigas ordinárias milhares e milhares de pessoas” (Paiva, 1806, p. v).

8 – O Rearranque da Ciência no Brasil

Em 18 de Fevereiro de 1808 é criada a escola de cirurgia na Baía e em 5 de Novembro desse ano a Escola de Anatômica, Cirúrgica e Médica no Rio de Janeiro que foi criada no Hospital Real Militar e da Marinha da Corte, e estranhamente, sem que se refira a presença de Manuel Joaquim Henriques de Paiva (Ribeiro, 1874, p. 393).

Mas, na Baía, por decreto de 12 de Abril de 1809 foi nomeado o Dr. José Maria Bomtempo, médico da Real Câmara lente de medicina, química, elementos de matéria médica e farmácia com o vencimento de 800\$00 (Ribeiro, 1874, p. 394).

Do Brasil em 1811, José Silvestre Ribeiro dá-

nos notícia de um trabalho de Vicente Navarro de Andrade publicado sobre a organização de uma Escola Médico-Cirúrgica em que a 3ª cadeira tanto no curso médico como no curso cirúrgico era:

“Explicação dos sistemas de história natural, botânica médica, e farmácia” (Ribeiro, 1874, p. 343).

Vicente Navarro de Andrade tinha estudado em Paris, esperando-se que voltasse depois à Universidade de Coimbra para aí ensinar o que tivesse aprendido lá, mas contra esta expectativa, embarcou para o Rio de Janeiro, onde elaborou o já referido “*Plano de organização de uma escola médico-cirúrgica*” e onde foi nomeado professor de higiene, patologia e terapêutica por decreto de 26 de Abril de 1813 (Ribeiro, 1874, p. 393). Também não tiveram resultados as pesquisas feitas por Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro que, pelo aviso de 10 de Julho de 1803, recebeu 1200\$000 reis da faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, “*em quanto durasse a viagem às províncias do reino, para fazer as observações médicas de que estava encarregado*” (Ribeiro, 1876, p. 63). Mas, “durante o tempo em que esteve no exercício da comissão nunca deu conta das observações que fizera, e que aliás devia relatar no fim de cada mês à congregação respetiva” (Ribeiro, 1876, p. 64). Em 22 de Dezembro de 1804 foi encarregado pela Faculdade de Medicina de acordo com um plano de instruções pelo qual devia regular-se de estudar as aplicações da química à medicina e à botânica médica, à nomenclatura química e botânica aplicada à farmácia e botânica médica, ... “*indagasse a ação dos remédios em certas moléstias, tais como as febres, catarros epidémicos, etc.; averiguasse, se do pus vacínico, inoculado nas cabras e em outros animais procediam pústulas, cujo líquido tivesse igualmente eficácia para prevenir a varíola. – Deveria participar à faculdade o resultado dos seus estudos, e compor um diário fiel e circunstanciado das suas viagens.*” (Ribeiro, 1876, p. 72).

Também em 3 de Julho desse ano (1804) vieram de Lisboa apontamentos detalhados de instruções para a Faculdade de Medicina regular o trabalho de Vicente Navarro de Andrade na sua ida a Paris para estudar os recentes progressos das ciências médicas, mas “desgraçadamente as missões científicas de que foram encarregados os doutores Vicente Navarro de Andrade, e Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro não produziram fruto algum” (Ribeiro, 1876, p. 73).

Benévolo na apreciação deste processo, Bernardo António Serra de Mirabeau na sua *Memória Histórica e comemorativa* sobre a Faculdade de Medicina, que é citada por José Silvestre Ribeiro, escreve:

“O descaminho dos relatórios e a omissão de registos impossibilitam-nos hoje de apreciar como os viajantes se houveram no desempenho da sua comissão.” (Ribeiro, 1876, p. 73).

Em 1826, de acordo com um projeto sucessivamente reformulado de Francisco de Borja Garção Stockler sobre a Instrução Pública no Reino do Brasil, haveria nas Academias reais de medicina, cirurgia e farmácia⁴⁵, como 2ª cadeira a de Matéria Médica e Farmácia, que tinha sido pedido em nome do soberano pelo Conde da Barca (Ribeiro, 1874, pp. 344-349). Era este de seu nome António de Araújo de Azevedo, que recebeu este título em 17 de Dezembro de 1815, falecendo em 21 de Junho de 1817 (Ribeiro, 1874, p. 394).

Note-se que em 1817 havia em Castelo Branco um médico com o nome Filipe Joaquim Henriques de Paiva que era com certeza da família de Manuel Joaquim Henriques de Paiva⁴⁶. Apresenta como Médico na Cidade de Castelo Branco uma conta relativa ao mês de Janeiro de 1818, onde diz:

“as doenças que grassarão durante o mês de Janeiro felizmente foram de muito pouca consideração, por quanto, à exceção de uma febre catarral que tratei em uma doente bem constituída, e que cedeu aos remédios ordinários, apenas apareceram alguns catarrros, próprios dos frios e humidades, e dores reumáticas que desapareceram depois de um régimen apropriado, e sudoríferos.

Tendo grassado nesta Cidade em os meses de Outubro, Novembro e Dezembro as bexigas ordinárias, tenho de notar que só as padeceram aquelas pessoas, que não tinham sido vacinadas e algumas daquelas em quem a vacina foi espúria, ou não pegou; e durante este contágio apenas morreram 5 crianças: vi e observei com o maior cuidado, que havendo nalgumas casas 3 e 4 crianças com as bexigas ordinárias, estas não se comunicaram àquelas que tinham padecido a vacina regular, e verdadeira, e até observei e vi que em uma casa duas crianças, uma de 2 anos, que tinha sofrido a vacina verdadeira, dormiu na mesma cama, em que dormia outra de 8 meses, que então padecia as

bexigas ordinárias, e confluentes, e àquela não se lhe comunicaram as bexigas. Seria para desejar que se promovesse esta útil descoberta constringendo os pais de famílias.”⁴⁷

9 – As constituintes de 1820 e a emancipação política do Brasil

Portugal, enceta um processo de modernização em 1820 com a Rebelião de 24 de Agosto, de que resulta uma assembleia constituinte que inicia um processo de organização política, em que os cidadãos portugueses legislam, tentando dominar o processo político brasileiro que está em marcha e conduz o Brasil à independência. Era esta Constituinte estruturada com base nos que tinham feito os seus estudos, tanto primários como secundários com os currículos pensados e impostos pelo Marquês no sistema de ensino que os tinha organizado de uma forma que os libertava do pensamento retrógrado uma vez que o seu objetivo era construir um Portugal que procurava industrializar-se. Contudo antevendo tempos conturbados, os deputados Constituinte vão propor “que se nomeie uma Comissão composta dos Srs. Deputados do Brasil, que sem perda de tempo apresente as adições, e alterações, que julgar necessárias, para que a Constituição Portuguesa possa fazer a felicidade de ambos os hemisférios.

Henrique Xavier Baeta, João Vicente Pimentel Maldonado; Jerónimo José Carneiro; José Joaquim Rodrigues Bastos; Roberto Luiz de Mesquita Pimentel; Francisco Xavier Soares de Azevedo; Francisco Van Zeller; Girão; Alexandre Thomas de Moraes Sarmento, Francisco Manoel Martins Ramos; Martins do Couto; António Ribeiro da Costa; Francisco António d’Almeida Pessanha; António Pereira Carneiro Canavarro; Francisco António dos Santos; José Ferrão de Mendonça e Sousa; Inocêncio António de Miranda; Romualdo Bispo do Pará; Luiz Monteiro; Feliz José Tavares Lira; Ignacio Pinto de Almeida e Castro; João Ferreira da Silva; Araújo Lima; Zeferino dos Santos; Martiniano de Alencar; Francisco de Assis Barbosa; José Gouveia Osório; José Pedro da Costa Ribeiro Teixeira; Bispo de Castelo Branco; João de Figueiredo; Pedro José Lopes de Almeida; Arcebispo da Bahia; José Manoel Afonso Freire; Tomé Rodrigues Sobral; Manoel António Gomes de Brito.⁴⁸

⁴⁵ Garção Stockler, Francisco de Borja, Projecto sobre o estabelecimento e organização da Instrucção Publica no Brasil, in *Obras de F. de B. Garção Stockler, Barão da Villa da Praia, &c*, Tomo 2. Lisboa: Typographia Sylviana, 1826; 249-364.

⁴⁶ *Jornal de Coimbra*, vol. X, Parte 1, nº. L, 1817, p. 125 e 355.

⁴⁷ *Jornal de Coimbra*, vol. XII, Parte 1, nº. LXVI, 1818, pp. 208-209.

⁴⁸ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Corte Portuguesa*, 23 de

Mas a esperança de manter a unidade entre Portugal e o Brasil não se concretizou pois na discussão das Cortes Constituintes em 1822, por inabilidade geral, os deputados, não foram capazes de dar a melhor e mais adequada solução às tensões que desembocaram na Declaração de Independência do Brasil.

De facto, em 1822, na discussão feita na Constituinte em diversos momentos é visível como os brasileiros se tinham autonomizado como nação e tinham iniciado um processo de independência formal. Foram-se assim demarcando-se de um Portugal em crise de identidade que não conseguia entender que era necessário perceber a história das ideias independentistas brasileiras⁴⁹. Era o que identificavam só a partir do comportamento visível do Príncipe Real e da Junta de S. Paulo que emergia claramente, não vendo que a Sociedade Brasileira era bem diferente da visão que mal intuía pois o faziam sem grande realismo⁵⁰. De facto, não percebiam nem sabiam como transformá-las numa forma de integração económica pois faltava, como sempre faltou, uma Marinha que ligasse as duas margens do Atlântico e criasse sinergias entre Portugal e o Brasil⁵¹.

Novicow, em 1886, através da análise dos limites do organismo social, explica pelo seu crescimento em população e riqueza os antagonismos absolutos que fizeram nascer o Brasil, os Estados Unidos e as colónias americanas, embora continuassem a falar a mesma língua (1886, p. 71-72).

E assim Portugal separou-se do Brasil.

Referências

- ALMEIDA, António Gomes de - "A Introdução da Teoria de Lavoisier em Portugal – o Primeiro Compêndio Anti-flogístico português", *Revista de Química Pura e Aplicada*, Série III, ano 2 (1925), 38 -106.
- ARAÚJO, Maria Benedita – *O Conhecimento Empírico dos Fármacos nos Séculos XVII e XVIII*, Edições Cosmos, Lisboa, 1992.
- BALBI, Adrian – *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, Rey et Gravier, Libraires, Paris, 1822.

Maio de 1822, p. 257, coluna 1.

49 *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Corte Portuguesa*, 23 de Março de 1822, p. 585, coluna 2 até p. 615, coluna 2,

50 *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Corte Portuguesa*, 1 de Julho de 1822, p. 626, coluna 2 a p. 658 coluna 1.

51 *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Corte Portuguesa*, 9 de Abril de 1822, p. 721 até p. 732.

São Bento, Viviane M. Caminha e Santos, Nadja Paraense dos – O Conhecimento do Mundo Natural Aplicado à Farmacopeia Jesuíta na América Portuguesa, *Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT*, Belo Horizonte, Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG 08 a 11 de outubro de 2014.

- CARVALHO, João Carlos de Almeida – *Acontecimentos Lendas e Tradições da Região Setubalense, volume I – Memórias do Autor*, Edição da Junta Distrital de Setúbal, 1968.

- COSTA, Palmira Fontes da, Introdução, tradução e notas de – *Manifesto para uma Nova Química: Discurso Preliminar do Traité Élémentaire de Chimie* de Antoine Laurent Lavoisier, Palavrão, Caldas da Rainha, 2011.

-DEBUS, Allen George - *The Chemical Philosophy: Paracelsian Science and Medicine in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, Dover Publications, Mineola, New York, 1977.

- DINIZ, Aires Antunes - *A Lógica da Pesquisa Científica e a Pluralidade dos Métodos I - ou como a Filosofia é demasiado importante para ser deixada aos filósofos*, Minerva, 1994.

- FIGUEIREDO, Fidelino – *Historia da Literatura Clássica: Continuação da 2ª Época: 1580-1756. 3ª Época: 1756-1825*, Livraria Clássica, 2ª edição, revista, Lisboa, 1931.

- FILGUEIRAS, Carlos A. L. - As vicissitudes da Ciência Periférica – A Vida e Obra de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, *Química Nova*, 14 (2), 1991, pp. 133-141.

- FONSECA, Manuel das Dores Tello da – *História da Farmácia Portuguesa através da sua Legislação*, vol. I, 1935, Empresa Industrial Gráfica do Porto, Porto,

- FONSECA, Manuel das Dores Tello da – *História da Farmácia Portuguesa através da sua Legislação*, volume II, Empresa Industrial Gráfica do Porto, Porto, 1936.

- GANDRA, Manuel J. – *Subsídios para a Bibliografia das Fontes e Estudos respeitando à Alquimia e Disciplinas Conexas em Portugal* - A. Arcana Artis - *Tratadística e Fontes impressas* 2. Iatroquímica, Espagíria, Remédios de Segredo.

- MATOS, Mello de – *Cartas de um Ignorante: Ensaio Crítico acerca de O Brasil Mental de Bruno*, Beja, 1898.

- METZGER, Hélène – *La Philosophie de la Matière chez Lavoisier*, Hermann et C^{ie}, Éditeurs, Paris, 1935.

- MIRABEAU, Bernardo António Serra - *Memória histórica e comemorativa da Faculdade de Medicina nos cem anos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até o presente*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1872.
- NOVICOW, Jacques – *La Politique Internationale, précédé d'une introduction de Eugène Véron. pp. v-xxviii e et accompagné d'une carte ethnographique de l'Europe*, Félix Alcan, Paris, 1886.
- PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de, a) – *Chaves da Prática Médico-Browniana ou Conhecimento Esténico, e Asténico predominante nas enfermidades*, Pelo Doutor Weikard, trasladada em italiano pelo Doutor Louis Frank, em espanhol com um Compendio da Teoria Browniana pelo Doutor Vincent Mitiavila e Fisonel e em linguagem, com algumas notas, por Manuel Joaquim Henriques de Paiva, Médico em Lisboa, na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, com licença da Mesa do Desembargo do Paço, Lisboa, 1800.
- PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de, b) – *Divisão das Enfermidades feita segundo os Principios do Sistema de Brown ou Nosologia Browniana*, pelo Dr. Valeriano Luiz Brera, trasladada em espanhol com um Discurso Preliminar sobre as Nosologias pelo Dr. Vincent Mitiavila e Fisonel e em português, com algumas notas, por Manuel Joaquim Henriques de Paiva, Médico em Lisboa, na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, com licença da Mesa do Desembargo do Paço, Lisboa, 1800.
- PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de – *Preservativo das Bexigas e dos seus terríveis estragos ou História da Origem e Descobrimto da Vacina, dos seus efeitos ou sintomas, e do método de fazer a vacinação etc.*, Publicado de Ordem e Mandado do Príncipe Regente, 2ª edição, na Nova Oficina de João Rodrigues Neves, Lisboa, 1806.
- *Pharmacopèa Portuguesa*, Edição Oficial, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876.
- PINTO, António José de Sousa - *Apologia dialogal, visita aos visitantes e exames nos examinadores, conversação entre dois boticários, hum provinciano e outro lisbonense ...*, Impressão Régia, Lisboa, 1820.
- PITA, João Rui – Manuel Joaquim Henriques de Paiva: Um Luso-Brasileiro Divulgador de Ciência. O caso particular da Vacinação contra a varíola, *Mneme*, Caicó, vol. 10, n.º 26, jul./dez. 2009, pp. 91-102.
- PITA, João Rui e Pereira, Ana Leonor - A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de

- Nossa Senhora do Carmo (Aveiro), *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 14.1 (2012) 227-268.
- REIS, Luís de Sousa dos – *Raio de Luz Católica que ilustra os fiéis de Coimbra, vibrado por Leandro de São Fulgêncio, filósofo e jurista conimbricense, contra os malditos frades jacobitas de Santa Cruz*, Manuscrito autógrafo, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, 1763, 64 fls.
- REIS, Luís de Sousa dos – *Apêndice e notas à obra precedente, Manuscrito autógrafo*, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, 1763-1783, 277 fls.
- RIBEIRO, José Silvestre – *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, Volume I, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1871.
- RIBEIRO, José Silvestre – *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, Volume II, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1872.
- RIBEIRO, José Silvestre – *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, Volume IV, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1874.
- RIBEIRO, José Silvestre – *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, Volume V, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1876.
- RIVIÈRE, R. Dujarric de La e Chabrier, Madeleine – *La Vie et l'Œuvre de Lavoisier d'après ses Écrits*, Éditions Albin Michel, Paris, 1959.
- SOUSA, António Cândido de Mello e - *Formação da Literatura Brasileira – Momentos decisivos 1750-1880*, Ouro sobre Azul, Rio de Janeiro, 2007.
- VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, prefaciado e editado pelo diretor do Arquivo da Universidade de Coimbra - *Diário do que passou em a cidade de Coimbra, desde o dia 22 de Setembro de 1772, em que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquês de Pombal entrou, até o dia 24 d'Outubro, em que partiu da dita cidade*. Manuscrito existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1917.
- VIEIRA, José Bento – *Os Santos Mártires de Marrocos – Vida e Martírio*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2006.

Conforme notícias insertas no *Jornal de Coimbra* escreveu ainda:

Método novo e fácil de aplicar o Mercúrio nas enfermidades venéreas, com uma hipótese nova da ação do mesmo Mercúrio nas vias salivares. Escrito em Latim por Plenck, traduzido, ilustrado, e acrescentado por Manoel Joaquim Henriques de Paiva. 1 vol. de 8.º — Lisboa. — ano de 1785.

Aviso ao Povo, ou Sumário dos sinais e sintomas das pessoas envenenadas com venenos corrosivos, como sénica, solimão, verdete cobre, chumbo etc., e dos meios de os socorrer, por Manoel Joaquim Henriques de Paiva. — Lisboa. — ano de 1787.

Aviso ao Povo acerca da sua saúde, por Mr. Tissot; acrescentado com um volume de notas, ilustrações, e um tratado das enfermidades mais frequentes tanto internas como externas de que não tratou o dito Autor, por Manoel Joaquim Henriques de Paiva j. vol. de 8.º — Lisboa. — ano de 1787.

Aviso ao Povo, ou Sumário dos preceitos mais importantes concernentes á criação das crianças, e as diferentes profissões, e ofícios, alimento, ar, exercício etc., que se devem observar para prevenir as enfermidades, conservar a saúde etc., por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, ano de 1788.

Observações práticas sobre a Tísica pulmonar de Foart Simmons, traduzidas por Francisco José de Paula, e acrescentadas com algumas notas e observações por Manoel Joaquim Henriques de Paiva ano de 1789.

Medicina Doméstica etc., com notas, observações concernentes ao Clima de Portugal e

do Brasil etc., por Manoel Joaquim Henriques de Paiva 5 vol. de 8.º — Lisboa. — ano de 1780 até 1791.

Método seguro e fácil para curar o mal venéreo, por Mr. Gardane, traduzido por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, 1 vol. de 8.º ano de 1791.

Elementos de Pharmacia extraídos de Beaumé, e reduzidos a novo método, por José Francisco Leal, e publicados por Manoel Joaquim Henriques de Paiva. 1 vol. de 8.º ano de 1793.

Pharmacopea Londinensis additamentis, animadversionibusque aucta ab Emmanuele Joachimo Henriques de Paiva. 1 vol. de 8.º — Lisboa. — ano de 1794.

Exposição dos meios químicos de purificar o Ar das embarcações, isto é de destruir as partículas malignas etc, e de conhecer a existência das mesmas partículas na atmosfera, por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, folheto. — Lisboa. — ano de 1800.

Memória em que se prova que as feridas de pelouro, ou de arma de fogo, são por si inocentes, e simples a sua cura traduzida por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, ano de 1800.

Chave da Prática Médico- Browniana de Weikard com um compêndio da Theoria Browniana de Vicente Mitjavila e Fisonel, etc., etc., traduzidas e com notas, por Manoel Joaquim Henriques de Paiva 2 vol. de 8.º ano de 1800.

Pharmacopea Collegii Regalis Medicorum Londinensis, additamentis et animadversionibus ab Emmanuele Joachimo Henriques de Paiva, Philosopho ac Medico aucta. Olisipone 1789. 1 vol. de 8º.

DR. JOSÉ LOPES DIAS: O ACADÉMICO

Joaquim Candeias da Silva *

Muito se disse, se escreveu e se publicou já acerca deste incontornável médico, cidadão e publicista beirão; mas, muito pouco sobre o académico, que o foi também, aliás na linha de outros grandes médicos escritores e/ou historiadores, como Leite de Vasconcelos, Reinaldo dos Santos, Jaime Cortesão, D. Fernando de Almeida, António Dias Farinha, entre outros.

Neste ano de 2017, em que a organização das XXIX Jornadas, muito justamente, entendeu por bem lembrar “A cultura humanística na medicina na Beira Interior”, e de modo particular o Dr. José Lopes Dias, pelo seu «pioneirismo na sociologia e na antropologia médicas», pareceu-me oportuno e útil trazer aqui também estouta faceta.

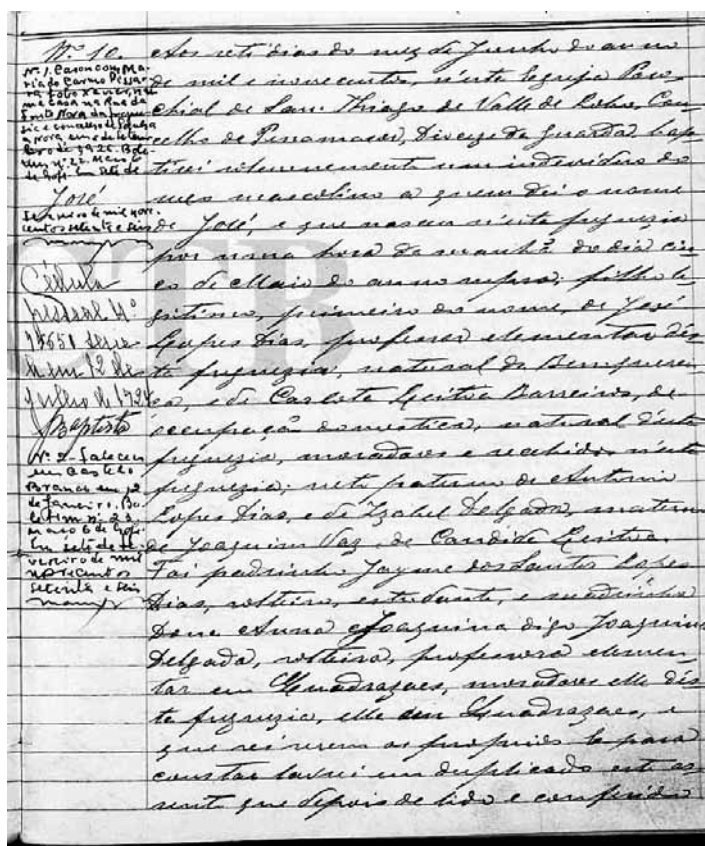


Dr. José Lopes Dias

Síntese biográfica de enquadramento

José Lopes Dias Júnior, de acordo com o registo infra, nasceu a 5 de Maio de 1900, na freguesia de Vale do Lobo, actualmente Vale da Senhora da Póvoa, concelho de Penamacor, sendo filho do segundo casamento do pai, outro José Lopes Dias (1964-1948), professor primário natural da Benquerença, e de D. Carlota Lopes Barreiros, doméstica natural

de Vale de Lobo. O baptismo recebeu-o das mãos do vigário António d'Oliveira Robalo e teve lugar na igreja paroquial da mesma freguesia, a 7 de Junho do mesmo ano, onde teve por padrinho seu irmão Jaime Lopes Dias, já estudante, e por madrinha a sua tia paterna D. Ana Joaquina Delgada, professora primária em Quadrazais.



O registo de Baptismo, existente no Arquivo Distrital de Castelo Branco

A instrução primária fê-la com o pai, na terra natal. Já o ensino liceal começou-o no Liceu José Falcão, em Coimbra, pois era aí que se encontrava seu irmão Jaime, a cursar Direito; mas quando este em 1912 terminou a licenciatura, José transferiu-se para o Liceu de Castelo Branco, onde viria a concluir o seu curso liceal (a 1.8.1917). Voltou então para Coimbra a fim de, na Universidade, seguir Medicina. Consta ter sido sempre um aluno distinto, reconhecido por mestres e colegas, tendo alcançado a formatura em Medicina e Cirurgia, em 1923, com uma tese inovadora para o tempo – “Da higiene da primeira infância” – e a classificação final de Muito Bom (18 valores).



Carta de Curso, no Arquivo da Universidade de Coimbra, passada em 1925 (Livro Actas e Graus, fol. VIII)

Posteriormente, realizou viagens de estudo a alguns países, fez formação especializada em hospitais de Paris (1925), fez um curso de Medicina Sanitária (1928), participou em muitos congressos nacionais e internacionais, especialmente nas áreas de Pediatria, Protecção à Infância e História das Ciências. Obras de grande relevância, suas ou resultantes da sua cooperação, foram: o Dispensário de Puericultura de Castelo Branco (1930), de que foi fundador e director, e que englobava Lactário, Creche, Pediatria Social, e colónias balneares para crianças na praia da Nazaré; o Jardim-escola João de Deus, de Castelo Branco; a Escola de Enfermagem, de que foi fundador, director e professor, hoje Escola Superior de Saúde Dr. José Lopes Dias; e a Revista “*Estudos de Castelo Branco*”.

De entre os Cargos que desempenhou e Distinções que obteve, são de realçar: Delegado distrital de Saúde de Castelo Branco (nomeado a 5.11.1946); Director clínico do Hospital Regional de Castelo Branco desde 1961, passando a Director honorário por diploma de 5.3.1967; Medalha de ouro de serviços distintos do Ministério da Saúde e Assistência, em 1967; Homenagem pública com a Comenda da Ordem de Benemerência e Cidadão honorário de Castelo Branco, em 1971.

De destacar, finalmente, a sua vastíssima bibliografia, como investigador e publicista, que vai muito além da centena de títulos. Dada essa vastidão, não vamos, obviamente, reproduzi-la aqui, até porque no essencial se encontra publicada: veja-se uma boa listagem, na Revista *Medicina na Beira Interior – Cadernos de Cultura*, vol. XXX, 2016, pp. 124-128, que é a mais completa que conheço, mesmo superior à que o próprio forneceu à Academia Portuguesa da História.

O Dr. Lopes Dias casou em Idanha-a-Nova, a 5 de Setembro de 1926, com D. Maria do Carmo Pissarra Lobo Xavier, teve cinco filhos, e veio a falecer em Castelo Branco, em 12 de Janeiro de 1976.

Dr. José Lopes Dias – Académico

Ao tempo da sua admissão na Academia Portuguesa da História (aquela academia que melhor conhecemos e, para o efeito, investigámos), o nosso ilustre clínico era já sócio de *O Instituto de Coimbra*, sócio correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa (com diploma de 14.4.1951 e titular de 17.5.1955), da Sociedade de Endocrinologia e da Sociedade Internacional de História da Medicina. Relativamente à Academia da História, a sua entrada como “Académico correspondente” teve lugar a 14 de Fevereiro de 1969.

Para tal, desenrolou-se o mecanismo institucional – que ainda hoje vigora – para a entrada de novos membros. Alguém se encarregou de redigir os “Fundamentos para a admissão”, que foram levados à sessão do *Conselho Académico* de 31 de Janeiro de 1969 e aí aprovados por unanimidade. E foram estes, segundo a respectiva Acta, depois publicada no *Boletim* da APH, vol. 33 (referente a 1969), Lisboa, 1970, pp. 135-136:

«Na galeria de figuras ilustres da nossa província da Beira Baixa ocupa há tempos, em variados sectores da cultura nacional, lugar de assinalado relevo o Senhor Dr. José Lopes Dias. Formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, após a licenciatura, fez viagens de estudo a Espanha, Itália e Paris, frequentando ali nos seus dois principais hospitais os cursos de radiologia e clínica geral.

Fixou-se, ao regressar, na laboriosa e progressiva cidade de Castelo Branco e ali se consagrou ao estudo da Medicina Social e à História da Medicina em Portugal, fundando uma escola de enfermagem e um dispensário de puericultura. Delegado de Saúde nesta cidade, tem participado em vários congressos nacionais e

internacionais nos assuntos da sua especialidade com um núcleo de trabalhos que formam já uma lista de larga e valiosa bibliografia.

O labor do Dr. José Lopes Dias não se tem, porém, confinado somente a assuntos de medicina; a sua actividade tem-se repartido e afirmado, com meritório e saliente relevo, em manifestações de cultura literária que muito têm contribuído para alargar e enriquecer o património histórico, literário e artístico daquela província. Desta actividade nos múltiplos aspectos do seu incansável e fecundo labor e como director do Círculo Cultural daquela cidade nos dá expressiva prova a revista de história e cultura que fundou e de que é director, sob o título de *Estudos de Castelo Branco*, da qual estão já publicados dezanove grossos volumes. São, também, relevantes os serviços prestados e a assistência que tem dado ao Museu Municipal fundado pelo arqueólogo Francisco Tavares Proença, um dos mais notáveis do nosso país no que toca a epigrafia romana e adereços pré-romanos de prata.

No editorial de apresentação da já citada revista e no esboço do seu programa escrevia o prestimoso director, Dr. José Lopes Dias, as seguintes palavras: – «Nestas páginas, escancaradas a todos os quadrantes, esperamos que possam encontrar-se os valores de escol da nossa província, por diversos que sejam de cada um os credos políticos ou sociais, os partidanismos ou preconceitos, a formação filosófica ou profissional (...)». A leitura atenta e proveitosa do precioso recheio desses interessantes volumes mostra-nos ter-se cumprido o programa esboçado pelo seu director, inspirado – como ele nos diz – «no indeclinável e grato dever de honrar aquilo que mais se ama: a nossa terra, a nossa gente, o nosso lar!...».

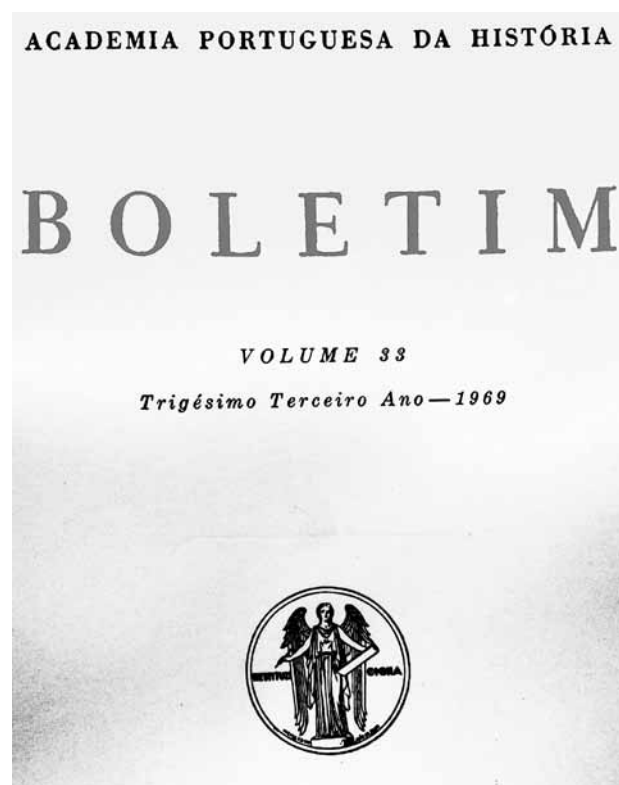
Pelo exposto, julgamos merecedor de entrar como académico correspondente português na Academia Portuguesa da História, visto se encontrar nas condições exigidas pelo Regulamento Interno no artigo 5.º, § único, o Senhor Dr. José Lopes Dias, que a saberá dignificar como tem honrado a sua castiça província e a cultura nacional.

Presidia à sessão o Prof. Doutor António da Silva Rego (então vice-presidente da APH, na ausência do presidente Manuel Lopes de Almeida), secretariando o Prof. Damião Peres, que era o Secretário-geral da instituição. A proposta foi, como dissemos, aprovada por unanimidade, seguindo para a Assembleia dos Académicos de Número de 14.2.1969, que a aprovou em definitivo, sendo de notar que, nesta mesma sessão, foram admitidos como académicos os Profs. Mário Júlio de Almeida Costa (ilustre jurista, catedrático da Universidade de

Coimbra) e António García y Bellido (catedrático de Arqueologia Clássica da Universidade de Madrid).



Dr. José Lopes Dias (foto do Arquivo APH)



Boletim da APH

Actividade na Academia da História

O académico Dr. José Lopes Dias apresentou nesta prestigiada instituição dois trabalhos ou comunicações e anunciou um terceiro, que já não chegaria a concluir:

1. «Tópicos ambientais e humanos para a história cultural e política da Beira Baixa», levado à Academia, a 9.1.1970 (sede ainda na Rua da Escola Politécnica). Foi a primeira vez que ele participou

numa sessão geral ordinária, pelo que foi vivamente saudado pelo presidente da sessão (Silva Rego). Diz a Acta, publicada no *Boletim* n.º 34, relativo a 1970:

«Entrando-se na ordem do dia, o Sr. presidente saudou vivamente o novo académico Sr. Dr. José Lopes Dias, por ser a primeira sessão a que assistia, e em seguida concedeu-lhe a palavra para apresentar a sua comunicação (...).

Começou o ilustre académico o seu trabalho pela história da divisão política e administrativa do território (...) Especificou as sub-regiões da Cova da Beira, do Campo de Castelo Branco (...). À demografia histórica e aos trâmites do repovoamento, seguem-se os pioneiros e heróis das Descobertas e Conquistas: Afonso de Paiva, Pêro da Covilhã e Pedro Álvares Cabral, os poetas e escritores (...), os médicos (...), os filósofos (...) e os missionários (...).

Por fim, enuncia os velhos e novos estabelecimentos de ensino, e a crítica às monografias locais, com que encerrou a sua comunicação recheada de investigação histórica.

Acerca da comunicação falou o Sr. Presidente para agradecer ao orador o seu exaustivo trabalho, cujo valor salientou dizendo que ele, depois da publicação nos *Anais*, constituirá uma fonte de consulta de grande utilidade, pelo que considerou muito auspiciosa a estreia do Sr. Dr. José Lopes Dias na actividade académica.»

A comunicação, bastante longa, seria publicada nos *Anais* da APH, II Série, n.º 19 (1970).

2. «Apontamento sobre a vida e obras do fundador do Museu de Castelo Branco, Francisco Tavares Proença Júnior», comunicação apresentada a 10.12.1971 (foi lida pelo Secretário Geral, Damião Peres, por o autor se encontrar doente). Entre os presentes encontravam-se académicos de renome, já seus conhecidos, como D. Fernando de Almeida, Silva Rego e António Brásio.

«Começou por referir que a vida e obras do fundador do Museu de Castelo Branco, Tavares Proença, são quase inteiramente desconhecidas. O Museu sim, está patente ao público, desde 1910.» [*O texto é longo e muito completo, com muitos pormenores biográficos. E, mesmo a concluir, o orador afirmou:*] «Espírito de eleição, quixotesco e requintado, logrou, apesar da doença, realizar uma obra imortal, que engrandeceu o património espiritual e artístico de Castelo Branco e da Beira Baixa».

A comunicação mereceu do académico António Machado de Faria felicitações ao seu autor, pela divulgação de curiosas achegas para a biografia

de Francisco Tavares Proença Júnior. Por fim, o Presidente congratulou-se com a apresentação à Academia de tão minucioso e interessante trabalho. O texto foi depois publicado nos *Anais* II - vol. 21 (1972), pp. 205-237, onde pode ser consultado.

3. Por fim, no *Boletim* da APH n.º 38, de 1974, p. 104, em que se anuncia o programa de comunicações para 1974-75, já com sede no Palácio da Rosa, aponta-se ainda este título: «**Nobiliarquia intelectual de Castelo Branco**», por José Lopes Dias.

Mas este já não teve efeito, porque a saúde já não lho permitiu.

O seu falecimento, enquanto académico, não podia deixar de ficar registado nesta instituição, tendo sido devida e oportunamente assinalado na primeira Assembleia Geral posterior ao acontecido, realizada a 16 de Janeiro de 1976, conforme nos relata o respectivo *Boletim* (vol. 40, de 1976, p. 104). Foi sob a presidência do Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, no período antes da Ordem do Dia, nestes termos:

«O Sr. Presidente comunicou também o falecimento do nosso confrade Dr. José Lopes Dias, médico e historiador notável, de Castelo Branco, que deixou uma obra digna do maior apreço. Propôs e foi também aprovado que ficasse igualmente exarado na acta um voto de muito sentido pesar, a comunicar à sua família. Associaram-se especialmente os Srs.: Dr. José Montalvão Machado, que pôs em relevo a obra do falecido, como apaixonado historiador da Medicina, além de realçar a que consagrou à sua terra natal; General Luís da Câmara Pina, que propôs, e foi aprovado, se expressasse também o sentimento da nossa Academia ao irmão do falecido académico, Sr. Dr. Jaime Lopes Dias, da Academia das Ciências de Lisboa; e Pe. António Brásio, amigo pessoal do defunto, cuja obra exaltou.»

E assim se encerrava a fugaz passagem do académico por esta centenária instituição. Breve, em final de vida, mas valiosa e honrosa.

* Doutor em Letras (História) pela Univ. Lisboa, professor aposentado, da Academia Portuguesa da História

////////////////////////////////////

JOSÉ LOPES DIAS (1900-1976)

O PEDIATRA FACE À MORTALIDADE INFANTIL CALAMITOSA

*António Lourenço Marques**



José Lopes Dias

José Lopes Dias, que foi um médico de horizontes muito vastos – em particular na medicina clínica, na medicina social e na história da medicina - logo nos primeiros anos da sua carreira desenvolveu importante ação no combate à mortalidade infantil, que em Portugal foi uma pecha até ao regime democrático, só atingindo valores equiparados aos países congéneres europeus, já no final do século XX.

O conhecido historiador da medicina, nascido em 1900, em Vale de Lobo, no concelho de Penamacor, licenciou-se em medicina, em 1923, tendo apresentado então uma tese intitulada “Da higiene na primeira infância”. Antes de iniciar funções profissionais, desenvolveu ainda a sua formação académica, frequentando a Sorbonne, em áreas da medicina social.

Já em Portugal, teve o primeiro contacto com a realidade da clínica rural, na vila de Penamacor onde, ao tempo, as condições sociais eram profundamente desfavorecidas, marcadas pela pobreza, por privações básicas, e pela falta de elementares condições de higiene. Lembremos Las Hurdes,

de Luís Buñuel, filme de 1932, onde o cineasta retratou a vida miserável de uma região contígua à de Penamacor, do lado de Espanha. E a realidade mostrada na sua crueza era tão escandalosa, por indigna, que o próprio governo espanhol, apesar de republicano, proibiu de imediato a circulação do documentário.

O drama da elevada mortalidade infantil

Ora, a mortalidade infantil continuava, em Portugal, com taxas muito elevadas.

Em 1907, o jornal “O Século” desenvolveu uma fortíssima campanha para divulgar os hábitos de higiene e os cuidados de que as crianças careciam, cruzada que foi prosseguida durante os primeiros anos da República. Por volta de 1925, a mortalidade infantil fixara-se em torno das 150 mortes por mil nascimentos¹. (Mortalidade infantil é o número de mortos no primeiro ano de vida). Este valor irá manter-se muito elevado, fora do limiar da “civilização”² (que seria a casa dos 20), até à revolução de Abril. Em 1970, o índice era ainda de 58,0, e, em 1974, de 37,9. Nesta altura, os países desenvolvidos da Europa já tinham índices na casa dos 10. Em 1971, por exemplo, na Holanda era 12,1, na Suécia 11,0 e na França 18,2. Só nos anos 80, Portugal atingiu valores equiparados aos dos países da Europa ocidental. Em 2002, a taxa da mortalidade infantil foi a mais baixa de sempre, com um valor de 5,5.³

Esta realidade da alta mortalidade infantil pesou seriamente na história da humanidade. No início do século XVIII, por exemplo, de mil crianças nascidas, em França, apenas 502 atingiam os 15 anos de idade. Isto é: em duas crianças nascidas só uma ultrapassava aquela idade. E esta circunstância sombria continuou assim, com cifras muito pesadas,

¹ MAIA S., *Breviário de Medicina Preventiva*, Livraria Bertrand, p. 42.

² FERREIRA F. A.G., *Política de Saúde e Serviço Nacional de Saúde em Portugal*, Biblioteca CPC – Ciência – Progresso. Cultura, 1973, p. 81.

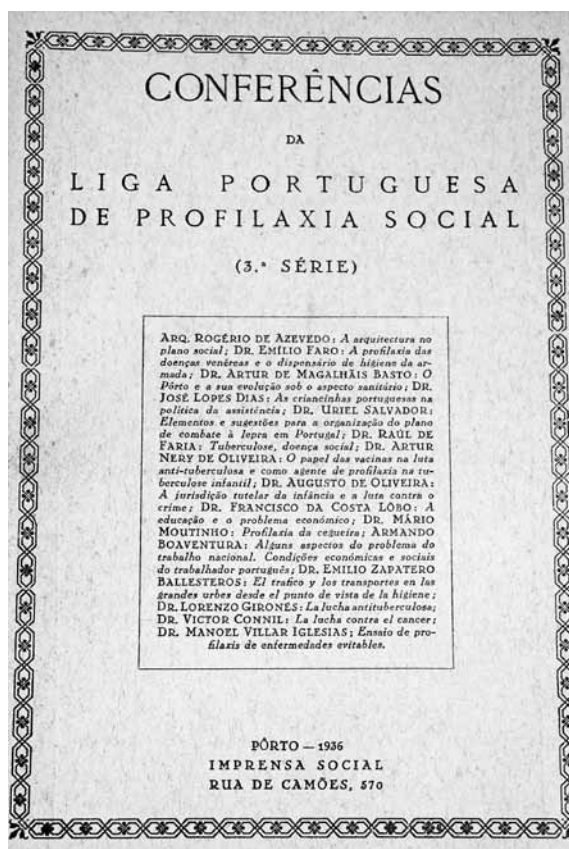
³ VEIGAT. R., A dinâmica das populações humanas e os modelos de mortalidade, In: *Forum Sociológico*, Números 11/12 (2ª série), 2004, p. 21.

durante bastante tempo. François Lebrun⁴ estudou estes números, em França. Considerando os valores médios, era assim: entre 1790 e 1820, a mortalidade infantil atingiu os 194 falecimentos por mil. Com um decréscimo no início do século XIX, vai aproximar-se, no final do século, do valor 160. E no início do século XX estabiliza em torno de 150, número que aparece em Portugal, como já vimos, por volta de 1925.

As causas de tão pesada situação eram principalmente as malformações congénitas, os problemas do parto (e aqui a incompetência das “parteiras” e a insuficiência dos conhecimentos e dos recursos da medicina obstétrica tiveram sempre muita importância), e depois as doenças, as perturbações digestivas, e as infeções, como a varíola, a febre tifoide, etc... Medidas concretas para reduzir estes males eram assim imperiosas.

A mortalidade infantil na Beira Baixa

Voltemos então a José Lopes Dias. Em 1934, já na vigência do Estado Novo (a nova Constituição do estado corporativo tinha sido aprovada em 1933) proferiu uma conferência, no Porto, sobre a política da assistência às crianças portuguesas. Curiosamente, o título é: “As criancinhas portuguesas na Política da Assistência”.



Esta comunicação veio a ser publicada no volume de 1936 (3ª Série) das “Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social”. O pediatra (categoria profissional com que é identificado no texto) faz um retrato da situação desta área. E a tónica que imprime à sua reflexão é a constatação do “atraso” enorme em que nos encontrávamos, chamando a atenção para a inoperacionalidade do Ministério do Interior de então, que tinha a competência em alterar o estado destas coisas, o que não se verificava. O atraso na assistência infantil confrontava-se com uma situação calamitosa nos comportamentos de risco, inseridos num quadro de grande pobreza. Estes aspetos deviam ter intervenção, e José Lopes Dias alerta para isso. No seu discurso, começa por dizer ao que vem, face à situação concreta existente: “Todos os que se empenham no aperfeiçoamento do nosso Serviço Social, todos os apóstolos laicos, digamos assim, da Assistência, sentem a necessidade urgente, inadiável, de incorporar umas tantas aspirações novas no ideal colectivo, em virtude da comparação dolorosa dos respectivos órgãos, em Portugal e em certos países”⁵. E assinala: “As energias do Ministério do Interior, que comanda estes serviços, dirigem-se quase exclusivamente para a política administrativa, de mais aparatoso e visível efeito, enquanto os serviços públicos da Assistência evoluem em tão lento ritmo que não podemos alimentar a esperança de ver realizadas as mais prementes necessidades sociais”⁶. A chaga da elevada mortalidade infantil resultava das “misérias do povo português” e, para as combater, estas tinham que ser obrigatoriamente “apregoadas”.

Efetivamente, relativamente à higiene, no mundo rural português, nessa altura, os hábitos antigos permaneciam: “A imundície costumeira das nossas populações rurais em convívio habitual com o esterco, os parasitas, insectos transmissores de infecções justificam o desnível de inferioridade que mantemos relativa a países mais atenciosos aos preceitos da higiene”⁷, denunciava outro médico dedicado à assistência às crianças, o Dr. Samuel Maia, cerca de uma década depois desta conferência que citamos, de José Lopes Dias. E este, fundamenta a sua análise na “observação directa de alguns anos e sugerida na intimidade de algumas centenas de criancinhas de

4 LEBRUN F., Um em cada dois recém-nascidos. In: LE GOFF J., As doenças têm história, Terramar, 1991, p. 222.

5 DIAS J. L., As criancinhas Portuguesas na Política da Assistência, In: Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia, Imprensa Social, Porto, 1936, p. 78.

6 Ibid.

7 MAIA S., Op. cit., p. 44.

todas as classes sociais”⁸. É desta forma que o então pediatra de Castelo Branco vem afirmar com dureza: “Morre de fome e de ignorância uma grande parte das crianças portuguesas; os loucos, aos milhares, vagueiam abandonados ao seu infortúnio, quando se não amarram com algemas ou se encerram nas prisões; e os leprosos, salvo raras camas de alguns hospitais, não têm um rudimentar isolamento, sendo o nosso País o único da Europa onde se verifica um nítido recrudescimento da bíblica doença”⁹. A situação, em Portugal, era de facto alarmante. E é ainda José Lopes Dias que diz: “Mais de 60% dos óbitos não acusam diagnóstico”. E isto acontecia porque “a maior parte da população portuguesa”, isto é, aquela que se encontrava afastada dos grandes centros, não tinha qualquer assistência. Mais: “A maior parte da população portuguesa vive directamente da exploração da terra, em tão precário nível de trabalho que não deve ter similar na Europa civilizada”. (...) “Pobre gente dos campos, legião humana de jornaleiros alimentados à broa com azeitonas, ou apeguilhando o pão centeio com cebola crua, como acontece lá em baixo, na Beira! Com os seus cinco escudos de salário – e incertos e eventuais – como não há-de o seu organismo, embora de boa cepa, empobrecer de sangue, desvalorizar-se e decompor-se? Para a sua degradação concorrem, além da alimentação deficiente e pobre, a habitação desprezível, o desconforto e o abandono físico desde o berço, a ignorância e a impossibilidade de boa higiene, a ausência de instrução pública e de educação cívica e, em suma, a inconsciência da sua miséria, da sua incultura e dos seus mais legítimos direitos”¹⁰. Fiz esta transcrição longa, porque traduz bem o quadro indigente do País de então, como o povo vivia miseravelmente, e como José Lopes Dias conhecia bem tal situação social devido por contacto directo com a mesma. Quando trabalhou em Penamacor, na década de 20 do seu século, assistiu a uma epidemia de sarampo de consequências brutais. Foi no Inverno, e teve consequências terríveis, com dezenas de mortos. “Perturbaram a minha pouca serenidade de principiante”, como escreveu.

Ação positiva

Foi assim que, para além da sua ação como clínico no terreno, avançou também com propostas concretas de organização de serviços e de

respostas aos problemas que estavam na génese desta lastimável situação. Logo, em 1930, por sua iniciativa, a Junta Central do Distrito, inaugurou, na cidade de Castelo Branco, um Dispensário de Puericultura. Outra sua iniciativa, nesta área, da assistência e da proteção às crianças, foi a criação do Jardim Escola João de Deus, também em Castelo Branco. Estas estruturas reuniram todas as valências indispensáveis: o lactário, a puericultura, a pediatria social, a creche e as “Colónias Marítimas”, no caso, na praia da Nazaré. José Lopes Dias passou, entretanto, a ser o diretor, tanto do Dispensário como do Jardim Escola.

Foi nesta condição, que em 12 de janeiro de 1952, endereçou, ao governador civil, correspondência sobre um Programa de Luta contra a Mortalidade Infantil no Distrito de Castelo Branco¹¹.

Neste documento esmiúça os valores da referida mortalidade na província, durante o período que vai de 1942 a 1950. São números ainda muito elevados, mas refletem também a sua evolução favorável, elucidando como as medidas de intervenção preconizadas, e que iam sendo executadas, tinham efeitos dramaticamente benéficos.

Num primeiro quadro, referente ao quinquénio 1942-1946, indica a mortalidade infantil média do período, nas duas cidades do distrito. Em Castelo Branco, atinge 108; e na Covilhã o valor é mais pesado: 142, sendo, no entanto, a natalidade, nas duas cidades, praticamente equivalente, embora a mortalidade geral fosse maior na Covilhã. Podemos afirmar que se assiste a uma significativa viragem destes valores, nos anos seguintes. É assim que logo no quadriénio seguinte, 1947-1950, os valores descem na cidade de Castelo Branco para 54.8 e na Covilhã para 69,7. Relativamente aos concelhos, os valores são maiores, 76.2 no concelho de Castelo Branco; 94.6 no da Covilhã, e no do Fundão, 75.6. A componente rural explica naturalmente as diferenças, relativamente às cidades, tendo a cidade da Covilhã, fatores agravados com a industrialização.

Note-se que até 1970, pelos valores que mostrámos atrás, continuou a verificar-se um decréscimo, embora aparentemente bastante mais lento.

As medidas tomadas, ou a tomar, e que José Lopes Dias enumera neste programa, tinham resultados

8 DIAS. J. L., *Ibid.* p. 77.

9 *Ibid.*, p. 80.

10 *Ibid.*, p. 84.

11 *Ofício inédito endereçado ao governador civil do distrito de Castelo Branco, datado de 12 de janeiro de 1952. Apenso a este ofício está um relatório datilografado (um pouco danificado, mas legível) intitulado BASES DO PROGRAMA DE LUTA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO. Foi este documento que serviu para as referências e citações que aqui utilizamos.*

positivos, mas dependiam também da situação do desenvolvimento social e económico geral, preso à situação política que lhe foi de certo modo hostil, até às transformações da década de 70.

O programa que estou a referir abrangia todo o distrito de Castelo Branco. Tinha essa preocupação generalizada, mas “a falta dos meios indispensáveis” ainda não tinha permitido concretizar toda “a rede das obras ou das influências a que legitimamente se aspira”. O diretor do Dispensário tinha a consciência de que não bastava a atribuição das verbas para a alimentação e profilaxia da infância. “Exemplos múltiplos levados a efeito com verbas suficientes para debelar as elevadas taxas de letalidade, persistem sem resultados práticos por falta de tática eficiente”, denuncia o médico. “Problema de tantas variáveis, quantos os factores e as características do meio, exige naturalmente o conhecimento meticoloso das causas de insanidade e dos remédios a opor-lhes na devida oportunidade e segundo os níveis mais adequados”, acrescenta.

Mas estando inventariados todos os recursos de ação social existentes no distrito, eles podem ser uma peça fundamental para o desenvolvimento do programa. Esses recursos materiais, inseridos nas comunidades, são pontos fundamentais para o desenvolvimento do mesmo programa. No concelho de Castelo Branco dá-se conta de 16 obras, que podiam ser envolvidas; 14, na Covilhã; 10, no Fundão; 7, em Idanha-a-Nova; 6, em cada um dos concelhos de Oleiros, Penamacor e Sertã; 3, tanto em Proença a Nova como em Velha de Rodão; e 2, em Vila de Rei e 2, em Belmonte. A título de exemplo, estas eram as instituições do Fundão: Os Centros de Assistência Social e suas delegações rurais; a Cantina dos Pobres e a Cantina Escolar do Fundão; o Patronato da Misericórdia do Fundão; o Albergue

de Inválidos do Trabalho; O Pupilato de D. Isabel e de D. Salette Trigueiros; a Comissão Municipal de Assistência; o Posto de Assistência Social da Orca; o Serviço de Puericultura de Vale de Prazeres; e ainda a Comissão Paroquial de Assistência de Alpedrinha e as Misericórdias do Fundão, da Soalheira e de Alpedrinha. O Programa dá orientações globais ao modo como estas instituições podem colaborar.

E não deixa de ser significativo olharmos para a variação dos números da mortalidade infantil de todos os concelhos, em dois anos consecutivos, os de 1949 e de 1950.

Termino com esta enumeração, que exemplifica de forma pertinente como a intervenção, que o Dr. José Lopes Dias liderava, abatia números na mortalidade infantil portuguesa, num distrito com taxas tão pesadas, e com fortes assimetrias interiores.

Belmonte: 1949 – 86,7; 1950 – 78,5.
Castelo Branco: 1949 – 75,4; 1950 – 67,9.
Covilhã: 1949 – 106,6; 1950 – 79,7.
Fundão: 1949 – 83,9; 1950 – 55,6.
Idanha-a-Nova: 1949 – 82,1; 1950 – 51,3.
Oleiros: 1949 – 78,7; 1950 – 61,2.
Penamacor: 1949 – 133,4; 1950 – 91,7.
Proença-a-Nova: 1949 – 62,5; 1950 – 47,9.
Sertã: 1949 – 65,4; 1950 – 47,9.
Vila de Rei: 1949 – 114; 1950 – 96,3.
Vila Velha de Rodão: 1949 – 134,9; 1950 – 83,8.

José Lopes Dias atacou, produzindo importante desgaste, no contexto que lhe coube, a mortalidade infantil portuguesa, que ainda continuava sendo uma tradição calamitosa.

JOSÉ LOPES DIAS E A REVISTA DE HISTÓRIA E CULTURA “ESTUDOS DE CASTELO BRANCO” - A REILUMINAÇÃO DA BEIRA BAIXA

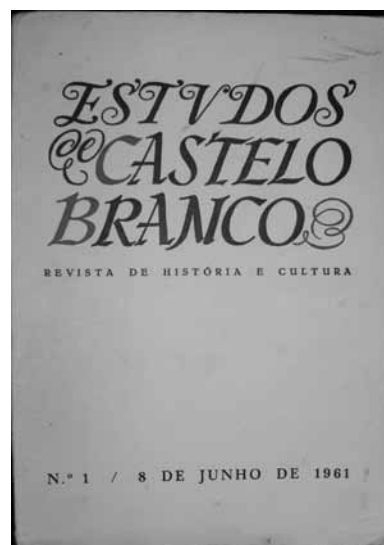
Pedro Miguel Salvado *
Joaquim Baptista **

Surgida em 8 de Junho de 1961 a revista *Estudos de Castelo Branco* assumiu, em cinco décadas, um papel e uma presença significativa e reveladora das práticas e das representações culturais da região centradas e irradiadas a partir da cidade de Castelo Branco. O advento deste original projecto editorial deveu-se, essencialmente, à sabia concepção e ao ânimo de uma das personalidades mais determinantes nos rumos e ritmos da cidadania cultural, do assistencialismo e na implantação da medicina científica e social na Beira Baixa, território muitas vezes entendido como um amplo e cambiante espaço identitário e sentimental, até aos anos setenta do século XX: o médico José Lopes Dias (1900-1976)¹.

Criador e mediador entre saberes, tempos, instituições, vontades individuais e anseios colectivos, José Lopes Dias desenvolveu um dos mais inovadores programas de investigação de História local e regionais surgidos no interior de Portugal, longitudes periféricas em relação aos centros do saber. O estudo, reabilitação e continuada investigação da vida e obra da excelsa figura do médico quinhentista João Rodrigues de Castelo Branco (1511-1568), Amato Lusitano, foi o seu objecto de pesquisa mais constante e prolífico. Inventariou e perscrutou os principais tributos da densa historiografia nacional e internacional produzida sobre o sábio clínico, reconduzindo fontes e amplificando linhas e temas que corroboraram a excepcionalidade intelectual do médico judeu, e pesado migrante cultural na Europa renascentista.

A difusão da iluminação dos saberes amatianos, que proporcionou a partir do pequeno núcleo de

pesquisadores do passado albicastrense por si liderado, possibilitou a emergência e fixação de uma rede de investigadores que, em complementaridade e em sã permuta, descodificaram e afirmaram um planisfério de pesquisas que uniu terras, e visões historiográficas de distinta origem linguística e religiosa. Lopes Dias foi, com efeito, o arqueólogo textual e o grande operário-tradutor da memória de Amato ancorando-a à vetusta cidade de Castelo Branco, em extractos e desígnios fixados em letras e que conseguiu que fosse materializada em bronze no coração urbano da capital da Beira Baixa.



Capa do N.º 1 dos “Estudos de Castelo Branco”,
criação tipográfica da firma albicastrense “Artis Alves”

A revista *Estudos de Castelo Branco* tornou-se no receptáculo de uma arquitectura de estruturação mnemónica histórica regional congregando, desde primeiro número, à sua significação as palavras *História* e *Cultura*. O seu advento não deixou de estar associado a um peculiar ambiente que, desde a segunda metade da década de cinquenta, se desenvolvia em Castelo Branco, protagonizado e conduzido pelos membros da elite intelectual local grupo que tinha em José Lopes Dias um

1 Sobre a personalidade de José Lopes Dias - vid. «Lopes Dias, José» in Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia limitada, s.d., p.448; José Lopes Dias: vida e obra, Câmara Municipal de Castelo Branco, 1990; Joaquim Parro, Homenagem ao Doutor José Lopes Dias. Achegas para um “In Memoriam”, Associação dos Antigos Estudantes de Castelo Branco, Castelo Branco, 1999; Fernando Dias de Carvalho, «Evocação do Doutor José Lopes Dias» in Medicina na Beira Interior: da pré-história Ao Século XX, nº3, Castelo Branco, Junho de 1991, p. 5-6.

dos seus elementos mais dinâmico e unificador. Neste projecto conseguiu juntar poderes e vozes ideologicamente afastados ou geograficamente longínquos reconhecendo: «As nossas portas estarão franqueadas a todas as colaborações, desejando-se apenas que venham de coração aberto e sem qualquer *parti-pris* ideológico, político ou social, integradas portanto no espírito e nos objectivos da Revista. Estou, de resto, convencido, que a Beira Baixa dispõe de uma elite excepcional nos mais variados ramos de actividade, que convidamos e esperamos nos dê a sua vossa colaboração!... Abre-se assim uma tribuna a todo o escol intelectual da nossa região, facilitando-se principalmente aos novos os meios de comunicabilidade, à volta dos problemas culturais».



O Dr. José Lopes Dias em 1971 na inauguração da lápide comemorativa do médico de Manuel Joaquim Henriques de Paiva. À direita o Eng. Manuel Silva Castelo Branco, presidente da Câmara Municipal, e saliente colaborador dos "Estudos"

Como um de nós já teve ocasião de referir² a comunidade intelectual albicastrense irá, a partir de finais da década de 50, interrogar o centro político a partir da análise da realidade regional, nesses tempos, cada vez mais deprimida e periférica. Era um cenário dura que urgia inverter e que José Lopes Dias sabiamente em tantas ocasiões havia denunciado. Tal como tinha propugnado o movimento regionalista dos anos 20, escutar e dar voz à região perfilavam-se como inadiáveis tarefas.

2 Pedro Miguel Salvado, «A presença da história da medicina na revista "Estudos de Castelo Branco" (1961-1975): Registo bibliográfico» in Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI, Cadernos de Cultura, nº 24, novembro 2010, p.91

Numa renovação discursiva e não discursiva ligando palavras e acções. "Estudos de Castelo Branco" materializaram uma subtil representação de um "território", edificando uma "estrutura simbólica sustentada coletivamente", para utilizarmos uma expressão de Clifford Geertz³. A imprensa local noticiou, com regozijo, o surgimento da publicação⁴. O jornal «Beira Baixa» augurava «uma longa vida ao serviço de uma valorização do nosso Districto, alforge de tantos valores nas letras, nas artes e no pensamento»; o periódico «Reconquista» faria uma entrevista a José Lopes Dias e asseverava o sucesso dos "Estudos" «um êxito que muito virá prestigiar Castelo Branco, centro académico de firmada e confirmada tradição». A realização editorial criava, sem dúvida, uma plataforma de iluminação de um grupo intelectual enraizado culturalmente a esta região porque aqui tinha nascido ou estudado mantinha ligações sentimentais a estas geografias. Em resposta aos porquês do projecto, Lopes Dias respondeu enfatizando, em primeiro lugar, a espessura histórica regional que urgia dar a conhecer e desbravar: «Desde logo, a valorização da cidade e da sua região, através de uma revista cultural, dando-se à palavra *cultura* o seu mais lato sentido. Mais sucintamente, nela tem cabimento tudo o que respeita ao passado e ao presente ou que mereça ser registado, desenvolvido e apreciado. Há, na verdade, na nossa província, muitas coisas e muitos valores, dignos de serem melhor conhecidos do grande público. Assim, impõe-se dar publicidade a documentos, memórias e cartas, que não são conhecidos e nunca foram devidamente considerados».

O editorial do primeiro número estabelecerá esse compromisso, elevando a necessidade de se delinear uma cartografia cultural, actuante e projectiva para a velha Beira que almejava outras dinâmicas diluindo todas as estagnações ou panoramas mais amorfos. Os tempos eram de mudança e o director tinha consciência da perseverante e rápida mutabilidade da sociedade local e da necessidade em se encarar o futuro regional face a contextos e a escalas mais alargadas:

«Com o rodar dos tempos, chegou-se a esta época de vertiginosa transformação do mundo, angustiado por violentas convulsões neuróticas,

3 Annabel Brett, «Que é a história intelectual hoje? In Que é a história hoje?», Lisboa, Gradiva, 2006, p.165.

4 «Estudos de Castelo Branco» in Beira Baixa, nº1250, 16 de Julho de 1961, p. 1-4; «Estudos de Castelo Branco é o título da revista cultural que vai ser publicada na capital do Districto de Castelo Branco» in Reconquista, 9 de Abril de 1961, nº831, p.1-3.

- e quem poderia hoje assegurar uma estrita obediência a qualquer corpo de ideias ou cânones vigentes, mesmo uma revista periódica, de história e de cultura, no mais lato sentido, como pretende ser». Noutra coordenada, José Lopes Dias assume uma das principais pretensões que presidiram à criação dos *Estudos*: « (...) esta Revista (...) anima-se da descarável ambição de poder evidenciar a maioria de espírito duma elite regional, digna de apreço e consideração, mesmo em mais dilatado âmbito». Aceitando que a iniciativa saiu de um grupo de antigos estudantes de Castelo Branco e de amigos da Beira Baixa « um intrépido surto de juventude que se afigura de bom agoiro», José Lopes Dias observa ser a «valorização espiritual e intelectual desta capital provinciana e da vasta região que a circunda», definindo com estas palavras os domínios geográficos do trabalho e a sua zona de influência. E, mais adiante, acentua a necessidade de relevar de toda uma territorialidade beiroa, atenuando o perceptível sofrimento a que estavam sujeitas as suas terras e as suas gentes «tão atrasadas ou esquecidas, sobretudo se as compararmos com os sectores urbanos e principalmente com os países evoluídos», mas que apesar de todo o abandono constituem «um reservatório inesgotável de energias e virtudes de difícil confronto».

E, numa tentativa de contrastar o passado e o presente, rememora e enumera uma galeria de heróis, um campo de representação de figuras históricas que possuía como matriz unificadora o facto de todos terem nascidos na esquecida Beira Baixa. O primeiro herói regional a ser referenciado foi Nuno Álvares Pereira, seguido de Pedro Álvares Cabral. Dos onze vultos históricos referenciados três notabilizaram-se como médicos: Amato Lusitano, Filipe Montalto e Ribeiro Sanches. Assim, a revista cumpriria o dever de «honrar aquilo que mais ama, a ossa terra, a nossa gente, o nosso lar»⁵.

⁵ A afirmação duma galeria de heróis regionais históricos que funcionasse como referencia cívica foi realidade indicada por José Lopes Dias já em 1946 no discurso pronunciado na sessão de inauguração do novo Liceu de Castelo Branco: « Onde não sobejavam, nem sobejam, os mimos do engenho sobre as virtudes do carácter, os expoentes históricos encarnavam em Nun' Álvares Pereira, Pedro Álvares Cabral, O Dr. João Rodrigues de Castelo Branco (Amato Lusitano) e frei Heitor Pinto. Sentimos verdadeiro orgulho nesta belíssima tetrarquia de heróis da terra e do mar, e de gigantes das letras e das ciências. Justamente, Nun' Álvares, o patrono deste estabelecimento, desafia a aproximação de qualquer figura máxima, bandeira viva da independência, altar da fé e da heroicidade. O grande almirante D. Pedro Álvares Cabral simboliza deveras tudo quanto o descobrimento do Brasil resume como que o mais belo florão da grande aventura da nossa História. De Amato Lusitano, deve também dizer-se que foi o pri-

E, ao afirmar a autonomia do projecto face a ideologias, salienta serem as páginas da publicação «escancaradas a todos os quadrantes, esperamos que possam encontrar-se os valores de escol da nossa província, por diversos que sejam de cada um os credos políticos ou sociais, os partidarismos ou preconceitos, a formação filosófica ou profissional, abatidas quaisquer bandeiras e patuleias de choque e de agressão».

A revista foi um projecto historiográfico e editorial cumprido por um núcleo inicial de colaboradores que nunca se fechará, no entanto, a novas contribuições. Aberta a todos, a todos convocava «num sincero espírito de coesão» defendendo que se sentassem «à mesa redonda das complexas dilucidações do nosso património histórico, literário e artístico, da cultura actual ou susceptível de projecção no futuro, em qualquer das suas múltiplas manifestações». Pretendia-se, principalmente, identificar «factos, acontecimentos, figuras e gerações passadas. Sempre os originais foram originais e as réplicas valeram simplesmente como réplicas. A ordenação e a sistematização da história não seriam possíveis sem essa crítica e sem esse conhecimento».

Partindo destes pressupostos o que é que difundiu a 1ª série, impressa entre 1961 e 1975 da revista *Estudos*, um conjunto que revelou 253 autores e patenteia 678 títulos?

Numa análise breve, por exemplo no domínio da literatura, os títulos percorreram todos os géneros, da poesia ao teatro, do ensaio à crónica, conjugando criadores de expressão nacional com jovens autores emergentes. Nas colaborações ao nível da história a cidade de Castelo Branco concentrou as atenções verificando-se uma dominância no tratamento de realidades enquadradas cronologicamente nas épocas moderna e contemporânea. Temas de história institucional e política do Liberalismo regional fruíram em diversos números da 1ª série e mereceram uma atenção permanente. As construções biográficas, realizadas a partir de variados espólios

meio entre os maiores médicos portugueses do Renascimento; as suas obras contam dezenas de edições, quanto mais estudadas, mais subido o crédito da sua figura, desde Europa à América. Enfim, a Heitor Pinto, ninguém negará um vasto saber nas letras divinas e humanas, de límpido prosador que encerra a principal constelação de egrégios personagens naturais desta província. Algum dia a Beira Baixa há-de erguer os seus monumentos a estes vultos verdadeiramente grandes e, então, nesse dia, já não teremos uma província desconhecida, mas uma terra de peregrinação, de culto e de amor da Pátria... Não haveria ocasião de enunciar outros vultos dignos e capitais, embora de menor grandeza, da nossa valiosa nobiliarquia regional, tantos e tão variados se propõem à geral admiração» vid. José Lopes Dias, Liceu velho...Liceu novo..., Lisboa, 1946, p.5.

epistolográficos pessoais ou familiares, foram largamente desenvolvidas. A etnografia, a linguística, a arqueologia, a numismática, a economia, a administração pública, a etnomusicologia, a história da arte, a castologia, a história militar, a história da expansão, a geografia e o ordenamento regional, foram algumas das grandes linhas temáticas científicas aprofundadas nas páginas de década e meia de edição da revista. Mas a pequena nota, o livro entretanto publicado, a presença em congressos, o concerto ocorrido, a conferência proferida, num inventário de iniciativas variadas que quebravam a monotonia do dia-a-dia citadinos foram registados nos volumes. Particular relevo ocupam, nesta 1ª série, os ensaios que se prendem com a história da medicina ou com matérias a ela associadas: 50 títulos, 35 dos quais centrados na figura de Amato Lusitano. São da autoria de José Lopes Dias a maior parte destes textos⁶. O desejo de afirmação da história da medicina regional terá constituído uma razão determinante e presente à hora da idealização e da concretização do projecto editorial. Lopes Dias, a dado momento, vai aproximar-se e atuar a partir de círculos académicos nacionais e internacionais, actualizando e redefinindo outros sentidos para a sua investigação e introduzindo outros saberes na produção científica apresentada nos *Estudos*.

REVISTA DE HISTÓRIA E CULTURA

DIRECTOR—DR. JOSÉ LOPES DIAS
EDITOR—DR. ULisses VAS PARAL
PROPRIETÁRIO—DR. JOÃO CAETANO ABRUNHOSA

CONSELHO DE REDACÇÃO

DR. D. MARIA ADELAIDE SILVA CAPO
DR. ALBERTO TRINDADE
DR. JERONIMO NEVES CARVALHO
DR. MANUEL DA SILVA GARRIDO BRANCO
DR. JOSE MARIA PARAL
DR. ANTONIO SALVADO

ADMINISTRADOR—FRANCISCO PIRES MARQUES
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO—RUA DO PINO, 5—CASTELO BRANCO
COD. N.º 140—GRANDE TIR. S. JOSE—AGUAS DE S. PAI, 155—C. BRANCO
Circulação de Abonados: PORTUGAL—4000 O. T. 1970—31.º ANO—3000
As doutrinas expostas são da responsabilidade dos autores

REVISTA DE HISTÓRIA E CULTURA

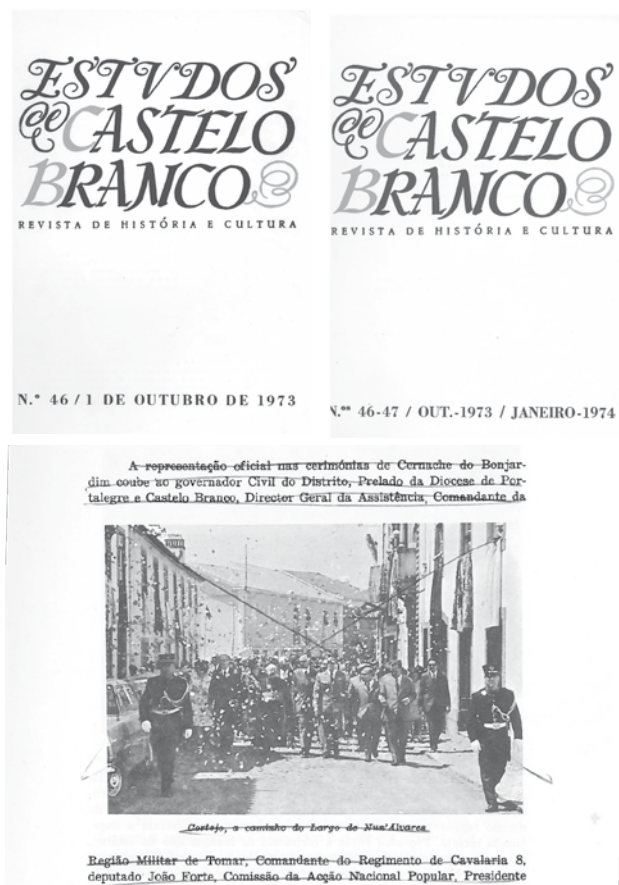
FUNDADOR—JOSÉ LOPES DIAS
DIRECTOR—ANTONIO SALVADO
EDITOR—ULisses VAS PARAL
PROPRIETÁRIO—JOÃO CAETANO ABRUNHOSA
ADMINISTRADOR—FRANCISCO PIRES MARQUES

Órgão escrito para assinatura: 8000 / para o público: 8000
Órgão digital para assinatura: 10000 / para o público: 10000

Os textos publicados são da inteira responsabilidade dos seus autores
A publicação é gratuita, sob demanda

Impressão e Administração: Rua do Pino, 5, Castelo Branco, Portugal
Edição de 1970, de 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º, 36.º, 37.º, 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º, 59.º, 60.º, 61.º, 62.º, 63.º, 64.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º, 76.º, 77.º, 78.º, 79.º, 80.º, 81.º, 82.º, 83.º, 84.º, 85.º, 86.º, 87.º, 88.º, 89.º, 90.º, 91.º, 92.º, 93.º, 94.º, 95.º, 96.º, 97.º, 98.º, 99.º, 100.º, 101.º, 102.º, 103.º, 104.º, 105.º, 106.º, 107.º, 108.º, 109.º, 110.º, 111.º, 112.º, 113.º, 114.º, 115.º, 116.º, 117.º, 118.º, 119.º, 120.º, 121.º, 122.º, 123.º, 124.º, 125.º, 126.º, 127.º, 128.º, 129.º, 130.º, 131.º, 132.º, 133.º, 134.º, 135.º, 136.º, 137.º, 138.º, 139.º, 140.º, 141.º, 142.º, 143.º, 144.º, 145.º, 146.º, 147.º, 148.º, 149.º, 150.º, 151.º, 152.º, 153.º, 154.º, 155.º, 156.º, 157.º, 158.º, 159.º, 160.º, 161.º, 162.º, 163.º, 164.º, 165.º, 166.º, 167.º, 168.º, 169.º, 170.º, 171.º, 172.º, 173.º, 174.º, 175.º, 176.º, 177.º, 178.º, 179.º, 180.º, 181.º, 182.º, 183.º, 184.º, 185.º, 186.º, 187.º, 188.º, 189.º, 190.º, 191.º, 192.º, 193.º, 194.º, 195.º, 196.º, 197.º, 198.º, 199.º, 200.º, 201.º, 202.º, 203.º, 204.º, 205.º, 206.º, 207.º, 208.º, 209.º, 210.º, 211.º, 212.º, 213.º, 214.º, 215.º, 216.º, 217.º, 218.º, 219.º, 220.º, 221.º, 222.º, 223.º, 224.º, 225.º, 226.º, 227.º, 228.º, 229.º, 230.º, 231.º, 232.º, 233.º, 234.º, 235.º, 236.º, 237.º, 238.º, 239.º, 240.º, 241.º, 242.º, 243.º, 244.º, 245.º, 246.º, 247.º, 248.º, 249.º, 250.º, 251.º, 252.º, 253.º, 254.º, 255.º, 256.º, 257.º, 258.º, 259.º, 260.º, 261.º, 262.º, 263.º, 264.º, 265.º, 266.º, 267.º, 268.º, 269.º, 270.º, 271.º, 272.º, 273.º, 274.º, 275.º, 276.º, 277.º, 278.º, 279.º, 280.º, 281.º, 282.º, 283.º, 284.º, 285.º, 286.º, 287.º, 288.º, 289.º, 290.º, 291.º, 292.º, 293.º, 294.º, 295.º, 296.º, 297.º, 298.º, 299.º, 300.º, 301.º, 302.º, 303.º, 304.º, 305.º, 306.º, 307.º, 308.º, 309.º, 310.º, 311.º, 312.º, 313.º, 314.º, 315.º, 316.º, 317.º, 318.º, 319.º, 320.º, 321.º, 322.º, 323.º, 324.º, 325.º, 326.º, 327.º, 328.º, 329.º, 330.º, 331.º, 332.º, 333.º, 334.º, 335.º, 336.º, 337.º, 338.º, 339.º, 340.º, 341.º, 342.º, 343.º, 344.º, 345.º, 346.º, 347.º, 348.º, 349.º, 350.º, 351.º, 352.º, 353.º, 354.º, 355.º, 356.º, 357.º, 358.º, 359.º, 360.º, 361.º, 362.º, 363.º, 364.º, 365.º, 366.º, 367.º, 368.º, 369.º, 370.º, 371.º, 372.º, 373.º, 374.º, 375.º, 376.º, 377.º, 378.º, 379.º, 380.º, 381.º, 382.º, 383.º, 384.º, 385.º, 386.º, 387.º, 388.º, 389.º, 390.º, 391.º, 392.º, 393.º, 394.º, 395.º, 396.º, 397.º, 398.º, 399.º, 400.º, 401.º, 402.º, 403.º, 404.º, 405.º, 406.º, 407.º, 408.º, 409.º, 410.º, 411.º, 412.º, 413.º, 414.º, 415.º, 416.º, 417.º, 418.º, 419.º, 420.º, 421.º, 422.º, 423.º, 424.º, 425.º, 426.º, 427.º, 428.º, 429.º, 430.º, 431.º, 432.º, 433.º, 434.º, 435.º, 436.º, 437.º, 438.º, 439.º, 440.º, 441.º, 442.º, 443.º, 444.º, 445.º, 446.º, 447.º, 448.º, 449.º, 450.º, 451.º, 452.º, 453.º, 454.º, 455.º, 456.º, 457.º, 458.º, 459.º, 460.º, 461.º, 462.º, 463.º, 464.º, 465.º, 466.º, 467.º, 468.º, 469.º, 470.º, 471.º, 472.º, 473.º, 474.º, 475.º, 476.º, 477.º, 478.º, 479.º, 480.º, 481.º, 482.º, 483.º, 484.º, 485.º, 486.º, 487.º, 488.º, 489.º, 490.º, 491.º, 492.º, 493.º, 494.º, 495.º, 496.º, 497.º, 498.º, 499.º, 500.º, 501.º, 502.º, 503.º, 504.º, 505.º, 506.º, 507.º, 508.º, 509.º, 510.º, 511.º, 512.º, 513.º, 514.º, 515.º, 516.º, 517.º, 518.º, 519.º, 520.º, 521.º, 522.º, 523.º, 524.º, 525.º, 526.º, 527.º, 528.º, 529.º, 530.º, 531.º, 532.º, 533.º, 534.º, 535.º, 536.º, 537.º, 538.º, 539.º, 540.º, 541.º, 542.º, 543.º, 544.º, 545.º, 546.º, 547.º, 548.º, 549.º, 550.º, 551.º, 552.º, 553.º, 554.º, 555.º, 556.º, 557.º, 558.º, 559.º, 560.º, 561.º, 562.º, 563.º, 564.º, 565.º, 566.º, 567.º, 568.º, 569.º, 570.º, 571.º, 572.º, 573.º, 574.º, 575.º, 576.º, 577.º, 578.º, 579.º, 580.º, 581.º, 582.º, 583.º, 584.º, 585.º, 586.º, 587.º, 588.º, 589.º, 590.º, 591.º, 592.º, 593.º, 594.º, 595.º, 596.º, 597.º, 598.º, 599.º, 600.º, 601.º, 602.º, 603.º, 604.º, 605.º, 606.º, 607.º, 608.º, 609.º, 610.º, 611.º, 612.º, 613.º, 614.º, 615.º, 616.º, 617.º, 618.º, 619.º, 620.º, 621.º, 622.º, 623.º, 624.º, 625.º, 626.º, 627.º, 628.º, 629.º, 630.º, 631.º, 632.º, 633.º, 634.º, 635.º, 636.º, 637.º, 638.º, 639.º, 640.º, 641.º, 642.º, 643.º, 644.º, 645.º, 646.º, 647.º, 648.º, 649.º, 650.º, 651.º, 652.º, 653.º, 654.º, 655.º, 656.º, 657.º, 658.º, 659.º, 660.º, 661.º, 662.º, 663.º, 664.º, 665.º, 666.º, 667.º, 668.º, 669.º, 670.º, 671.º, 672.º, 673.º, 674.º, 675.º, 676.º, 677.º, 678.º, 679.º, 680.º, 681.º, 682.º, 683.º, 684.º, 685.º, 686.º, 687.º, 688.º, 689.º, 690.º, 691.º, 692.º, 693.º, 694.º, 695.º, 696.º, 697.º, 698.º, 699.º, 700.º, 701.º, 702.º, 703.º, 704.º, 705.º, 706.º, 707.º, 708.º, 709.º, 710.º, 711.º, 712.º, 713.º, 714.º, 715.º, 716.º, 717.º, 718.º, 719.º, 720.º, 721.º, 722.º, 723.º, 724.º, 725.º, 726.º, 727.º, 728.º, 729.º, 730.º, 731.º, 732.º, 733.º, 734.º, 735.º, 736.º, 737.º, 738.º, 739.º, 740.º, 741.º, 742.º, 743.º, 744.º, 745.º, 746.º, 747.º, 748.º, 749.º, 750.º, 751.º, 752.º, 753.º, 754.º, 755.º, 756.º, 757.º, 758.º, 759.º, 760.º, 761.º, 762.º, 763.º, 764.º, 765.º, 766.º, 767.º, 768.º, 769.º, 770.º, 771.º, 772.º, 773.º, 774.º, 775.º, 776.º, 777.º, 778.º, 779.º, 780.º, 781.º, 782.º, 783.º, 784.º, 785.º, 786.º, 787.º, 788.º, 789.º, 790.º, 791.º, 792.º, 793.º, 794.º, 795.º, 796.º, 797.º, 798.º, 799.º, 800.º, 801.º, 802.º, 803.º, 804.º, 805.º, 806.º, 807.º, 808.º, 809.º, 810.º, 811.º, 812.º, 813.º, 814.º, 815.º, 816.º, 817.º, 818.º, 819.º, 820.º, 821.º, 822.º, 823.º, 824.º, 825.º, 826.º, 827.º, 828.º, 829.º, 830.º, 831.º, 832.º, 833.º, 834.º, 835.º, 836.º, 837.º, 838.º, 839.º, 840.º, 841.º, 842.º, 843.º, 844.º, 845.º, 846.º, 847.º, 848.º, 849.º, 850.º, 851.º, 852.º, 853.º, 854.º, 855.º, 856.º, 857.º, 858.º, 859.º, 860.º, 861.º, 862.º, 863.º, 864.º, 865.º, 866.º, 867.º, 868.º, 869.º, 870.º, 871.º, 872.º, 873.º, 874.º, 875.º, 876.º, 877.º, 878.º, 879.º, 880.º, 881.º, 882.º, 883.º, 884.º, 885.º, 886.º, 887.º, 888.º, 889.º, 890.º, 891.º, 892.º, 893.º, 894.º, 895.º, 896.º, 897.º, 898.º, 899.º, 900.º, 901.º, 902.º, 903.º, 904.º, 905.º, 906.º, 907.º, 908.º, 909.º, 910.º, 911.º, 912.º, 913.º, 914.º, 915.º, 916.º, 917.º, 918.º, 919.º, 920.º, 921.º, 922.º, 923.º, 924.º, 925.º, 926.º, 927.º, 928.º, 929.º, 930.º, 931.º, 932.º, 933.º, 934.º, 935.º, 936.º, 937.º, 938.º, 939.º, 940.º, 941.º, 942.º, 943.º, 944.º, 945.º, 946.º, 947.º, 948.º, 949.º, 950.º, 951.º, 952.º, 953.º, 954.º, 955.º, 956.º, 957.º, 958.º, 959.º, 960.º, 961.º, 962.º, 963.º, 964.º, 965.º, 966.º, 967.º, 968.º, 969.º, 970.º, 971.º, 972.º, 973.º, 974.º, 975.º, 976.º, 977.º, 978.º, 979.º, 980.º, 981.º, 982.º, 983.º, 984.º, 985.º, 986.º, 987.º, 988.º, 989.º, 990.º, 991.º, 992.º, 993.º, 994.º, 995.º, 996.º, 997.º, 998.º, 999.º, 1000.º, 1001.º, 1002.º, 1003.º, 1004.º, 1005.º, 1006.º, 1007.º, 1008.º, 1009.º, 1010.º, 1011.º, 1012.º, 1013.º, 1014.º, 1015.º, 1016.º, 1017.º, 1018.º, 1019.º, 1020.º, 1021.º, 1022.º, 1023.º, 1024.º, 1025.º, 1026.º, 1027.º, 1028.º, 1029.º, 1030.º, 1031.º, 1032.º, 1033.º, 1034.º, 1035.º, 1036.º, 1037.º, 1038.º, 1039.º, 1040.º, 1041.º, 1042.º, 1043.º, 1044.º, 1045.º, 1046.º, 1047.º, 1048.º, 1049.º, 1050.º, 1051.º, 1052.º, 1053.º, 1054.º, 1055.º, 1056.º, 1057.º, 1058.º, 1059.º, 1060.º, 1061.º, 1062.º, 1063.º, 1064.º, 1065.º, 1066.º, 1067.º, 1068.º, 1069.º, 1070.º, 1071.º, 1072.º, 1073.º, 1074.º, 1075.º, 1076.º, 1077.º, 1078.º, 1079.º, 1080.º, 1081.º, 1082.º, 1083.º, 1084.º, 1085.º, 1086.º, 1087.º, 1088.º, 1089.º, 1090.º, 1091.º, 1092.º, 1093.º, 1094.º, 1095.º, 1096.º, 1097.º, 1098.º, 1099.º, 1100.º, 1101.º, 1102.º, 1103.º, 1104.º, 1105.º, 1106.º, 1107.º, 1108.º, 1109.º, 1110.º, 1111.º, 1112.º, 1113.º, 1114.º, 1115.º, 1116.º, 1117.º, 1118.º, 1119.º, 1120.º, 1121.º, 1122.º, 1123.º, 1124.º, 1125.º, 1126.º, 1127.º, 1128.º, 1129.º, 1130.º, 1131.º, 1132.º, 1133.º, 1134.º, 1135.º, 1136.º, 1137.º, 1138.º, 1139.º, 1140.º, 1141.º, 1142.º, 1143.º, 1144.º, 1145.º, 1146.º, 1147.º, 1148.º, 1149.º, 1150.º, 1151.º, 1152.º, 1153.º, 1154.º, 1155.º, 1156.º, 1157.º, 1158.º, 1159.º, 1160.º, 1161.º, 1162.º, 1163.º, 1164.º, 1165.º, 1166.º, 1167.º, 1168.º, 1169.º, 1170.º, 1171.º, 1172.º, 1173.º, 1174.º, 1175.º, 1176.º, 1177.º, 1178.º, 1179.º, 1180.º, 1181.º, 1182.º, 1183.º, 1184.º, 1185.º, 1186.º, 1187.º, 1188.º, 1189.º, 1190.º, 1191.º, 1192.º, 1193.º, 1194.º, 1195.º, 1196.º, 1197.º, 1198.º, 1199.º, 1200.º, 1201.º, 1202.º, 1203.º, 1204.º, 1205.º, 1206.º, 1207.º, 1208.º, 1209.º, 1210.º, 1211.º, 1212.º, 1213.º, 1214.º, 1215.º, 1216.º, 1217.º, 1218.º, 1219.º, 1220.º, 1221.º, 1222.º, 1223.º, 1224.º, 1225.º, 1226.º, 1227.º, 1228.º, 1229.º, 1230.º, 1231.º, 1232.º, 1233.º, 1234.º, 1235.º, 1236.º, 1237.º, 1238.º, 1239.º, 1240.º, 1241.º, 1242.º, 1243.º, 1244.º, 1245.º, 1246.º, 1247.º, 1248.º, 1249.º, 1250.º, 1251.º, 1252.º, 1253.º, 1254.º, 1255.º, 1256.º, 1257.º, 1258.º, 1259.º, 1260.º, 1261.º, 1262.º, 1263.º, 1264.º, 1265.º, 1266.º, 1267.º, 1268.º, 1269.º, 1270.º, 1271.º, 1272.º, 1273.º, 1274.º, 1275.º, 1276.º, 1277.º, 1278.º, 1279.º, 1280.º, 1281.º, 1282.º, 1283.º, 1284.º, 1285.º, 1286.º, 1287.º, 1288.º, 1289.º, 1290.º, 1291.º, 1292.º, 1293.º, 1294.º, 1295.º, 1296.º, 1297.º, 1298.º, 1299.º, 1300.º, 1301.º, 1302.º, 1303.º, 1304.º, 1305.º, 1306.º, 1307.º, 1308.º, 1309.º, 1310.º, 1311.º, 1312.º, 1313.º, 1314.º, 1315.º, 1316.º, 1317.º, 1318.º, 1319.º, 1320.º, 1321.º, 1322.º, 1323.º, 1324.º, 1325.º, 1326.º, 1327.º, 1328.º, 1329.º, 1330.º, 1331.º, 1332.º, 1333.º, 1334.º, 1335.º, 1336.º, 1337.º, 1338.º, 1339.º, 1340.º, 1341.º, 1342.º, 1343.º, 1344.º, 1345.º, 1346.º, 1347.º, 1348.º, 1349.º, 1350.º, 1351.º, 1352.º, 1353.º, 1354.º, 1355.º, 1356.º, 1357.º, 1358.º, 1359.º, 1360.º, 1361.º, 1362.º, 1363.º, 1364.º, 1365.º, 1366.º, 1367.º, 1368.º, 1369.º, 1370.º, 1371.º, 1372.º, 1373.º, 1374.º, 1375.º, 1376.º, 1377.º, 1378.º, 1379.º, 1380.º, 1381.º, 1382.º, 1383.º, 1384.º, 1385.º, 1386.º, 1387.º, 1388.º, 1389.º, 1390.º, 1391.º, 1392.º, 1393.º, 1394.º, 1395.º, 1396.º, 1397.º, 1398.º, 1399.º, 1400.º, 1401.º, 1402.º, 1403.º, 1404.º, 1405.º, 1406.º, 1407.º, 1408.º, 1409.º, 1410.º, 1411.º, 1412.º, 1413.º, 1414.º, 1415.º, 1416.º, 1417.º, 1418.º, 1419.º, 1420.º, 1421.º, 1422.º, 1423.º, 1424.º, 1425.º, 1426.º, 1427.º, 1428.º, 1429.º, 1430.º, 1431.º, 1432.º, 1433.º, 1434.º, 1435.º, 1436.º, 1437.º, 1438.º, 1439.º, 1440.º, 1441.º, 1442.º, 1443.º, 1444.º, 1445.º, 1446.º, 1447.º, 1448.º, 1449.º, 1450.º, 1451.º, 1452.º, 1453.º, 1454.º, 1455.º, 1456.º, 1457.º, 1458.º, 1459.º, 1460.º, 1461.º, 1462.º, 1463.º, 1464.º, 1465.º, 1466.º, 1467.º, 1468.º, 1469.º, 1470.º, 1471.º, 1472.º, 1473.º, 1474.º, 1475.º, 1476.º, 1477.º, 1478.º, 1479.º, 1480.º, 1481.º, 1482.º, 1483.º, 1484.º, 1485.º, 1486.º, 1487.º, 1488.º, 1489.º, 1490.º, 1491.º, 1492.º, 1493.º, 1494.º, 1495.º, 1496.º, 1497.º, 1498.º, 1499.º, 1500.º, 1501.º, 1502.º, 1503.º, 1504.º, 1505.º, 1506.º, 1507.º, 1508.º, 1509.º, 1510.º, 1511.º, 1512.º, 1513.º, 1514.º, 1515.º, 1516.º, 1517.º, 1518.º, 1519.º, 1520.º, 1521.º, 1522.º, 1523.º, 1524.º, 1525.º, 1526.º, 1527.º, 1528.º, 1529.º, 1530.º, 1531.º, 1532.º, 1533.º, 1534.º, 1535.º, 1536.º, 1537.º, 1538.º, 1539.º, 1540.º, 1541.º, 1542.º, 1543.º, 1544.

Bodas de Prata do Centro de Assistência» que abria o número formava uma excepção ao que até então havia constituído uma regra da prática editorial: uma independência total face ao poder político e a não publicitação de quaisquer acontecimentos ou textos vinculados ao regime vigente ou que poderiam ser entendidos como demonstração de uma identificação ideológica.



Os dois número 46 da Revista. Fotografia do número eliminado.

O artigo desenvolveu-se a partir da inauguração da estátua de D. Nuno Álvares Pereira em Cernache do Bonjardim relatando o conjunto de cerimónias públicas, religiosas, políticas e militares acontecidas nesse 24 de Junho de 1973, na localidade de nascimento do Condestável. A vila localizava-se no desprezado interior periférico do concelho da Sertã. A inauguração do monumento produziu um texto que afirma a manutenção da retórica oficialista e conservadora de um nacionalismo retardivo. As mensagens e as metáforas implícitas, conjugadas com os estereótipos do que havia sido o pensamento regionalista beirão da década de 20, construíram um texto anacrónico e de pendor conservador e folclorista. Com efeito, lê-se apelando à «política do espírito e das tradições», como justificação do surgimento do monumento: «(...) a Beira Baixa merece que a considerem terra de peregrinação histórica, de culto e

de amor da pátria, nas imorredouras tradições, nos monumentos arcaicos, (...) e nos gloriosos vultos de todos os tempos». Em todo o artigo, profusamente ilustrado com fotografias da parada militar, das personalidades políticas e religiosas nacionais e regionais que ocupavam os mais importantes cargos administrativos, descreve pormenorizadamente a solenidade da inauguração destacando mais do que o «culto ao herói», a utilização do percurso de vida de Nuno Álvares como exemplo a ser seguido num momento crucial de questionamento do ritmo e da continuidade da Guerra Colonial que assolava então a sociedade portuguesa. «Hoje, como noutras vezes, a pátria está ameaçada na sua integridade e na sua sobrevivência» - realçava, no seu discurso, o Governador Civil de Castelo Branco. Mas o volume onde constava o artigo, apesar de ter sido impresso, nunca chegaria a ser distribuído. Foi dos últimos actos da gestão da direcção de Lopes Dias, republicano assumido quem, durante décadas, tinha sido uma das raras vozes que se haviam atrevido a denunciar as gravosas condições das classes desfavorecidas, as geografias da fome e da repulsão que dominavam grande parte dos campos da "idílica província da Beira Baixa". Relembremos a sua luta a favor da vacinação, da irradiação da tuberculose, do combate à mortalidade infantil ou a essa doença dos "determinismos da interioridade" que foi o bócio, entre muitas outras frentes. Convoquemos algumas das suas palavras no "Ensaio de Combate à mortalidade infantil em Castelo Branco": «Aos órgãos de vanguarda contra a miséria e a ignorância, contra a doença e morte das crianças, os lactários, as creches, as escolas maternas, as consultas de higiene pré-natal, de puericultura e de pediatria, as colónias de férias, os preventórios, as enfermarias e os hospitais, sejam estas ou outras as suas nomenclaturas, tais como dispensários, infantários, abrigos, viveiros, alegretes, ninhos, centros de saúde e de assistência, a este variado equipamento médico-social, cabe na realidade uma tarefa esforçada e imensa!... Só no capítulo alimentação higiénica, deve computar-se a média das crianças subalimentadas e sujeitas aos mais diversos atropelos da ciência da nutrição, entre um terço a um quarto de todos os nado-vivos».

Em 1974 no contexto das rápidas mutações políticas e ideológicas afirmadas pelo processo revolucionário em curso, com os inícios da democratização dos quotidianos o fim da ditadura que se viveu em Portugal, um outro artigo da autoria de Francisco de Sena Esteves, beirão,

professor e figura da cultura do Porto, que fechava o número 46, encerrava conteúdos ainda mais controversos e que foram entendidos em completo desacordo com os novos tempos de liberdade. O artigo relatava alguns incidentes provocados pelo exílio do bispo do Porto D. António Ferreira Gomes, acontecimento de recorte político impactante na sociedade portuguesa. Intitulado «... Em que claridades ou as próprias sombras ainda falam» o articulista transcreveu uma notícia que estivera para sair num periódico do Porto, em 1969. Essa notícia começa deste modo: «Uma alta e discutida figura da sociedade portuguesa, desde há muito vinculada à cidade do Porto, ausentou-se de livre vontade há cerca de 10 anos (1959) para o estrangeiro. Mas ao querer regressar ao seu país viu-se impedido por circunstâncias inteiramente fortuitas de o fazer». E no seguimento transcreve um bilhete de Salazar em resposta a uma carta que lhe enviara uma senhora portuense das suas relações. Nessa missiva dava-lhe conhecimento das críticas que corriam no Porto acerca da recusa do pedido feito por D. António Ferreira Gomes, prelado que estava exilado por vontade da Ditadura, para vir a Portugal visitar sua mãe que se encontrava doente. A resposta de Salazar, escrita pelo seu próprio punho, teria sido a seguinte: «Recebi o cartão de V. Ex.^a. Não se sabe aqui nada nem chegou qualquer pedido (...)». Tudo é anónimo: D. António é classificado como «alta e discutida figura da sociedade portuguesa» e Salazar de «alta figura política da nação». O autor apresenta-se sob o pseudónimo de “Homem da Rua”. Mas o que há distância, surpreendente o preâmbulo que antecede o texto onde se lê: « (...) desde que os ESTUDOS DE CASTELO BRANCO, no seu n.º de 1 de Outubro de 1961, publicaram o que vem nas páginas 7 e 8, pode agora ver a luz do dia o artigo acima mencionado, subscrito por Homem da Rua». Ora, o artigo em questão foi publicado em 1969, da autoria de Manuel Duque Vieira (1902-1972), um dos intelectuais mais influentes da cidade, pedagogo que se enquadrava inicialmente numa corrente nacionalista católica e conservadora mas cujo pensamento evoluiu para os princípios da doutrina social da Igreja promovida pelo Concílio do Vaticano II. Este amigo pessoal de D. António, fundador do jornal católico e regionalista “Reconquista”, relatava nas páginas 7 e 8 aludidas no preâmbulo, as circunstâncias em que o bispo saíra de Portugal. Não por vontade própria mas a pretexto de umas alegadas férias que o Vaticano lhe propusera aconselhado pelo cardeal Costa Nunes,

amigo pessoal de Salazar. E, conta Duque Vieira, quando quisera regressar a Portugal foi-lhe negada a autorização pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Marcelo Matias. Como se constata o teor da notícia assinada por «Homem da Rua» publicada no artigo de Sena Esteves contraria este relato e coloca o ênfase quer na saída voluntária de D. António, quer no desconhecimento de qualquer pedido do antigo bispo do Porto para regressar a Portugal e visitar a sua mãe doente inocentando, de certo modo, o polémico e injusto desterro do grande Bispo que foi D. António Ferreira Gomes. A identificação com os ideários de Abril fez com que o já impresso número 46 fosse mandado destruir. Os dois artigos «Beira histórica - Estátua de Nun’Álvares, Cernache de Bonjardim, em festa, Bodas de Prata do Centro de Assistência» e « (...) Em que claridades ou as próprias sombras ainda falam» nunca chegariam ao leitor. Os outros artigos (“Poemas” de Mendes Lago, uma selecção da obra do poeta oitocentista Luís Osório, a conferência inédita do grande pedagogo nascido em Castelo Branco Faria de Vasconcelos, «A livraria do último vice rei do Brasil», de Marcus de Noronha da Costa, o ensaio «Deus e o Homem» do escritor Raúl de Andrade e a «Tragédia dos Percursos» do probo investigador Cruz Malpique foram incluídos conjuntamente com mais quatro novos ensaios, entre os quais se ressalta «Uma pequena história da oliveira», da autoria de Cipriano Nunes Barata, num número duplo, datado de Outubro de 1973 a Janeiro de 1974... A 1ª série terminaria a 1 de Outubro de 1974 com a publicação do número 50.

A 2ª série que surge em 1976, sob a direcção de António Salvado, introduziu uma alteração no formato, no grafismo e na tipografia da revista. A mancha da capa será ocupada por monumentos da cidade. A estas alterações outras se juntaram na gestão do projecto. Por exemplo, José Lopes Dias, entretanto falecido a 12 de Janeiro de 1976, continua a surgir como fundador, apontando-se na ficha técnica apenas o director e o proprietário, não se indicando qualquer conselho da redação. Publicou-se até 1981. As directrizes que haviam presidido à sua criação na década de 60 mantiveram-se assim como o núcleo de alguns dos seus principais colaboradores fundacionais como Manuel da Silva Castelo Branco, Luís Pinto Garcia, Vasco da Costa Salema e Raúl de Andrade, entre outros. Ao longo das páginas dos seus sete números a aposta na divulgação dos valores culturais e patrimoniais da região ressalta na diversidade de temas abordados,

a maior parte cingidos a realidades da cidade de Castelo Branco como por exemplo o pioneiro artigo do cônego Anacleto Pires Martins sobre os «Portados quinhentistas da cidade de Castelo Branco» e a outras geografias como os «Estudos sobre a Diocese de Castelo Branco» do professor da Universidade de Coimbra José Galdes Freire. Continuaram a editar-se as conferências inéditas de Faria de Vasconcelos e as suas páginas recolheram ainda colaborações de pendor literário de autores portugueses e brasileiros.

Aspecto a relevar nesta 2ª série é a introdução de ensaios de teoria museológica regional e internacional e também de contribuições no domínio da arqueologia regional, realidades relacionadas com o dinamismo científico que caracterizava então o Museu Francisco de Tavares Proença Júnior da capital do distrito, instituição cultural dirigida também pelo director da Revista. Salientamos ainda a presença de títulos que conjugam inventários bibliográficos de obras referentes ao território de influência da Revista como «Os apontamentos para uma bibliografia da Beira Baixa» de José Vasco Mendes de Matos ou as «Notas bio-bibliográficas do concelho de Vila de Rei», de autoria do padre Henrique da Silva Louro. A morte inesperada de João Caetano de Abrunhosa, seu editor e proprietário, determinou a suspensão da publicação. «Pelas suas altas qualidades intelectuais, pela sua inextinguível afabilidade na convivência diária, pelo seu estremecimento constante perante as dificuldades alheias, pela sua atenção, enfim, à vida da comunidade onde se inseriu, o Dr. João Caetano de Abrunhosa constituiu admirável de cidadão» - lê-se no último número desta 2ª série datado de Dezembro de 1981.

Os *Estudos de Castelo Branco* surgem de novo em 2003 por iniciativa de António Salvado, que reassume a direção e a propriedade da revista. Esta 3ª série retoma o formato e o sóbrio grafismo da 1ª série que haviam criado e fornecido uma identidade própria aos números saídos nos anos 60 e 70. Mas não só o formato e o grafismo inicial inspiraram esta 3ª série. Grande parte das coordenadas intrínsecas que haviam norteado o projecto editorial de José Lopes Dias, privilegiando a divulgação das realidades culturais da região da Beira numa perspetiva científica, eclética, unindo saberes académicos e gizados a partir da sociedade civil, e transversal a vários domínios do saber e da criação, mantiveram-se como ideário iluminador.

História geral e regional, arqueologia e história religiosa, etnografia regional, abarcaram uma diversidade de temas da pedagogia à literatura, da meteorologia à numismática, da linguística à museologia, compuseram as páginas dos números desta 3ª série. Novos objectos ligados à áreas das ciências exactas (meteorologia, paleontologia, e astronomia) ganharam relevo a par de uma abertura à colaboração de autores da região da vizinha Extremadura espanhola e de outros centros do saber como a Universidade de Salamanca. O costume das *cartas*, assim chamava José Lopes Dias às pequenas crónicas enviadas por colaboradores residentes no estrangeiro, regressou nesta 3ª série: *Cartas de Salamanca, de Paris, de Madrid*, irão estabelecer um original vínculo da Revista a outras geografias criativas. As *Cartas de Paris* da autoria do esquecido pintor Raul da Costa Camelo constituem os últimos elos de ligação deste nome referencial da pintura portuguesa contemporânea, à cidade e à Beira que tanto estimava. Foram editados 5 números: o primeiro em 2003, dois em 2004 e um outro em 2005. Dificuldades financeiras e um desinteresse por parte da Autarquia em apoiar a continuidade do projecto (ainda esteve preparado um número comemorativo do 50º Aniversário da Revista) implicaram o seu fim.

Remate

O nome do Dr. José Lopes Dias continua a ecoar nas sonoridades quotidianas albacastrenses tal como o seu “amado amato” objeto de investigação com uma força que perpassou e venceu todos os tempos e esquecimentos. Continuar a invocar e a celebrar a sua obra é um acto de enorme justeza que reforça a identidade local e a tessitura da comunidade combatendo-se, deste modo, todas as circunstanciais amnésias. Propormos, nesta linha, a edição completa e comentada dos seus trabalhos de investigação, daqueles que sejam respeitantes a Amato, mas principalmente daqueles outros que pela sua singularidade de temas e de abordagens de construção metodológica constituem componentes basilares da evolução da historiografia e da história cultural regional.

Lopes Dias interrogava o passado em grande parte à procura das raízes, descobrindo e revelando idiosincrasias e ideais, interligando, criticamente como tem de ser, os tempos no tempo com a palavra esperança. Um dia o poeta Diogo Pires, primo de Amato Lusitano, terá dito: «Rodrigues há

que continuar a correr em busca de uma estrela». Que assim seja e que a memória do exemplaridade profissional e científica de Lopes Dias contribua para romper o atávico cinzentismo deste Interiores onde repousam as Beiras, espaços cada vez mais escurecidos em desalentos, vazio de sentires e de sonhos, de gentes e de heróis.

BIBLIOGRAFIA GERAL DA REVISTA "ESTUDOS DE CASTELO BRANCO"

- 3ª ROMAGEM DE SAUDADE DOS ANTIGOS MESTRES E ESTUDANTES DO LICEU DE CASTELO BRANCO (A) (1962). In ECB, nº 3, p. 87-126.
- 4ª ROMAGEM DE SAUDADE. In ECB, nº 22, p. 81-165.
- ALBINO, Teresa Pacheco (2005) – *O Museu como espaço de representação, relação e educação intercultural*. In ECB/NNS, nº 4, p. 187-202.
- 5ª ROMAGEM DE SAUDADE (1972). In ECB, nº 39, p. 149-212.
- ALBUQUERQUE, Couceiro de (1961) – *As Talhadas*. In ECB, nº 2, p. 51-54.
- ALBUQUERQUE, Couceiro de (1963) – *O castelo de Sarzedas*. In ECB, nº 7, p. 69-73.
- ALGUNS TRABALHOS ORIGINAIS DO PROF. FARIA DE VASCONCELOS (1969). In ECB, nº 30, p. 121-122.
- ALMEIDA, Fernando de (1961) – *A porta romana do Ponsul em Idanha-a-Velha*. In ECB, nº 1, p. 119-124.
- ALMEIDA, Fernando de (1962) – *Trebaruna: deusa lusitana*. In ECB, nº 6, p. 67-74.
- ALMEIDA, Fernando de (1973) – *Museu e diocese de Castelo Branco*. In ECB, nº 44, p. 5-15.
- ALMEIDA, Vieira de (1961) – *Escolas da província*. In ECB, nº 1, p. 39-42.
- ALMEIDA, Vieira de (1961) – *Fragmento inicial de um poema inédito*. In ECB, nº 1, p. 102-103.
- ALMEIDA, Vieira de (1961) – *Tríptico*. In ECB, nº 1, p. 104-105.
- ALMEIDA, Vieira de (1962) – *As Beiras*. In ECB, nº 4, p. 5-10.
- ALVARÁ DO REI D. JOSÉ E DO MARQUÊS DE POMBAL DE 20 DE MARÇO DE 1771 E CARTA RÉGIA DE 15 DE ABRIL SEGUINTE (1971). In ECB, nº 36, p. 5-10.
- ALVES, Manuel da Costa (2003) – *Efeito das ondas de calor em Portugal*. In ECB/NNS, nº 1, p. 167-177.
- ALVES, Maria Helena Duarte Gomes de Sousa (1969) – *A acção pedagógica de Faria de Vasconcelos no Instituto de Orientação Profissional "Maria Luísa Barbosa de Carvalho"*. In ECB, nº 30, p. 56-78.
- ALVES, Maria Helena Duarte Gomes de Sousa (1969) – *Obras do Prof. Faria de Vasconcelos*. In ECB, nº 30, p. 112-119.
- AMARAL, Maria de Lourdes Dias do (1961) – *Em louvor e honra do poeta da ausência, que abriu a porta à saudade*. In ECB, nº 2, p. 92-96.
- AMAYA, António d' (1965) – *Primeiro amor*. In ECB, nº 16, p. 81.
- ANDRADE, Eugénio de (1972) – *Três poemas de Eugénio de Andrade*. In ECB, nº 42, p. 16.
- ANDRADE, João (1970) – *Página de memórias: regresso de França: apresentação no regimento de obuses: a coluna negra*. In ECB, nº 32, p. 81-108; ECB, nº 33, p. 136-151; ECB, nº 34, p. 179-200.
- ANDRADE, João (1971) – *Ninho do Açor, minha terra*. In ECB, nº 36, p. 120-125.
- ANDRADE, Raul Moreira de (1970) – *A arte, essa inutilidade*. In ECB, nº 33, p. 117-133.
- ANDRADE, Raul Moreira de (1971) – *Reabilitação de D. João*. In ECB, nº 38, p. 24-66.
- ANDRADE, Raul Moreira de (1971) – *Poemas*. In ECB, nº 38, p. 151-156.
- ANDRADE, Raul Moreira de (1972) – *Poemas*. In ECB, nº 41, p. 102-105.
- ANDRADE, Raul Moreira de (1972) – *O Homem e a arte, essa inutilidade*. In ECB, nº 42, p. 17-48; ECB, nº 44, p. 97-126; ECB, nº 45, p. 32-74.
- ANDRADE, Rui Moreira de (1973) – *O poder e a justiça: dois ensaios e uma nota sobre a organização judiciária portuguesa*. In ECB, nº 43, p. 17-43.
- ANDRADE, Rui Moreira de (1974) – *Deus e o Homem*. In ECB, nº 46-47, p. 100-133; ECB, nº 48-49, p. 110-138.
- ANDRADE, Rui Moreira de (1974) – *Jardim do Paço de Castelo Branco*. In ECB, nº 50, p. 47.
- ANDRADE, Rui Moreira de (1977) – *A canção da Beira*. In ECB/NS, nº 2, p. 25.
- ANTUNES, António Pires (1965) – *Do Terreiro do Paço ao Rossio*. In ECB, nº 15, p. 98-103.
- ANTUNES, José (1961) – *A igreja matriz da Sertã*. In ECB, nº 1, p. 125-126.
- ANTUNES, José (1962) – *O pintor Túlio Vitorino*. In ECB, nº 5, p. 5-9.
- BALEIRAS, Sebastião José (1966) – *Pena*. In ECB, nº 19, p. 91.
- BALONAS, José Ventura (1964) – *Voz ausente*. In ECB, nº 12, p. 90.
- BARATA, Agostinho Esteves Oliveira (1972) – *Morreu Henry de Montherland*. In ECB, nº 42, p. 150.
- BARATA, Cipriano Nunes (1962) – *O exclusivo do fabrico e venda de sabão, em algumas terras da Beira Baixa: digressão histórica*. In ECB, nº 5, p. 10-30; ECB, nº 7, Adenda, p. 27-34; ECB, nº 8, Adenda, p. 35-49.
- BARATA, Cipriano Nunes (1969-1973/1974) – *Uma pequena história da oliveira*. In ECB, nº 29, p. 74-89; ECB, nº 31, p. 67-96; ECB, nº 32, p. 132-161; ECB, nº 34, p. 145-178; ECB, nº 39, p. 35-59; ECB, nº 44, p. 146-164; ECB, nº 46-47, p. 196-221.
- BARATA, Cipriano Nunes (1974) – *A cultura da oliveira, ao longo da época medieval portuguesa na região entre o Mondego e o Tejo*. In ECB, nº 50, p. 80-94.
- BARATA, Manuel de Oliveira (1971) – *Crónica de uma cidade*. In ECB, nº 36, p. 209-211.
- BARATA, Maria de Lourdes Gouveia da Costa (2003) – *A besta infernal do tempo torquiano*. In ECB/NNS, nº 1, p. 192-208.
- BATISTA, Alice Branco Antunes (1972) – *Folclore no concelho da Covilhã*. In ECB, nº 42, p. 61-86.
- BATISTA, Cândido Antunes (1972) – *Mundo moderno e pedagogia*. In ECB, nº 42, p. 49-57.
- BATISTA, Joaquim; LEITÃO, Manuel (1979) – *Um monumento dolménico nas Naves (Montalvão-Nisa)*. In ECB/NS, nº 5, p. 72-82.
- BATISTA, Joaquim (1980) – *A estação romana da Fonte da Bica (Mata)*. In ECB/NS, nº 6, p. 118-125.
- BATISTA, Joaquim (2004) – *Acerca de uma inscrição do antigo convento de Santo António dos Capuchos (Castelo Branco)*. In ECB/NNS, nº 3, p. 65-68.
- BEIRANTE, Cândido (1980) – *Dois estudos: os Lusíadas de Camões: circunstâncias epocais e aspectos da obra*. In ECB/NS, nº 6, p. 27-57.
- BEIRANTE, Cândido (1980) – *Dois estudos: o magistério de Herculanense no seu tempo e sua actualidade*. In ECB/NS, nº 6, p. 58-92.
- BEIRÃO, Augusto Duarte (1961) – *Feliz iniciativa*. In ECB, nº 1, p. 69-70.
- BELO, Aníbal da Cunha (1966) – *Como se fala na minha terra: Gavião de Ródão*. In ECB, nº 19, p. 92-105; ECB, nº 20, p. 106-120; ECB, nº 26, p. 119-131; ECB, nº 32, p. 46-65.
- BENEVIDES, Walter (1979) – *A grande amizade galega*. In ECB/NS, nº 5, p. 21-29.
- BENTO, Américo Dias (1965) – *Preito*. In ECB, nº 15, p. 135-136.
- BENTO, António (1963) – *Poema*. In ECB, nº 9, p. 54-55.

- BENTO, Carlos (1962) – *A intensão social na pedagogia de Pestalozzi*. In ECB, nº 5, p. 49-60.
- BENTO, Dias (1961) – *Determinismo*. In ECB, nº 1, p. 113.
- BENTO, Dias (1961) – *Aconteceu poesia*. In ECB, nº 2, p. 103.
- BENTO, Dias (1964) – *Passatempo*. In ECB, nº 11, p. 102-103.
- BENTO, Dias (1967) – *Verdade*. In ECB, nº 23, p. 141-142.
- BENTO, Maria Eunice de Sousa (1966) – *Bocage e o fim de um século : homenagem ao poeta no 2º centenário do seu nascimento*. In ECB, nº 19, p. 11-30.
- BENTO, Mário Pires (1978) – *Estações arqueológicas romanas de Meimoa (Beira Baixa)*. In ECB/NS, nº 3, p. 80-88.
- BENTO, Sérgio de Sousa (1963) – *Não*. In ECB, nº 10, p. 71.
- BENTO, Sérgio de Sousa (1964) – *Poema*. In ECB, nº 12, p. 88-90.
- BENTO, Sérgio de Sousa (1966) – *Poema: o negro nos veste: somos corpos de vidro*. In ECB, nº 20, p. 167-170.
- BENTO, Sérgio de Sousa (1967) – *12 fragmentos: poemas para uma história universal das árvores e da maresia*. In ECB, nº 23, p. 137-141.
- BISCAIA, Alberto (1972) – *Poemas de Alberto Biscaya*. In ECB, nº 42, p. 58-60.
- BISCAIA, Alberto (1974) – *Poemas*. In ECB, nº 50, p. 53-54.
- BIZARRO, José (1962) – *Poema para um corpo desabitado*. In ECB, nº 5, p. 78-79.
- BIZARRO, José (1963) – *Andam por aí entre os amantes*. In ECB, nº 9, p. 56.
- BIZARRO, José (1967) – *Poema*. In ECB, nº 21, p. 129.
- BOAVIDA, Luís Alberto Matos (1979) – *Poemas*. In ECB/NS, nº 5, p. 30-31.
- BOAVIDA, Luís Alberto Matos (1981) – *Poemas*. In ECB/NS, nº 7, p. 20-21.
- BOLÉO, José de Paiva (1968) – *Amatus Lusitanus, the inventor: the palatine obturator*. In ECB, nº 28, p. 205-217.
- BRÁS, José Nepomuceno F. (1968) – *Covilhã*. In ECB, nº 26, p. 159.
- BRASIL, Reis (1961) – *Os "Lusiadas" e a viagem de Vasco da Gama*. In ECB, nº 1, p. 43-51.
- BRASIL, Reis (1964) – *Leão hebreu e Camões*. In ECB, nº 13, p. 5-30.
- BRASIL, Reis (1967) – *III Centenário da morte de D. Francisco Manuel de Melo*. In ECB, nº 21, p. 34-60.
- BRASIL, Reis (1967) – *II Centenário do nascimento de Bocage (1765 a 1805)*. In ECB, nº 24, p. 26-68.
- BRASIL, Reis (1968) – *Camões e o platonismo*. In ECB, nº 26, p. 5-64; ECB, nº 27, p. 50-83; ECB, nº 28, p. 52-89.
- BRASIL, Reis (1969) – *"Camões e os povos do oriente"*. In ECB, nº 29, p. 90-101.
- BRASIL, Reis (1969) – *Faria de Vasconcelos e a evolução da pedagogia portuguesa*. In ECB, nº 30, p. 38-46.
- BRASIL, Reis (1971) – *Antero de Quental: o homem e o poeta: ensaio*. In ECB, nº 36, p. 137-185; ECB, nº 38, p. 89-140; ECB, nº 41, p. 38-101.
- BRASIL, Reis (1973) – *Camões épico, Camões lírico*. In ECB, nº 43, p. 98-126.
- BRASIO, António (1971) – *Diocese de Castelo Branco*. In ECB, nº 36, p. 17-32 e Adenda, p. 317-318.
- BRASIO, António (1974) – *A Bula da criação da diocese de Castelo Branco*. In ECB, nº 50, p. 5-14.
- BRÁZ, Cândido (1974) – *Dois poemas*. In ECB, nº 50, p. 57-59.
- BRAZÃO, Arnaldo (1962) – *O pataco e a sua bibliografia*. In ECB, nº 6, p. 75-79.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1963) – *Garrett, um percursor*. In ECB, nº 8, p. 22-25.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1963) – *Notas à margem do programa de grego do Liceu*. In ECB, nº 9, p. 21-23.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1963) – *Terra de Santa Maria*. In ECB, nº 10, p. 58-64.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1968) – *A tradução nas aulas de latim: fundamentos, validade e metodologia*. In ECB, nº 25, p. 90-105.
- BULHÕES, António (1973) – *Angelina*. In ECB, nº 44, p. 48-56.
- BULHÕES, António (1974) – *Segunda época*. In ECB, nº 46-47, p. 24-31.
- BULHÕES, António (1977) – *Noturno*. In ECB/NS, nº 2, p. 18-24.
- BULHÕES, António (2004) – *O grito do Ipiranga e a independência do Brasil*. In ECB/NNS, nº 3, p. 171-197.
- CAMELO, Costa (1978) – *Costa Camelo: Depoimentos*. In ECB/NS, nº 4, p. 31-39.
- CAMELO, Costa (2003) – *"Memórias visíveis de Artur Bual"*. In ECB/NNS, nº 1, p. 260.
- CAMELO, Costa (2004) – *Carta de Paris*. In ECB/NNS, nº 2, p. 189-191.
- CAMÕES (1968) – *Cantiga alheia*. In ECB, nº 26, p. 154.
- CAMPOS, Luís de Almeida Coelho de (1968) – *A Serra da Estrela*. In ECB, nº 26, p. 156.
- CÂNDIDO, Jacinto (1962) – *Autobiografia do Conselheiro Jacinto Cândido*. In ECB, nº 3, p. 5-30.
- CÂNDIDO, Jacinto (1962) – *Memórias íntimas para o meu filho (1898-1925): prefácio de José Lopes Dias*. In ECB, nº 4, Adenda, p. 3-79.
- CANELAS, Francisco (1974) – *Poemas*. In ECB, nº 50, p. 51-52.
- CANINAS João Carlos; et al. (2004) – *Novos dados sobre a pré-história recente da Beira Interior sul: megalitismo e arte rupestre na concelha de Oleiros*. In ECB/NNS, nº 3, p. 97-123.
- CAPÊLO, José Manuel (2003) – *D. Frei Pedro Alvites, mestre templário em Portugal e nos três reinos*. In ECB/NNS, nº 1, p. 56-78. (Artigo repetido no número seguinte na totalidade por o primeiro conter demasiadas gralhas). ECB/NNS, nº 2, p. 197-221.
- CARDOSO, Eloy (1963) – *Apointamentos para a história de Castelo Branco*. In ECB, nº 8, p. 88-103; ECB, nº 9, p. 24-32.
- CARDOSO, Eloy (1964) – *O jornalismo em Castelo Branco*. In ECB, nº 11, p. 35-52; ECB, nº 12, p. 40-60.
- CARDOSO, Lurdes (2005) – *Família-escola: (des)encontro de culturas*. In ECB/NNS, nº 4, p. 179-186.
- CARDOSO, Mário (1962) – *Lembrança de um saudoso amigo*. In ECB, nº 6, p. 88-89.
- CARLOS BENTO: PERDA IRREPARÁVEL (1968). In ECB, nº 25, p. 5-10.
- CAROÇA, Josefina (1964) – *Sonetos de Josefina Caroça*. In ECB, nº 14, p. 125-128.
- CARVALHO, Carlos Neto de (2004) – *Serpenteando pelo património paleontológico das serranias de Penha Garcia*. In ECB/NNS, nº 2, p. 25-47.
- CARVALHO, Carlos Neto de (2005) – *O tronco silicificado de Annonoxylon teixeirae Pais, 1973 (Perais, Vila Velha de Ródão)*. In ECB/NNS, nº 4, p. 41-50.
- CARVALHO, Rui Vaz de (1965) – *Cantiga popular*. In ECB, nº 16, p. 82.
- CASTANHEIRA, Acúrcio (1968) – *Recordando o Pº Manuel Alves Catarino distinto monografista de Proença-a-Nova*. In ECB, nº 27, p. 43-49.
- CASTANHEIRA, Luciano (1961) – *Carta da Madeira*. In ECB, nº 2, p. 114-116.
- CASTANHEIRA, Luciano (1962) – *A propósito de uma visita: carta da Madeira*. In ECB, nº 5, p. 46-48.
- CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1961) – *Alcides-mores de Castelo Branco*. In ECB, nº 1, p. 1-8.
- CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1962-1969) – *Registos paroquiais quinhentistas da igreja de Santa Maria do Castelo, da vila de Castelo Branco*. In ECB, nº 3, p. 31-48; In ECB, nº 4, Adenda, p. 25-40; ECB, nº 5, Adenda, 41-48; ECB, nº 9, Adenda, p. 49-64; ECB, nº 13, Adenda, p. 65-96; ECB, nº 15, Adenda, p. 97-112; ECB, nº 18, Adenda, p. 113-128; ECB, nº 19, Adenda, p. 129-144;

ECB, nº 20, Adenda, p. 145-160; ECB, nº 21, Adenda, p. 161-176; ECB, nº 23, Adenda, p. 177-192; ECB, nº 24, Adenda, p. 193-208; ECB, nº 29, Adenda, p. 209-222.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1963) – *Notas e documentos para a história dos judeus e cristãos-novos de Castelo Branco*. In ECB, nº 10, p. 5-37.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1967) – *Famíliares do Santo Ofício em Castelo Branco*. In ECB, nº 21, p. 15-27.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1967) – *Vínculo genealógico que liga o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente cessante da República do Brasil, à cidade de Castelo Branco, donde os seus antepassados tomaram o apelido*. In ECB, nº 23, p. 116-122.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1974) – *Uma genealogia medieval*. In ECB, nº 48-49, p. 55-91.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1976) – *A Sé egíptia na era quinhentista*. In ECB/NS, nº 1, p. 46-54.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1978) – *Notícia histórica sobre a Fonte das Águas Férreas em Castelo Branco*. In ECB/NS, nº 3, p. 38-51.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1981) – *A gafaria medieval de Castelo Branco: subsídios para a sua história*. In ECB/NS, nº 7, p. 5-14.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (2003) – *Poetas do "Cancioneiro Geral" ligados a diversas povoações do actual distrito de Castelo Branco*. In ECB/NNS, nº 1, p. 7-41.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (2005) – *Recordar D. Fernando de Almeida: na sequência da passagem do centenário do seu nascimento*. In ECB/NNS, nº 4, p. 79-94.

CASTRO, Carlos Garcia de (1963) – *Tarde de Junho*. In ECB, nº 9, p. 50-51.

CASTRO, E. M. de Melo e (1961) – *Dois notas para a sociologia da poesia*. In ECB, nº 1, p. 137-140.

CASTRO, E. M. de Melo e (1965) – *Morte na tarde praia*. In ECB, nº 16, p. 73-74.

CASTRO, Luiz Paiva de (1974) – *Farda azul*. In ECB, nº 50, p. 38-46.

CATANA, António Silveira (2004) – *Evocando Firmino Crespo*. In ECB/NNS, nº 2, p. 55-70.

CATARINO, Manuel Alves (1968) – *Como é linda a minha terra!...* In ECB, nº 26, p. 158.

CHAVES, Luís (1962) – *O namorado persistente das moedas visigóticas da Egíptia*. In ECB, nº 6, p. 16-26.

CIDADE, Hernâni (1969) – *Prof. Faria de Vasconcelos: saber para agir*. In ECB, nº 30, p. 5-7.

COISAS & FACTOS (1962). In ECB, nº 3, p. 175-177.

COISAS & FACTOS (1962). In ECB, nº 4, p. 84-87.

COISAS & FACTOS (1962). In ECB, nº 5, p. 92-96.

COISAS & FACTOS (1962). In ECB, nº 6, p. 149-151.

COISAS & FACTOS (1963). In ECB, nº 7, p. 132-136.

COISA, PESSOAS & FACTOS (1963). In ECB, nº 9, p. 71-74.

COISAS, PESSOAS & FACTOS (1963). In ECB, nº 10, p. 83-86.

COISAS, PESSOAS & FACTOS (1964). In ECB, nº 12, p. 115-117.

COISAS, PESSOAS & FACTOS (1964). In ECB, nº 13, p. 112-116.

COISAS, PESSOAS & FACTOS (1964). In ECB, nº 14, p. 142-147.

COLUMBA, João (1962) – *Criada cansada de bata branca*. In ECB, nº 5, p. 77.

CONDE, Frederico da Costa (1961) – *O colégio de S. Fiel*. In ECB, nº 1, p. 63-68.

CONDE, Frederico da Costa (1970) – *Um adminículo no Génesis*. In ECB, nº 34, p. 63-66.

CONDE, Frederico da Costa (1971) – *Castelo Branco, cidade emérita*. In ECB, nº 36, p. 81-91.

CONDE, Frederico da Costa (1972) *A segunda face da justiça*. In ECB, nº 39, p. 5-13.

CONDE, Frederico da Costa (1972) – *O Dr. Joaquim Diogo Correia*. In ECB, nº 41, p. 172-175.

CONDE, Frederico da Costa (1974) – *A monumentalidade do derogado código civil português de M.DCCC.LXVII: pequeno bosquejo evocativo*. In ECB, nº 46-47, p. 5-23.

CORREIA, Fernanda da Silva (1961) – *Saudades da Beira Baixa*. In ECB, nº 1, p. 89-93.

CORREIA, João Diogo (1961) – *Almotão*. In ECB, nº 2, p. 104-107.

CORREIA, João Diogo (1962) – *A etimologia de Ponsul*. In ECB, nº 3, p. 137-138.

CORREIA, João Diogo (1962) – *A etimologia de Almaceda*. In ECB, nº 4, p. 69-72.

CORREIA, João Diogo (1963) – *Toponímia beiroa: Idanha-a-Nova. O apodo "alarves"*. In ECB, nº 8, p. 104-108.

CORREIA, João Diogo (1963) – *Maxiais - Lardosa: toponímia beiroa*. In ECB, nº 10, p. 65-67.

CORREIA, João Diogo (1964) – *Malpica do Tejo: reflexões sobre a sua origem e a sua antiguidade*. In ECB, nº 12, p. 80-84.

CORREIA, João Diogo (1965) – *Origem do apelido Castelo Branco*. In ECB, nº 17, p. 102-104.

CORREIA, João Diogo (1965) – *Castelo Buçaco (Beira Baixa)*. In ECB, nº 18, p. 62-63.

CORREIA, João Diogo (1966) – *Guimarães nos limites de Idanha-a-Velha*. In ECB, nº 19, p. 36-38.

CORREIA, João Diogo (1967) – *Reflexões sobre os nomes de duas granjas da Ordem de Cristo, no termo de Castelo Branco*. In ECB, nº 22, p. 53-55.

CORREIA, João Diogo (1968) – *Arressário (Rua do) e Zebreira*. In ECB, nº 25, p. 113-116.

CORREIA, João Diogo (1968) – *Notas toponímicas: investigando*. In ECB, nº 28, p. 48-51.

CORREIA, João Diogo (1969) – *Notas toponímicas*. In ECB, nº 29, p. 102-104.

CORREIA, João Diogo (1962) – *Notas toponímicas*. In ECB, nº 31, p. 63-66.

CORREIA, João Diogo (1970) – *Notas toponímicas*. In ECB, nº 32, p. 74-80.

CORREIA, João Diogo (1970) – *Notas toponímicas*. In ECB, nº 33, p. 107-116.

CORREIA, João Diogo (1970) – *Notas toponímicas*. In ECB, nº 34, p. 67-72.

CORREIA, João Diogo (1971) – *Notas toponímicas*. In ECB, nº 35, p. 155-160.

CORREIA, João Diogo (1971) – *Notas toponímicas*. In ECB, nº 36, p. 105-119.

CORREIA, João Diogo (1972) – *Notas toponímicas*. In ECB, nº 39, p. 134-147.

CORREIA, João Diogo (1973) – *Notas toponímicas*. In ECB, nº 44, p. 165-167.

CORREIA, João Diogo (1974) – *Notas toponímicas*. In ECB, nº 46-47, p. 36-38.

CORREIA, João Frade (1961) – *Poema*. In ECB, nº 2, p. 100.

CORREIA, João Frade (1961) – *Canção*. In ECB, nº 1, p. 106-107.

CORREIA, João Frade (1961) – *António de Andrade*. In ECB, nº 2, p. 69-74.

CORREIA, João Frade (1962) – *Canção*. In ECB, nº 3, p. 82.

CORREIA, João Frade (1966) – *Canção*. In ECB, nº 20, p. 162-163.

CORREIA, João Frade (1968) – *Poesia e realidade em António Nobre*. In ECB, nº 25, p. 106-112.

CORREIA, João Frade (1968) – *Beira*. In ECB, nº 26, p. 163.

CORREIA, João Frade (1971) – *Desenvolvimento e valorização da Beira Baixa*. In ECB, nº 36, p. 100-104.

CORREIA, Joaquim Manuel (1962) – *Na romaria da senhora da Póvoa de Vale do Lobo*. In ECB, nº 4, p. 42-62.

CORREIA, José Diogo (1972) – *Notas toponímicas*. In ECB, nº 42, p. 146-149.

CORREIA, José Gomes (1961) – *Romagem de saudade*. In ECB, nº 1, p. 108-109.

- CORREIA, José Gomes (1961) – *Amanhã não haverá amanhã*. In ECB, nº 1, p. 110-111..
- CORREIA, José Gomes (1962) – *Presságio*. In ECB, nº 3, p. 83.
- CORREIA, José Gomes (1962) – *Àquem....* In ECB, nº 4, p. 64.
- CORREIA, Maximino (1968) – *Comemorações do IV centenário da morte de Amato Lusitano*. In ECB, nº 27, p. 5-21.
- CORREIA, Sebastião Morão (1961) – *Beirões da Índia: carta de Goa*. In ECB, nº 1, p. 133-136.
- CORREIA, Sebastião Morão (1961) – *Poema do homem das ilhas de bruma*. In ECB, nº 2, p. 102.
- CORREIA, [Sebastião] Morão (1961) – *Carta de Goa*. In ECB, nº 2, p. 108-113.
- CORREIA, [Sebastião] Morão (1971) – *Esta palavra educação...* In ECB, nº 36, p. 196-204.
- COSTA, José Francisco (1969) – *A 29 anos de distância...* In ECB, nº 30, p. 33-37.
- COSTA, Marcus de Noronha da (1973-1974) – *A livraria do último vice-rei do Brasil*. In ECB, nº 44, p. 127-145; ECB, nº 45, p. 155-164; ECB, nº 46-47, p. 134-152; ECB, nº 48-49, p. 190-199.
- COSTA, Maria Fernanda Gil Pinheiro (1973) – *Poesias*. In ECB, nº 43, p. 74-76.
- CRESPO, Firmino (1961) – *Carta de Inglaterra: com imagens da Grã-Bretanha*. In ECB, nº 1, p. 127-131.
- CRESPO, Firmino (1962) – *Almortão ou Almotão: um problema de toponímia sacra*. In ECB, nº 3, p. 133-136.
- CRESPO, Firmino (1962) – *Postais da Grã-Bretanha: a importância do Natal*. In ECB, nº 4, p. 32-37.
- CRESPO, Firmino (1964) – *A tradição lírica popular antes e depois dos trovadores*. In ECB, nº 13, p. 42-47.
- CRESPO, Firmino (1965) – *Temas de poesia lírica popular e trova-doresca*. In ECB, nº 15, p. 86-91.
- CRESPO, Firmino (1965) – *Beira sudeste: nota breve preambular*. In ECB, nº 16, p. 85-89.
- CRESPO, Firmino (1968) – *Descobrimos terras da Beira: impressões de uma viagem*. In ECB, nº 26, p. 113-118; ECB, nº 27, p. 36-42; ECB, nº 28, p. 43-47; ECB, nº 29, p. 69-73; ECB, nº 31, p. 52-58; ECB, nº 32, p. 66-70; ECB, nº 34, p. 38-42; ECB, nº 35, p. 85-91; ECB, nº 38, p. 199-203.
- CRESPO, Firmino (1969) – *Amato Lusitano revelado através da sua obra*. In ECB, nº 29, p. 23-34.
- CRESPO, Firmino (1969) – *Um traço poético na personalidade de Faria de Vasconcelos*. In ECB, nº 30, p. 47-48.
- CRESPO, Firmino (1970) – *José Régio: traços da sua personalidade humana*. In ECB, nº 33, p. 5-10.
- CRESPO, Firmino (1971) – *Cidade voltada ao nascente*. In ECB, nº 36, p. 205-208.
- CRUZ, José Marques da (1968) – *Oração a Portugal*. In ECB, nº 26, p. 161.
- CRUZ, Liberto (1961) – *Poema*. In ECB, nº 2, p. 97.
- CRUZ, Liberto (1962) – *Quase poema*. In ECB, nº 4, p. 63.
- CRUZ, Liberto (1964) – *Aviso prévio*. In ECB, nº 11, p. 100.
- CRUZ, Liberto (1964) – *Discurso claro como o Inverno*. In ECB, nº 12, p. 85-87.
- CRUZ, Maria dos Santos (1963) – *Eu e o meu eu*. In ECB, nº 8, p. 123.
- CRUZ, Maria dos Santos (1963) – *Não!*. In ECB, nº 8, p. 123.
- CRUZ, Maria dos Santos (1964) – *Eu*. In ECB, nº 11, p. 103.
- CUNHA, Alfredo da (1968) – *Terra-mater*. In ECB, nº 26, p. 157.
- CURVELO, António Carlos (1965) – *Ao terceiro dia...* In ECB, nº 16, p. 62-65.
- DELGADO, João Pedro (2007) – *Aquilino Ribeiro e o filtro do século*. In ECB/NNS, nº 6, p. 218-223.
- DESCERRAMENTO DA PLACA ALUSIVA AO POETA JOÃO ROIZ DE CASTEL BRANCO (1961). In ECB, nº 2, p. 91.
- DIAS, Jaime Lopes (1961-1963) – *A linguagem popular da Beira Baixa*. In ECB, nº 1, p. 145-160; ECB, nº 2, p. 117-138; ECB, nº 3, p. 139-153; ECB, nº 4, Adenda, p. 52-66; ECB, nº 5, Adenda, p. 67-82; ECB, nº 7, p. 83-106.
- DIAS, Jaime Lopes (1965) – *A região de Riba Côa e a Cova da Beira nas suas relações e contrastes*. In ECB, nº 15, p. 130-133.
- DIAS, Jaime Lopes (1965) – *No V centenário de Gil Vicente*. In ECB, nº 18, p. 9-25.
- DIAS, Jaime Lopes (1968) – *Para a história da barragem da campina de Idanha-a-Nova, e da sua gente: a política do campo, rumo indispensável à vida nacional!: cartas do professor e filósofo, Dr. Joaquim de Carvalho*. In ECB, nº 28, p. 5-14.
- DIAS, José Lopes (1962) – *O Ten.-Cor. António Elias Garcia*. In ECB, nº 6, p. 81-82.
- DIAS, José Lopes (1963) – *Cartas políticas do conselheiro João Franco a Tavares Proença*. In ECB, nº 7, Adenda, p. 5-58; ECB, nº 9, Adenda, p. 59-74; ECB, nº 10, Adenda, p. 75-98. ECB, nº 11, p. 99-147.
- DIAS, José Lopes (1963) – *Cartas do P^o Joaquim da Silva Tavares, director da "Brotéria", extraviada em 1910*. In ECB, nº 8, p. 5-21.
- DIAS, José Lopes (1963) – *Apontamento biográfico do Dr. Leonar-do Nunes físico-mor e cirurgião-mor do reino*. In ECB, nº 9, p. 5-16.
- DIAS, José Lopes (1964) – *O renascimento em Amato Lusitano e Garcia d'Orta*. In ECB, nº 11, p. 5-34.
- DIAS, José Lopes (1964) – *Estampas de Castelo Branco*. In ECB, nº 11, p. 104-106.
- DIAS, José Lopes (1964) – *O coronel Malaquias de Lemos e a revolução de 5 de Outubro: novos documentos*. In ECB, nº 14, p. 5-72.
- DIAS, José Lopes (1965) – *A política do partido Progressista no distrito de Castelo Branco, segundo as cartas de José Luciano de Castro a Tavares Proença*. In ECB, nº 15, p. 5-64; ECB, nº 16, Adenda, p. 65-96; ECB, nº 17, Adenda, p. 97-116.
- DIAS, José Lopes (1965) – *Apontamento breve sobre as colchas de seda de Castelo Branco, na história e no artesanato actual*. In ECB, nº 17, p. 5-16.
- DIAS, José Lopes (1966) – *Bicentenário da cidade e diocese de Castelo Branco*. In ECB, nº 19, p. 5-10.
- DIAS, José Lopes (1966) – *Cartas políticas do marquês de Lavradio a Tavares Proença*. In ECB, nº 20, p. 5-56; ECB, nº 21, p. 94-119; ECB, nº 22, p. 56-69.
- DIAS, José Lopes (1967) – *Uma reportagem dos duplos esponsórios dos herdeiros dos tronos de Portugal e Espanha, com notícias do Cardeal da Mota, pelo Dr. Manuel Gil Frazão de Castelo Branco, escritor desconhecido do séc. XVIII*. In ECB, nº 22, p. 5-32.
- DIAS, José Lopes (1967) – *Arquivo Tavares Proença*. In ECB, nº 23, p. 5-55; ECB, nº 24, p. 69-103; ECB, nº 25, Adenda, p. 90-120; In ECB, nº 26, Adenda, p. 121-136; ECB, nº 27, Adenda, p. 137-168; ECB, nº 29, Adenda, p. 169-200; ECB, nº 31, p. 201-248; ECB, nº 32, Adenda, p. 249-255 (fim da 1ª série); ECB, nº 32, Adenda, p. 5-16 (início da 2ª série); ECB, nº 35, Adenda, p. 5-32.
- DIAS, José Lopes (1968) – *D. Jorge da Costa cardeal de Alpedrinha na história e na lenda (1406-1508)*. In ECB, nº 25, p. 11-70.
- DIAS, José Lopes (1969) – *Itinerário bibliográfico de Faria de Vasconcelos (1880-1939)*. In ECB, nº 30, p. 83-109.
- DIAS, José Lopes (1970) – *Lembranças do Prof. Francisco Gentil: assistência a cancerosos*. In ECB, nº 32, p. 5-16.
- DIAS, José Lopes (1970) – *João Roiz de Castell Branco: poeta do "Cancioneiro Geral" de Garcia de Rezende, e João Rodrigues de Castelo Branco: Amato Lusitano, insigne médico do séc. XVI*. In ECB, nº 34, p. 5-18.
- DIAS, José Lopes (1971) – *Médecins portugais de la renaissance, en Europe*. In ECB, nº 35, p. 5-35.
- DIAS, José Lopes (1971) – *Cartas políticas do conselheiro João Franco ao Dr. João Pinto dos Santos*. In ECB, nº 35, p. 92-118.
- DIAS, José Lopes (1971) – *Lembranças para a história do bispado de Castelo Branco*. In ECB, nº 36, p. 33-67.
- DIAS, José Lopes (1971) – *Tópicos ambientais e humanos para a história cultural e política da Beira Baixa*. In ECB, nº 36, p. 224-316.

- DIAS, José Lopes (1971) – *Biografia de Amato Lusitano e outros ensaios amatlanos*. In ECB, nº 37, p. 5-234.
- DIAS, José Lopes (1972) – *Francisco Tavares de Proença J^{or} : fundador do Museu de Castelo Branco : vida e obras*. In ECB, nº 40, p. 5-246.
- DIAS, José Lopes (1973) – *Jornadas de la Historia de la Medicina Regional Extremeña Hispano-Lusa: médicos portugueses da renascença vizinhos da Estremadura espanhola*. In ECB, nº 43, p. 5-16.
- DIAS, José Lopes (1974) – *O Batalhão Académico de Coimbra em 1919*. In ECB, nº 48-49, p. 20-47.
- DIAS, José Lopes (1976) – *Os retratos de Frei Roque do Espírito Santo e de Frei Egidio da Apresentação do Museu de Francisco Tavares Proença J^{or}*. In ECB/NS, nº 1, p. 56-131.
- DIAS, José Lopes; CARVALHO, Fernando Dias de (1968) – *Prospecção e profilaxia da endemia de bócio do conelho de Oleiros e terras limítrofes do distrito de Castelo Branco*. In ECB, nº 27, p. 115-145.
- DIAS, Manuel Lopes (1973) – *Entrevista com o pintor albacastrense Raul da Costa Camelo radicado em Paris há vinte anos*. In ECB, nº 43, p. 131-140.
- DIAS, Vítor Manuel Lopes (1961) – *O distrito de Castelo Branco na organização e na divisão administrativas*. In ECB, nº 1, p. 71-88; ECB, nº 2, Adenda, p. 154-171.
- DINAH, Elsa (1973) – *Poemas*. In ECB, nº 45, p. 126-128.
- DINIZ, Aires Antunes (2004) – *Movimentos associativos de professores na Beira Baixa*. In ECB/NNS, nº 2, p. 129-139.
- DINIZ, Aires Antunes (2006) – *Os círculos de qualidade em educação*. In ECB/NNS, nº 5, p. 57-84; ECB/NNS, nº 6, p. 166-174.
- EDUARDO, José (1968) – *O homem da serra*. In ECB, nº 28, p. 15-42.
- EDUARDO, José (1970) – *Clarinha*. In ECB, nº 33, p. 152-181.
- EMANUEL, Ruth (1962) – *Poema*. In ECB, nº 5, p. 76.
- EMANUEL, Ruth (1963) – *Poema*. In ECB, nº 9, p. 52.
- ESCRITORES, LIVROS & PUBLICAÇÕES (1962). In ECB, nº 4, p. 88-92.
- ESPINA BARRIO, Angel B. (2004) – *Culturas y identidades ibero-americanas*. In ECB/NNS, nº 2, p. 159-175.
- ESTEVES, Albino J. (1964) – *Essa noite*. In ECB, nº 13, p. 86.
- ESTEVES, Francisco de Sena (1964) – *Ensino liceal: um depoimento*. In ECB, nº 13, p. 31-41.
- ESTEVES, Francisco de Sena (1967) – *Introdução a uma conferência*. In ECB, nº 21, p. 28-33.
- ESTEVES, Francisco de Sena (1972) – *Carta aberta a um cardeal*. In ECB, nº 39, p. 68-71.
- ESTEVES, José Manuel da Costa (1980) – *Análise do quadro "Retrato de camponês de Tinalhas" de Fernando Namora, do Museu Tavares Proença Júnior*. In ECB/NS, nº 6, p. 108-117.
- EUSTÁQUIO, José (1963) – *Poema das horas frustradas*. In ECB, nº 9, p. 53.
- FALCÃO, Armando de Sacadura (1963- 1965) – *Subsídios genealógicos para o estudo de algumas famílias da Beira Baixa: Freires Côrtes Reais*. In ECB, nº 10, Adenda, p. 7-16; ECB, nº 11, Adenda, p. 17-32; ECB, nº 12, Adenda, p. 33-48; ECB, nº 13, Adenda, p. 49-79; ECB, nº 14, Adenda, p. 81-112; ECB, nº 15, Adenda, p. 113-138; ECB, nº 16, Adenda, p. 129-144; ECB, nº 17, Adenda, p. 145-160; ECB, nº 18, Adenda, p. 161-175; ECB, nº 19, Adenda, p. 176-192; ECB, nº 20, Adenda, p. 193-208.
- FALCÃO, Virgínia Fernandes (1965) – *No centenário de Dante*. In ECB, nº 18, p. 26-37.
- FERNANDES, Paulo Almeida (2006) – *O contributo de D. Fernando de Almeida para o estudo da alta Idade Média em Portugal*. In ECB/NNS, nº 5, p. 189-200.
- FERNANDINHO, Luísa Maria Almeida (2005) – *A problemática das colchas a partir dos inventários dos órfãos da região de Castelo Branco*. In ECB/NNS, nº 4, p. 141-178.
- FERRÃO, Julieta (1961) – *Há 70 anos*. In ECB, nº 2, p. 61-67.
- FERREIRA, Armando Moradas (1961) – *Tríptico*. In ECB, nº 1, p. 104-105.
- FERREIRA, Armando Moradas (1962) – *Turismo*. In ECB, nº 3, p. 79.
- FERREIRA, Armando Moradas (1962) – *Culpa*. In ECB, nº 3, p. 80.
- FERREIRA, Armando Moradas (1962) – *Pratos ratinhos*. In ECB, nº 5, p. 72-74.
- FERREIRA, Armando Moradas (1963) – *Saudades*. In ECB, nº 8, p. 121.
- FERREIRA, Lívio Lopes (1963) – *Crenoterapia em Monfortinho*. In ECB, nº 7, p. 82-92.
- FEVEREIRO, José Luiz de Sampayo Torres (1968) – *"Memórias" de Francisco Xavier de Sampayo da Fonseca e Eça: vigário de Nisa*. In ECB, nº 26, p. 138-149. [Comentários]
- FIGUEIREDO, Carlos Franco (1964) – *O golpe*. In ECB, nº 14, p. 109-113.
- FILGUEIRAS, Jorge de (1971) – *A simbologia do mar no gesto lusitano: o herói mítico e o herói histórico*. In ECB, nº 38, p. 9-23.
- FIRMINO, Almeida (1963) – *Intervalo*. In ECB, nº 9, p. 52.
- FONSECA, Manuel Dias da (1962) – *Alentejo: imagem 2*. In ECB, nº 5, p. 80.
- FORTE, António José (1962) – *Primavera 1962*. In ECB, nº 5, p. 81.
- FREIRE, José Geraldes (1979) – *Estudos sobre a diocese de Castelo Branco*. In ECB/NS, nº 5, p. 97-105.
- FREIRE, Natércia (1972) – *Dois poemas de Natércia Freire*. In ECB, nº 41, p. 36-37.
- GARCIA, Jorge Domingues (2006) – *Teixeira de Pascoais e Miguel de Unamuno: afinidades literárias*. In ECB/NNS, nº 5, p. 201-228.
- GARCIA, José Manuel (1980) – *Revendo uma inscrição da Cada-veira (Vila Velha de Ródão)*. In ECB/NS, nº 6, p. 93-97.
- GARCIA, José Manuel (1981) – *Observações sobre a epigrafia ige-ditana do Museu Tavares Proença Júnior*. In ECB/NS, nº 7, p. 24-34.
- GARCIA, Luís Pinto (1961) – *Uma lápide funerária dum soldado britânico*. In ECB, nº 2, p. 55-60.
- GARCIA, Luís Pinto (1962) – *Um Museu e um director: um corpo e uma alma*. In ECB, nº 6, p. 12-15.
- GARCIA, Luís Pinto (1962) – *O Museu de Castelo Branco: breve história: descrição sucinta*. In ECB, nº 6, p. 107-148.
- GARCIA, Luís Pinto (1971) – *Marini*. In ECB, nº 36, p. 191-195.
- GARCIA, Luís Pinto (1974) – *Manuel Pessoa: um esquecido*. In ECB, nº 48-49, p. 48-51.
- GARCIA, Luís Pinto (1976) – *O bispo Mendonça*. In ECB/NS, nº 1, p. 41-45.
- GARCIA, Luís Pinto (1977) – *Atribuições do Dr. Paiva*. In ECB/NS, nº 2, p. 3-8.
- GARCIA, Maria Antonieta (2003) – *Preceitos dietéticos judaicos e o caderno de culpas do bispado da Guarda, do seu destrito e das suas visitas*. In ECB/NNS, nº 1, p. 137-156.
- GLISINGER, Lavoslav (1968) – *Amatus Lusitanus à Raguse*. In ECB, nº 28, p. 158-178.
- GOMES, Lourdes Fialho Santos (1969) – *A D. Celsa Quiroga Faria de Vasconcelos*. In ECB, nº 30, p. 110-111.
- GONÇALVES, Ana Maria (1965) – *A modernidade do teatro de Gil Vicente*. In ECB, nº 15, p. 120-129.
- GIL VICENTE (1968) – *Tragicomédia pastoril da Serra da Estrela*. In ECB, nº 26, p. 152.
- GOMES, J. Pinharanda (2004) – *(Re)consideração dos pareceres de Fr. Bartolomeu Ferreira, O. P. acerca d'Os Lusíadas: com o inventário das qualificações*. In ECB/NNS, nº 2, p. 71-105.
- GONÇALVES, Gabriel da Costa (1963) – *Para uma política florestal na Beira Baixa*. In ECB, nº 7, p. 101-116.
- GONÇALVES, João Gouveia Tello (1965) – *As muralhas de Castelo Branco e Nisa: sua construção*. In ECB, nº 17, p. 38-45.
- GOULÃO, Francisco (2005) – *A escola do Conde Ferreira no castelo da cidade*. In ECB/NNS, nº 4, p. 5-16.

- GOULÃO, Francisco (2006) – *Evocar o passado de Monforte*. In ECB/NNS, nº 5, p. 17-22.
- GOULÃO, Francisco Carriço (1971) – *A Misericórdia de Proença-a-Nova*. In ECB, nº 36, p. 212-223.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho (2003) – *Terminologia e conceitos: contributos para um glossário museológico em língua portuguesa*. In ECB/NNS, nº 1, p. 225-259.
- GRADE, Fernando (1978) – *Dois poemas*. In ECB/NS, nº 3, p. 25-26.
- GRIERSON, Philip (1962) – *A tremisiss of the suevic king Audeca (584-5)*. In ECB, nº 6, p. 27-32.
- GRIERSON, Philip (1978) – *Um tremisiss do rei suevo Audeca (584-5)*. In ECB/NS, nº 3, p. 52-60.
- GUERRA, Miller (1968) – *A obra científica de Amato Lusitano*. In ECB, nº 27, p. 22-32.
- GUERRA, Miller (1969) – *"Amati jusjurandum"*. In ECB, nº 29, p. 5-7.
- GUERREIRO, Alberto (2006) – *Tutelas e museus: breve caracterização dos modelos de gestão dos museus portugueses*. In ECB/NNS, nº 5, p. 111-130.
- GUIMARÃES, Oliveira (1969) – *Homenagem a Faria de Vasconcelos*. In ECB, nº 30, p. 79-82.
- HENRIQUES, Hélder (2007) – *Um contributo para a história da assistência: 1884 no hospital civil de Penamacor*. In ECB/NNS, nº 6, p. 61-71.
- HOMENAGEM A ADOLFO PORTELA (1961). In ECB, nº 2, p. 5-10.
- HORTA, Frutuoso Salgueiro (1972) – *Proença-a-Nova no século XVIII*. In ECB, nº 42, p. 146-149.
- LAGOA, Mendes (1973) – *Exorcismo para Novembro*. In ECB, nº 43, p. 77.
- LAGOA, Mendes (1974) – *Dois poemas*. In ECB, nº 46-47, p. 76-77.
- LANDEIRO, José Manuel (1962) – *Tenente-coronel Elias Garcia: lembrando o mestre e amigo*. In ECB, nº 6, p. 103-104.
- LANDEIRO, José Manuel (1963) – *O foral de D. Manuel I: forais de Penamacor*. In ECB, nº 9, p. 33-35.
- LANDEIRO, José Manuel (1964) – *Transferência da sede da diocese egitaniense de Idanha-a-Velha para a Guarda*. In ECB, nº 11, p. 89-92.
- LANDEIRO, José Manuel (1964) – *Guarnição militar de Penamacor*. In ECB, nº 13, p. 57-81.
- LANDEIRO, José Manuel (1964) – *O foral de D. Sancho a Penamacor: qual o seu tipo?: Salamanca ou Ávila?: sua interpretação*. In ECB, nº 14, p. 114-121.
- LANDEIRO, José Manuel (1965) – *O tesouro funerário da Lameira Larga: época luso-romana de Aldeia do Bispo*. In ECB, nº 18, p. 51-57.
- LANDEIRO, José Manuel (1969) – *Os Toscanos: os Toscanos das terras de Penamacor: apontamentos para a sua genealogia*. In ECB, nº 31, p. 97-103.
- LEÇA, Armando (1964) – *Primícias de um caminhaero*. In ECB, nº 13, p. 82-85.
- LEIBOWITZ, Joshua O. (1962) – *Amatus Lusitanus on sudden death due to "obstruction in the heart" (1560)*. In ECB, nº 4, p. 11-26.
- LEIBOWITZ, Joshua O. (1968) – *Simpósio de Amato Lusitano no Congresso Internacional de História da Medicina, em Sena (Itália): 22 a 28 de Setembro de 1968*. In ECB, nº 28, p. 90-157.
- LEITÃO, Manuel (1978) – *A anta da Capa Rota (Castelo Branco)*. In ECB/NS, nº 4, p. 40-50.
- LEITÃO, Manuel (1980) – *Alguns materiais romanos provenientes das escavações do Dr. Aurélio Ricardo Belo em Centum Cellae – Belmonte*. In ECB/NS, nº 6, p. 98-107.
- LEITURAS (2004). In ECB/NNS, nº 2, p. 192-195.
- LEITURAS (2004). In ECB/NNS, nº 3, p. 206-210.
- LEITURAS (2005). In ECB/NNS, nº 4, p. 229-242.
- LEITURAS (2006). In ECB/NNS, nº 5, p. 229-242.
- LEITURAS (2007). In ECB/NNS, nº 6, p. 224-231.
- LEMOS, Valter (2003) – *O ensino superior em Castelo Branco: factos dos primeiros vinte anos*. In ECB/NNS, nº 1, p. 157-166.
- LEONARDOS, Stella (1974) – *De poemas do sânscrito em português*. In ECB, nº 48-49, p. 103-109.
- LEONARDOS, Stella (1979) – *Do "Romanceiro de Anita e Garibaldi"*. In ECB/NS, nº 5, p. 35-38.
- LER: NOTAS DE LEITURA (2003). In ECB/NNS, nº 1, p. 266-271.
- LEVIE, Renée (1974) – *Vida brasileira*. In ECB, nº 50, p. 55-56.
- LIMA, Eugénia (1971) – *O meu amor é beirão*. In ECB, nº 38, 2 p. (em separata).
- LIMA, Eugénia (1971) – *A nossa Primavera*. In ECB, nº 38, 2 p. (em separata).
- LIMA, Luiz Duarte (1965) – *Bandarra*. In ECB, nº 15, p. 134-135.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1962). In ECB, nº 5, p. 97.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1962). In ECB, nº 6, p. 152.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1963). In ECB, nº 7, p. 137-142.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1963). In ECB, nº 8, p. 135-138.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1963). In ECB, nº 9, p. 75-79.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1963). In ECB, nº 10, p. 87-90.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1964). In ECB, nº 11, p. 118-119.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1964). In ECB, nº 12, p. 118-122.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1964). In ECB, nº 13, p. 116-118.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1964). In ECB, nº 14, p. 148-153.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1965). In ECB, nº 15, p. 171-176.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1965). In ECB, nº 16, p. 102-105.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1965). In ECB, nº 17, p. 130-138.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1965). In ECB, nº 18, p. 137-138.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1966). In ECB, nº 19, p. 129-131.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1966). In ECB, nº 20, p. 187-190.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1967). In ECB, nº 21, p. 155-159.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1967). In ECB, nº 22, p. 80.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1967). In ECB, nº 23, p. 155-158.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1968). In ECB, nº 25, p. 159.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1968). In ECB, nº 26, p. 182-187.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1968). In ECB, nº 27, p. 160-170.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1969). In ECB, nº 29, p. 144-148.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1969). In ECB, nº 31, p. 136-139.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1970). In ECB, nº 32, p. 173-174.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1970). In ECB, nº 33, p. 185-189.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1970). In ECB, nº 34, p. 201-202.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES (1971). In ECB, nº 35, p. 172.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES RECEBIDOS. (1961). In ECB, nº 2, p. 150-152.
- LIVROS & PUBLICAÇÕES RECEBIDOS (1962). In ECB, nº 3, p. 178-179.
- LOPES, Ginês (1966) – *Bem haja!*. In ECB, nº 19, p. 90.
- LOPES, José Vieira (1961) – *Pediram-me um poema*. In ECB, nº 1, p. 114-115.
- LOPES, José Vieira (1961) – *Poesia*. In ECB, nº 2, p. 101.
- LOPES, José Vieira (1962) – *Um homem*. In ECB, nº 6, p. 80.
- LOPES, José Vieira (1965) – *Queixas de poeta*. In ECB, nº 16, p. 75-78.
- LOPES, José Vieira (1966) – *Escândalo*. In ECB, nº 19, p. 90-91.
- LOPES, José Vieira (1966) – *Poema dos humilhados e ofendidos ou de fim de ano por circunstância*. In ECB, nº 20, p. 164-165.
- LOPES, Mercês Maria Moreira (1963) – *Ah! Eu queria um mundo onde houvesse rosas*. In ECB, nº 8, p. 120.
- LOPES, Mercês Maria Moreira (1969) – *O menino*. In ECB, nº 29, p. 130.
- LOPES, Pina (1961) – *A primitiva comarca de Castelo Branco*. In ECB, nº 2, p. 75-77.
- LOPES, Pina (1962) – *Como foi Vila franca da Cardosa à posse de Fernando Sanches*. In ECB, nº 3, p. 65-66.
- LOPES, Pina (1962) – *No limiar do constitucionalismo: correspon-*

dência dos ministros do reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães e Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, para o Dr. João José Vaz Preto Geraldes, administrador geral do distrito de Castelo Branco. In ECB, nº 4, p. 38-41.

LOPES, Pina (1962) – *No limiar do constitucionalismo: correspondência de Rodrigo da Fonseca Magalhães e Mouzinho de Albuquerque, para o Dr. João José Vaz Preto Geraldes*. In ECB, nº 5, p. 67-71.

LÓPEZ MORA, José Francisco (1981) – *Algunas consideraciones sobre el arte paleolítico*. In ECB/NS, nº 7, p. 35-47.

LOPO BARRIGA, FIDALGO DA BEIRA (1970). In ECB, nº 34, p. 61-62.

LOURENÇO, M. S. (1965 - 1967) – *Ludwig Wittgenstein: alguns aspectos da análise da linguagem na investigação dos fundamentos*. In ECB, nº 17, p. 46-76; ECB, nº 20, p. 127-157; ECB, nº 21, p. 61-93.

LOURO, Henrique da Silva (1974) – *Notas arqueológicas, históricas e bibliográficas das terras dentre Zêzere, Tejo e Ocreza*. In ECB, nº 50, p. 95-112.

LOURO, Henrique da Silva (1977) – *Notas bio-bibliográficas do concelho de Vila de Rei*. In ECB/NS, nº 2, p. 80-89.

MACHÁS, Joaquim Gonçalves (1963) – *Nos tempos que já lá vão etimologia de Machiais: etimologia de Lardosa*. In ECB, nº 9, p. 40-47.

MACHÁS, Joaquim Gonçalves (1964) – *Nos tempos que já lá vão.... a etimologia de Sarnadas*. In ECB, nº 11, p. 77-88.

MACHÁS, Joaquim Gonçalves (1964) – *Nos tempos que já lá vão.... Rotaxo, Rotacho ou Retaxo: Roda, Rodam ou Ródão: Cebo-lais, Malpica*. In ECB, nº 13, p. 89-102.

MACHÁS, Joaquim Gonçalves (1965) – *Nos tempos que já lá vão.... Retaxo – Cebo-lais – Malpica*. In ECB, nº 15, p. 104-119.

MACHÁS, Joaquim Gonçalves (1965) – *Nos tempos que já lá vão....*. In ECB, nº 16, p. 66-71.

MACHÁS, Joaquim Gonçalves (1965) – *Nos tempos que já lá vão....*. In ECB, nº 17, p. 88-101.

MACHÁS, Joaquim Gonçalves (1965) – *Nos tempos que já lá vão.... "Senhora de Mércóles": fundação e povoamento de Castelo Branco*. In ECB, nº 18, p. 58-61.

MACHÁS, Joaquim Gonçalves (1966) – *Nos tempos que já lá vão....*. In ECB, nº 20, p. 121-126.

MACHÁS, Joaquim Gonçalves (1967) – *Nos tempos que já lá vão....*. In ECB, nº 21, p. 5-14.

MACHÁS, Joaquim Gonçalves (1967) – *Nos tempos que já lá vão: Almaceda (ê) e outros nomes de lugares desta freguesia: Paiágua, Engarnal, Padrão, Rochas, Ribeira d'Eiras e Valbom*. In ECB, nº 24, p. 13-25.

MACHÁS, Joaquim Gonçalves (1968) – *Nos tempos que já lá vão....*. In ECB, nº 27, p. 84-88.

MACHÁS, Joaquim Gonçalves (1970) – *Nos tempos que já lá vão.... Penamacor*. In ECB, nº 34, p. 73-78; ECB, nº 41, p. 14-33.

MACHÁS, Joaquim Gonçalves (1974) – *Cebolais*. In ECB, nº 46-47, p. 32-35.

MACHÁS, Joaquim Gonçalves (1977) – *Isna*. In ECB/NS, nº 2, p. 77-79.

MACHÁS, Joaquim Gonçalves (1979) – *Nos tempos que já lá vão!...*. In ECB/NS, nº 5, p. 83-93.

MAGALHÃES, Leonel C. (1963) – *L'irrigation du Portugal dans le cadre de la vulgarisation*. In ECB, nº 10, p. 38-51.

MAGALHÃES, Leonel C. (1977) – *Fialho de Almeida*. In ECB/NS, nº 2, p. 27-33.

MALPIQUE, Cruz (1965-1966) – *Perfil do Prof. Vieira de Almeida (1888-1962)*. In ECB, nº 18, p. 64-95; ECB, nº 19, p. 39-61; ECB, nº 20, p. 73-105.

MALPIQUE, Cruz (1967) – *Cesário Verde: poeta do quotidiano ou dos cinco sentidos*. In ECB, nº 22, p. 33-52; ECB, nº 23, p. 56-106.

MALPIQUE, Cruz (1968) – *Miguel de Unamuno: esfomeado de*

imortalidade. In ECB, nº 25, p. 71-89; ECB, nº 26, p. 65-112.

MALPIQUE, Cruz (1969) – *Filosofia do comando: á memória do Dr. Faria de Vasconcelos*. In ECB, nº 30, p. 13-32.

MALPIQUE, Cruz (1970) – *O "milagre grego"*. In ECB, nº 32, p. 17-45; ECB, nº 33, p. 83-103.

MALPIQUE, Cruz (1970) – *Que é um "gentleman"*. In ECB, nº 34, p. 122-141.

MALPIQUE, Cruz (1971) – *Miguel de Unamuno: professor universitário*. In ECB, nº 35, p. 119-154.

MALPIQUE, Cruz (1971-1972) – *Humanismo e ciência*. In ECB, nº 38, p. 163-198; ECB, nº 39, p. 14-34.

MALPIQUE, Cruz (1972-1973) – *FADO: tema e ... teima em Portugal*. In ECB, nº 42, p. 108-133; ECB, nº 43, p. 78-97.

MALPIQUE, Cruz (1973-1974) – *A tragédia dos precursores*. In ECB, nº 44, p. 57-84; ECB, nº 45, p. 138-154; ECB, nº 46-47, p. 78-99; ECB, nº 48-49, p. 172-181.

MANUEL DE GUADAN, Antonio (1962) – *La "democracia" en la época de Teodoro II Láscaris (1254-1258)*. In ECB, nº 6, p. 39-56.

MAPONE (1979) – *A charla ou calão da bacia mindrica*. In ECB/NS, nº 5, p. 65-71.

MARQUES, António Lourenço (2003) – *O Homem e a dor: história, cultura e religião*. In ECB/NNS, nº 1, p. 178-185.

MARQUES, António Lourenço (2004) – *D. Fernando de Almeida nos caminhos da medicina*. In ECB/NNS, nº 2, p. 48-54.

MARQUES, António Lourenço (2004) – *Francisco Tavares Proença Júnior e o seu interesse pela ciência (biologia)*. In ECB/NNS, nº 3, p. 59-64.

MARQUES, António Lourenço (2005) – *Herculano Rebordão: a terra mãe no nome do poeta*. In ECB/NNS, nº 4, p. 95-98.

MARTÍN GALINDO, José Luis (2006) – *Os falares do val de Xá-lima, variantes dialectais da antiga Riba-Côa*. In ECB/NNS, nº 5, p. 131-162.

MARTINHO, Fernando J. B. (1963) – *Protocolar companhia*. In ECB, nº 9, p. 48-49.

MARTINHO, Fernando J. B. (1966) – *A poesia de Cristovam Pavia*. In ECB, nº 20, p. 158-161.

MARTINHO, Fernando J. B. (1967) – *3 páginas do "Diário de Este-vão, o gastador"*. In ECB, nº 21, p. 120-124.

MARTINHO, Fernando J. B. (1967) – *Doze poemas: quatro anda-mentos*. In ECB, nº 23, p. 127-131.

MARTINS, Anacleto Pires (1979) – *Portados quinhentistas da cidade de Castelo Branco*. In ECB/NS, nº 5, p. 5-15.

MARTINS, Anacleto Pires (1980) – *A ceifa e a sua praxe: um "tor-neio" singular para os "ratinhos da Beira"*. In ECB/NS, nº 6, p. 3-9.

MASCARENHAS, Brás Garcia de (1968) – *Ocasão*. In ECB, nº 26, p. 155.

MATEUY LLOPIS, Felipe (1962) – *António Elías Garcia y la numis-mática visigoda*. In ECB, nº 6, p. 33-38.

MATEUS, Alves (1978) – *Isna*. In ECB/NS, nº 3, p. 89-93.

MATOS, Albano Mendes de (2004) – *Lendas tradicionais na região da Gardunha*. In ECB/NNS, nº 2, p. 140-158.

MATOS, José Vasco Mendes de (1978) – *Apontamentos para uma bibliografia da Beira Baixa*. In ECB/NS, nº 4, p. 51-97.

MATOS, Albano Mendes de (2006) – *Contos populares tradicionais na Gardunha*. In ECB/NNS, nº 5, p. 23-42.

MATOS, Albano Mendes de (2007) – *Religiosidade e demografia: o rol de confessados da paróquia de São Pedro do Alcaide no ano de 1897*. In ECB/NNS, nº 6, p. 115-142.

MATOS, Manuel Cadafaz de (2007) – *O 1º visconde de Castelo Novo(1853-1921), elementos para a história da sua vida, da sua genealogia e da sua biblioteca*. In ECB/NNS, nº 6, p. 5-42.

MELO NETO, João Cabral de (1974) – *Na morte de Marques Rebelo*. In ECB, nº 48-49, p. 52.

MEMÓRIAS INTIMAS DO CONSELHEIRO JACINTO CÂNDIDO (1962-1963). In ECB, nº 5, Adenda, p. 83-159; ECB, nº 7, Adenda, p. 161-175; ECB, nº 8, Adenda, p. 177-271; ECB, nº 9, Adenda, p.

- 273-368; ECB, nº 10, Adenda, p. 369-393.
- MENDANHA, João Carlos da Mota Marques (1961) – *Alguns aspectos económicos da Beira Baixa*. In ECB, nº 1, p. 53-58.
- MENDES, José (1964) – *Poema*. In ECB, nº 14, p. 123-124.
- MENDES, J. Caria (1968) – *Amatus Lusitanus anatomista*. In ECB, nº 28, p. 179-204.
- MENDES, Teodoro Antunes (1965) – *Poesia de Teodoro Antunes Mendes*. In ECB, nº 17, p. 105-109.
- MENÉRES, Maria Alberta (1961) – *Poema*. In ECB, nº 1, p. 116-117.
- MENÉRES, Maria Alberta (1962) – *Poema*. In ECB, nº 3, p. 82.
- MENÉRES, Maria Alberta (1965) – *2 poemas*. In ECB, nº 16, p. 72.
- MENESES, Maria de Fátima Pinto de (2006-2007) – *Museu e ensino em Portugal: os museus escolares dos colégios jesuítas*. In ECB/NNS, nº 5, p. 163-188; ECB/NNS, nº 6, p. 175-210.
- MIRANDA, Francisco Alexandre Duarte; FERREIRA, Godofredo (1965 - 1967) – *Documentos e notas para a monografia de Sarzedas*. In ECB, nº 16, p. 5-36; ECB, nº 17, p. 17-37; ECB, nº 18, p. 38-50; ECB, nº 19, Adenda, p. 71-86; ECB, nº 20, Adenda, p. 87-102; ECB, nº 21, Adenda, p. 103-118; ECB, nº 22, Adenda, p. 119-135; ECB, nº 23, Adenda, p. 135-150; ECB, nº 24, Adenda, p. 151-160.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1961). In ECB, nº 1, p. 161-177.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1961). In ECB, nº 2, p. 139-146.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1962). In ECB, nº 3, p. 154-174.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1962). In ECB, nº 4, p. 73-83.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1962). In ECB, nº 5, p. 82-91.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1963). In ECB, nº 7, p. 117-131.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1963). In ECB, nº 8, p. 124-131.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1963). In ECB, nº 9, p. 57-70.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1963). In ECB, nº 10, p. 72-82.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1964). In ECB, nº 11, p. 107-117.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1964). In ECB, nº 12, p. 91-111.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1964). In ECB, nº 13, p. 103-111.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1964). In ECB, nº 14, p. 129-141.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1965). In ECB, nº 15, p. 152-170.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1965). In ECB, nº 16, p. 90-101.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1965). In ECB, nº 17, p. 110-125.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1965). In ECB, nº 18, p. 113-132.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1966). In ECB, nº 19, p. 106-126.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1966). In ECB, nº 20, p. 171-181.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1967). In ECB, nº 21, p. 130-145.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1967). In ECB, nº 23, p. 144-146.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1967). In ECB, nº 24, p. 111-131.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1968). In ECB, nº 25, p. 138-156.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1968). In ECB, nº 26, p. 164-176.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1968). In ECB, nº 27, p. 95-114.
- MISCELÂNEA DE CARTAS & DOCUMENTOS (1969). In ECB, nº 29, p. 131-143.
- MONTE, José Ferreira (1967) – *Castelo Branco*. In ECB, nº 23, p. 132-136.
- MONTE, José Ferreira (1967) – *Castelo Branco*. In ECB, nº 24, p. 104-110.
- MONTE, José Ferreira (1968) – *Possibilidade de uma ode: Castelo Branco é comigo: incitamento à orquestra*. In ECB, nº 25, p. 132-133.
- MONTEIRO, Amadeu Martinho Cardoso de Castro (2007) – *A génese dos arquivos distritais: o Arquivo Distrital de Castelo Branco e os seus livros paroquiais*. In ECB/NNS, nº 6, p. 143-151.
- MONTEIRO, José Alves (1968) – *Terras da Beira*. In ECB, nº 26, p. 162.
- MONTEIRO, Manuel Gonçalves (1972) – *A Liga dos Combatentes*. In ECB, nº 39, p. 72-89.
- MONTEIRO, Paulo Celso Fernandes (2007) – *Arquivo para a Covilhã*. In ECB/NNS, nº 6, p. 105-114.
- MONTEIRO, Pereira (1962) – *Dogma social e segregação*. In ECB, nº 3, p. 53-59.
- MONTEIRO, Pereira (1962) – *Meditação sobre o ocidente*. In ECB, nº 5, p. 61-66.
- MONTEIRO, Pereira (1963) – *Problemática ultramarina: integração e descentralização*. In ECB, nº 8, p. 113-119.
- MONTEIRO, Pereira (1964) – *África: campo de competição*. In ECB, nº 12, p. 17-25.
- MONTEIRO, Pereira (1971) – *Anti-colonialismo e descolonização: o neo-colonialismo*. In ECB, nº 38, p. 78-88.
- MORAIS, António Manuel Rodrigues de; MAIA, Fernando do Nascimento (1980) – *As estações pré-romanas do concelho da Covilhã: ensaio de inventário*. In ECB/NS, nº 6, p. 10-26.
- MOREIRA, Rita Diana de Sá Lobato (2005) – *Brásia Dias: uma curandeira na obra de Gil Vicente*. In ECB/NNS, nº 4, p. 107-116.
- MOREIRA, Sílvia (2004) – *As moedas visigodas da Egitânia*. In ECB/NNS, nº 3, p. 156-170.
- MOURA, Álvaro (1968) – *Belmonte*. In ECB, nº 26, p. 162.
- MOUTINHO, António Rodrigues (1973) – *António Nunes Ribeiro Sanches ilustre médico e escritor, setecentista, natural de Penamacor (1699-1783)*. In ECB, nº 45, p. 5-11.
- MULLER, Adolfo Simões (1968) – *Monsanto*. In ECB, nº 26, p. 161.
- NEVES, Fernando Paulouro (2003) – *Manuel da Silva Ramos: a escrita como ofício*. In ECB/NNS, nº 1, p. 186-191.
- NEVES, Fernando Paulouro (2004) – *Maria João Pires sobre Belgais: "estamos a trabalhar para as próximas gerações"*. In ECB/NNS, nº 2, p. 176-181.
- NEVES, Pedro (1974) – *Poemas*. In ECB, nº 50, p. 65-66.
- NORTON, Manuel Artur (1978) – *Simbologia floral portuguesa*. In ECB/NS, nº 3, p. 61-69.
- NUNES, António Lopes Pires (1977) – *A vila de Penamacor na história da arte em Portugal*. In ECB/NS, nº 2, p. 34-45.
- NUNES, António Lopes Pires (1979) – *A tecnologia do linho: apontamento etnográfico*. In ECB/NS, nº 5, p. 49-64.
- NUNES, António Lopes Pires (2004) – *Os templários e a Beira Baixa*. In ECB/NNS, nº 2, p. 5-24.
- NUNES, António Lopes Pires (2004) – *Ribeiro Sanches: beirão de Penamacor e cidadão do mundo: homem, médico e pedagogo do seu tempo*. In ECB/NNS, nº 3, p. 69-80.
- NUNES, Lucília Bastos Dias Mendes (1970) – *Apontamento monográfico da freguesia do Nespéral*. In ECB, nº 33, p. 11-37; ECB, nº 34, p. 43-60.

OLIVEIRA FILHO, António de (1962) – *Canção da urze*. In ECB, nº 4, p. 65.

OLIVEIRA FILHO, António de (1965) – *Canção do fumo*. In ECB, nº 16, p. 79-80.

OLIVEIRA, Carlos Lobo de (1964) – *Real da Fonseca e Carneiro de Vasconcelos*. In ECB, nº 12, p. 75-79.

OSÓRIO, Luís (1965) – *Serenata*. In ECB, nº 18, p. 111-112.

OSÓRIO, Luís (1967) – *Penitet...* In ECB, nº 21, p. 126.

OSÓRIO, Luís (1974) – *Poemas escolhidos de Luís Osório*. In ECB, nº 46-47, p. 153-182; ECB, nº 48-49, p. 182-189.

PAÇO D'ARCOS, Joaquim; CASTRO, Ernesto de Melo e (1968) – *Ernesto de Melo e Castro: canção do encoberto*. In ECB, nº 26, p. 150-151.

PAIVA, Augusto Joaquim Henriques Ribeiro de (1970) – *Elogio histórico oferecido e dedicado ao duque da Terceira*. In ECB, nº 32, p. 162-169.

PARDAL, Hugo Correia (1961) – *Lamento*. In ECB, nº 1, p. 112.

PARDAL, Hugo Correia (1961) – *Fadário*. In ECB, nº 2, p. 98.

PARDAL, Hugo Correia (1961) – *Crónica destes dias*. In ECB, nº 2, p. 147-149.

PARDAL, Hugo Correia (1962) – *O Asilo Distrital da Infância Desvalida de Castelo Branco*. In ECB, nº 3, p. 60-64.

PARDAL, Hugo Correia (1962) – *Gardunha*. In ECB, nº 3, p. 84.

PARDAL, Hugo Correia (1962) – *Provérbios*. In ECB, nº 4, p. 66-68.

PARDAL, Hugo Correia (1962) – *Nótula prévia*. In ECB, nº 6, p. 99-102.

PARDAL, Hugo Correia (1963) – *Maria Emília Loureira: lusco-fusco*. In ECB, nº 9, p. 36-39.

PARDAL, Hugo Correia (1964) – *Crónica destes dias*. In ECB, nº 12, p. 112-114.

PARDAL, Hugo Correia (1964) – *Sóror Mariana*. In ECB, nº 14, p. 122.

PARDAL, Hugo Correia (1965) – *Jardim de Inverno: um conto albi-castrense*. In ECB, nº 15, p. 92-97.

PARDAL, Hugo Correia (1965) – *Bacante*. In ECB, nº 15, p. 134.

PARDAL, Hugo Correia (1965) – *Canto solitário*. In ECB, nº 18, p. 109.

PARDAL, Hugo Correia (1967) – *Deus*. In ECB, nº 21, p. 125.

PARDAL, Hugo Correia (1967) – *O Diabo fez-se boticário: crónica*. In ECB, nº 23, p. 123-126.

PARDAL, Hugo Correia (1967) – *Estrelas*. In ECB, nº 23, p. 143.

PARDAL, Hugo Correia (1968) – *Prelúdio*. In ECB, nº 27, p. 92.

PARDAL, Hugo Correia (1968) – *Esfinge*. In ECB, nº 27, p. 92-93.

PARDAL, Hugo Correia (1969) – *Jardim*. In ECB, nº 29, p. 128.

PARDAL, Hugo Correia (1969) – *Saudade e evocação de Faria de Vasconcelos*. In ECB, nº 30, p. 49-55.

PARDAL, Ulisses (1969) – *Guilhermino de Barros: antigo governador civil de Castelo Branco fundador do Asilo da Infância Desvalida e autor do "Castelo de Monsanto"*. In ECB, nº 29, p. 43-68.

PARDAL, Vicente José S. Vaz (1971) – *Fragmento do 1º acto da peça intitulada "Farsa dos absurdos"*. In ECB, nº 36, p. 134-136.

PARRO, Joaquim (1968) – *José Tavares: professor universitário, político, advogado e beirão ilustre da Beira Baixa*. In ECB, nº 26, p. 132-137.

PECEGUEIRO, José de Vargas dos Santos (1970) – *O pensamento filosófico de Vieira de Almeida*. In ECB, nº 33, p. 66-82.

PEIXOTO, Francisco Inácio (1973) – *História copiada de um diário*. In ECB, nº 45, p. 12-17.

PEIXOTO, Francisco Inácio (1974) – *Marques Rebelo morre*. In ECB, nº 48-49, p. 53-54.

PEREIRA, Alfredo Rui Gonçalves (1970) – *A construção civil e o construtor civil*. In ECB, nº 34, p. 22-37.

PEREIRA, Álvaro Gonçalves (1963) – *Do regulamento administrativo*. In ECB, nº 8, p. 75-87.

PEREIRA, Carlos Renato Gonçalves (1964) – *Tribunal da Relação*

de Goa. In ECB, nº 12, p. 26-39.

PEREIRA, José Bento (1971) – *Castelo Branco, cidade, no 1º quartel do século XIX: descrição e notícias*. In ECB, nº 36, p. 11-16.

PEREIRA, Joaquim Tomás Miguel (1964) – *Cartas de António Roxo*. In ECB, nº 13, p. 48-56.

PÉREZ ALENCART, Alfredo (2003) – *Carta de Salamanca*. In ECB/NNS, nº 1, p. 261-265.

PÉREZ ALENCART, Alfredo (2004) – *Carta de Salamanca*. In ECB/NNS, nº 2, p. 182-188.

PÉREZ ALENCART, Alfredo (2004) – *Carta de Salamanca: tres encuentros memorables*. In ECB/NNS, nº 3, p. 198-203.

PÉREZ ALENCART, Alfredo (2005) – *Carta de Salamanca: noche vieja en la Plaza Mayor de Europa*. In ECB/NNS, nº 4, p. 227-228.

PESSANHA, Sebastião (1962) – *Um amigo*. In ECB, nº 6, p. 86-87.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1963). In ECB, nº 8, p. 132-134.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1965). In ECB, nº 15, p. 137-151.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1965). In ECB, nº 17, p. 126-129.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1965). In ECB, nº 18, p. 133-136.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1966). In ECB, nº 19, p. 127-128.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1966). In ECB, nº 20, p. 182-186.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1967). In ECB, nº 21, p. 146-154.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1967). In ECB, nº 23, p. 147-154.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1967). In ECB, nº 24, p. 132-136.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1968). In ECB, nº 25, p. 157-158.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1968). In ECB, nº 26, p. 177-181.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1968). In ECB, nº 27, p. 157-159.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1970). In ECB, nº 32, p. 170-172.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1970). In ECB, nº 33, p. 182-184.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1971). In ECB, nº 35, p. 164-171.

PESSOAS, COISAS & FACTOS (1973). In ECB, nº 43, p. 141-143.

PINA, Albano (1969) – *A protecção internacional dos direitos do Homem: o principio do primado do direito*. In ECB, nº 31, p. 9-25.

PINHEIRO, Joaquim (1966) – *A função educativa do Liceu*. In ECB, nº 19, p. 31-35.

PINHEIRO, Manuel Mendes (1968) – *Homenagem*. In ECB, nº 25, p. 129.

PIRES, José (2004) – *Centro de Alfabetização de Castelo Branco: alguns relatos de tudo o que ficou por contar*. In ECB/NNS, nº 3, p. 81-96.

PIRES, José Vieira (1966) – *Escândalo*. In ECB, nº 19, p. 90-91.

PORTELA, Adolfo (1961) – *Festa do pão: comédia lírica em 2 actos*. In ECB, nº 2, p. 11-50; ECB, nº 3, Adenda, p. 180-220.

PORTELA, Adolfo (1962) – *Festa do pão*. In ECB, nº 3, Adenda, p. 180-220.

PORTUGAL-BRASIL (1969). In ECB, nº 29, p. 35-39.

PORTUGAL, Fernando (1974) – *Cinco notas para a história de Castelo Branco*. In ECB, nº 48-49, p. 5-19.

POUSINHO, Nuno Manuel Camejo Carriço (2006) – *A contra-revolução na comarca de Castelo Branco (1822-24)*. In ECB/NNS, nº 5, p. 85-110.

PRATA, José Teodoro (2007) – *Instantes saborosos*. In ECB/NNS, nº 6, p. 86-104.

PRETO, Ana Rolão (1968) – *Castelo Novo*. In ECB, nº 27, p. 93.

PRETO, Ana Rolão (1968) – *Perfil*. In ECB, nº 27, p. 93.

PRETO, Ana Rolão (1968) – *Gardunha*. In ECB, nº 27, p. 94.

PRETO, Ana Rolão (1969) – *Caminhos*. In ECB, nº 29, p. 129.

PRETO, Rolão (1962) – *O sentido social do "cacique": crónica social: quem tem hoje a amizade do povo?*. In ECB, nº 3, p. 75-78.

PRETO, Rolão (1962) – *O homem e a terra: crónica social*. In ECB, nº 4, p. 27-31.

PRETO, Rolão (1962) – *O sentido social das romarias*. In ECB, nº 5, p. 31-34.

PRETO, Rolão (1964) – *O êxodo: crónica social*. In ECB, nº 11, p. 68-72.

PRETO, Rolão (1965) – *Turismo e civilização*. In ECB, nº 18, p. 5-8.

PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1978) – *Rudimentos de arqueologia: um inédito de Francisco Tavares Proença Júnior*. In

- ECB/NS, nº 4, p. 3-30.
- PUPO, Celso Maria de Mello (1969) – *Genealogia do marechal Castelo Branco*. In ECB, nº 31, p. 59-62.
- RAFAEL, Maria José Beirão (1981) – *Poemas*. In ECB/NS, nº 7, p. 17-19.
- RAMIRES, Mário (1962) – *António Elias Garcia*. In ECB, nº 6, p. 90-91.
- RAPOSO, Luís ; SILVA, António Carlos (1981) – *A transposição de um solo de habitat paleolítico de Vilas Ruivas (Ródão) para o Museu Tavares Proença*. In ECB/NS, nº 7, p. 49-66.
- RASTEIRO, Alfredo (2003) – *Viagens marítimas, séculos XV-XVI: pepinos, laranjas, limões e cidras*. In ECB/NNS, nº 1, p. 209-224.
- RASTEIRO, Alfredo (2005) – *Portugueses em Madrid no tempo de Amato Lusitano*. In ECB/NNS, nº 4, p. 99-106.
- REBELO, Álvaro Fernando Moniz (1963) – *D. Dinis e a função histórico-cultural da Universidade*. In ECB, nº 8, p. 60-74.
- REBELO, Marques (1972) – *Itinerário de Castelo Branco*. In ECB, nº 42, p. 5-11.
- RECEBEU-SE NA REDACÇÃO (1976). In ECB/NS, nº 1, p. 132-134.
- RECEBEU-SE NA REDACÇÃO (1977). In ECB/NS, nº 2, p. 90-93.
- RECEBEU-SE NA REDACÇÃO (1978). In ECB/NS, nº 3, p. 94-95.
- RECEBEU-SE NA REDACÇÃO (1978). In ECB/NS, nº 4, p. 98-99.
- RECEBEU-SE NA REDACÇÃO (1979). In ECB/NS, nº 5, p. 113-114.
- REIS JUNIOR, João José Pereira (1972) – *F. A. O.: um ideal de paz*. In ECB, nº 41, p. 5-13.
- REIS, Martins dos (1972) – *Uma tese de doutoramento em Coimbra, a nível da grande cultura científica europeia, sobre a obra literária de Pascásio de Dume*. In ECB, nº 41, p. 125-130.
- RIBEIRO, Tomaz (1968) – *Serra da Estrela*. In ECB, nº 26, p. 156.
- RIJO, Domingos dos Santos (1962) – *A. Elias Garcia, professor de matemática*. In ECB, nº 6, p. 97-98.
- RODRIGUES, Armando Lourenço (1964) – *Da cooperação nos lugares e moinhos comuns da freguesia de Santo André das Tojeiras*. In ECB, nº 11, p. 93-99.
- RODRIGUES, Maria da Ascensão Gonçalves Carvalho (1974) – *Um pouco da história da freguesia do Ferro*. In ECB, nº 50, p. 67-79.
- RODRIGUES, Sarmiento (1973) – *A primeira travessia aérea do Atlântico sul*. In ECB, nº 45, p. 18-31.
- ROLÃO, Jorge Gaspar de Oliveira (1977) – *Alpedrinha nos inícios do séc. XIX: segundo o relato do médico Jorge Gaspar de Oliveira Rolão: breve descrição da villa d'Alpedrinha, e seu districto, na comarca de Castelo Branco*. In ECB/NS, nº 2, p. 65-76.
- ROXO, António (1965) – *Depois do absolutismo: escorço da vida político-social de Castello Branco após a implantação do regime constitucional*. In ECB, nº 15, p. 65-85; ECB, nº 16, p. 37-51; ECB, nº 18, p. 96-108; ECB, nº 19, p. 78-89.
- RUBIÃO, Murilo (1974) – *O pirotécnico Zacarias*. In ECB, nº 50, p. 59-64.
- RUIVO, Augusto Duarte (1969) – *A Soalheira e a sua Misericórdia*. In ECB, nº 29, p. 111-127; ECB, nº 32, p. 109-131.
- RUIVO, Augusto Duarte (1978) – *O turismo no concelho do Fundão*. In ECB/NS, nº 3, p. 70-78.
- RUIZ, Remo (2004) – *Carta de Madrid: con Cortázar en el metro*. In ECB/NNS, nº 3, p. 204-205.
- SAA, Joam Roiz de (1968) – *Cabral*. In ECB, nº 26, p. 153.
- SAIÃO, Nicolau (1967) – *a Ellio Vittorinni*. In ECB, nº 21, p. 127-128.
- SALEMA, Vasco da Costa (1961- 1963) – *Subsídios para uma monografia do regimento de cavalaria nº 8*. In ECB, nº 1, p. 9-37; ECB, nº 2, p. 173-186; ECB, nº 3, Adenda, p. 221-235; ECB, nº 4, Adenda, p. 53-64; ECB, nº 5, Adenda, p. 65-80; ECB, nº 7, Adenda, p. 81-106.
- SALEMA, Vasco da Costa (1962) – *Recordando*. In ECB, nº 6, p. 92-93.
- SALEMA, Vasco da Costa (1964) – *Unidades de cavalaria da Beira Baixa ou que nela estiveram aquarteladas*. In ECB, nº 14, p. 73-105; ECB, nº 15, Adenda, p. 38-52; ECB, nº 16, Adenda, p. 53-68; ECB, nº 17, Adenda, p. 69-84; ECB, nº 18, p. 85-104; ECB, nº 19, Adenda, p. 105-108.
- SALEMA, Vasco da Costa (1966) – *Castelo Branco no final do século XVIII*. In ECB, nº 20, p. 57-70.
- SALEMA, Vasco da Costa (1967) – *Documentos da guerra da Restauração*. In ECB, nº 23, p. 107-115.
- SALEMA, Vasco da Costa (1969) – *Castelo Branco há 90 anos*. In ECB, nº 29, p. 40-42.
- SALEMA, Vasco da Costa (1970) – *Guarda da fronteira da província da Beira Baixa*. In ECB, nº 33, p. 134-135.
- SALEMA, Vasco da Costa (1973) – *Ainda a capela do "monte" de S. Luís*. In ECB, nº 43, p. 127-130.
- SALEMA, Vasco da Costa (1979) – *Covilhã – 1829*. In ECB/NS, nº 5, p. 39-43.
- SALEMA, Vasco da Costa (1977) – *Pelourinhos e aquarelas*. In ECB/NS, nº 2, p. 9-17.
- SALVADO, António (1967) – *Jardim do Paço*. In ECB, nº 22, p. 70-79.
- SALVADO, António (1968) – *Para sempre dado*. In ECB, nº 25, p. 134-137.
- SALVADO, António (1969) – *Tropos*. In ECB, nº 31, p. 104-115.
- SALVADO, António (1971) – *Eugénio de Castro: uma aproximação à sua obra*. In ECB, nº 35, p. 66-84.
- SALVADO, António (1971) – *Poemas*. In ECB, nº 35, p. 161-163.
- SALVADO, António (1971) – *Poemas*. In ECB, nº 36, p. 186-190.
- SALVADO, António (1971) – *Orações dos primeiros cristãos*. In ECB, nº 38, p. 67-77.
- SALVADO, António (1971) – *Poemas*. In ECB, nº 38, p. 157-162.
- SALVADO, António (1972) – *A língua portuguesa: das origens à sua expansão*. In ECB, nº 39, p. 60-67.
- SALVADO, António (1972) – *Breve apresentação de Natércia Freire*. In ECB, nº 41, p. 34-35.
- SALVADO, António (1972) – *Relance sobre a poesia de Eugénio de Andrade*. In ECB, nº 42, p. 12-15.
- SALVADO, António (1972) – *Poemas em prosa*. In ECB, nº 41, p. 106-107.
- SALVADO, António (1972) – *As "Considerações das lágrimas que a virgem derramou na Paixão do seu filho santíssimo", de Frei Luís de Sousa*. In ECB, nº 42, p. 87-107.
- SALVADO, António (1973) – *O "Portugal renascido" de Frei Manuel da Rocha*. In ECB, nº 43, p. 44-73.
- SALVADO, António (1973) – *Cântico dos cânticos de Salomão*. In ECB, nº 44, p. 85-96.
- SALVADO, António (1973) – *Morreu Edmundo de Bettencourt*. In ECB, nº 44, p. 168-170.
- SALVADO, António (1973) – *Camões e as suas cartas íntimas: apontamentos para um estudo*. In ECB, nº 45, p. 129-137.
- SALVADO, António (1974) – *Leituras, aproximações, nótulas críticas*. In ECB, nº 46-47, p. 183-195.
- SALVADO, António (1976) – *Elementos para um inventário artístico do distrito de Castelo Branco*. In ECB/NS, nº 1, p. 3-40.
- SALVADO, António (1977) – *Homo*. In ECB/NS, nº 2, p. 26.
- SALVADO, António (1978) – *Museu e comunidade*. In ECB/NS, nº 3, p. 32-37.
- SALVADO, António (1979) – *A preservação do bordado e da colcha de C. Branco e a Oficina-Escola de Bordados do Museu Tavares Proença Júnior*. In ECB/NS, nº 5, p. 106-112.
- SALVADO, Isabel (1981) – *As estações*. In ECB/NS, nº 7, p. 22-23.
- SALVADO, Maria Adelaide Neto (1974) – *A evolução do conceito de geografia humana e o contributo desta ciência no ordenamento regional*. In ECB, nº 48-49, p. 92-102.
- SALVADO, Maria Adelaide Neto (2003) – *D. Joaquim José de Miranda Coutinho: 3º bispo de Castelo Branco: elementos para o estudo da sua figura*. In ECB/NNS, nº 1, p. 79-136.

SALVADO, Maria Adelaide Neto (2004-2005) – *Trovões e trovoadas: crenças e superstições no interior da Beira*. In ECB/NNS, nº 3, p. 19-58; ECB/NNS, nº 4, p. 17-40.

SALVADO, Maria Adelaide Neto (2006) – *A antiga quinta do paço episcopal de Castelo Branco no contexto geográfico e no espírito do tempo: a perspectiva de um olhar*. In ECB/NNS, nº 5, p. 5-16.

SALVADO, Maria Adelaide Neto (2007) – *Ventos e tempos da Guarda: a propósito do 1º centenário do sanatório da Guarda*. In ECB/NNS, nº 6, p. 72-85.

SALVADO, Pedro Miguel Neto (1979) – *Preservar, defender e valorizar o património cultural regional*. In ECB/NS, nº 5, p. 94-96.

SALVADO, Pedro Miguel Neto (1980) – *Marcas de oleiro em téguas romanas da estação arqueológica do "Triângulo – Mércules, Sant'Ana, S. Martinho"*. In ECB/NS, nº 6, p. 126-131.

SALVADO, Pedro Miguel Neto (2005) – *O Cristo da capela de Santa Ana e o santuário de Nossa Senhora de Mércules: nota de enquadramento*. In ECB/NNS, nº 4, p. 51-78.

SALVADO, Pedro Miguel Neto; MOREIRA, Sílvia (2007) – *A intervenção arqueológica de emergência na área do castelo de Castelo Branco-2000*. In ECB/NNS, nº 6, p. 211-217.

SANTOS, Álvaro Afonso dos (1961) – *Estrada de Damasco*. In ECB, nº 2, p. 78-81.

SANTOS, Álvaro Afonso dos (1962) – *Roteiro de uma praça: crónicas da Bélgica*. In ECB, nº 5, p. 40-45.

SANTOS, Álvaro Afonso dos (1963) – *Roteiro duma praça: crónicas da Bélgica*. In ECB, nº 7, p. 93-100.

SANTOS, Delfim (1969) – *O Prof. Faria de Vasconcelos e a orientação profissional*. In ECB, nº 30, p. 8-9.

SANTOS, João Camilo dos (1963) – *Eu voto pela indiferença!*. In ECB, nº 10, p. 69-70.

SANTOS, João Camilo dos (1964) – *Poema do gato morto*. In ECB, nº 13, p. 86-88.

SANTOS, João Camilo dos (1965) – *O cansaço das horas iguais*. In ECB, nº 16, p. 83-84.

SANTOS, João Camilo dos (1966) – *Situação*. In ECB, nº 20, p. 166.

SANTOS, João Camilo dos (1978) – *A carta*. In ECB/NS, nº 3, p. 27-31.

SANTOS, João Camilo dos (1979) – *Poemas*. In ECB/NS, nº 5, p. 33.

SANTOS, João Camilo dos (1981) – *A tarde dos saltimbancos*. In ECB/NS, nº 7, p. 15-16.

SANTOS, Manuel Tavares dos (1962) – *Uma vida estoica e prestimosa*. In ECB, nº 6, p. 94-96.

SANTOS, Maria Eduarda Borges dos (2004) – *"Imposito nominis": a identificação da personagem na novela camiliana*. In ECB/NNS, nº 2, p. 126-128.

SARAIVA, José (1961) – *Almotão; Almorsão e Almutão*. In ECB, nº 1, p. 141-144.

SEABRA, Jorge de (1961) – *Recordando o passado: humorismo e saudade: tunas académicas de visita a Castelo Branco: os escolares Egas Moniz e Ressano Garcia*. In ECB, nº 1, p. 95-99.

SEABRA, Jorge de (1962) – *Ainda a 3ª romagem de saudade dos antigos alunos do Liceu de Castelo Branco*. In ECB, nº 3, p. 127-132.

SEABRA, Jorge de (1963) – *A nova cidade universitária de Coimbra*. In ECB, nº 8, p. 109-112.

SEABRA, Jorge de (1964) – *Idanha-a-Nova vista a 60 anos de distância*. In ECB, nº 11, p. 53-67; ECB, nº 12, p. 61-74.

SEABRA, Jorge de (1965) – *O padre António Roseira e o Colégio de Lamego: recordando o passado*. In ECB, nº 17, p. 77-87.

SEABRA, Jorge de (1966) – *O convento de Mafra e o turismo nacional*. In ECB, nº 19, p. 71-77.

SEABRA, Jorge de (1968) – *Reminiscências da velha urbe albicastrense: a Rua dos Ferreiros*. In ECB, nº 25, p. 117-128.

SEABRA, Jorge de (1969) – *Visita do "Orfeon" Académico de Coimbra a terras nortenhas: Porto, Vila do Conde e Braga em Fevereiro de 1916, sob a regência do Dr. Elias de Aguiar*. In ECB, nº

31, p. 116-135.

SEABRA, Jorge de (1971) – *Castelo Branco, de ontem e de hoje: vida e maneira de ser da cidade de Castelo Branco de 1900 à actualidade*. In ECB, nº 36, p. 92-99.

SEABRA, Jorge de (1971) – *A Universidade de Coimbra e o seu secular prestígio*. In ECB, nº 38, p. 141-150.

SEABRA, Jorge de (1972) – *Um pouco de história albicastrense: o Regimento de Cavalaria nº 8 do Príncipe Real*. In ECB, nº 41, p. 108-124.

SELVAGEM, Carlos (1963) – *Literatura e política: meditações à margem*. In ECB, nº 7, p. 59-68.

SELVAGEM, Carlos (1963 - 1964) – *"O anjo rebelde"*. In ECB, nº 8, p. 26-59; In ECB, nº 10, Adenda, p. 41-56; ECB, nº 11, Adenda, p. 57-72; ECB, nº 12, Adenda, p. 73-119.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1968) – *Paúl*. In ECB, nº 26, p. 160.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1968) – *Monsanto*. In ECB, nº 26, p. 160.

SILVA, Joaquim Candeias da (2004) – *Ermidas e romarias antigas da Beira Baixa (I): Nª Sª da Oliveira (Orca, Fundão)*. In ECB/NNS, nº 3, p. 124-155.

SILVA, Joaquim Candeias da (2005) – *Ermidas e romarias antigas da Beira Baixa (II): Nª Sª do Almortão (Idanha-a-Nova)*. In ECB/NNS, nº 4, p. 117-140.

SILVA, Joaquim Candeias da (2006) – *Ermidas e romarias antigas da Beira Baixa (III): Nª Srª da Granja (Proença-a-Velha)*. In ECB/NNS, nº 5, p. 43-56.

SILVA, Joaquim Candeias da (2007) – *Ermidas e romarias antigas da Beira Baixa (IV): Nª Srª dos Altos Céus (Lousa, Castelo Branco)*. In ECB/NNS, nº 6, p. 43-60.

SILVA, José Marmelo e (1962) – *Ladrão da minha herança*. In ECB, nº 3, p. 67-74.

SILVA, Júlio Rodrigues e (1970) – *A ponte da Meimosa, no termo do concelho de Penamacor: a cadeia, casa de audiência e torre do relógio da Covilhã*. In ECB, nº 34, p. 142-144.

SILVA, Porfírio Augusto da (1968) – *Castelo Branco*. In ECB, nº 26, p. 156.

SILVA, Vasco Jorge Rosa da (2005) – *A história do sol em Portugal: do século XII ao século XVIII*. In ECB/NNS, nº 4, p. 203-226.

SILVA, Vasco Jorge Rosa da (2007) – *Relógios de sol no Portugal setecentista*. In ECB/NNS, nº 6, p. 152-165.

SILVEIRA, Folgado da (1961) – *Sub tegmine fagi*. In ECB, nº 1, p. 59-62.

SILVEIRA, Folgado da (1961) – *Variações em tom menor para coros de pastores e ganhões*. In ECB, nº 2, p. 82-86.

SILVEIRA, Folgado da (1962) – *Terra que não rende não prende*. In ECB, nº 5, p. 35-39.

SILVEIRA, Folgado da (1963) – *Obstinação*. In ECB, nº 8, p. 122.

SILVEIRA, Folgado da (1963) – *A respeito de Minerva....*. In ECB, nº 10, p. 52-57.

SILVEIRA, Folgado da (1964) – *Reencontro*. In ECB, nº 11, p. 101.

SILVEIRA, Folgado da (1964) – *Inquietação*. In ECB, nº 12, p. 88.

SILVEIRA, Folgado da (1965) – *Olhai a campina além*. In ECB, nº 16, p. 55-61.

SILVEIRA, Folgado (1966) – *Rosalina: conto*. In ECB, nº 19, p. 62-70.

SILVEIRA, Folgado da (1971) – *Três motivos, em fundo azul*. In ECB, nº 36, p. 126-133.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto (1974) – *Ligeiras considerações sobre a situação narrativa*. In ECB, nº 50, p. 48-50.

SOUSA, A. Tavares de (1969) – *No quarto centenário da morte de Amato Lusitano*. In ECB, nº 29, p. 8-20.

SOUSA, Raul de Jesus (1963) – *Poema*. In ECB, nº 10, p. 68.

STRANDGAART, Ole (1979) – *A importância dos museus*. In ECB/NS, nº 5, p. 17-20.

TAVARES, José Correia (1961) – *Amanhã não haverá amanhã*. In

ECB, nº 1, p. 110-111.

TAVARES, José Correia (1961) – *Saudação*. In ECB, nº 2, p. 99.

TAVARES, José Correia (1962) – *Poema clínico*. In ECB, nº 5, p. 75.

TENENTE-CORONEL ANTÓNIO ELIAS GARCIA: IN MEMORIAM (1962). In ECB, nº 6, p. 5-11.

TRINDADE, Alberto (1971) – *A Junta Distrital de Castelo Branco*. In ECB, nº 36, p. 70-80.

TRINDADE, José Ferreira da (1961) – *Monsanto*. In ECB, nº 2, p. 87-90.

TRINDADE, José Ferreira da (1963) – *Duas incógnitas no castelo e mais notícias sobre Monsanto*. In ECB, nº 7, p. 74-75.

VASCONCELOS, Faria de (1969) – *En el Instituto Normal superior de La Paz*. In ECB, nº 30, p. 123-133.

VASCONCELOS, Faria de (1969) – *El valor de la vida!*. In ECB, nº 30, p. 134-149.

VASCONCELOS, Faria de (1969) – *Alocução aos jovens (1926)*. In ECB, nº 30, p. 150-156.

VASCONCELOS, Faria de (1969) – *Proposta de Lei sobre a reorganização da educação nacional*. In ECB, nº 30, p. 157-197.

VASCONCELOS, Faria de (1973) – *Conferências inéditas do Prof. Dr. Faria de Vasconcelos*. In ECB, nº 44, p. 16-47; ECB, nº 45, p. 75-125; ECB, nº 46-47, p. 39-75; ECB, nº 48-49, p. 139-171.

VASCONCELOS, Faria de (1977) – *La sinceridade: la tolerancia: la discreción*. In ECB/NS, nº 2, p. 46-64.

VASCONCELOS, Faria de (1978) – *El ideal: um texto inédito do Prof. Faria de Vasconcelos*. In ECB/NS, nº 3, p. 3-24.

VASCONCELOS, Manuel Rosado de Camões e (1961) – *Breve nota histórica sobre os capitães da milícia de Castelo Branco em tempos do rei D. João III (1527)*. In ECB, nº 1, p. 9-10.

VASCONCELOS, Ivolino de (1969) – *Discurso de encerramento do "Simpósio de Amato Lusitano" em Sena*. In ECB, nº 29, p. 21-22.

VAZ, Gil (1962) – *Ten.-Cor. António Elias Garcia: aos que o souberam compreender*. In ECB, nº 6, p. 105-106.

VAZ, Gil (1968) – *Variações sobre alguns motivos do "Só" de António Nobre*. In ECB, nº 25, p. 130.

VAZ, Gil (1968) – *Cristo dos agnósticos*. In ECB, nº 25, p. 131.

VELHO, Martim (1979) – *O arrazamento da Idanha em 1133*. In ECB/NS, nº 5, p. 45-47.

VICENTE, João Dias (1974) – *História do beneplácito régio em Portugal até D. João II (1355?-1481)*. In ECB, nº 50, p. 15-37.

VIEIRA, Benedita Maria da Fonseca Duque (1969) – *O conde de Penha Garcia e a sua vida pública: ensaio biográfico*. In ECB, nº 31, p. 26-51; ECB, nº 33, p. 38-65; ECB, nº 34, p. 79-121; ECB, nº 35, p. 36-65; ECB, nº 39, p. 90-133; ECB, nº 41, p. 131-171.

VIEIRA, Duque (1962) – *Problemas da nossa escola*. In ECB, nº 3, p. 49-52.

VIEIRA, Duque (1962) – *Estudioso distinto*. In ECB, nº 6, p. 83-85.

VIEIRA, Duque (1963) – *Considerações sugeridas pelo Concílio*. In ECB, nº 7, p. 76-81.

VIEIRA, Duque (1963) – *Sabedoria de vida*. In ECB, nº 9, p. 17-20.

VIEIRA, Duque (1964) – *Reformas que foram pedidas*. In ECB, nº 11, p. 73-76.

VIEIRA, Duque (1964) – *Eça e o Douro*. In ECB, nº 12, p. 5-16.

VIEIRA, Duque (1964) – *Existencialismo*. In ECB, nº 14, p. 106-108.

VIEIRA, Duque (1965) – *Judas*. In ECB, nº 16, p. 52-54.

VIEIRA, Duque (1966) – *Oh! Que felizes os lavradores... (Camões)*. In ECB, nº 20, p. 71-72.

VIEIRA, Duque (1967) – *Lembranças de Vieira de Almeida*. In ECB, nº 24, p. 5-12.

VIEIRA, Duque (1968) – *Não se lê a literatura portuguesa*. In ECB, nº 27, p. 33-35.

VIEIRA, Duque (1969) – *António Sérgio*. In ECB, nº 29, p. 105-110.

VIEIRA, Duque (1969) – *Faria de Vasconcelos*. In ECB, nº 30, p. 10-12.

VIEIRA, Duque (1969) – *D. António Ferreira Gomes Bispo do Porto*. In ECB, nº 31, p. 5-8.

VIEIRA, Duque (1970) – *Cosas de España*. In ECB, nº 32, p. 71-73.

VIEIRA, Duque (1970) – *Economia*. In ECB, nº 33, p. 104-106.

VIEIRA, Duque (1970) – *Orientação escolar*. In ECB, nº 34, p. 19-21.

VIEIRA, Duque (1971) – *Falta de diocese*. In ECB, nº 36, p. 68-69.

VIEIRA, Duque (1971) – *O homem da Beira Baixa*. In ECB, nº 38, p. 5-8.

VILAÇA, Raquel (2003) – *Arqueologia (pré e proto-histórica) na área da Gardunha: linhas de diagnóstico e sugestões de terapia*. In ECB/NNS, nº 1, p. 42-55.

VILAÇA, Raquel (2004) – *Ecos do Mediterrâneo no Monte de São Martinho (Castelo Branco): a propósito de um artefacto do Bronze Final*. In ECB/NNS, nº 3, p. 5-18.

VILLARONGA, Leandro (1962) – *La influencia económica empuertana en Llerda*. In ECB, nº 6, p. 57-66.

ALGUMAS TENDÊNCIAS TEMÁTICAS DAS SÉRIES E CONTEÚDOS DOS ARTIGOS

AS VIAS DA CURA – OS EX-VOTOS DO MUSEU FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR

*Maria Adelaide Neto Salvado **

Em todas as culturas e desde tempos longínquos, o recurso à intervenção divina perfilou-se como o meio mais eficaz para travar a doença e devolver de novo ao Homem o dom pleno da vida.

Foi neste contexto que surgiram os ex- votos.

Tão antigos como a consciência angustiante da efemeridade e fugacidade da vida, provocada pela doença que enfraquece o corpo e desperta na alma a inquietação moldada pelo desconhecimento do destino para além da morte, os ex-votos (expressão latina que significa, por voto)são testemunhos de gratidão e agradecimento às divindades por curas alcançadas.

São, pois, estes simples objectos, independentemente dos materiais que os formam (barro, madeira, cera) e da diversidade de formas que adquirem, sejam partes do corpo humano, fotografias, pinturas sobre tela ou madeira, testemunhos materiais de sentimentos de fé e devoção, de gratidão e agradecimento.

Na cultura ocidental, os mais antigos ex-votos são dedicados a Asclépio, o deus da medicina na Grécia antiga.

No Museu da antiga colónia grega de Corinto encontra-se uma pequena sala dedicada aos materiais recolhidos no Asclepeion, santuário dedicado a Asclépio desta antiga cidade portuária.

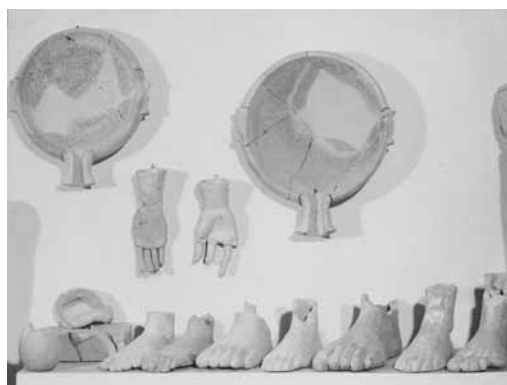


Fig. 1- Museu de Corinto – ex-votos do séc. IV a. C.



Fig. 2- Museu de Corinto – ex-votos do séc. IV a. C.

Trata-se de numerosos ex- votos oferecidos pelos pacientes ao deus sanador datados do século IV a. C. Representam mãos, pernas, seios, cabeças, de crianças, de homens e de mulheres. Modelados em barro cozido, em tamanho natural, apenas a cor distingue o sexo do devoto: as pernas e as mãos de mulher distinguem-se das do homem pela cor branca que as cobre.

Filho de Apolo e da princesa Corinis, condenada à morte por traição pelo próprio Apolo, foi Asclépio retirado do ventre de sua mãe e entregue pelo seu pai ao centauro Quiron. Meio homem, meio cavalo, era este centauro diferente dos outros centauros. Nascera ele da união de Cronos com a oceânide Filira. Loucamente apaixonado pela ninfa dos oceanos, Cronos transformara-se em cavalo, para fugir aos ciúmes de Reia, sua esposa. Daí a forma híbrida de Quiron, meio homem, meio cavalo.

Repudiado por sua mãe Filira, Asclépio contou apenas com o amor de seu pai. Cronos entregou o seu estranho filho aos cuidados de Apolo e de Artemis, que o educaram e criaram. Deles adquiriu sabedoria e bondade, recebendo a incumbência de educar os jovens nas leis divinas.

Quiron empenhou-se na educação de Asclépio. Ele era filho do seu mestre Apolo, a quem devia muito do seu conhecimento e por isso lhe ensinou a mais nobre das artes: a arte de curar, ministrando-lhe conhecimentos de medicina, cirurgia e farmácia.

////////////////////////////////////
A partir do século IV a. C., o culto de Asclépio difundiu-se por toda a Grécia e pela Ásia Menor, dispersando-se pelas duas margens do Mediterrâneo, instalando-se nas ilhas de Creta e de Cós, no norte de África e em Roma¹.

Os locais sagrados do culto de Asclépio, chamados *Asclépeion*, desempenhavam uma dupla função: o de lugares de peregrinação e culto ao deus que assegurava o bem mais precioso do homem, a saúde, e o de clínicas, no sentido actual do termo, lugares onde, por diversos meios, se procurava encontrar o caminho da cura.

Independentemente da sua localização geográfica todos os *Asclepeion* obedeciam a uma igual matriz. O templo do deus centrava um vasto espaço, por onde se distribuíam várias galerias e dormitórios. Bosques de árvores de sombras acolhedoras, poços e fontes de águas curativas, bibliotecas e ginásios, formavam o conjunto de outros elementos que ordenavam o espaço destes lugares sagrados onde adejava a força curadora de Asclépio.

Várias regras e rituais estritos eram impostos aos doentes e aos peregrinos.

Antes da entrada no recinto sagrado, era exigido um período de jejum e de purificação e abluções com a água das fontes sagradas. Não era permitida a entrada nem a doentes em estado terminal, nem a grávidas em avançada gravidez. Morrer ou dar à luz no santuário era estritamente proibido.

Depois do período da preparação purificadora, permitia-se ao doente a entrada no recinto sagrado.

Recebido pelos *Neocores* (uma espécie de médicos-monges), o doente oferecia ao deus um sacrifício proporcional aos seus recursos. Depois recolhia-se para dormir sob o *abaton*, pórtico reservado aos peregrinos.



Fig.3 - *Asclépeion* de Cós - Vestígios do *abaton*, ao lado do templo de Asclépios

¹ Cultuado em Roma com o nome de Esculápio, o culto do deus, levado pelas legiões romanas, difundiu-se por todas as regiões do vasto Império romano. Em Portugal, a igreja de S. Miguel da Mota, na vila alentejana do Alandroal, foi construída sobre um santuário dedicado a Esculápio.

////////////////////////////////////
Aí, deveria dormir pelo menos duas noites. Durante o sono, muitas vezes reforçado por drogas, o doente esperava a visita do deus que lhe revelava através do sonho o caminho da cura. Da interpretação do sonho, feita pelo doente, ou com a ajuda dos monges-médicos, deduzia-se o tratamento a seguir. Chamava-se a este ritual adivinhatório do caminho da cura *incubation*.

Um dos *Asclepeion* mais famosos do mundo antigo foi o da ilha de Cós.

O culto do deus havia sido introduzido na ilha no século VI a. C., trazido por colonos vindos do Epidauro, mas o renome deste santuário deve-se a Hipócrates, que nascera nesta ilha, em 460 a. C. Considerado o pai de uma prática médica científica e humanizada, que soube ter em conta o interesse dos doentes e os seus sofrimentos, Hipócrates influenciou fortemente a prática da medicina do santuário de Asclépio, de Cós. A terapia, assente na religião, na interpretação dos sonhos e das visões, misturou-se com uma prática que se apoiava num diagnóstico aprofundado.

A medicina torna-se, pois, um complemento da religião. Paralelamente à consulta do deus curador, as doenças passam a ser encaradas sob um ponto de vista médico, procurando-se as suas causas e buscando-se as vias de cura por um tratamento adequado a cada caso.

No mundo romano, o agradecimento aos deuses pelas graças recebidas, tomavam a forma de *aras votivas* pequenos altares de pedra oferecidos ao deus onde se inscrevia o agradecimento.

O ex-voto mais antigo de Castelo Branco, é justamente uma ara votiva do período romano, encontrada na ermida de Nossa Senhora de Mercoles, em 1999, aquando da abertura de uma vala, na parte lateral da ermida.



Fig. 4 – Ermida de Nossa Senhora de Mercoles - Ara romana a uma divindade desconhecida, juntamente com modernos ex-votos de cera

Dedicada a uma divindade desconhecida, pois o seu nome ficou truncado pela máquina da escavação, nela se lê o agradecimento ao deus, curiosa expressão de amor filial de três filhos pela cura de sua mãe :

« Por causa (da saúde?) de Boutia, filha de Tangino, Pelaro, Quadrado e (...)? Seus filhos?... ergueram esta ara ao deus...? ».

O aparecimento deste ex-voto veio confirmar a tradição de que a ermida assentava sobre um antigo templo pagão, e demonstrar que a sacralidade dos lugares se prolonga no tempo, adquirindo novas roupagens consoante os valores e as crenças que modelam os sentires de uma dada época.

As vias da cura na Idade Média

Aprendam pois, cristãos, que Deus é o supremo médico (...). Ele e só Ele enviará a cura da melhor maneira. Seja por intermédio de um santo, como milagre, por um médico ou por qualquer outro processo.

Paracelso (1493-1541), *A Chave da Alquimia*

Durante a Idade Média, numa Europa já cristianizada, a busca dos caminhos de cura seguiram metas semelhantes aos do mundo antigo. Os lugares onde jaziam os restos mortais de mártires e de santos tornaram-se importantes centros de peregrinação, onde acorriam doentes em busca da cura para males do corpo e da alma.

Atribuição aos primeiros mártires do cristianismo do papel de intermediários entre Deus e o homem derivou para o culto dos restos materiais associados à sua pessoa ou à sua vida.



Através da sua vida de piedade e da sua fé, eles haviam estabelecido um vínculo entre o céu e a terra, tornando-se nos mediadores que aproximavam Deus das dores e dos sofrimentos da humanidade.

Fig. 5 - Ex-votos sobre o túmulo de Wolfgang de Ratisbona (m.994) objecto de culto, em Popping (Áustria)

Tal como acontecia na Antiguidade, era crença corrente que o poder terapêutico dos Santos actuava durante o sono e por isso, para alcançar a cura, o doente teria de dormir junto do túmulo do santo da sua devoção, ou daqueles a quem se atribuía poderes terapêuticos sobre determinadas doenças. Muitos dos santos, que haviam sofrido no seu corpo as dores e as penas do martírio, tornaram-se uma espécie de «curadores especializados».

Sirva de exemplo Santa Luzia e S. Lourenço.



Fig. 6 - Santa Luzia



Fig. 7 - S. Lourenço

Assim, Santa Luzia, uma nobre cristã, natural de Siracusa que durante as perseguições de Diocleciano, em 304, foi encarcerada e torturada tornou-se a curadora das oftalmias, pois os algozes arrancaram-lhe os olhos, que ela miraculosamente devolveu ao seu lugar. Aparece representada com a palma do martírio, numa das mãos, e segurando, com a outra, uma bandeja contendo dois olhos.

Natural de Valência, S. Lourenço foi martirizado em Roma em 258, sendo queimado vivo sobre uma grelha. Por esse facto o povo invoca-o para a cura de queimaduras.



Fig. 8 - Incubation cristã – vitral da Catedral de Notre Dame

A prática da cristandade medieval que consistia em dormir junto dos túmulos dos santos, enraizada na crença de conseguir uma maior celeridade na cura dos seus sofrimentos, possui fortes semelhanças com a incubation praticada nos santuários de Asclépio e de Esculápio.

Estudos levados a cabo por vários investigadores concluíram, no entanto, que embora tendo sido praticada, a *incubation* cristã, nunca obedeceu a regras, nem se revestiu de rituais complexos, como os exigidos à *incubation* praticada nos santuários do mundo antigo².

Os ex-votos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior

Em 1981 foi oferecida ao Museu Francisco Tavares Proença Júnior, pelo missionário redentorista padre Silvério da Silva Rato, então residente em Castelo Branco, um conjunto de quatorze ex-votos. Talhados em madeira de castanho, uma marcada originalidade possui este conjunto pois todos eles, representam membros de pessoas e de animais.

Nove são os membros humanos: três superiores, seis inferiores e um pé isolado.

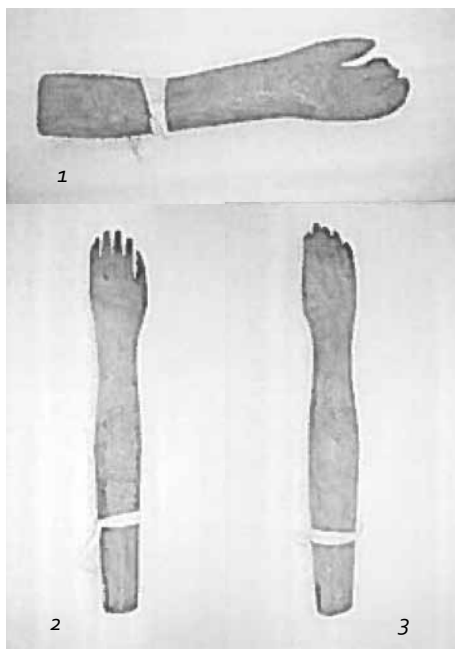


Fig. 9 - Ex-votos dos membros superiores

Em relação aos membros superiores, com excepção de um que está representado apenas até ao cotovelo (1), os dois outros estão completos, apresentando bem definidas as três partes que os

² MARTINS, V. Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres da nossa Idade Média*, Edições Brotéria, 1957, p.35.

compõem: antebraço, braço e mão. No ex-voto que representa apenas o braço e a mão, nota-se que faltam as falangetas em três dedos (indicador, médio e anelar) pelo é que será de admitir que o motivo do ex-voto se terá prendido com uma amputação provocada por desastre ocorrido numa actividade do quotidiano: ou ceifa de cereais ou em actividade artesanal que implicasse o uso de um objecto cortante.

Em número de seis são os ex-votos que figuram membros inferiores.

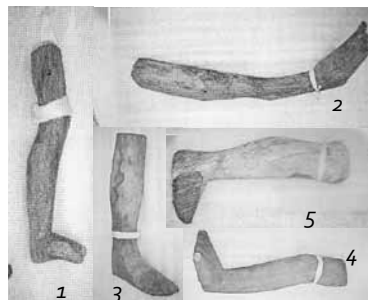
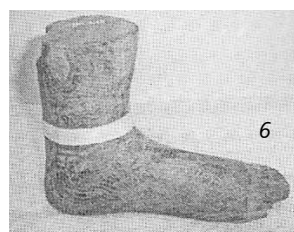


Fig. 10 - Ex-votos dos membros inferiores

Apenas dois deles (1 e 2) estão representados com as três partes que os individualizam: coxa, perna e pé. O ex-voto 1, parece ser o membro de uma criança (fractura?), mas a deformação que apresenta a partir do joelho o 2, permite a hipótese de o motivo do ex-voto ter sido uma doença³. Os outros três não representam o membro na sua totalidade. O 3 apresenta apenas o pé e a perna; nos 4 e 5, para além do pé e da perna, foi representada, uma pequena parte da coxa um pouco acima do joelho. São ambas peças bem esculpidas, com os joelhos e os músculos da perna bem definidos, apresentando o 5 uma camada cromática rosa pálido.



O ex-voto 6, representando um pé e uma pequena parte da perna, permite a hipótese de o voto ter sido oferecido por um sobrevivente a uma amputação.

Cinco são as patas de animais: uma de porco, outra de cabra, uma outra de bezerro e duas de ovelha.

Demonstrativos da importância e do valor que os animais possuíam na economia agropastoril, que marcou os viveres do mundo rural do

³ Segundo a opinião do Dr. Joaquim Moisés, ortopedista do Hospital Amato Lusitano, a quem pedi opinião, a deformação parece representar uma amiotrofia muscular da perna, provocada por uma doença.

passado, os ex-votos que representam patas de animais, são todas peças bem esculpidas. Apenas o que representa a pata da cabra, mostra uma certa desproporção, provocada ou por doença do animal ou por um talhe mais rude e menos bem conseguido.

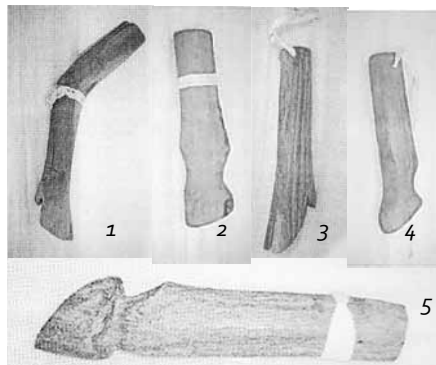


Fig. 11 - Ex-votos de animais: 1 cabra, 2 bezerro, 3 porco, 4 e 5 ovelha

Pertenciam estes ex-votos a uma capela particular, da invocação de S. Torcato, localizada na quinta da Picoila, nos arredores da freguesia da Granja, povoação muito próxima do castelo de Penedono, no distrito de Viseu.



Fig. 12 - Aspecto actual da Quinta da Picoila. Em primeiro plano, distinguindo-se do conjunto habitacional pela brancura das suas paredes, a Capela de S. Torcato

O topónimo *Granja* remete-nos para a organização do mundo rural da Idade Média. Granjas eram vastos territórios agrícolas, administrados e rentabilizados por um senhor, mais tarde parcelados em unidades agrícolas de menor dimensão (casais, quintas, etc). Uma rede de castelos pontuava estes territórios, defendendo as populações e protegendo terras e gados em tempo de guerra.

No século X, o espaço onde viria a surgir a quinta da Picoila enquadrava-se num vasto território pertencente a Dona Flamula ou Chamôa Rodrigues. Sobrinha da condessa Mumadona Dias, que governou

o Condado Portucalense depois da morte de seu marido e que foi considerada no seu tempo a mulher mais poderosa do noroeste da Península Ibérica. A ela se deve a construção do castelo de Guimarães.

Dona Chamôa Rodrigues era igualmente poderosa. A ela pertencia um vasto território pontuado de vários castelos, entre os quais se contam os de Trancoso, Longroiva, Penedono, que legou em testamento ao mosteiro de Guimarães. Repovoado por D. Sancho I, este vasto território, entre o Douro e a Beira, foi marcado por forte insegurança. Durante o período da Reconquista, estes castelos defendiam as populações das investidas muçulmanas. Mas as populações indefesas reforçavam esta protecção terrena com o pedido da protecção divina, através dos santos da sua devoção. A devoção a S. Torcato floresceu nas terras deste território. Segundo a tradição, S. Torcato fora discípulo do apóstolo São Tiago, o evangelizador da Península Ibérica. Convertido ao cristianismo, Torcato, com mais seis companheiros, acompanhara-o, no seu regresso a Jerusalém. Assistira ao martírio do apóstolo e, segundo a tradição, fora ele com os seus companheiros que trouxeram o corpo de São Tiago numa barca até à Galiza, sepultando-o num local próximo da actual cidade de Compostela. Dirigiram-se depois a Roma onde foram sagrados bispos por S. Pedro, que os enviou de novo para a Hispânia em missão apostólica. Navegaram pelo Mediterrâneo e entraram pelo reino de Granada. Torcato foi bispo na antiga cidade de Acci (Guadix). Foi martirizado. Os seus seguidores deram-lhe sepultura perto da cidade. Com a invasão muçulmana em 711, os cristãos das terras do sul buscaram refúgio nas terras do norte peninsular. Trouxeram consigo bens materiais e as relíquias dos santos da sua devoção. Os restos mortais de Torcato foram enterrados na proximidade de Guimarães. Aí se encontraram séculos mais tarde. No local foi construída uma capela. Com o passar dos séculos e depois de uma larga permanência no mosteiro beneditino de S. Torcato, construído em 887, foram transferidos para Guimarães.

Afirma o padre Mário Martins que «entre os documentos mais antigos da Colegiada de Guimarães, muitos há referentes a S. Torcato».

E, esclarece:

Num deles, datado de 1094, Fernando Magno concede a imunidade ao convento deste nome e refere-se às relíquias do santo ali existentes. Fala-se mesmo, da terra de S. Torcato: et in omnem terram sancti Torquati similiter faciant».⁴

2. MARTINS, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres da nossa Idade Média*, Edições Brotéria, 1957, p.20

Creio que a forte devoção a S. Torcato nas terras do norte e a sul do Douro, enraíza na lenda de ter sido ele discípulo de São Tiago, considerado na Idade Média peninsular como o principal protector dos cristãos nas batalhas contra os mouros. Diz a lenda que, no auge das batalhas, o Apóstolo surgia montando num cavalo branco, levantando a coragem dos cristãos na sua luta de morte contra os mouros. Daí o ser conhecido na Hispânia por *Santiago Matamouros*.

E a devoção a S. Torcato, seu discípulo, manteve-se no fio do tempo. Quando no século XVII se constrói uma capela na quinta da Picoila, foi S. Torcato o santo escolhido para seu patrono. Foi obra de um grupo de monges que aqui se fixaram, transformando a quinta numa exploração agrícola assente na cultura cerealífera e na criação de gado.

A Capela tornou-se centro de peregrinação e de devoção, desconhecemos quantos seriam os ex-votos oferecidos ao santo no decorrer dos séculos e que partes do corpo representariam.

Os 14 que se encontram no Museu de Castelo Branco figuram apenas membros de pessoas e animais. Esta estranha dominância fez-nos surgir duas questões: porquê? Existiria alguma relação entre S. Torcato e os males dos ossos?

Um episódio ocorrido em 1673, relatado no *Agiologio Lusitano dos Santos e Varões ilustres*, permite-nos, talvez, um esclarecimento. Conta-se que nesse ano o Doutor Ruy Gomes Golar, Mestre Escola da Colegiada de Guimarães mandou abrir o sepulcro do santo. «E todos o virão incorrupto.» - lê-se no *Agiologio*.

Maravilhado o mestre Escola tirou um tornozelo do pé e levou-o consigo. E o relato continua deste modo:

«Quando lho arrancou, sahio sangue claro, que ainda hoje se conserva e levou a Reliquia para sua casa, começou a experimentar tantas enfermidades, que entendeu ser castigo da sua indiscreta devoção; pelo que mandou colocar no Santuario da Collegiada de Guimaraes, aonde se venera em hum relicário de prata dourada, metido entre dois vidros, por onde se vê o sagrado osso de São Torcato manchado de sangue.»⁵

Curiosa é esta passagem. A «indiscreta devoção», como classifica D. Antonio de Sousa o acto do Mestre Escola, traduz a perduração, no século XVII português, da crença no poder miraculoso das relíquias. Possuir uma pequena parte do corpo de um santo ou de um objecto que tivesse tido com ele

contacto constituía uma poderosa protecção contra as forças do mal que afligiam o homem.

Neste mundo rural em estertor, reflexo do tempo e dos valores que orientam o mundo, a quinta enveredou pelo caminho do agroturismo e a capela, outrora local de culto e devoção a S. Torcato, foi desactivada. Segundo informação do padre Silvério da Silva Rato no início da década de 80 do século XX a capela estava meio arruinada e os ex-votos encontravam-se abandonados no sótão da capela. Foram-lhe oferecidos. E em boa hora. Vieram enriquecer o importante espólio do Museu Francisco Tavares Proença Júnior.

Constituem, na sua singeleza, testemunhos de fé e devoção a S. Torcato, intermediário de Deus, na crença do povo da região de Penedono.

Só Deus é o supremo médico...

«Mande que lhe abrissem de novo a ferida, com o que desapareceu a perda de juízo e o fizemos voltar à antiga saúde, por vontade de Deus»

- são palavras de Amato Lusitano retiradas da Cura 67 da 2ª Centúria.

Bibliografia

- BUTLER, Alban, VIDAS DOS SANTOS, Lisboa, DINALIVRO, 1992. Introdução de James Bentley.
- DANNO, Isabelle, «L'ASCLÉPIÉON DE COS», in HISTOIRE ANTIQUE, nº37, Maio-Junho de 2008, pp. 38-67.
- HAMILTON, Edith, La Mytologie, Marabout Université, 1962.
- MARIÑO FERRO, Xosé Ramón, La Medicina Mágica(Hipocrates), Ediciones, Ediciones Xerais de Galicia, 1988.
- MARTINS, Mário, Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média, Lisboa, Edições Brotéria, 1957.
- «Saints protecteurs et saits guérisseurs», in Nos Ancêtres, Março-Abril, 2016, pp. 33 – 52.
- SOUSA, D. Antonio Caetano de, Agiologio Lusitano dos Santos e Varões Illustres, vol. IV, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1744, pp. 139-151.
- THEMELIS, Pedro, Corinto Antigua, El Lugar e El Museo, Atenas, Editorial HANNIBAL, s/d.
- TORRECELAS, Juan, «El negocio delas reliquias», in MEMORIA, Historia, nº XLIV, pp. 61-70.
- PARECELSON, A Chave da Alquimia, São Paulo, Editora TRÊS, 1983.

⁵ SOUSA, D. Antonio Caetano de, *Agiologio Lusitano dos Santos e Varões Illustres*, vol. IV, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1744, pp. 139-151

HIGIENE E SAÚDE PÚBLICA. MANTER AS RUAS LIMPAS E PRESERVAR A QUALIDADE DA ÁGUA NAS POSTURAS MUNICIPAIS - OS EXEMPLOS DE CASTELO BRANCO E COVILHÃ

Maria da Graça Vicente *

Introdução

Todos reconhecemos a importância da água para a vida na terra; nela, há muitos milhões de anos, terão surgido as primeiras formas de vida. Oceanos, rios, lagoas foram, ao longo de milénios, locais de mistérios e veneração. São várias as culturas ancestrais que tinham e adoravam divindades aquáticas, mas apesar da sua importância vital tem sido objeto de desperdício por incúria, desconhecimento e tantas vezes por ganância¹. Porém o homem, desde as primitivas sociedades de colectores, ou vivendo em pequenos aglomerados de pastores/agricultores que ensaiavam já as primeiras sementeiras, ao longo dos milénios foi-se apropriando dos recursos hídricos em seu proveito. Com o decorrer dos séculos tornou-se necessário encontrar formas de disciplinar o seu uso e preservar esse bem, vital para todos, tanto em meio rural como em meio urbano. Por isso, desde a mais remota antiguidade em que há vestígios da utilização de técnicas de distribuição e partilha da água para irrigar os campos ou aprovisionar as cidades do precioso líquido, as diversas formas de poder adotaram normas para preservar e distribuir a água². Construíram barragens, canais, levadas e fontes para levar o precioso líquido até aos núcleos urbanos para

regar as cinturas verdes de vilas e cidades, como fonte de energia das suas indústrias nascentes – moinhos, lagares, curtumes e olarias, e, naturalmente para todo o tipo de consumo doméstico, desde a higiene ao cozinhar e dar de beber a homens e animais. Água fonte de vida e líquido purificador é elemento essencial no batismo dos cristãos assim como na purificação dos hindus, ainda nos nossos dias, no já muito poluído rio Ganges.

No período medieval com o advento e crescimento das cidades a partir dos séculos XII-XIII, as edilidades camarárias, em meio rural ou urbano, desenvolveram esforços constantes para preservar e fornecer o valioso líquido às populações em quantidade e qualidade – marca de prestígio para as cidades e edilidades a que a elas presidiam. Nos finais do período medieval, apesar do grande desenvolvimento e expansão urbanística para fora das cinturas muralhadas, permaneciam, dentro das vilas e cidades estruturas ruralizantes: hortas, fornos, palheiros, lagares, furdas, estrebarias e, naturalmente, quintais onde viviam e se misturavam porcos, galinhas e patos, ou que eram, por vezes, apenas estrumeiras. As ruas, geralmente estreitas e raramente calcetadas, eram sujas e malcheirosas. Situação sentida como «*muíto prejudicial á saúde e á autoridade (sic) dos povos, causando «incomodidade»* aos seus moradores, mas também, a quem vinha de fora, especialmente para comerciar³. Os responsáveis camarários foram tomando diversas medidas, ao ritmo das necessidades mais prementes, de que são exemplo as posturas municipais da cidade de Lisboa. Cidade onde mais tempo permanecia a corte, a partir do reinado de D. Afonso III e, por isso, catapultada a cabeça do reino⁴.

1 Nas posturas municipais da vila da Covilhã em meados do século XVII a «*Postura sobre açudes e regadios*» é bem elucidativa quanto ao abuso «*das pessoas que se tinham por mais poderosas tomavam as águas aos pobres e esbarrundavam os açudes*». AMC (Arquivo Municipal da Covilhã), *Posturas Municipais*, Publ. in *História dos Lanifícios*, vol. VI.

2 Na fértil região entre os rios Tigres e Eufrates podemos observar que as chamadas «*Leis de Hamurabi*», grande rei da dinastia Amorita da Babilónia, que reinou cerca dos anos 1792-1750 a C., continham disposições sobre os canais de irrigação para agricultura. Existiam nessas terras grandes canais como por exemplo entre Kish e Umma que permitiam uma importante agricultura de regadio. Canais que deviam estar limpos e, para isso, o poder central ordenava as «*corveias*» necessárias e obrigatórias para todos. Lei que previa, igualmente, punições para a negligência dos proprietários das terras na manutenção desses canais. As indemnizações dos estragos causados por inundações ou outros incidentes eram pagas pelos fautores a seus vizinhos. Cf. Código de Hamurabi, art. 53 a 56, in Hersílio de Souza (1965). *Código de Hamurabi em Portugues*: 52.

3 As posturas municipais da vila da Covilhã impunham que as ruas fossem varridas todos os sábados «*Postura que se varram as ruas cada sábado*». Cf., AMC, 1815, *Posturas municipais da vila da Covilhã* (1646).

4 Sobre o tema vide Iria Gonçalves (1986), *Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*, Porto, 1986.

Esforço legislativo que perdurou ao longo dos séculos seguintes. Disposições diversas que vezes de mais não foram cumpridas obrigando a novas ordenações e também a multas elevadas que, ainda assim, não parecem ter sido suficientemente gravosas para impedir práticas lesivas do interesse da comunidade⁵. Preservação dos recursos naturais, e entre eles a água pela sua vital necessidade que os anos de seca sucessivos e, cada vez mais frequentes no nosso país, nos devem interpelar a todos.

Nesta minha pequena apresentação vou partilhar convosco algumas reflexões a propósito de posturas municipais, abrangendo um dilatado período cronológico, em prol da higiene e saúde pública e defesa dos recursos hídricos – rios, fontes e fontanários, nos territórios do Interior Beirão.



«Fonte da Vila», ou «Fonte dos Namorados», na vila de Sarzedas, Castelo Branco, em granito, referida nas *Memórias Paraquiais*, tendo sido sujeita a obras durante o século XIX.

Posturas municipais medievais: os exemplos de Castelo Branco e Covilhã.

Nos inícios dos encontros da medicina da Beira Interior apresentou, o saudoso e ilustre albicastrense Manuel da Silva Castelo Branco, algumas posturas municipais da vila de Castelo Branco relacionadas com a limpeza das ruas, higiene e preservação da qualidade das águas para abastecimento da vila⁶.

Medidas tomadas pela edilidade de Castelo

Branco, que tinham subjacente a preocupação da higiene e saúde pública da vila e arrabaldes. Na região da Beira Interior também a já «laboriosa» vila da Covilhã tentava preservar a higiene e segurança dos seus moradores com um conjunto de medidas, algumas das quais por certo já bem antigas. Em meados do século XVII, os responsáveis camarários covilhanenses, em presença do juiz de Fora, deliberaram fazer o traslado das posturas municipais da vila, em virtude do desgaste do *Livro das Posturas*. Justificavam a decisão por ser já *incapaz de se poder usar* o velho livro das posturas que apresentava algumas letras apagadas pelo tempo. Reconhecendo, todavia, ser muito útil ao bom governo da vila, determinaram que se *reformassem e passassem em livro novo*⁷.

As posturas municipais destas duas vizinhas, referentes ao nosso tema, são medidas que podemos arrumar em três grupos: limpeza das ruas; preservação da boa qualidade das águas das fontes públicas e preservação da qualidade do ar.

1 - Manter as ruas e outros espaços públicos limpos

Comecemos então pela limpeza das ruas, de certa forma, a medida mais fácil, ou aparentemente, mais fácil de aplicar, com pouco investimento.

As ruas não seriam ainda todas calcetadas, o que naturalmente facilitaria a acumulação de lixos, especialmente, junto às casas. Determinava a edilidade albicastrense que todos os moradores deveriam «varrer, ou mandar varrer», aos sábados e vésperas de feriados, as ruas no alinhamento das suas testadas. Obrigação que fora, também, implementada na cidade de Lisboa, seguindo o exemplo do que acontecia noutras cidades da Cristandade desde inícios do século XV⁸. Medida a aplicar tanto nas casas habitadas como nas devolutas, pardieiros, quintais e fornos. O vizinho concelho da Covilhã, invocando ser muito prejudicial à saúde estarem as ruas sujas e malcheirosas, adotou idêntica medida, obrigando os seus moradores a varrer as ruas todos os sábados. As forneiras covilhanenses que, segundo o costume muito antigo, vendiam o seu pão cozido, na praça pública eram obrigadas a varrer ou mandar varrer *o encosto da praça* três vezes por semana, para manter maior *limpeza e decência* da praça. A limpeza das ruas era, naturalmente, preocupação em termos de higiene e saúde pública,

⁵ Sobre este tema vide Iria Gonçalves, *op. cit.*

⁶ Artigo publicado no número 2 dos *Cadernos de Cultura*, sob o título «Assistência aos Doentes na vila de Castelo Branco e seu Termo entre finais do século XV e começos do século XVII».

⁷ AMC, livro 1815, publi. In *História dos Lanifícios (1750-1834)*, vol. VI, pp. 2 e 595.

⁸ Cf. Iria Gonçalves, *op. cit.*, p. 165.

mas os homens que presidiam aos destinos de cada concelho tentavam melhorar a imagem da sua vila ou cidade, prestigiando, assim, a sua própria imagem.

Como sabemos ao longo de todo o período medieval e prolongando-se bem para além desse tempo histórico as vilas e cidades não tinham qualquer sistema de escoamento de águas sujas nem esgotos, havendo o habito de lançar as águas sujas pela janela⁹. Gesto que devia ser precedido do aviso de «água vai», sob pena de coima. Multa agravada no caso de molhar alguém. Neste capítulo da limpeza das ruas proibia-se igualmente aos seus moradores terem pias para alimentar porcos na via pública. Os almotacés tinham a seu cargo a tarefa de as retirar. O não cumprimento destas disposições estava, naturalmente, sujeito ao pagamento de coimas.

Era usual na Idade Média alguns dos serviços dos concelhos ou do próprio rei, como por exemplo a recolha de impostos etc., serem arrendados. Ora também as rendas das penas da então vila de Castelo Branco eram arrendadas, ficando estabelecido que esses proveitos só seriam arrendados sob a condição de os rendeiros manterem limpas as principais ruas da urbe. Ainda neste capítulo da manutenção da limpeza das ruas proibiram-se as furdas para porcos, dentro da vila e arrabaldes

Finda qualquer obra na vila de Castelo Branco e arrabaldes os seus promotores deviam, no prazo de oito dias, limpar ou mandar limpar *a rua da pedra, terra e imundice*. Nesta vila para evitar *esterqueiras, os proprietários de pardieiros tinham obrigação de os mandar tapar*.

Para manter as ruas limpas proibia o município da Covilhã de amassar ou tascar linhos dentro da urbe ou aí despejar «sisco»¹⁰.

2 - Preservar a qualidade da água

Encontramos duas medidas nas posturas municipais da vila de Castelo Branco para evitar a contaminação das águas das fontes públicas ou poços onde se abasteciam os seus moradores. A proibição de lavar nas fontes públicas de *Santiago*, do *Torneiro*, de *S. Pedro*, *Fonte Nova*, do *Romeiro* e na

Fonte do Tostão, sob pena de multa. Nessas fontes era igualmente proibido encher o seu vasilhame *sobre os andames* ou lavar talhas ou roupa a menos de uma vara de distância, suportando os infratores pesada multa. Proibições que se estendiam aos poços onde os moradores da vila e arrabaldes iam buscar água para os seus gastos. Na época foram indicados os poços da *Fonte das Freiras*, da *Páqueixada* e chafarizes, e também nos poços da *Porta do Pelomen* e *Fonte do Aminheiro* onde somente a cerca de duas varas de distancia era permitido lavar, em vasilhas levadas para esse fim. Aplicando-se uma multa quando esse perímetro estivesse demarcado e promovendo-se a demarcação em torno dos restantes poços. Interdição, ainda, de lavar talhas no *Tanque* por baixo de Nossa Senhora da Graça.

No final do período medieval a vila de Castelo Branco apresentava-se como cabeça de uma imensa área agrícola e um centro administrativo. Todavia, tinha também na produção artesanal uma parte da sua riqueza, nomeadamente na produção têxtil e coirama. Produção e preparação da lã e linho que provocaria alguma poluição nas suas ribeiras, obrigando a edilidade a legislar. Resolveram, por isso, proibir a lavagem da *lã, tinta e panos* na ribeira de Liria, demarcando uma área desde o moinho de *Manuel Viegas* para baixo e no Rio Ocreza. As gentes de Castelo Branco podiam lavar as suas lãs e panos numa zona demarcada do ribeiro de *Cagavai* e no ribeiro da Torre, onde este confluía com o ribeiro do Sete para baixo mas apenas no período desde o mês de S. Martinho até maio, o mesmo é dizer durante os meses de maior caudal de rios e ribeiras.

Em abril de 1655, entre as medidas tomadas pelo concelho da vila para preservar a qualidade da água estava a proibição de lançar pedras ou molhar palha nas fontes da *Feiteira*, e *Fonte do Penedo*. Proibindo-se, naturalmente, aí depositar animais mortos - *cão, gato, raposo ou qualquer outro bicho*¹¹.

Medidas idênticas tomou o Concelho da Covilhã para preservar a qualidade das suas águas e as estruturas que permitiam o seu encaminhamento até aos covilhanenses. Pela postura sobre as cales e canos da água desta vila, fontes e chafarizes, ficamos a saber que danificar os canos e cales ou daí retirar água estava sujeito a pesada multa. Não era permitido lavar ou estender roupa junto aos chafarizes, ou neles lançar pedras, imundices ou qualquer outra coisa. Proibição que se estendia

⁹ A primeira tentativa para a construção de um sistema de esgotos deveu-se ao concelho de Lisboa, em 1487, durante o reinado de D. João II. Projeto ambicioso mas certamente demasiado caro não foi, nesse tempo, realizado. Em Lisboa, aliás como na generalidade de vilas e cidades, as águas escorriam a céu aberto pelo chamado «rego merdeiro» ou simplesmente «Rego». Cf., Luísa Trindade, «A Água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma», 2014, p. 374. <https://ialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4856809.pdf>. Consultada 30. 10. 2010.

¹⁰ Cf., *Postura dos que tascam ou massam linho dentro da vila ou deitam sisco dentro dela*. Quadro 1.

¹¹ Cf., Manuel Tavares dos Santos, *Castelo Branco na História e na Arte*, ed., do Autor, 1958, pp. 177-178.

à «casa da água e anéis dessa bula», sob pena de pesada coima, e obrigação de reparar os danos causados. Deitar objetos estranhos nas fontes seria um hábito comum no Reino. A cidade de Lisboa repetidamente legislou sobre isso, tendo necessidade de proibir as brincadeiras dos miúdos que faziam das fontes o seu mar a descobrir, nelas fazendo navegar os seus barquinhos de cortiça¹².

À florescente vila da Covilhã acoiriam negociantes e almocreves vindos de outras lugares de Reino mas, também, muitas gentes do seu rico termo para comerciar ou folgar, trazendo, evidentemente as suas «cavalgadas» para o recinto da vila onde davam de beber aos seus animais. Situação que não agradava à edilidade que proibiu tal prática nas fontes onde bebia o povo¹³. Salientamos, ainda uma postura sobre a qualidade das águas desta vila beirã, proibindo-se lançar *barbascada* no Rio Zêzere e ribeiras do seu vasto termo¹⁴, prática piscatória em água doce muito corrente durante o período medieval. Proibição que teria, também, objetivos económicos e preservação do pescado. A poluição de rios e ribeiras não era ainda sentida nos séculos XVI e XVII como um problema. Apenas a água para consumo merecia os cuidados das edilidades camarárias, por motivos de higiene e saúde pública, certamente, mas sobretudo, porque assim o exigia a paz social da vila e a imagem de riqueza, opulência e bom governo de vilas e cidades.



Lavadeiras no rio, imagem familiar, no Interior Beirão até finais dos anos setenta do século passado.

3 - Preservar a qualidade do ar

Durante a Idade Média tudo o que era estranho, grotesco como os gafos ou pessoas portadores de uma qualquer deficiência física; indústrias

poluentes, malcheirosas, barulhentas, elementos que podiam perturbar a ordem e harmonia da sociedade era afastado para fora de vilas e cidades.

A cidade medieval seria certamente malcheirosa, no entanto, nos séculos XVI e XVII com o crescimento e maior riqueza dos espaços urbanos, onde decorriam com alguma frequência procissões ao santo padroeiro, ou ao Espírito Santo – onde desfilavam e se mostravam os mestres e as entidades da terra – tornava-se imperioso manter as ruas, especialmente as de maior nobreza, limpas e desimpedidas, mas procurava-se, também manter uma boa qualidade do ar, sem fumos ou cheiros intensos e desagradáveis. Tentando afastar também os latentes risco de incêndio. Certamente motivo para a vila de Castelo Branco ordenar que os fornos de cozer pão, tanto na vila como nos arrabaldes e aldeias, seriam munidos de chaminés.

A vila da Covilhã, já à época um importante centro lanígero e com forte preparação de curtumes e produção de couros, proibia o tratamento dos pelames e tintas dentro da vila¹⁵. Acordou a vereação que *dentro das povoações mormente de autoridade das desta Vila não devia haver fabricas danosas à saúde e conservação dela*. Os motivos da proibição são muito claros: a saúde pública, mas também a *danificação dos ofícios*. Mas havia outros motivos que as vivências dos homens da Covilhã testemunhavam – *os tintes com os maus cheiros das tintas e imundices que delas se causavam eram muito prejudiciais*. De igual modo os pelames provocavam maus cheiros *da cale da courama*. Razão pela qual proibiram os tintes e pelames dentro dos muros da vila e seus arrabaldes, sendo apenas permitida a instalação desses mestres nos locais onde as águas sujas da sua laboração não voltassem a entrar na vila. Nos cursos de água, a poluição ainda não era sentida como premente, a sua defesa tinha, geralmente, motivos de ordem económica e prestígio, pretendia-se dar uma imagem de equilíbrio e riqueza do bom governo de vilas e cidades.

Concluindo

As posturas municipais, conhecidas, para as vilas beirãs de Castelo Branco e Covilhã são tardias. Porém, as duas urbes, partilham em finais da Idade Média, a par com o seu desenvolvimento urbano e demográfico, anseios de ter e mostrar um espaço limpo, com bom abastecimento de água e com uma boa qualidade do ar sem fumos ou cheiros desagradáveis.

Apesar de algumas medidas para preservar

¹² Cf., Posturas Municipais de Lisboa.

¹³ *Postura para que as cavagaduras não bebam nas fontes.*

¹⁴ *Postura que nenhuma pessoa lance barbascada no Rio Zêzere nem (em) Ribeira alguma deste termo.* Cf. Quadro 1.

¹⁵ *Postura que dentro da vila e arrabaldes dela se não façam tintes nem pelames.* Cf., Quadro 1

a qualidade da água de fontes e fontanários, a poluição da água em geral, mormente de rios e ribeiras ainda não seria sentida como um problema. As preocupações destas edilidades prendiam-se mais com as necessidades de higiene e saúde pública, evitar abusos e manter um bom nível de abastecimento às populações. Verifica-se, ainda, a preocupação em conservar uma importante fonte de recursos económicos.

As vereações tentavam preservar a imagem de uma cidade rica, arrumada, limpa e se possível sem maus cheiros – uma imagem ordenada reflexo do seu bom governo.

Mas os comportamentos humanos situam-se na longa duração e por terras da Beira ainda em meados do século XX houve necessidade de ordenar e reforçar estas e outras *posturas* em defesa da higiene e saúde públicas. A título de exemplo referimos o capítulo II, do *Código de Posturas Municipais* da cidade de Castelo Branco, com diversas «Disposições Relativas a Fontes e Chafarizes»¹⁶, onde se proibia de lavar nas fontes e outros depósitos de águas públicas; lançar pedras, paus, animais etc.; tirar água com vasilhas sujas ou infetadas; dar de beber a animais com doenças contagiosas nos bebedouros para esse efeito; fazer obras, estrumeiras ou guardar animais em locais próximos das fontes ameaçando a pureza das águas, entre muitas outras disposições em defesa da preservação e boa qualidade da água para consumo da cidade.¹⁷

Castelo Branco (XVI?)	Covilhã (1646)
Limpeza das Ruas	
Postura que se varram as ruas cada sábado e véspera de dias santos de guarda As mesmas obrigações tinham as forneiras, mesmo não sendo os fornos seus.	Postura que se varram as ruas cada sábado. As padeiras: obrigação de varrer três vezes por semana, o local da praça onde vendiam
Postura que se não arrende a renda das penas, sem obrigação da limpeza das ruas.	
Postura das furdas	Postura dos que tascam ou massam linho dentro da vila ou deitam sisco dentro dela (p.22)
Postura das obras que se fazem na vila e ruas	
Castelo Branco (XVI?)	Covilhã (1646)

¹⁶ Cf., Quadro 2.

¹⁷ Posturas municipais que vieram substituir as posturas em vigor na cidade até 1920, aprovadas em reunião da Câmara em 12 de setembro de 1956 e, que entraram em vigor no dia 1 de janeiro de 1957. Cf., *Código de Posturas Municipais*, Câmara Municipal de Castelo Branco, 1956.

Preservar a qualidade da água	
Postura das fontes em que se não permite lavar	Postura sobre as cales e canos da água, fontes e chafarizes da vila. (p.18).
Proibição de lançar pedras ou molhar palha nas fontes da Feiteira, e Fonte do Penedo. Proibição de lançar cão, gato, raposo ou qualquer outro bicho, sob coima. (abril 1655)	Postura que as cavalgadas não bebam nas fontes, onde bebia o povo. (P. 13)
Postura de lavar a lã	Postura que nenhuma pessoa lance <i>barbascada</i> no Rio Zêzere nem (em) Ribeira alguma deste termo. p. 23
Postura do amanho do linho	Postura dos que tascam ou massam linho dentro da vila ou deitam sisco dentro dela. (p. 22)
Preservar a qualidade do ar – evitar maus cheiros	
Os fornos de cozer o pão teriam «ximinez» altas.	Postura que dentro da vila e arrabaldes dela se não façam tintes nem pelames. (p.24)

1 - Posturas Municipais (séc. XVI_XVII)

Castelo Branco - código de postura municipais (1956).
Cap. II – disposições reativas a fontes e chafarizes
Art. 12 - Danificar chafarizes, fontes públicas, canalizações, depósitos e toda e qualquer obra de abastecimento [...] que possa diminuir ou extraviar a água das respetivas nascentes, sob pena de multa de 200\$00 e reparação dos estragos.
Art. 13 sob pena de 100\$00 1 - Sujar ou corromper por qualquer forma as águas destinadas ao consumo público
2 – lavar nas fontes, depósitos e outros reservatórios de águas públicas, qualquer parte do corpo, roupas ou outros objetos, salvo nos que forem destinados para esse fim.
3 – Lançar nas águas referidas no número anterior paus, pedras, animais ou quaisquer outros objetos.
4 – Tirar água com vasilhas sujas ou infectadas.
5 – Dar de beber aos animais atacados de doenças contagiosas em depósitos destinados a bebedouro dos mesmos.
6 – Fazer obras, estrumeiras e guardar animais em locais cuja distancia possa prejudicar a pureza das águas destinado ao consumo público.

Castelo Branco - código de postura municipais (1956).	
7 – Utilizar as águas dos sobejos dos chafarizes, fontes, bebedouros, marcos fontenários e bebedouros públicos em contrário do estabelecido pela Câmara ou Junta de Freguesia respectiva.	
Sob pena de multa de 50\$00 escudos	
1-	Dar de beber aos animais nas fontes e depósitos não destinados a esse fim.
2-	Sujar por qualquer forma as torneiras ou bicas dos chafarizes e marcos fontenários.
3-	Arrancar árvores, mesmo quando plantadas a mais de 50 metros, que prejudiquem com as suas raízes, a pureza das águas ou impeçam a sua livre passagem.
4-	Aparar e limpar as árvores dos prédios junto às margens que possam impedir a sua livre passagem.
Capit. IX- disposições de Polícia só aplicáveis na Sede do Concelho Art. 73 - lançar líquidos, dejectos, papéis, lixos, lavaduras, cascas e outros detritos. - transportar lavagens ou materiais repugnantes em recipientes não fechados.	
Art. 74 - Fazer depósitos de estrumes, palhas ou mato.	

2 - código de postura municipais (1.01.1957)

Fontes e Bibliografia

- Arquivo Municipal da Covilhã, *Livro 1815*.
- *Código de Posturas Municipais*, Câmara Municipal de Castelo Branco, Tip. Semedo, Castelo Branco, 1956.
- CASTELO BRANCO, Manuel da Silva, «Assistência aos Doentes na vila de Castelo Branco e seu Termo entre finais do século XV e começos do século XVII», in no número 2 dos *Cadernos de Cultura*.
- *Livro das Posturas Antigas*, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, 1974.
- GONÇALVES, Iria, *Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*, Separata de «Estudos Medievais», n.º 6, Porto, 1986.

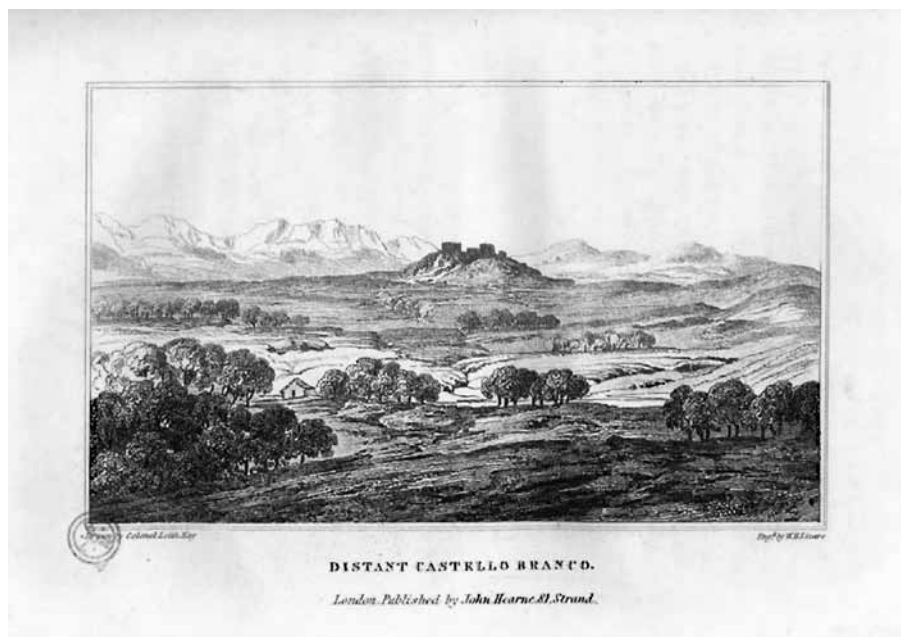
- DEL VAL VALDIVIESO, Maria Isabel, coord. *Vivir del agua en las ciudades medievales*, Universidad de Valladolid, 2006. ISBN: 84-8448-373-8.
- DEL VALDIVIESO, Isabel "Um exponente del buen gobierno urbano: el abastecimiento de agua en la Castilla edieval", in *Musulmanes y Cristianos frente al agua en las ciudades medievales*, coord. Maria I, Isabel del Val Valdivieso; Olatz Villanueva, ditones de la Universidad de Cantabria, Santander, 2008, pp. 359-380.
- DIAS, Luiz Fernando de Carvalho, *História dos Lanifícios (1750-1834)*, vol. VI.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A sociedade medieval Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editores, 1987, 5ª edição.
- SANTOS, Manuel Tavares dos, *Castelo Branco na História e na Arte*, edição do autor, 1958.
- SOUZA, Hersílio de *Novos Direitos e Velhos Códigos*, Recife, Imprensa Industrial, J. Nery da Fonseca, 1924.
- SOWINA, Ursula, «L'eau comme propriété. Contribution aux études sur le contrôle des eaux dans les villes Polonaises aux XVe – XVIe Siècles», in *Vivir del agua en las ciudades medievales*, Universidad de Valladolid, 2006, pp. 37-49.
- TRINDADE, Luísa «A água nas cidades portuguesas entre os séculos XV e XVI: a mudança de paradigma», in *Património Cultural Vinculado com el Água. Paisage, Urbanismo, Arte, Ingeniería y Turismo*. Seminário internacional 17, 18 e 19 outubro 2013; Cáceres, Faculdade de Filosofia Y Letras, 2014, pp. 367-380. ISBN:978-84-9852-392-8. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4856809.pdf>.



Fonte de mergulho, concelho de Vila Flor

MÉDICOS E SAÚDE NA REGIÃO DE CASTELO BRANCO NA GUERRA PENINSULAR; TESTEMUNHOS DE QUEM VIU, VIVEU E SENTIU

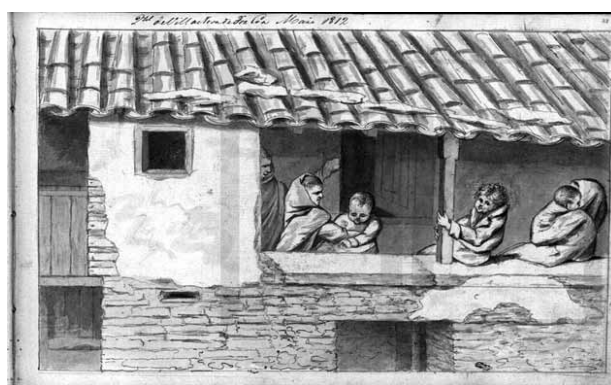
*Júlio Vaz de Carvalho **



"Distant Castelo Branco", por Sir Andrew Leith Hay

A importância dos registos e memórias dos intervenientes directos nos conflitos que assolaram a Península Ibérica na transição do século XVIII até finais da primeira década de 1800, embora a maioria não estejam isentas de natural - e compreensível - falta de isenção crítica, quase sempre sustentadas nas convicções políticas, militares e ideais pátrios, que remetem para a sua cuidadosa análise factual mas não deixam de conter importantes contribuições para a conhecimento da condição social, económica e sanitária dos territórios e populações. Da pesquisa sistemática e leitura de algumas passagens desses testemunhos, alguns especificamente relacionados com a Beira-Baixa, ficam pequenos episódios, ilustrativos da região Beirã e da cidade de Castelo Branco, durante a Guerra Peninsular. Os quadros/relatos que se transcrevem, além de permitirem uma construção imagética capaz de nos transportar até aqueles dias negros de agruras, permitem, quase, sentir as angústias, o estado anímico e o vil estupor da guerra.

A Paisagem o Clima e a vida local



A inclemência do clima | exaustão

O conflito desenrolou-se, num contexto de constantes movimentos de grandes contingentes militares e com eles toda uma série de problemas sanitários e de saúde, sempre associados aos períodos de conflitos bélicos, em especial nos de maior duração e transversais às populações e exércitos, conforme nos recorda Fernando da Silva

Correia na sua obra "Portugal Sanitário. Lisboa" -Direcção Geral de Saúde, 1938 quando refere que "no período 1810-1813, nas povoações mais importantes do País o tifo exantemático causou, durante a Guerra Peninsular, muito mais vítimas do que as tropas napoleónicas. Eram as populações quem, as deficientes condições de assistência médica e a falta de clínicos em quantidade suficiente para acorrer a todas as necessidades, em especial no interior Beirão, sujeitas a condições Climatéricas adversas e extremas, más condições de vida, em especial nas classes sociais mais baixas, ainda mais acentuadas pelas carências provocadas pelo esforço de guerra, acabavam por sofrer as consequências exposição a doenças como o Tifo e Cólera. A Insalubridade de grande parte da cidade e das suas casas - Castelo Branco tinha, no início do século XIX, mais de 4 mil habitantes - é inúmeras vezes citadas em cartas e memórias de oficiais ingleses. Seguem-se alguns desses testemunhos.

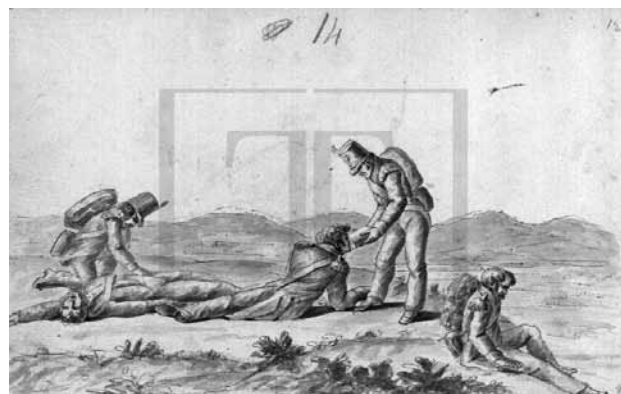
Sobre o clima:

In: *The Journal of an Surgeon during the Peninsular War* de Charles Boutflower 40th. reg. foot

8 de Agosto de 1811

No dia 5 saímos de Nisa e marchamos por estradas quase intransitáveis três léguas até Vila Velha. No dia seguinte seguimos para uma pequena aldeia chamada Sarnadas e, ontem de manhã, chegamos à cidade antiga de Castelo Branco. É sede de um Bispado e a Catedral, bem como o resto da Cidade, encontram-se em grande estado de dilapidação. O Palácio e os Jardins de sua Reverência, contudo, estão em excelente estado de conservação e têm um ar de luxo e conforto como eu não vi antes neste País.

Quando chegamos a Castelo Branco, o Comissário Geral da Divisão tinha ordens para não avançar mais. No decurso do dia, no entanto, recebemos nova ordem obrigando-nos a marchar esta manhã para Penamacor, que, estando apenas a oito léguas de Castelo Branco, demorámos quatro dias a fazer. O calor excessivo do tempo torna impossível fazer longas marchas sem que as tropas se ressintam. Actualmente prevalece uma grande quantidade de doenças das quais é vítima um grande número de oficiais. Realmente, considero o clima deste país, durante os meses quentes no Outono, ouco menos insalubre do que as Índias Ocidentais.



A inclemência do clima | exaustão

A Loucura

"SEVEN YEARS' CAMPAIGNING IN THE PEN-INSULA AND THE NETHERLANDS FROM 1808 TO 1815" de SIR RICHARD D. H. ENEGAN

Castelo Branco, 1812

(...). Nesta cidade (Castelo Branco) fui aboletado, em 1808, por um período de seis semanas, numa casa onde disfrutei da ilimitada hospitalidade e bondade da família portuguesa onde tive a sorte de ser alojado. O meu anfitrião era um dos homens importantes e, aparentemente, o mais feliz. A sua esposa e as duas filhas, bonitas, formavam o seu círculo familiar e todas as noites ele mostrava o seu bom coração e sentimentos hospitaleiros convidando os nossos jovens oficiais para convívios com amigos e vizinhos. A música e a dança duravam horas e os olhares felizes dos jovens reflectiam-se no semblante benevolente de nosso anfitrião. Nessa segunda visita a Castelo Branco voltei à esplêndida residência de meu velho amigo. As paredes exteriores estavam agora enegrecidas pelo fumo. As janelas tinham caído com violência dos seus caixilhos, os quartos se encontravam-se vazios e os tectos manchados, queimados pelo fogo, testemunhos que atestavam o que se passara, não dando sinais de breve reparação. Entre as salas espaçosas, as paredes divisórias tinham sido destruídas, dando-lhes a aparência de vastos e negligenciados armazéns; o edifício que tinha sido eviscerado pelo fogo.

Seguindo pelo seu interior, através desta devastação, cheguei a um anexo, separado da casa, que anteriormente servia de alojamento para os criados e, guiado pelo agradável cheiro de alho refogado, cheguei a uma pequena cozinha, na qual uma mulher, que instantaneamente reconheci como a minha antiga anfitriã, cozinhava sobre um braseiro. Apesar de sua velhice prematura, mantinha ainda traços de dignidade no seu semblante. Perto dela,

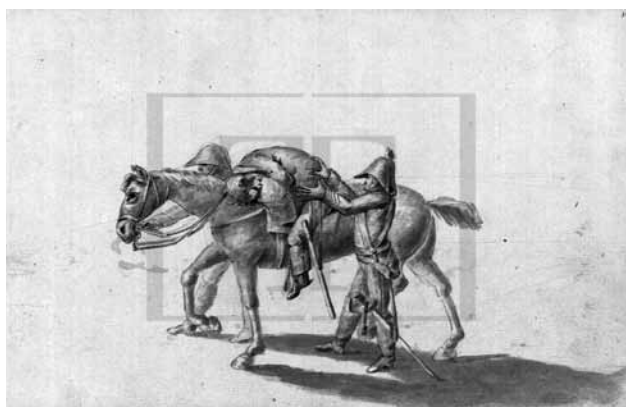
sentado numa cadeira baixa, estava o que me parecia o fantasma do meu velho amigo D. José. "Virgem beatíssima", exclamou a envelhecida matriarca, na sua maneira de ser afável, que de imediato reconheci. Poisou a pequena caçarola em que cozinhava para me cumprimentar com a bondade de dias mais radiosos. Mas, ao contrário dela, o olhar vago de D. José perambulou pelo meu rosto sem um sinal de me reconhecer. O sofrimento e o terror haviam destruído de vez, há muito tempo, as faculdades da sua vigorosa mente, e quando ouvi a triste história que a esposa me contou, não me surpreendi que os nervos do marido tivessem cedido.

Desde a minha primeira estadia eles tinham visto e sentido os horrores e destruição da guerra.

"AS FEBRES MÁS"

"Recollections of the eventful life of a soldier"

- Joseph Donaldson - Sargento da 94.^a Brigada Escocesa – London 1859



(...) Abril de 1812; poucos dias após a tomada da cidade (Badajoz), além da fome, apanhei uma febre estranha. Estava tão doente que não estava em condições de acompanhar o meu regimento e fui deixado, com quatro outros soldados, a cerca de cinco léguas de Castelo Branco, a cargo de um sargento, que nos devia acompanhar. Como estava incapaz de prosseguir, o sargento, abrigou-nos numa casa, numa pequena aldeia. Nela vivia uma viúva pobre, que tinha dois filhos. A casa tinha apenas uma divisão na qual pouco mais havia que um tear. Fiquei lá quatro dias, sem cama ou coberta, com excepção de um velho casaco já que as minhas coisas pessoais, que eu não podia carregar, tinham seguido com o regimento. A pobre viúva portuguesa tinha pouco mais para dar que comiseração. Parecia sentir muita por mim em particular, talvez por os outros não estarem tão doentes. Muitas vezes ouvia-a, quando ela pensava que eu dormia, imaginando o sofrimento que daria a meus pais, se eles soubessem do meu

estado. Nas suas orações, que ela tinha por hábito dizer em voz alta, não negligenciou uma petição para o "pobre rapaz englese". Muitas vezes me trouxe leite quente, obrigando-me a tomá-lo, pelo que me senti muito grato por sua simpatia e bondade, embora estivesse muito doente para retribuir essa bondade. Como estávamos aqui sem qualquer meio de apoio, o sargento conseguiu engajar cinco asnos para nos levar para Castelo Branco, onde havia um hospital. Fui montado num deles e, apoiado pelo homem que o guiava, seguimos caminho. Despedi-me da viúva de coração terno, enquanto as lágrimas preenchiam os seus olhos. Tal gesto de bondade, à época, raro, era precioso. Prosseguimos a nossa jornada e nunca sofri tantas torturas como naquele dia. Frequentemente implorava para que eu me pudesse deitar e morrer. No segundo dia chegamos ao nosso destino e ficamos esperando na rua duas horas antes que o médico nos visse. Quando ele veio, seu semblante não pressagiava nada de bom.

- O que se passa com o senhor? - disse-me, com um tom de voz ofuscado: - Deveria ter seguido com os seus camaradas do regimento. Não passam de um bando de preguiçosos, nem os males querem algo com nenhum de vocês!

Eu não disse nada, mas fitei-o de frente, com um olhar que o questionava se realmente acreditava no que acabara de dizer ou, pelo contrário, não lia uma história diferente no meu rosto pálido e afundado. Ele acusou a censura e, suavizando o semblante, passou para outro paciente. Fomos então colocados, junto com outros, no corredor de um convento convertido em hospital. Ali fiquei esse dia no chão, sem colchão nem coberta. Anoiteceu e uma febre ardente irrompeu pelas minhas veias. Pedi água para beber, mas não havia ninguém para me dar. Ao longo da noite delirei e a última coisa de que me lembro era de umas formas estranhas e fantásticas flutuando ao meu redor, que de vez em quando me alcançavam e voavam comigo, como um relâmpago atravessando tudo e deixando-me cair em precipícios sem fim, nos quais me afundava e afundava... Por alguns dias permaneci inconsciente e quando eu recuperei os sentidos, encontrava-me num quarto pequeno com outros homens que, como eu, tiveram febres más, mas agora com um colchão e roupa de cama. (...) havia uma grande falta de assistentes no hospital, e muitas vezes ouvi os doentes implorando por bebida ou assistência, durante toda a noite, sem recebê-la. (...)

São simples excertos, acerca do quotidiano, aos que importa reunir tantos outros, dispersos pela imensa bibliografia da época, que compilados numa

- The Journal of an Surgeon during the Peninsular War de Charles Boutflower 40th. reg. foot
- Seven Years' Campaigning in the Peninsula and the Netherlands from 1808 to 1815 de Sir Richard D. H. Enegan
- Recollections of the eventful life of a soldier de Joseph Donaldson, Sargento da 94.^a Brigada Escocesa

Ilustrações:

- “Distant Castelo Branco”, por Sir Andrew Leith Hay
- Álbum de campanha sobre marchas, manobras e planos de batalha do exército português, realizados no âmbito da guerra peninsular, do capitão Manuel Isidro da Paz

[illegible]

MISERICÓRDIA DO FUNDÃO: 500 ANOS DE SOLIDARIEDADE

*Miguel Nascimento **

Resumo

Apesar de algumas dúvidas manifestadas por alguns historiadores e investigadores a Santa Casa da Misericórdia do Fundão, assumiu, de forma generalizada, 1516 como o ano da sua fundação. Ao longo de cinco séculos a Santa Casa da Misericórdia do Fundão cresceu e moldou a sua intervenção social às necessidades concretas de cada momento, procurando pautar a sua actuação no cumprimento das catorze “Obras de Misericórdia”. Entre Março de 2016 e Março de 2017 realizou um vasto programa de comemorações dos seus quinhentos anos que encerrou com a realização do Congresso “A Misericórdia do Fundão – 500 anos de solidariedade.” Nesta comunicação damos conta desse momento significativo e do seu contributo para o conhecimento de um longo percurso de uma grande instituição de solidariedade que ajudou a construir o Fundão e a Beira Interior, juntando e aproximando homens e mulheres de coração grande no auxílio a todos os que, ao longo de séculos, precisaram de uma palavra, de um gesto ou de uma acção.

1 - Um congresso repleto de significado

Entre Março de 2016 e Março de 2017 a Santa Casa da Misericórdia do Fundão realizou um vasto programa de comemorações dos seus quinhentos anos. Este tempo intenso de celebração e de evocação de uma instituição de referência que marcou o caminho com cinco séculos de solidariedade contou com diversos momentos significativos que, acima de tudo, procuraram congregar à sua volta os funcionários e colaboradores, os seus parceiros, a irmandade e a comunidade em geral. Esse objectivo foi alcançado na sua plenitude.

Ao longo de cinco séculos a Santa Casa da Misericórdia do Fundão cresceu e moldou a sua intervenção social às necessidades concretas de cada momento, procurando pautar a sua

actuação no cumprimento das catorze “Obras de Misericórdia”.



São quinhentos anos ao serviço da comunidade, a cuidar, sobretudo dos mais carenciados, e a contribuir para o desenvolvimento social e económico desta região, que foram assinalados de forma impressionante, relembrando o passado, mostrando o presente e perspectivando o futuro.

Foi também neste registo que teve lugar, nos dias 3 e 4 de Março de 2017, o Congresso “A Misericórdia do Fundão - 500 anos de Solidariedade”, uma iniciativa realizada em parceria com a Universidade da Beira Interior e em particular com o seu Museu dos Lanifícios. O encontro destinou-se a historiadores, investigadores e estudantes de história e áreas afins.

O Congresso de formato misto, com apresentação de comunicações e intervenção de especialistas, foi orientado para a história da Misericórdia do Fundão e actualidade das Misericórdias enquanto instituições de solidariedade. Teve como propósito a promoção da análise e discussão quanto à importância histórica e social da intervenção das Misericórdias.

córdias desde as suas origens até à actualidade no quadro de uma renovada percepção das “Obras de Misericórdia” e a adaptação da matriz das Santas Casas à evolução da sociedade. A partilha de resultados desenvolvidos por investigadores e estudiosos como elo de aproximação entre todas as instituições com os mesmos fins mereceu igual ênfase.



A conferência inaugural deste Congresso, com a designação “Em Nome da Vida: a Santa Casa da Misericórdia do Fundão”, proferida pelo professor da Universidade da Beira Interior, António Santos Pereira, confirmou que o estudo das misericórdias nos permite “conferir a eterna luta da vida contra a doença e a morte, e observar os seus sucessos e insucessos em alguns períodos e perceber os porquês. É possível calcular a taxa de sucesso perante a doença ou de insucesso perante a morte (...) A nossa condição de investigadores das Ciências Sociais e Humanas impõe-nos defender a vida com a maior qualidade possível, perceber a religiosidade e o sofrimento das coletividades, das famílias e dos indivíduos, sem o tornar um fim, dar dignidade ao quotidiano do homem, celebrar as dimensões artísticas que nos elevam à esfera do divino e em particular desenvolver as formas solidárias nos momentos mais trágicos da condição humana, aqui, no Fundão, na Lusofonia, e em toda a parte.”¹

Atendendo à relevância e riqueza do encontro a organização do Congresso constituiu uma Comissão Científica composta por Manuela Mendonça, Presidente da Academia Portuguesa da História; Veríssimo Serrão, professor catedrático jubilado e António Santos Pereira, professor na Universidade da Beira Interior e director do seu Museu de Lanifícios.

Para além da conferência inaugural as restantes comunicações do Congresso foram agrupados pelos seguintes painéis:

¹ António dos Santos Pereira; “Em nome da vida, Misericórdia do Fundão, A História é mestra da cidadania, abertura e contexto”; Conferência Inaugural do Congresso: “A Misericórdia do Fundão – 500 anos de solidariedade”; 3 e 4 de Março de 2017; Antigo Hospital da Misericórdia, Fundão.

PAINEL I – Fundão, Antes e Depois da Misericórdia

“Em busca das origens das Misericórdias em geral e da Santa Casa do Fundão em particular”, Joaquim Candeias da Silva; “Antes da fundação das Misericórdias: pobreza, assistência e solidariedade no interior Beirão”, Maria da Graça Vicente; Moderação de José Brito, professor aposentado e vogal da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia;

PAINEL II – Misericórdias e Imaginários

“Cruzando memórias: arquivos e museus, a experiência na Santa Casa da Misericórdia do Fundão”, Clara Vaz Pinto; “A Casa da Misericórdia do Fundão: análise e contextualização arquitectónica artística”, Joana Balsa de Pinho; “José da Cunha Taborda (Fundão 1766 – Lisboa 1836): vida e obra dentro do panorama artístico nacional”, Mónica Gonçalves; Moderação de Miguel Nascimento, Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia;

PAINEL III – Dinâmicas Eclesiais e Misericórdias

“A Capela de S. Brás na paisagem religiosa da Misericórdia do Fundão: devoção, iconoclastia e patrimonialização”, Joana Bizarro e Pedro Salvado; “À sombra do Convento de Cristo e do debuxo feyto por mão de Castylho. O processo de renovação da Igreja da Misericórdia do Sardoal em meados do século XVI”, Ricardo Silva; Moderação de António Gama, Professor aposentado e Capelão da Santa Casa da Misericórdia do Fundão;

PAINEL IV – Saúde e a Misericórdia

“Os Cortejos de Oferendas da Santa Casa da Misericórdia do Fundão”, Pedro Salvado; “Hospital e a Misericórdia: sintonias, convergências e oportunidades”, Lourenço Marques; Moderação de Angel Espina Barrio, Professor na Universidade de Salamanca.

V PAINEL – Portugalidade, Lusofonia e Misericórdia

“As Misericórdias em 1758”, João Cosme; “Caridade e Salvação no Império Português – A Misericórdia de Macau”, Maria Manso e Leonor Seabra; “As Misericórdias do Reino do Algarve no Tempo de D. Fernando Martins Mascarenhas, Bispo da Diocese do Algarve entre os reinados de D. Filipe I e D. Filipe II”, José António Martins); Moderação de Américo da Encarnação Vaz, Professor aposentado, Padre e Vogal da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Fundão.

Encontra-se em preparação o livro de actas do Congresso que reúne as comunicações apresentadas,

assumindo-se também como um contributo para um melhor conhecimento da história das Misericórdias e do longo caminho de quinhentos anos de solidariedade da Santa Casa da Misericórdia do Fundão.

2 - O longo caminho da Santa Casa da Misericórdia do Fundão

A Santa Casa da Misericórdia do Fundão, apesar de algumas dúvidas manifestadas por alguns historiadores e investigadores assumiu, de forma generalizada, 1516 como o ano da sua fundação. A este propósito referi, noutra comunicação, que o artigo nº 1, dos anteriores estatutos (ou compromisso) da irmandade, “aprovados em Outubro de 1980, (sendo Provedor o Pe. Mário de Almeida Gonçalves), refere, de forma clara, que a irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, também abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia do Fundão ou simplesmente, Misericórdia do Fundão, fundada no ano de 1516, continua a ser uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica com o objectivo de, na prática da caridade, satisfazer carências sociais (...)”². O artigo nº 1, dos actuais estatutos (compromisso) da irmandade, aprovados a 01 de Outubro de 2015, manteve essa referência fundacional: “A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, também abreviadamente denominada de Santa Casa da Misericórdia ou, simplesmente, Misericórdia do Fundão, fundada no ano de 1516, é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das catorze obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço de solidariedade a todos os que precisam, (...)”³.

Apesar de todas as dúvidas e dificuldades assumidas na referência cronológica deste tempo a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia voltou a afirmar, em sede de aprovação do Compromisso⁴, o ano de 1516 como data da sua fundação. Precisamente por existirem dúvidas e dificuldades em relação a esta e outras questões matriciais a irmandade da Misericórdia do Fundão manifestou a sua disponibilidade para mergulhar fundo nos caminhos da história, abrindo as portas aos investigadores, como se comprovou através da organização deste congresso, para que possa ser recolhida e tratada a maior informação possível sobre

este longo tempo de cinco séculos de solidariedade no sentido de melhor compreendermos o passado e desenharmos as linhas do presente e do futuro.



Neste sentido, as palavras que o Professor António dos Santos Pereira proferiu na conferência inaugural deste congresso conferiram ainda mais força a esta linha de investigação e descoberta que nos uniu e unirá a todos: “A verticalidade faz-nos aceitar a instituição Misericórdia do Fundão criada no século XVI, mas, no espírito e na prática, podemos percebê-la nos primórdios da nossa Era quando um primeiro portador da Boa Nova contrapôs, neste apazível lugar de entre serras, a misericórdia à impiedade e deu como eleitos (Mt. 25, 31-36) os que partilhavam o pão com os famintos, visitavam os doentes e os presos e abrigavam os peregrinos e os malenrouçados. Seguramente, na estrada romana que cortava este território havia uma pousada, muito perto ou no lugar onde hoje estamos. O homem é acumulação e permanência. Faltando arquivo, cabe aos nossos arqueólogos o testemunho. Todos sabemos que os arquivos só abundam depois do século XVI, sobretudo pela imposição dos registos paroquiais pelo concílio de Trento. Hoje, é possível perceber nos sucessivos corpos de uma Misericórdia, a história das famílias que ali se responsabilizaram pelo bom desempenho da instituição no tempo.”⁵

Neste contexto, as comunicações apresentadas trouxeram mais luz ao caminho que pretendemos trilhar em conjunto. E precisamente porque se procurou juntar o que andava disperso as dificuldades e as hesitações começam a dar lugar a algumas certezas e sentidos ao conjunto de convicções profundas sobre os indiscutíveis méritos de uma instituição fundamental da construção do tempo dos homens deste território beirão. O professor de História da Universidade da Beira Interior e então Director do seu Museu de Lanifícios continuava, desta forma, a sua viagem de afirmação: “Não temos dúvidas que, há quinhentos anos, havia uma Misericórdia no modelo da de Lisboa a atuar no

2 Miguel Nascimento; “Santa Casa da Misericórdia do Fundão: uma marca social com quinhentos anos de história”; Cadernos de Cultura “Medicina na Beira Interior – Da Pré-História ao Século XXI”, nº 28, Novembro 2014, (pp. 119-120);

3 Compromisso (actual) da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, artigo 1º (Denominação, fim e natureza jurídica (p.4);

4 Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia do Fundão realizada a 01.10.2015;

5 António dos Santos Pereira; “Em nome da vida, Misericórdia do Fundão, A História é mestra da cidadania, abertura e contexto”; Conferência Inaugural do Congresso: “A Misericórdia do Fundão – 500 anos de solidariedade”; 3 e 4 de Março de 2017; Antigo Hospital da Misericórdia, Fundão.

espaço fundanense, então integrado no concelho da Covilhã. Finalmente, fez-se luz quanto à fundação da Misericórdia de um dos mais importantes concelhos do Reino, o da Covilhã, que então abrangia grande parte do atual território hoje inscrito no Município do Fundão (...). Não temos dúvida, pois, da cobertura deste espaço beirão pela nova instituição mobilizadora da assistência no modelo dos novos estatutos da Misericórdia de Lisboa que chegaram cedo aqui, decerto impressos, pelo mesmo correio que os trouxe a Castelo Branco e à Covilhã. Obviamente também percebemos, há muito, o dinamismo económico e social que as terras fundanenses revelavam nas primeiras décadas do século XVI de que já fizemos eco em outra ocasião particularmente no contexto das comemorações dos quinhentos anos dos Descobrimentos Portugueses. Também informámos sobre o dinamismo dos cristãos-novos estabelecidos no Fundão, mas capazes de frequentarem os diferentes portos do Reino, secos e molhados, em mercancia e deixámos nota sobre a fundação do Convento de Nossa Senhora do Seixo, confirmando uma devoção mariana aqui instalada, porventura desde que as terras do extenso concelho da Covilhã se devotaram tanto a Nossa Senhora d'Alâmpada, como da Estrela e da Luz.⁶

O professor e membro da Academia Portuguesa de História, Joaquim Candeias da Silva, apresentou caminhos aprofundados e, segundo ele, inacabados, sobre as origens da Santa Casa da Misericórdia do Fundão. Apostando na discussão e troca de informações sobre a data fundacional diz-nos que o ano de 1516 é uma data aduzida, 1579 é comprovada e antes de 1579, uma possibilidade, justificando a necessidade de mais estudo e aprofundamento desta questão tão interessante e pertinente.



Como conclusão, referiu-nos que relativamente “à fundação desta Santa Casa do Fundão, e conforme ao

que já dizia Germano da Cunha, há mais de 100 anos, a minha opinião é esta: a data de 1516 é somente a de um documento de Lisboa, Compromisso da Casa-Mãe, que não traduz necessariamente uma fundação, nem no Fundão nem em qualquer outra parte. E assim sendo, o mais que se pode afirmar é que a Irmandade fundanense surgiu sim, à imagem da congénere de Lisboa, em data incerta, porventura já na segunda metade do século XVI, beneficiando de uma conjuntura favorável e de um forte dinamismo local, a que não terá faltado o apoio do setor mercantil dos cristãos-novos. Mas, que fique claro: esta foi uma abordagem que, pela sua especificidade e limitações, não pretendeu de forma alguma ser a última palavra sobre a matéria. Direi mesmo que, embora alicerçado em documentação sólida e metodologia tanto quanto possível rigorosa, as conclusões a que chegamos são por enquanto uma tese pessoal, que deverá ser objeto de crítica construtiva e de continuidade, em ordem ao apuramento definitivo da verdade. De resto, queremos registar que foi com muito agrado e muita honra que acedi ao convite para participar na realização deste evento, pois que com maior ou menor oportunidade, maior ou menor rigor histórico, ele pretende assinalar um tempo longo – 500 anos mais coisa menos coisa, que a cronologia exata é irrelevante e meio milénio de vida é muita vida!”

A data da fundação da Misericórdia do Fundão está assumida mas não está fechada. É preciso continuar o estudo e a investigação deste tempo longo. O que verdadeiramente importa é darmos relevo a uma história de 500 anos, “mais coisa menos coisa”, como nos disse o professor Joaquim Candeias da Silva, para homenagearmos todos os homens e mulheres que a edificaram sendo, no tempo actual, uma referência para todos os que abraçam a causa da solidariedade.

3 - Quinhentos anos de solidariedade

A Santa Casa da Misericórdia do Fundão é uma marca social com 500 anos de história. Realizou, sob a protecção do manto largo de nossa Senhora da Visitação, um longo percurso alicerçado no seu compromisso com a irmandade e com a comunidade.

Este compromisso, sempre renovado e actualizado, assume com os seus princípios fundacionais e com a prática das “Catorze Obras de Misericórdia”, uma expressão cada vez maior e uma dimensão ainda mais intensa e actual. Ontem como hoje a emergência

6 António dos Santos Pereira; “Em nome da vida, Misericórdia do Fundão, A História é mestra da cidadania, abertura e contexto”; Conferência Inaugural do Congresso: “A Misericórdia do Fundão – 500 anos de solidariedade”; 3 e 4 de Março de 2017; Antigo Hospital da Misericórdia, Fundão.

7 Joaquim Candeias da Silva; “Em busca das origens das Misericórdias em geral e da Santa Casa do Fundão em particular”; Comunicação apresentada no Congresso: “A Misericórdia do Fundão – 500 anos de solidariedade”; 3 e 4 de Março de 2017; Antigo Hospital da Misericórdia, Fundão.

social dá mais sentido à necessidade de resolução das carências dos que mais necessitam.

Num determinado momento pode ser tão importante dar de comer a quem tem fome e prestar auxílio aos doentes, como dar conselho a quem pede ou consolar os tristes.

Se não comermos morremos, com toda a certeza, mas também podemos morrer de solidão e de tristeza!

Nesta longa viagem, a Santa Casa da Misericórdia do Fundão tem vindo a cumprir o compromisso da irmandade com grande sentido de entrega ao próximo, assumindo ainda uma grande dimensão de intervenção cívica e solidária na comunidade.

Em 1516 o Fundão era apenas um lugar de pequena dimensão demográfica, com fracas estruturas e sem autonomia política. Mas, como se sabe, já era grande no coração dos homens que sentiram a justíssima necessidade de constituírem esta irmandade para, no exercício da misericórdia, cuidarem de quem precisa.

O Fundão é uma geografia de afectos e uma terra de gente solidária. Foi também por isso que ao longo de cinco séculos a Santa Casa contou sempre com gente de misericórdia para a servir porque os fundanenses tiveram sempre lugar no coração para todos os que foram sendo vítimas de qualquer forma de miséria.

A história das misericórdias em geral e da Santa Casa do Fundão em particular, aprofundada neste Congresso, relembra-nos o caminho percorrido até aqui e faz referência ao espírito de entrega e à missão assistencial e solidária que os irmãos cumpriram, desde sempre.

Todos os Irmãos, Provedores, membros dos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia do Fundão que ao longo de cinco séculos asseguraram a sua dimensão fundacional e o cumprimento das obras de misericórdia são hoje um farol que ilumina o caminho. São também um exemplo para que se possa dar ainda mais sentido a uma instituição que se fundou no mais genuíno acto de amor e numa profunda dimensão solidária, procurando sempre servir o próximo, nomeadamente os que se encontravam em maior fragilidade.

Com toda a certeza que os irmãos desta ancestral irmandade têm muito orgulho neste percurso colectivo que prestigiou a história do Fundão e contribuiu para solidificar uma marca social que a comunidade não dispensa.

As obras de misericórdia ganham uma nova expressão no contexto geral de dificuldades económicas. Por isso, e no meio de uma complexidade de problemas que as mesmas agravam, devem surgir sinais de esperança alicerçados nos valores de sempre das causas humanistas e do exercício da cidadania como

caminho da realização plena de todos os que entendem que viver em comunidade é conjugar, com acções reais e efectivas, os verbos dar, ajudar, apoiar e disponibilizar.

Assumir o compromisso e cumprir as obras de misericórdia do nosso tempo é, em primeiro lugar, não ficarmos indiferentes ao que se passa à frente dos nossos olhos sem que o nosso coração se toque.

A Santa Casa da Misericórdia do Fundão nunca foi indiferente ao pulsar da comunidade e do seu território de intervenção. Foi sempre capaz de dar respostas rápidas e de grande eficácia aos problemas sociais que foram surgindo ao longo dos tempos.



Nesse contexto e como nos recordou o médico e professor António Lourenço Marques, “O sentimento do amor ao próximo, defendido pelo cristianismo, e constante nos compromissos das Misericórdias, é uma herança absolutamente fundamental, que ficou até aos nossos dias, e que faz parte das características essenciais do hospital moderno: local onde a ajuda aos outros, fragilizados pela doença, é um traço basilar, fundamento indispensável do trabalho do pessoal sanitário. E ainda o seu cunho universalista: o hospital aceita todas as pessoas doentes, sem discriminação de qualquer natureza”⁸.

Desde a primeira experiência de apoio domiciliário no séc. XVI, ao primitivo Hospital da Misericórdia, ao novo Hospital inaugurado a 16 de Outubro de 1955, há uma história comum de envolvimento da Santa Casa com a comunidade na área da saúde.

A população do Fundão foi sempre solidária e mobilizou-se à volta do seu hospital, defendendo as suas valências e reforçando as suas competências.

É grande o exemplo solidário dos fundanenses na realização dos cortejos de oferendas para a angariação de meios financeiros para apoio ao Hospital, ora apoiando a conclusão de uma parte do edifício, ora apoiando a aquisição de material médico.

8 António Lourenço Marques; “Hospital e Misericórdia: desafios, convergências e oportunidades”; Comunicação apresentada no Congresso: “A Misericórdia do Fundão – 500 anos de solidariedade”; 3 e 4 de Março de 2017; Antigo Hospital da Misericórdia, Fundão.



A este propósito, o investigador e director do Museu do Fundão, Pedro Salvado, afirmou que os “Cortejos de Oferendas, que tiveram lugar no Fundão na década de sessenta do século XX em benefício da sua Misericórdia, foram dos acontecimentos que mais contribuíram para a afirmação da ligação entre a Instituição, a cidade e as comunidades rurais do município. A preparação do evento, surgidos como resposta às dificuldades financeiras características desta época, implicava, entre outros aspetos, uma notável organização, de divulgação da iniciativa, de sensibilização, de motivação e de controlo dos discursos transmitidos e das representações cenográficas envolvidas. Para além do seu significado económico, os Cortejos, pela sua grande capacidade mobilizadora e representatividade social, assumiram-se como «símbolo de caridade» e de homogeneidade e de harmonia cultural e social do concelho.”⁹

O sentido de comunidade exprimiu-se sempre num denominador comum: a prestação dos melhores cuidados de saúde aos fundanenses e a todos os que deles precisarem.

Quinhentos anos depois, já não são os mesários que se ocupam directamente dos enfermos e da assistência a quem dela necessita.

Hoje, a Santa Casa da Misericórdia do Fundão conta com uma vasta equipa de mais de 300 colaboradores, dispersos por 29 respostas sociais diversificadas, que todos os dias prestam serviço a mais de 2.000 utentes.

A Santa Casa da Misericórdia do Fundão é um referencial de estabilidade e de serviço ao próximo que honra a história das Misericórdias como instituições seculares e de grande marca social.

E ainda bem que assim é porque a esperança nunca pode morrer e porque a caminhada se tornará mais leve com esse auxílio!

E quem auxilia sobe mais alto, completa-se, alcança o extremo do amor e dá mais sentido à vida.

⁹ Pedro Miguel Salvado; “Os Cortejos de Oferendas da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, território, identidade, poderes e caridade: uma leitura”; Comunicação apresentada no Congresso: “A Misericórdia do Fundão – 500 anos de solidariedade”; 3 e 4 de Março de 2017; Antigo Hospital da Misericórdia, Fundão.

Bibliografia e outras referências

- COMPROMISSO (actual) da Santa Casa da Misericórdia do Fundão;
- CUNHA, Alfredo da; “A Santa Casa da Misericórdia do Fundão”, ed. Oficinas de “O Commercio do Porto”, Porto, 1925;
- CUNHA, José Germano da Cunha; “Apontamentos para a História do Concelho do Fundão”; Jornal do Fundão, edição comemorativa do centenário da publicação deste livro – Homenagem a José Germano da Cunha, Lisboa, 1892;
- FUNDÃO, Câmara Municipal do; “Fundão – História Cronológica – Da Pré-História ao Século XIX, 2005, Fundão, Ed. CMF;
- FUNDÃO, Santa Casa da Misericórdia; “Compromisso (20.12.1980)”;
- GOODOLPHIM, Costa; As Misericórdias; Livros Horizonte; 2ª Edição; 1998;
- MARQUES, António Lourenço; “Hospital e Misericórdia: desafios, convergências e oportunidades”; Comunicação apresentada no Congresso: “A Misericórdia do Fundão – 500 anos de solidariedade”; 3 e 4 de Março de 2017; Antigo Hospital da Misericórdia, Fundão.
- MONTEIRO, José; “Ao Redor do Fundão”, edição comemorativa do centenário do Dr. José Alves Monteiro Júnior, Ed. CMF, 1990, (pp. 220-231);
- MONTEIRO, Maria de Lurdes Brázio R. Tavares; “A mais honrada Aldeia do Reino”, Fundão, MMI (pp. 47-49);
- NASCIMENTO, Miguel; “Santa Casa da Misericórdia do Fundão: uma marca social com quinhentos anos de história”; Cadernos de Cultura “Medicina na Beira Interior – Da Pré-História ao Século XXI”, nº 28, Novembro 2014, (pp. 119-123);
- PAIVA, José Pedro (Coord.); “Portugalia Monumenta Misericordiarum”; Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa; Edição da União das Misericórdias Portuguesas; Volume 1, 2002;
- PEREIRA, António dos Santos; “Em nome da vida, Misericórdia do Fundão, A História é mestra da cidadania, abertura e contexto”; Conferência Inaugural do Congresso: “A Misericórdia do Fundão – 500 anos de solidariedade”; 3 e 4 de Março de 2017; Antigo Hospital da Misericórdia, Fundão;
- PINTO, Clara Vaz; “O Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Fundão”; Cadernos de Cultura “Medicina na Beira Interior – Da Pré-História ao Século XXI”, nº 3, (pp. 18-23);
- SALVADO, Pedro Miguel; “Os Cortejos de Oferendas da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, território, identidade, poderes e caridade: uma leitura”; Comunicação apresentada no Congresso: “A Misericórdia do Fundão – 500 anos de solidariedade”; 3 e 4 de Março de 2017; Antigo Hospital da Misericórdia, Fundão;
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo; “A Misericórdia de Lisboa – Quinhentos anos de história”; Livros Horizonte e Misericórdia de Lisboa, 1998;
- SERRÃO, Joel; Dicionário de História de Portugal; Iniciativas Editoriais; Volume IV;
- SILVA, Joaquim Candeias da; “Em busca das origens das Misericórdias em geral e da Santa Casa do Fundão em particular”; Comunicação apresentada no Congresso: “A Misericórdia do Fundão – 500 anos de solidariedade”; 3 e 4 de Março de 2017; Antigo Hospital da Misericórdia, Fundão; <http://congressoscmf.wixsite.com/500anos>

*Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Fundão

REGIMES ALIMENTARES E OBSESSÃO PELO SAUDÁVEL

Maria de Lurdes Cardoso *

A alimentação é uma necessidade fisiológica de todos os seres vivos e no caso do Homem é também um ato sociocultural. Diz-se: *somos o que comemos* ou *diz-me o que comes, dir-te-ei quem és*. De facto, a cultura alimentar dos povos celtas e nórdicos tinha grande apreço pela carne, enquanto que a dos judeus e muçulmanos proibia a carne de porco, a dos hindus a carne de vaca, a dos brahmanes ou sumos sacerdotes todos os produtos de origem animal e a dos cristãos tinha os seus dias de abstinência e o jejum quaresmal.

Na Antiga Grécia, *O pai da medicina*, Hipócrates (460-370 a. C.) refere que *o alimento é o nosso principal remédio e o nosso principal remédio é o alimento*. Assim, para ajudar a orientar as nossas escolhas e as combinações alimentares, no sentido de se praticar uma alimentação saudável, foi criada, em 2003.

A NOVA RODA DOS ALIMENTOS pela Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto em parceria com o Instituto do Consumidor.



A Nova Roda dos Alimentos

A Nova Roda dos Alimentos está ajustada às necessidades da população portuguesa e à dieta mediterrânica _património mundial da Humanidade_ como modelo de saúde, tendo por base os pratos de uma gastronomia

simples. Contudo, os pratos festivos de consumo excecional têm sido os pratos do dia-a-dia, cujo excesso alimentar está associado a determinadas doenças como a diabetes, as cardiovasculares e as osteoarticulares.

Para o médico Manuel Pinto Coelho (2016), no seu livro *Chegar Novo a Velho*, o REGIME PALEOLÍTICO deve ser praticado, já que desde o aparecimento do *Homo sapiens sapiens*, há cerca de 35 000 anos, o nosso património genético mudou menos de 1%.

Por sua vez, alguns académicos defendem que o consumo de proteínas animais (altamente nutricionais e mais facilmente digeríveis do que as vegetais) e o encurtamento do intestino (que diminui o dispêndio de energia) foram importantes para o aumento do volume craniano e respetivamente para o desenvolvimento das competências cognitivas, tecnológicas e socioculturais do Homem e das capacidades de criar lendas, mitos, deuses e religiões (Revolução Cognitiva). Enquanto que a Revolução Agrícola, há cerca de 10 000 anos, em que o Homem começou a manipular algumas espécies e passou à sedentarização, teve como consequência a menor esperança de vida do Homem Neolítico quando comparada à do seu antepassado caçador-recolector do Paleolítico (Harari, 2013).

Assim, Pinto Coelho propõe o Regime Paleolítico com uma alimentação rica em peixe, carne, vegetais frescos e orgânicos, ovos, legumes, sementes, frutos de baixo índice glicémico e boas gorduras (coco, nozes, amêndoas, abacate e azeite, por exemplo) e esvaziada de produtos láteos, de pão e de hidratos de carbono de alto conteúdo glicémico.

Também defende o REGIME ALCALINO, que segundo o Dr. Otto Warburg _laureado em 1931 com o Prémio Nobel de Medicina pelos seus trabalhos de investigação sobre o cancro_ nenhuma doença existe num ambiente alcalino. No entanto, a carne é ácida, por isso recomenda que não se deve consumi-la em excesso e refere ainda a importância da prática de jejum intermitente. Sem esquecer que beber muita água é fundamental, pois constitui 70% da nossa massa corporal.

No REGIME VEGETARIANO _ que pode ser ovo-lato-vegetariano ou vegetariano estrito/vegetariano ou crudivoro ou vegan _ não se deve comer carne, pelo que é uma atitude considerada mais amiga do ambiente, se pensarmos na quantidade de água necessária para a criação de carne comparada com a dos vegetais. Em 1908, foi fundada a Sociedade Vegetariana em Portugal.

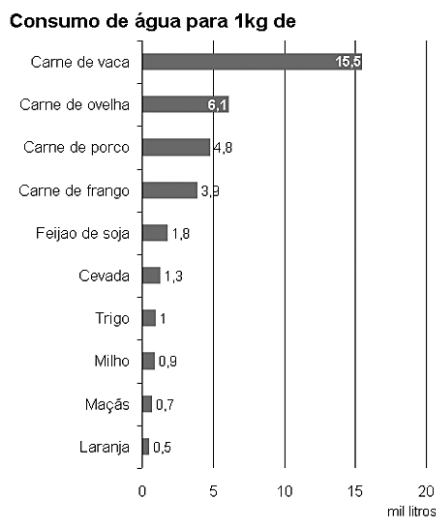


Gráfico sobre o consumo de água

Uma das primeiras referências ao Regime Vegetariano em publicações portuguesas surgiu no jornal *O António Maria*, de Bordalo Pinheiro (1896), com o poema de Esculápio (Eduardo Fernandes), intitulado *Kuhnismo eleitoral*, dedicado aos adeptos da dieta proposta pelo médico Loius Kuhne.



Kuhnismo eleitoral

A forma de medicina mais antiga, a fitoterapia continua com a sua qualidade e eficácia em Amato Lusitano (1511-1568), médico albacastrense que, desde 1989, tem sido a figura central das Jornadas de Medicina na Beira Interior da Pré-história ao século XXI, cujo tema foi, há 20 anos, a alimentação em Amato, que na sua obra *Centúrias de Curas Medicinais* defende a importância do regime alimentar, e na *Cura VI da V Centúria* refere, à semelhança de Galeno (130-200) e de Avicena (980-1037), que toda a arte médica se pode realizar por três processos: dieta ou regime alimentar, medicação e operação/cirurgia.

Apresenta-se o *Sumário* dos Cadernos de Cultura, 11, novembro 1997.

SUMÁRIO	
A RECEITA DO "MANJAR DE FÍGADOS" DO DOUTOR AMATO LUSITANO	3
A ALIMENTAÇÃO NA OBRA DE AMATO LUSITANO (1511-1568)	9
OS FRUTOS E AS LEGUMINOSAS NAS CURAS DE AMATO LUSITANO	15
O VINHO NA ÉPOCA DE AMATO LUSITANO	23
ELOS À VIDA - ALIMENTO DA PALAVRA POÉTICA	27
A BOTÂNICA DA BACIA MEDITERRÂNEA EM AMATO LUSITANO	32
A ALIMENTAÇÃO NA ALDEIA DO MALHADAL	37
HÁBITOS ALIMENTARES NA SERRA DA GARDUNHA	41
ALIMENTAÇÃO NA BEIRA INTERIOR...	49
ESTUDANTES DA BEIRA INTERIOR EM SALAMANCA	56
SALAMANCA E OS LUSITANOS	66
RELAÇÕES CULTURAIS ENTRE SALAMANCA E A BEIRA INTERIOR	70
OS ETERNOS ODORES DA MEMÓRIA	73
CONCLUSÕES - VII JORNADAS DE ESTUDO	76

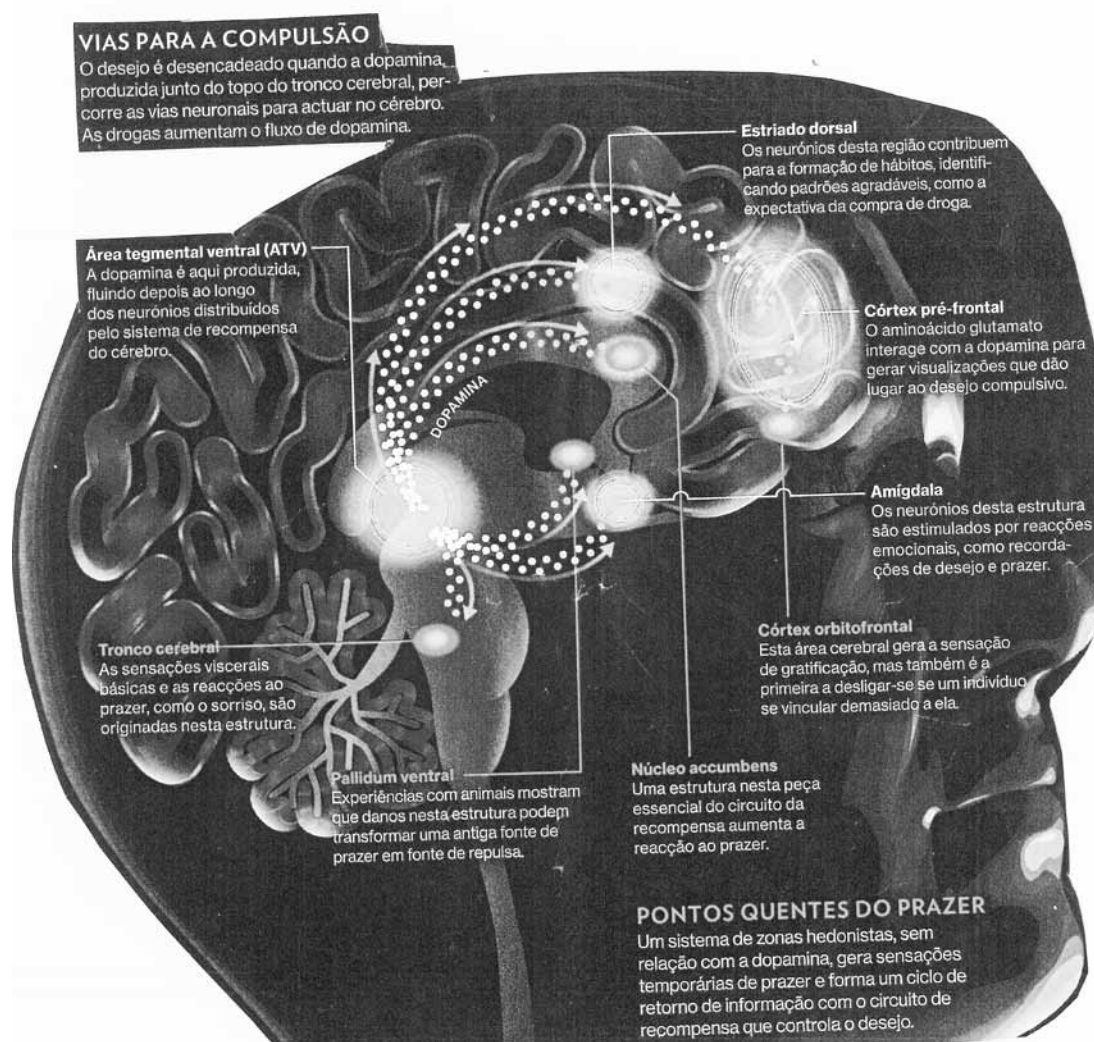
Sumário

Atualmente proliferam as teorias nutricionais nas revistas generalistas, nos programas televisivos e em blogs. Em termos de saúde, há pessoas que ficam perturbadas/obcecadas pela comida saudável. ORTOREXIA foi o nome proposto pelo médico Steven Bratman, no seu livro *Health Food Junkies*, que sofreu nos finais dos anos 70, com 20 anos, desta perturbação/obsessão pela comida saudável.

As pessoas ortoréxicas começam por eliminar os doces, depois os produtos processados e por fim os hidratos de carbono, os legumes secos, as carnes e os vegetais não biológicos/ecológicos, tornando-se cada vez mais exigentes, pelo que a variedade de alimentos das suas ementas vai ficando cada vez mais reduzida até ao ponto de chegar à desnutrição, uma vez que não comem porque não conseguem controlar a qualidade dos alimentos, culminando alguns casos em anorexia. Por outro lado, deixam de ir a almoços e jantares com familiares e amigos, fechando-se em si mesmas, ou seja, perdem o contato com a vida social.

Hipócrates, que contrariou a visão cardiocêntrica da época, determinou que do *cérebro e só dele emergem os nossos prazeres e alegrias, bem como as nossas tristezas e dores*.

Com efeito, investigações recentes sobre o cérebro, publicadas na revista *National Geographic* (setembro 2017), sugerem que o *sistema de recompensa do cérebro* tem mecanismos diferentes para a *compulsão* e o *prazer*: A compulsão é desencadeada pelo neurotransmissor da dopamina, enquanto que o prazer é estimulado por outros neurotransmissores em *pontos quentes hedonistas*. Quando os comportamentos compulsivos sobrecarregam os *pontos quentes* do prazer, a dependência instala-se, em detrimento de outros interesses, como a saúde, o trabalho, a família ou a própria vida.



No mundo do tratamento da dependência existem duas fações: uma com medicação (que ainda não é ideal) e outra coadjuvada por *meditação em mindfulness* (consciência plena) que, segundo o neurocientista Richard Davidson da universidade do Wisconsin (EUA), os cérebros de monges budistas durante a *meditação em mindfulness* sofrem alterações nas áreas envolvidas no pensamento sobre nós próprios e na monitorização do comportamento.

Uma imagem do Buda da Medicina é apresentada por Porter (2002:216) com a seguinte legenda:

o desenvolvimento da medicina no Tibete foi particularmente influenciado pela sua estreita ligação com o Budismo. Os monges noviços estudavam medicina como parte do seu programa.



Buda da Medicina

Concluindo

Em Portugal, há um século, a grande preocupação era a fome, a carência de determinados nutrientes (como as vitaminas, por exemplo) e a higiene.

Presentemente, é preocupante o peso a mais (o chamado *excesso de peso* ou *pré-obesidade*) e a obesidade, em um terço das crianças e dos adolescentes, com a consequente diminuição da auto-estima e a menor esperança de vida.

O aumento da obesidade foi considerado pela Organização Mundial de Saúde como a *epidemia global* e segundo a médica Isabel do Carmo (2013), especialista em Obesidade e Comportamento Alimentar, *o regime saudável é aquele que tem nutrientes suficientes sob o ponto de vista da manutenção do corpo humano com saúde. É também aquele que é preventivo em relação a doenças que aparecem sobretudo na segunda metade do ciclo de vida. É o regime que contém tantas calorias quanto as que se gastam.*

Para além da alimentação racional e da medicação para os casos da dependência, o presente trabalho defende que a *meditação em mindfulness* também poderá ajudar-nos a tornar consciente aquilo que estamos a fazer e a sentir, principalmente em relação a hábitos conducentes a comportamentos auto-destrutivos, como o exemplo apresentado da *ortorexia* ou obsessão pela comida saudável.

Bibliografia

- AMATO LUSITANO (João Rodrigues de Castelo Branco). *Centúrias de Curas Medicinais*. Tradução de Firmino Crespo, Universidade Nova de Lisboa, 1980.
- CARMO, Isabel do (2013). *Pensar Perder o Peso que Pesa*. Publicações Dom Quixote.
- COELHO, Manuel Pinto (2016). *Chegar Novo a Velho*. Prime Books.
- HARARI, Yuval (2013). *História Breve da Humanidade. De Animais a Deuses. Uma viagem extraordinária ao passado comum e ao futuro provável do ser humano*. Vogais, 20/20 editora.
- PORTER, Roy (Ed.) (2002). *Medicina: A História da Cura. Das Antigas Tradições às Práticas Modernas*. Livros & Livros.
- SMITH, Fran. e AGUILERA-HELLWEG, Max. O Cérebro Dependente: A ciência explica os nossos hábitos autodestrutivos. *National Geographic*, 198, setembro 2017.
- VÁRIOS. Medicina na Beira Interior da Pré-história ao século XXI. *Cadernos de Cultura*, 11, novembro 1997.
- WWW. Google.pt

A BIOÉTICA NAS SURPRESAS DE UM POETA

António Salvado*

Oriundo do território universitário das humanidades, no meu espírito se formulava, de quando em quando, a seguinte pergunta: por que razão a Faculdade de Letras (nela me licenciiei) e a Faculdade de Medicina pertenciam, no meu tempo de estudante, à mesma Universidade? E esta, ainda por cima, epitetada de clássica? Nada sabendo dos propósitos que terão norteado o legislador a cimentar tal associação, que veios, na mente deste, alicerçariam, por exemplo, as relações entre a filosofia grega e a anatomia? Entre a análise do texto literário e a investigação clínica? Entre o estudo iconográfico e iconológico da arte e a cirurgia? Entre a geografia humana e a epidemiologia? Entre a história das mentalidades e a história da medicina? Entre os princípios da lógica e a relativamente recente bioética? Em tentativa, algo ingénua, de aprofundamento da circunstância enunciada, seja-nos permitido e legítimo admitir que o mundo plurifónico das letras e das humanidades e o universo constelar mas englobante dos domínios médicos pretenderiam *axiologicamente* que, ao fim e ao cabo, o desígnio em vista de ambas as Faculdades consubstanciava-se em idêntica finalidade: estudar, conhecer em profundidade o Homem ser criador no seu passado, no seu devir; o Homem, centro da vida, medida de todas as coisas e, como escreveu Sófocles, de todas as criações da natureza o homem é a mais bela.

Porém, em nossa época e num ontem muito próximo, uma algo diminuta mas poderosa selvagem franja de homens, para a qual valores morais constituíam nada e coisa nenhuma, conseguiu conduzir o Homem à amargurada categoria de inimigo de si próprio. Duas grandes guerras tragicamente avassaladoras na eliminação física e no aniquilamento espiritual e outras inúmeras quase inexoravelmente quotidianas haviam tentado e tentam destruir com seus caudais de sangue, com irracionalidade permanente a complementar ideologias obtusas e cruéis – haviam tentado e tentam aniquilar, com seus caudais de sangue, o horizonte de esperança que a ciência médica,

desde o início do séc. XX, e em súbito arranque de desinteressada pesquisa e de proficiente investigação colorira de radiosa confiança: os primeiros medicamentos químicos, a descoberta de importantes e essenciais vitaminas, o funcionamento do eletrocardiógrafo e do eletroencefalógrafo, a descoberta da penicilina, do pulmão artificial, da vacina contra a febre amarela e outras, do pacemaker, do factor sanguíneo RH e de tantos e tantos outros 'inventos' (passe o termo) que nos escusamos de enumerar, frutos de empenhamento puro científico, espécie de compromisso que não carecia de testificação ética relativamente aos seus autores, e isto porque estes materializavam *apenas* íntimos propósitos de solidariedade para com os seus irmãos (infelizmente) pacientes – unidos (médicos) cientistas-investigadores e utilizadores dos incontáveis benefícios, no mesmo ideário de fraterno abraço.

o
o o

É corrente ouvirmos dizer que os chineses descobriram a pólvora, mas não inventaram a guerra e que aos gregos cabe a glória de terem equacionado os meandros das técnicas mas não a concretização destas em tecnologias. Curioso, sem dúvida e então, que Confúcio (preconizador da harmonia, da benevolência, da paz entre os homens, enfim de toda a ética social) tenha nascido no país do sol nascente e que Aristóteles (doutrinador da coordenação entre razão e liberdade, experiência e pensamento, mudança e perfeição) estivesse destinado a surgir em solo helénico. E este nosso devaneio só o é na aparência... Ética social, equilíbrio entre razão, experiência e liberdade, mudança (na natureza não existem estatismos...) a visar a meta da perfeição viabilizaram coordenadas que sustentaram o princípio do *razoável*, do aceitável pela razão e da legitimidade, a ideologia da virtude, a religião do bem-estar e do entendimento nas relações dos seres humanos entre si. Bem sabemos que, ao longo da história, atropelos vertiginosos mancharam a substância dos postulados sugeridos

e enumerados. No entanto, os homens souberam avançar no conhecimento do mundo e de si próprios, sem jamais se alterarem, por inteiro e apesar de tudo, da noção do limite. Na sua acção de cientistas, por vezes incipiente e sem grandes meios a permitirem relevante operacionalidade, tacteando enfim, sabiam deixar-se dirigir pelo respeito à vida, ignorando pesquisas potencialmente perigosas que, concretizadas em prática, desagregariam talvez o espírito e o corpo do Homem.

Afinal, e não obstante vicissitudes, os homens continuaram a definir-se como seres *racionais* e livres. E a ciência médica os ajudava na ultrapassagem de contrariedades físicas – ciência que progredia no tempo, de achado em achado de experiência em experiência, ao Homem dadiando os esplendurosos resultados das descobertas, e no desconhecimento total de quaisquer desmandos capazes de lhe ofenderem ou minimizarem a dignidade.

Entretanto, e por meados do séc. XX, o que fora recriação cinematográfica do fantástico ou '*ciência*' *diabólica dos nazismos* encorpora-se estranhamente, ampliam-se desmesuradamente, ganha, em eixo paradigmático, *indescritível verdade*. E a ciência médica perfila-se numa nova dimensão de intenções perturbadoras, procurando – como sempre havia sido o seu objectivo - domar o desconhecido, mas fazendo-o a resvalar, por vezes, na via do maculado. Então, os nossos ouvidos foram feridos por um tipo de linguagem quase hermética, com esquisitos sintagmas de significado não raramente polissémico, como, por exemplo fertilização in vitro, procriação assistida, embriões sobrenumerários, clonagem, genoma humano e respectiva descodificação, etc., etc., etc.

Têm-nos dito que nunca a ciência médica (ou, melhor, a ciência ao serviço da medicina) havia caminhado para tão longe, que tão absoluto fora o seu triunfo, que nunca o seu poder e o seu domínio se caracterizaram por semelhante brilhantismo. E, claro, tudo a favor do Homem: os sonhos 'tecnológicos' que, outrora, haviam divagado pelos céus das impossibilidades, tornavam-se realidades! Porque, afinal e como diz o Poeta, o sonho alimenta a vida... E, nesta óptica de... vista tapada, a ciência médica cada vez mais insistentemente confluía no avolumamento do confronto que ela própria proporcionaria a cada um de nós – agora que o direito aos cuidados de saúde era marco adquirido, reconhecido, *inalienável*. Porém, e por entre esta revelação de chegada à terra prometida, a

humanitas (isto é, nós, humildes em nossa cultura de valores harmonizados no tecido da dignidade humana) ía ouvindo, aqui e acolá juntando frases cujos sentidos profundamente começaram a perturbar-lhe a mente, a inquietar-lhe o coração, a desordenar-lhe as certezas.

À reverência inicial do agradecimento (estralejar de júbilo pelo que se julgava chegar como contributo ao seu arco-íris de bem estar), sobreveio-lhe uma incomodidade persistente, intimidante, principalmente quando se lia, aqui e além, que nada deteria a loucura dos sábios no seu progresso de laboratório até ao infinito, e que, a coberto de um pretenso espírito científico, esses mesmos sábios estavam a cercar a *humanitas*, a apertá-la nas malhas de uma cartografia genética, nas grelhas da bioquímica e não só e – fatal horizonte – a conduzi-la à dessocialização, à mera atomização, ao esvaziamento absoluto da sua ecologia orgânica e social. E mais. Que a sua acção se processava fora de qualquer coordenamento jurídico e de qualquer (con-) senso ético. Então, *humanitas* interrogou-se: para quem trabalhavam eles, esses sábios, na sua incessante indagação do desconhecido? E quem os financiava? Que balizas morais de-limitavam o sopro (obediente) do seu labor? Enfim: a questão primordial – a ciência por quê, para quê e para quem. Para ela, *humanitas*, com os melhores e nobres propósitos, isto é, para nós e no sentido do bem e de um puríssimo e salutar interesse público?...

Continua bem actual a lucidíssima afirmação do filósofo inglês Bertrand Russel: "A humanidade graças à ciência e à técnica, está unida para o pior sem saber se estará unida para o melhor." Soltaram-se apelos a uma identidade quase mítica chamada Consciência e, como de medicina se tratava, extraiu-se, ao acaso e como exemplo, do baú do saber livresco o "Pantagruel" de Rabelais (escritor e médico francês do séc. XVI para quem a fé límpida na natureza humana e na ciência constituía face de um só prisma), em página onde se releu: "Ciência sem consciência não significa senão ruína da alma." Estonteante antinomia subjacente que traduzia lapidariamente a nossa inquietação. Mas, não sendo consistente a confiança na consciência desse Poder extraordinário que parecia não considerar meios para atingir fins – erguêmo-nos e legislámos *in abstracto* (convencidos de que as regras expressas formalizavam ordens) e filosofámos e romanceámos e poetámos – e todos, em admirável consonância rítmica de humanistas tornados vates, fizemos rimar ciência com consciência. Como diria

o Poeta, tratava-se de uma rima, mas não era a solução. E, através de congressos, convenções, simpósios, recomendações, exclamámos àquele terrível Poder: saiba que existem actos da medicina que, usados impropriamente, poderão colocar em risco a dignidade humana! Então, fizemos irromper (ou ressuscitar?) do sonho uma *figura* a qual, e entre felizmente tantos (Hipócrates, Galenos, o nosso Amato Lusitano, ou no antontem, Lister, Paelov, Oswaldo Cruz, Fleming, etc., etc.) se haviam prestado à mais lídima homenagem, em compromisso com os princípios que a mesma figura simbolizava. A ela chamaram bioética, informandose os linguistas de que podiam dicionarizar a forma. E, subitamente, o nosso dia a dia de leitores mais ou menos atentos ao complicado cosmos da investigação médica surge potenciado pela arremetida de expressões como: 'princípios éticos', 'exigências éticas', 'controlo ético', 'eticamente reprovável', 'eticamente neutro', 'eticamente aceitável', 'ética científica'. Outro tipo de investidas paralisava-nos o sangue. Um sábio afirmava algures mais ou menos isto: "Sinto enorme orgulho nos benefícios que a medicina moderna trouxe a milhões de seres, mas não posso esconder que esse facto teve como consequência o crescimento insustentável da população do globo, com o seu cortejo de sofrimento e de miséria." Comentário nosso: vivam as guerras!! E um outro escreveu: "o custo enorme de certas inovações como o coração artificial irá trazer delicados problemas de justiça social". (fim de citação).

No singular desalinho que anuvia nos nossos dias a atmosfera da vida humana e considerando a impossibilidade de se corporizar uma generalizada, universal *éticocracia* (a palavra é do Prof. Daniel Serrão) dotada de poder real, resta-nos acreditar no triunfo da legitimidade – na ciência e em tudo o mais. Conta-se que a deusa Esperança perdeu a sua qualidade de divina porque, baixando à terra e entregando-se ao mundo dos homens, trocou a sua eternidade no além pela desejada condição de nossa companheira e junto a nós (permitam-me que me cite) "ascender no silêncio de lágrimas vertidas".

A ela rezemos então para que a medicina do futuro: 'acompanhe' (e parafraseiemos não sei bem quem) a educação, a prevenção, a higiene, o saneamento do meio, a água potável, a alimentação e a habitação adequadas, a vacinação, a escolaridade das crianças e afins e etc.

Tanto se fala hoje em preocupações éticas, em cuidados de saúde diferenciados e primários. ...

Eu, masculino e feminino, sou tão somente um dos milhões e milhões com direito aos cuidados de saúde, direito que se ramifica aliás em outros direitos: o respeito pela minha autonomia e individualidade como pessoa, o direito a ser informado sobre, etc., etc. O meu entendimento acaba aí.

A bioética, julgo configurar-se no seu 'agir' como uma estrutura piramidal que tem o seu cume e a sua base de aplicação respectivamente (e como exemplo) no mais sofisticado e misterioso laboratório e no mais recôndito hospital ou centro de saúde de uma periférica região. No cimo e na base, uma *manobra* de intervenção sobre o ser humano é levada a efeito. Do que se passa no *alto*, e uma vez que, julgamos, não se encontra em vigor o tal poder ético-crático (Daniel Serrão), vamos humildemente revestindo a nossa inquietação com o verde da esperança. Cá por baixo, e na perspectiva da nossa ignorância de utentes, a ética (sem bio, por redundante) torna-se naturalmente uma espécie de entidade comezinha sinónimo de simpatia, de interesse por, de comportamento de cuidados médicos fraternos. *Isto* nos bastará.

E termino. O vivíssimo e belo planeta onde *ainda* nos permitem existir continua a ser, com expressiva e calculada lentidão, violado, violentado, aniquilado nas suas límpidas e naturais fontes, a caminho duma trágica secura, e *isto* perante a impassibilidade de quem d'ele, sem escrúpulos, limites ou... ética, se apoderou. Deixai que eu vos traga dois versos de um poema meu:

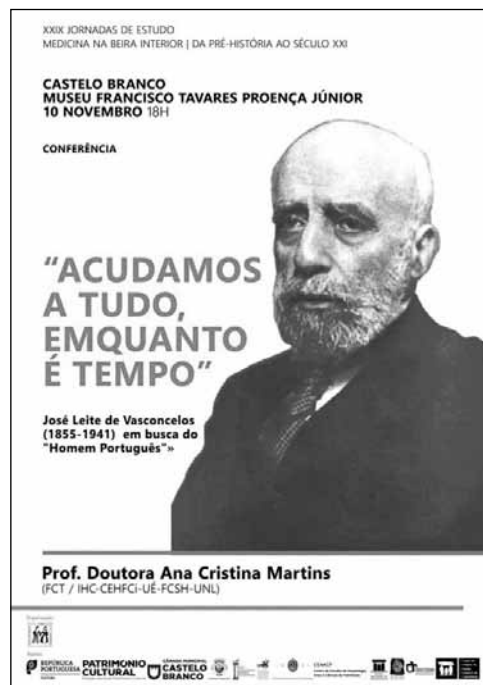
"Um dia, meu amor, se nos faltar a água,
havemos de morrer unindo as nossas bocas..."

*Professor. Poeta

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA: “DE TERRA EM TERRA”

JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS E A BEIRA BAIXA

HORIZONTES REVISITADOS



A Exposição “De Terra em Terra”, organizada pela Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, do Fundão, em parceria com a Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, levada a efeito nas instalações do Museu, durante as XXIX Jornadas de Estudo “*Medicina na Beira Interior – da Pré-história ao Séc. XXI*”, pretendeu comemorar o centenário da visita que Leite de Vasconcelos efetuou à Beira, em 1916. O sábio médico e arqueólogo registaria, em jeito de diário, as impressões que marcaram os seus sentidos nesta descoberta das geografias, dos quotidianos e das temporalidades profundas deste território do interior de Portugal, compreendido entre a Estrela e o Tejo: as velhas terras dos igaeditanos. O itinerário percorrido deu origem a um livro intitulado “De terra em terra”, caminhos que foram agora relidos numa peculiar leitura imagética por um grupo de fotógrafos desta região. As imagens contruíram-se a partir de trechos deste grande centenário inventário de identidade que constituiu a apreensão leiteana. O projecto expositivo enquadra-se na linha de trabalho: “Itinerários leiteanos entre o Douro e o Tejo”, coordenado por Filomena Barata, do Museu Nacional de Arqueologia, por José Paulo Francisco, da Associação Ribacudana e por Pedro Miguel Salvado, director do Museu Arqueológico do Fundão.

A exposição teve a concepção gráfica de Teresa Domingues e a co-coordenação de Adelaide Salvado, Filomena Barata, Pedro Salvado, Carlos Madaleno, Pedro Mendonça e André Mota Veiga. A evocação de José Leite de Vasconcelos nesta edição das Jornadas foi o tema da conferência inaugural “Acudamos a Tudo, Enquanto é Tempo”, proferida pela Professora Doutora Ana Cristina Martins.



Manuel Veloso

"Passagem estreita do Tejo entre dois altos alcantis, dois altos penhascos – entre a estação de Fratel e a de Ródão. Passei lá em 14-VII-916, às 7h. da tarde."



"Quando muito, ouve-se crocitar um corvo que voa rápido ao cimo dos penedos, ou o balido longínquo de um rebanho."

Manuel Veloso



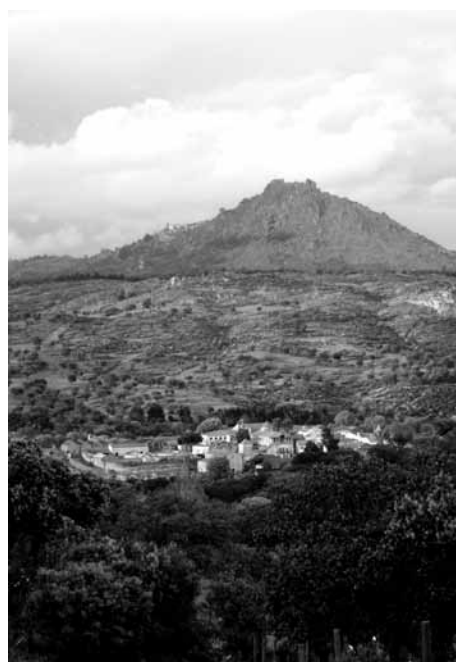
Carlos Matos

"Trabalhei em exames, no Liceu de Castelo Branco, excepto aos domingos. As horas vagas dos exames e os dias feriados apliquei-os em parte à visita do Museu Municipal, e em parte a buscas e excursões."



António Neves Dias

"Tudo aquilo que impressiona de modo maravilhoso a imaginação torna-se facilmente religioso: por tanto não admira que isto acontecesse também a Monsanto."



António Neves Dias

"Tendo eu grandes desejos de ver Idanha-a-Velha, séde da civitas Igaeditanorum, que jaz a pouca distância de Monsanto (...)"



Diamantino Gonçalves

"A estrada que de Alpedrinha vai para o Fundão está aberta na Serra da Gardunha (...)"



*"(...) e surge diante de nós nova e deslumbrante paisagem, entre outra encosta da Gardunha e a Estrela enevoadas:
é a Cova da Beira (...)"*



Pedro Mendonça

"A pia baptismal da igreja de Valverde pousa em quatro cabeças de animais em que avulta a dentuça."



"Ao ver, minutos depois, um amontoado cilíndrico de pedras de 1,5m de altura e 2m de diâmetro, perguntei à guia o que vinha a ser aquilo (...) Um malhão que ao mesmo tempo servia de marco de partilhas e constituía um amparo ao pastor enquanto o gado amalhoava."



"A Serra não tem arvoredos, mas além do cervoêro, ou relva de cervum, que serve de pasto aos gados e atapeta de verde uniformemente o chão, há nela algumas plantas humildes como jôna ou jôina, abetouro, pantanejo, sôrgaço (sargaço), piorno, azimbrêro."



Pedro Flávio

"A Torre como lhe chamam, é uma alta pirâmide de pedras assentes umas nas outras, que marca uma altitude de 2000 metros."



Pedro Flávio

"À Nave da Areia segue-se a Fonte da Pedra, Fraga do Rodeio, a Alto do Portelinho, a Nave de Santo António, vestida de cervum, com o Espinhaço do Cão em frente. Na Nave houve uma capela de Santo António, e daí tirou o nome."



"(...)tive ensejo de admirar outra obra de arte: uma escultura magnifica, executada em 1865, por Manoel Moraes da Silva Ramos, da Covilhã: 'é de buxo, inteiriça, e representa, com grande delicadeza do engenho e finura de traços, a Senhora da conceição sôbre um globo (...)'"

Pedro Galhano



"(...)o templo de São Luís, que serve de igreja paroquial, conservam-se azulejos séc. XVIII na capela mor(...)"



"(...)do castelo restam muros e duas tôrres desmanteladas, ambas elas com mâchicoulis ou «mata cães(..)"

JOSÉ LEITE VASCONCELOS PELA BEIRA EM 1916



